

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE LINGUAGENS**

SÂNIA FONTOURA FERNANDES

**DA TRILHA AO CAMINHO: UM ESTUDO DO RURAL E DO URBANO NO
LÉXICO DE FALANTES DA REGIÃO SUDESTE DO BRASIL**

Campo Grande – MS
2021

SÂNIA FONTOURA FERNANDES

**DA TRILHA AO CAMINHO: UM ESTUDO DO RURAL E DO URBANO NO
LÉXICO DE FALANTES DA REGIÃO SUDESTE DO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, para a obtenção do título de Mestre, sob a orientação da Profa. Dra. Aparecida Negri Isquardo.

Área de Concentração: Linguística e Semiótica

Campo Grande - MS
2021

SÂNIA FONTOURA FERNANDES

**DA TRILHA AO CAMINHO: UM ESTUDO DO RURAL E DO URBANO NO
LÉXICO DE FALANTES DA REGIÃO SUDESTE DO BRASIL**

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA

Presidente e Orientadora: Profª Drª Aparecida Negri Isquerdo
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Membro Titular: Profª Drª Elizabete Aparecida Marques
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Membro Titular: Profª Drª Beatriz Aparecida Alencar
Instituto Federal de Mato Grosso do Sul.

Data da defesa: 29/11/2021
Campo Grande – MS, 29 de novembro de 2021.

Chega mais perto e contempla as palavras.
Cada uma tem mil faces secreta sobre a face neutra e te
pergunta, sem interesse pela resposta,
pobre ou terrível, que lhe deres:
Trouxeste a chave?

(Carlos Drummond de Andrade, 2012).

“Não temas, porque eu sou contigo; não te assombres, porque eu sou teu Deus; eu te fortaleço, e te ajudo, e te sustento com a destra da minha justiça” (ISAÍAS, 41:1).

*À minha filha Maria Vitore,
Minha “Mavi”, amor incondicional!*

AGRADECIMENTOS

E eis que chegou o momento tão especial. A hora de agradecer a TODOS aqueles que estiveram comigo no decorrer desses anos de estudos. E agora palavras me faltam para externar essa gratidão, então digo apenas MUITO OBRIGADA!

Primeiramente a Deus por me sustentar, fortalecer e me conduzir nessa caminhada. Tantas vezes pensei em desistir, mas o Senhor renovava minhas forças e me orientava em direção à realização desse objetivo. A realização desse trabalho representa para mim mais que crescimento acadêmico e profissional, possibilitou-me crescer como pessoa, me fez ver que sou capaz de ir muito mais além.

À minha orientadora professora Dra Aparecida Negri Isquerdo, por ter me iniciado no caminho da Pesquisa, a época da Iniciação Científica. A partir de então, nasceu em mim o amor pelos estudos lexicais, refletido neste trabalho, que só foi possível graças aos seus ensinamentos e orientações. Registro aqui minha admiração e sinceros agradecimentos à senhora Professora Cida.

Ao Projeto ALiB, que na pessoa da professora Dra Jacyra Andrade Mota, Diretora Presidente do Comitê Nacional, autorizou a utilização do banco de dados do Projeto ALiB, para a realização deste estudo.

À minha filha Maria Vitore, você foi a maior motivação e inspiração nessa caminhada.

À minha mãe, que esteve todo o tempo ao meu lado. Seu apoio foi de fundamental importância para chegar até aqui.

Ao meu amigo Thiago, “bolito”, principal incentivador para que eu ingressasse no Mestrado. Obrigada pela força e motivação.

À minha amiga Liliana Paredes, muchas gracias. Todo o tempo que passamos juntas, a parceria, o apoio, as conversas, enfim, momentos únicos e especiais que se estende além da vida acadêmica. Você foi a amiga que o mestrado me apresentou.

Ao meu irmão Adessane, “maninho”, que mesmo de longe esteve presente sempre torcendo por mim.

À professora Dra Elizabete Aparecida Marques e ao professor Dr Renato Rodrigues Pereira pelas valiosas contribuições apresentadas em ocasião do Exame de Qualificação.

À professora Dra Beatriz Aparecida Alencar, pelo auxílio no empréstimo de materiais bibliográficos, nas orientações. Também por participar como membro suplente na banca do Exame de Qualificação e após, na banca da Defesa.

À professora Dra Catarina Rodrigues, por ser tão prestativa e atenciosa ao me fornecer, gentilmente, cópias das cartas linguísticas de seu Atlas Linguístico do Espírito Santo, ainda em andamento.

Aos meus colegas de turma com os quais convivi durante o cumprimento das disciplinas e no decorrer do curso, na realização de trabalhos, na participação em eventos. E até nos passeios, nos momentos de folga, onde acabávamos discutindo sobre o andamento de nossas pesquisas.

Ao meu amigo Vinícius pelas correções e observações na formatação da Dissertação.

Aos amigos e colegas que estiveram presentes durante todo esse período com palavras de ânimo e incentivo, especialmente à Ludmila, Laís, Berenice, Mayara e tantos outros que me apoiaram, a vocês meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

O acervo vocabular de um grupo social retrata aspectos da identidade, da visão de mundo, das crenças, dos valores e das tradições desse grupo. O léxico constitui assim, como a via que permite ao falante perceber e representar o meio no qual está inserido possibilitando-o nomear todos os seres e referentes dos ambientes físico e sociocultural a que pertence. Este trabalho tem como objetivo mais amplo discutir o léxico regional, analisando a questão da relação rural/urbano no vocabulário de falantes de localidades de pequeno porte do interior da região Sudeste do Brasil, com enfoque na perspectiva da identificação e análise de traços de conservadorismos léxicos. Assim, esta pesquisa busca, com base em dados geolinguísticos, verificar em que medida fatores espaciais, históricos e socioculturais podem influenciar a escolha lexical dos falantes. Para tanto, fundamenta-se em pressupostos teórico-metodológicos da Lexicologia, da Dialectologia, da Sociolinguística, da Etnolinguística assim como em conhecimentos teóricos da Antropologia e Sociologia Rural, tendo em vista a abordagem da pesquisa voltada para a questão dos conceitos de rural e urbano materializados no léxico do grupo investigado. O *corpus* do estudo foi constituído por um total de 1.019 unidades lexicais documentadas como respostas para sete perguntas do Questionário Semântico-Lexical (QSL), do Projeto Atlas Linguístico do Brasil – ALiB, vinculadas às áreas semânticas das *atividades agropastoris* e da *fauna*, a saber: QSL/44 – “a ponta roxa no cacho da banana”; QSL/54 – “a armação de madeira, que se coloca no pescoço de animais (porco, carneiro / bezerro, vaca), para não atravessarem a cerca”; QSL/61 – “o homem que é contratado para trabalhar na roça de outro, que recebe por dia de trabalho”; QSL/62 – “O que é que se abre com o facão, a foice para passar por um mato fechado? ” ; QSL/63 – “...o caminho no pasto onde não cresce mais grama, de tanto o animal ou o homem passarem por ali”; QSL/65 – “o passarinho bem pequeno, que bate muito rápido as asas, tem o bico comprido e fica parado no ar” e QSL/66 – “a ave que faz a casa com terra, nos postes, nas árvores e até nos cantos da casa” (COMITÊ NACIONAL, 2001, p. 25-27). As respostas foram fornecidas por 156 falantes naturais de 39 localidades do interior dos estados de Minas Gerais, do Espírito Santo e do Rio de Janeiro, integrantes da rede de pontos do Projeto ALiB na região Sudeste do Brasil. De acordo com o perfil estabelecido pelo ALiB, em cada localidade entrevistaram-se quatro informantes nascidos e criados na localidade e com pais da mesma região linguística, de ambos os sexos, de duas faixas etárias (18 a 30 anos e 50 a 65 anos) e com escolaridade até o Ensino Fundamental. Os dados foram examinados pelas perspectivas diatópica, demonstrando a distribuição areal das unidades lexicais documentadas e léxico-semântica. As análises demonstraram por exemplo, a presença do item lexical *caminho* de uso genérico para denominar “picada” e “trilho/trilha” assim como o registro do item *picada*, o que permitiu identificar traços de ruralidade e ao mesmo tempo de urbanização na fala dos grupos investigados, fato que confirma a existência de um *continuum* de rural e urbano na norma lexical desse grupo. Apontou ainda dados que revelam resquícios de formas léxicas conservadoras indicando possivelmente influências decorrentes de aspectos históricos, geográficos e socioculturais, na fala dos grupos em análise, como é o caso dos itens léxicos *trieiro*, *carreiro* e *rastro*, os dois primeiros particulares ao Estado de Minas Gerais e o último, apenas no Rio de Janeiro, como designativo para “trilho/trilha”. Por fim, este estudo ratificou a interface entre léxico, cultura e sociedade.

Palavras-chave: Léxico-regional; *Continuum* rural/urbano; Conservadorismo lexical; Atlas Linguístico do Brasil; região Sudeste.

ABSTRACT

The vocabulary collection of a social group portrays aspects of the identity, worldview, beliefs, values and traditions of that group. The lexicon thus constitutes the way that allows the speaker to perceive and represent the environment in which he is inserted, enabling him to name all beings and referents of the physical and sociocultural environments to which he belongs. This work has as a broader objective to discuss the regional lexicon, analyzing the question of the rural/urban relationship in the vocabulary of speakers from small towns in the interior of the Southeast region of Brazil, focusing on the perspective of identifying and analyzing traits of lexical conservatism. . Thus, this research seeks, based on geolinguistic data, to verify to what extent spatial, historical and sociocultural factors can influence the lexical choice of speakers. Therefore, it is based on theoretical-methodological assumptions of Lexicology, Dialectology, Sociolinguistics, Ethnolinguistics as well as theoretical knowledge of Anthropology and Rural Sociology, in view of the research approach focused on the question of the concepts of rural and urban materialized in the lexicon of the investigated group. The corpus of the study consisted of a total of 1,019 lexical units documented as answers to seven questions of the Semantic-Lexical Questionnaire (QSL), of the Project Atlas Linguístico do Brasil - ALiB, linked to the semantic areas of agropastoral and fauna activities, namely : QSL/44 – “the purple tip on the banana bunch”; QSL/54 – “the wooden frame, which is placed around the neck of animals (pig, calf/calf, sheep, cow), so that they do not cross the fence”; QSL/61 – “the man who is hired to work in someone else's fields, who is paid for a day's work”; QSL/62 – “What do you open with a machete, a sickle to go through a thicket? ” ; QSL/63 – “...the path in the pasture where grass doesn't grow anymore, because both the animal and the man pass through there”; QSL/65 – “the very small bird, which flaps its wings very fast, has a long beak and stays still in the air” and QSL/66 – “the bird that makes a house with earth, on poles, in trees and even in corners of the house” (NATIONAL COMMITTEE, 2001, p. 25-27). The answers were provided by 156 native speakers from 39 localities in the interior of the states of Minas Gerais, Espírito Santo and Rio de Janeiro, members of the ALiB Project's network of points in the Southeast region of Brazil. According to the profile established by the ALiB, in each locality, four informants born and raised in the locality and with parents from the same linguistic region, of both sexes, of two age groups (18 to 30 years and 50 to 65 years) were interviewed. and with schooling up to Elementary School. Data were examined from diatopic perspectives, demonstrating the areal distribution of documented lexical units and lexical-semantic. The analyzes demonstrated, for example, the presence of the lexical item path of generic use to denominate “picada” and “rail/trail” as well as the registration of the item “picada”, which allowed to identify traces of rurality and at the same time of urbanization in the speech of the participants. investigated groups, a fact that confirms the existence of a continuum of rural and urban in the lexical norm of this group. It also pointed out data that reveal remnants of conservative lexical forms, possibly indicating influences resulting from historical, geographical and sociocultural aspects, in the speech of the groups under analysis, as is the case of the lexical items *trieiro*, *carreiro* and *rastro*, the first two particular to the State of Minas Gerais and the last, only in Rio de Janeiro, as a designation for “trail/track”. Finally, this study ratified the interface between lexicon, culture and society.

Key words: Regional lexicon; Rural/urbano *continuum*; Lexical conservatism; Linguistic Atlas of Brazil; Southeast region.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: <i>Continuum</i> de Urbanização (BORTONI-RICARDO, 2005).....	71
Figura 2: Rede de pontos do ALiB na Região Sudeste.....	81
Figura 3: Divisão dialetal de Minas Gerais (ZÁGARI, 2013).....	87
Figura 4: Imagem da <i>flor da bananeira</i>	124
Figura 5: <i>Continuum</i> de urbanização no domínio linguístico (Adaptado de BORTONI-RICARDO, 2005)	170
Figura 6: Imagem do <i>Beija-flor-rubi</i>	171
Figura 7: Imagem do <i>João-de-barro</i>	180
Figura 8: Distribuição da presença de “joão-de-barro” segundo os Estados da Federação do Brasil.....	184

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Distribuição das denominações para “a ponta roxa no cacho da banana” (QSL/ALiB/44) em localidades do interior de Minas Gerais, do Espírito Santo e do Rio de Janeiro.....	117
Gráfico 2: Índice de ocorrências de não resposta para a pergunta QSL/ALiB/44 “a ponta roxa no cacho da banana” em localidades do interior de Minas Gerais, do Espírito Santo e do Rio de Janeiro.....	118
Gráfico 3: Itens lexicais mais produtivos como resposta para a questão 44/QSL/ALiB – Região Sudeste.....	122
Gráfico 4: Distribuição das denominações para “a armação de madeira, que se coloca no pescoço de animais (porco, terneiro/bezerro, carneiro, vaca), para não atravessarem a cerca” (QSL/ALiB/54) em localidades do interior de Minas Gerais, do Espírito Santo e do Rio de Janeiro.....	127
Gráfico 5: Índice de ocorrências de não resposta para a pergunta QSL/ALiB/54 “a armação de madeira, que se coloca no pescoço de animais (porco, terneiro/bezerro, carneiro, vaca), para não atravessarem a cerca” em localidades do interior de Minas Gerais, do Espírito Santo e do Rio de Janeiro.....	128
Gráfico 6: Itens lexicais mais produtivos como resposta para a questão 54/QSL/ALiB – Região Sudeste.....	132
Gráfico 7: Distribuição das denominações para “o homem que é contratado para trabalhar na roça de outro, que recebe por dia de trabalho” (QSL/ALiB/61) em localidades do interior de Minas Gerais, do Espírito Santo e do Rio de Janeiro.....	138
Gráfico 8: Índice de ocorrências de não resposta para a pergunta QSL/ALiB/61 “o homem que é contratado para trabalhar na roça de outro, que recebe por dia de trabalho” em localidades do interior de Minas Gerais, do Espírito Santo e do Rio de Janeiro.....	139
Gráfico 9: Itens lexicais mais produtivos como resposta para a questão 61/QSL/ALiB – Região Sudeste.....	142
Gráfico 10: Distribuição das denominações para “o que é que se abre com o facão, a foice para passar por um mato fechado” (QSL/ALiB/62) em localidades do interior de Minas Gerais, do Espírito Santo e do Rio de Janeiro.....	151

Gráfico 11: Índice de ocorrências de não resposta para a pergunta QSL/ALiB/62 “o que é que se abre com o facão, a foice para passar por um mato fechado” em localidades do interior de Minas Gerais, do Espírito Santo e do Rio de Janeiro.....	152
Gráfico 12: Itens lexicais mais produtivos como resposta para a questão 62/QSL/ALiB – Região Sudeste.....	155
Gráfico 13: Distribuição das denominações para “o caminho no pasto, onde não cresce mais grama, de tanto o animal ou o homem passarem por ali” (QSL/ALiB/63) em localidades do interior de Minas Gerais, do Espírito Santo e do Rio de Janeiro.....	163
Gráfico 14: Índice de ocorrências de não resposta para a pergunta QSL/ALiB/63 “o caminho no pasto, onde não cresce mais grama, de tanto o animal ou o homem passarem por ali” em localidades do interior de Minas Gerais, do Espírito Santo e do Rio de Janeiro.....	164
Gráfico 15: Itens lexicais mais produtivos como resposta para a questão 63/QSL/ALiB (“o caminho no pasto, onde não cresce mais grama, de tanto o animal ou o homem passarem por ali”) – Região Sudeste.....	167
Gráfico 16: Distribuição das denominações para “o passarinho bem pequeno, que bate muito rápido as asas, tem o bico comprido e fica parado no ar” (QSL/ALiB/65) em localidades do interior de Minas Gerais, do Espírito Santo e do Rio de Janeiro.....	173
Gráfico 17: Distribuição das denominações para “a ave que faz a casa com terra, nos postes, nas árvores e até nos cantos da casa” (QSL/ALiB/66) em localidades do interior de Minas Gerais, do Espírito Santo e do Rio de Janeiro.....	182
Gráfico 18: Índice de ocorrências de não resposta para a pergunta QSL/ALiB/66 “a ave que faz a casa com terra, nos postes, nas árvores e até nos cantos da casa” em localidades do interior de Minas Gerais, do Espírito Santo e do Rio de Janeiro.....	183

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Distribuição da rede de pontos MG/ALiB segundo a data de fundação e a extensão territorial.....	81
Quadro 2: Distribuição da rede de pontos ES/ALiB segundo a data de fundação e a extensão territorial.....	90
Quadro 3: Distribuição da rede de pontos RJ/ALiB segundo a data de fundação e a extensão territorial.....	96
Quadro 4: Distribuição das localidades da rede de pontos do Projeto ALiB em Minas Gerais, no Espírito Santo e no Rio de Janeiro – Região Sudeste.....	107
Quadro 5: Perfil dos Informantes para as localidades do interior segundo os parâmetros do Projeto ALiB.....	109
Quadro 6: Perguntas do Questionário Semântico-lexical/ALiB selecionadas para esta pesquisa.....	110
Quadro 7: Distribuição diatópica das unidades lexicais mais produtivas documentadas no interior do estado de Minas Gerais como denominação para “a ponta roxa no cacho da banana” – QSL/ALiB/44.....	118
Quadro 8: Distribuição diatópica das unidades lexicais mais produtivas documentadas no interior do estado do Espírito Santo como denominação para “a ponta roxa no cacho da banana” – QSL/ALiB/44.....	118
Quadro 9: Distribuição diatópica das unidades lexicais mais produtivas documentadas no interior do estado do Rio de Janeiro como denominação para “a ponta roxa no cacho da banana” – QSL/ALiB/44.....	120
Quadro 10: Distribuição diatópica das unidades lexicais mais produtivas documentadas no interior do estado de Minas Gerais como denominação para “a armação de madeira, que se coloca no pescoço de animais (porco, carneiro, vaca), para não atravessarem a cerca” – QSL/ALiB/54.....	129
Quadro 11: Distribuição diatópica das unidades lexicais mais produtivas documentadas no interior do estado do Espírito Santo como denominação para “a armação de madeira, que se coloca no pescoço de animais (porco, carneiro, vaca), para não atravessarem a cerca” – QSL/ALiB/54.....	130

Quadro 12: Distribuição diatópica das unidades lexicais mais produtivas documentadas no interior do estado do Rio de Janeiro como denominação para “a armação de madeira, que se coloca no pescoço de animais (porco, terneiro/bezerro, carneiro, vaca), para não atravessarem a cerca” – QSL/ALiB/54.....	130
Quadro 13: Agrupamento de unidades lexicais que nomeiam “o homem que é contratado para trabalhar na roça de outro, que recebe por dia de trabalho” – QSL/ALiB/61.....	136
Quadro 14: Distribuição diatópica das unidades lexicais mais produtivas documentadas no interior do estado de Minas Gerais como denominação para “o homem que é contratado para trabalhar na roça de outro, que recebe por dia de trabalho” – QSL/ALiB/61.....	139
Quadro 15: Distribuição diatópica das unidades lexicais mais produtivas documentadas no interior do estado do Espírito Santo como denominação para “o homem que é contratado para trabalhar na roça de outro, que recebe por dia de trabalho” – QSL/ALiB/61.....	140
Quadro 16: Distribuição diatópica das unidades lexicais mais produtivas documentadas no interior do estado do Rio de Janeiro como denominação para “o homem que é contratado para trabalhar na roça de outro, que recebe por dia de trabalho” – QSL/ALiB/61.....	140
Quadro 17: Agrupamento de unidades lexicais que nomeiam “o que se abre com o facão, a foice para passar por um mato fechado?” QSL/ALiB/62.....	149
Quadro 18: Distribuição diatópica das unidades lexicais mais produtivas documentadas no interior do estado de Minas Gerais como denominação para “o que se abre com o facão, a foice para passar por um mato fechado?” QSL/ALiB/62.....	153
Quadro 19: Distribuição diatópica das unidades lexicais mais produtivas documentadas no interior do estado do Espírito Santo como denominação para “o que se abre com o facão, a foice para passar por um mato fechado?” QSL/ALiB/62.....	154
Quadro 20: Distribuição diatópica das unidades lexicais mais produtivas documentadas no interior do estado do Rio de Janeiro como denominação para “o que se abre com o facão, a foice para passar por um mato fechado?” QSL/ALiB/62.....	154
Quadro 21: Agrupamento de unidades lexicais que nomeiam “o caminho, no pasto, onde não cresce mais grama, de tanto o animal ou o homem passarem por ali” – QSL/ALiB/63.....	161

Quadro 22: Distribuição diatópica das unidades lexicais mais produtivas documentadas no interior do estado de Minas Gerais como denominação para “o caminho, no pasto, onde não cresce mais grama, de tanto o animal ou o homem passarem por ali” – QSL/ALiB/63.....	165
Quadro 23: Distribuição diatópica das unidades lexicais mais produtivas documentadas no interior do estado do Espírito Santo como denominação para “o caminho, no pasto, onde não cresce mais grama, de tanto o animal ou o homem passarem por ali” – QSL/ALiB/63.....	165
Quadro 24: Distribuição diatópica das unidades lexicais mais produtivas documentadas no interior do estado do Rio de Janeiro como denominação para “o caminho, no pasto, onde não cresce mais grama, de tanto o animal ou o homem passarem por ali” – QSL/ALiB/63.....	166
Quadro 25: Distribuição diatópica das unidades lexicais mais produtivas documentadas no interior do estado de Minas Gerais como denominação para “o passarinho bem pequeno, que bate muito rápido as asas, tem o bico comprido e fica parado no ar” – QSL/ALiB/65.....	174
Quadro 26: Distribuição diatópica das unidades lexicais mais produtivas documentadas no interior do estado do Espírito Santo como denominação para “o passarinho bem pequeno, que bate muito rápido as asas, tem o bico comprido e fica parado no ar” – QSL/ALiB/65.....	175
Quadro 27: Distribuição diatópica das unidades lexicais mais produtivas documentadas no interior do estado do Rio de Janeiro como denominação para “o passarinho bem pequeno, que bate muito rápido as asas, tem o bico comprido e fica parado no ar” – QSL/ALiB/65.....	175
Quadro 28: Agrupamento de unidades lexicais que nomeiam “a ave que faz a casa com terra, nos postes, nas árvores e até nos cantos da casa” – QSL/ALiB/66.....	181
Quadro 29: Distribuição diatópica das unidades lexicais mais produtivas documentadas no interior do estado de Minas Gerais como denominação para “a ave que faz a casa com terra, nos postes, nas árvores e até nos cantos da casa” – QSL/ALiB/66.....	185
Quadro 30: Distribuição diatópica das unidades lexicais mais produtivas documentadas no interior do estado do Espírito Santo como denominação para “a ave que faz a casa com terra, nos postes, nas árvores e até nos cantos da casa” – QSL/ALiB/66.....	185

Quadro 31: Distribuição diatópica das unidades lexicais mais produtivas documentadas no interior do estado do Rio de Janeiro como denominação para “a ave que faz a casa com terra, nos postes, nas árvores e até nos cantos da casa” – QSL/ALiB/66..... 186

Quadro 32: Itens lexicais que nomeiam “a ave que faz a casa com terra, nos postes, nas árvores e até nos cantos da casa” (QSL/ALiB/66) com ocorrência única distribuídos segundo as localidades em que foram documentados..... 186

Quadro 33: Itens lexicais que nomeiam “a ave que faz a casa com terra, nos postes, nas árvores e até nos cantos da casa” (QSL/ALiB/66), distribuídos segundo as localidades dos Estados de Minas Gerais/MG e Bahia/BA..... 187

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Denominações para “a ponta roxa no cacho da banana” (QSL/ALiB/44) na região Sudeste do Brasil – Minas Gerais.....	115
Tabela 2: Denominações para “a ponta roxa no cacho da banana” (QSL/ALiB/44) na região Sudeste do Brasil – Espírito Santo.....	115
Tabela 3: Denominações para “a ponta roxa no cacho da banana” (QSL/ALiB/ 44) na região Sudeste do Brasil – Rio de Janeiro.....	115
Tabela 4: Denominações para “a armação de madeira, que se coloca no pescoço de animais (porco, terneiro/bezerro, carneiro, vaca), para não atravessarem a cerca” (QSL/ALiB/54) na região Sudeste do Brasil – Minas Gerais.....	126
Tabela 5: Denominações para “a armação de madeira, que se coloca no pescoço de animais (porco, terneiro/bezerro, carneiro, vaca), para não atravessarem a cerca” (QSL/ALiB/54) na região Sudeste do Brasil – Espírito Santo.....	126
Tabela 6: Denominações para “a armação de madeira, que se coloca no pescoço de animais (porco, terneiro/bezerro, carneiro, vaca), para não atravessarem a cerca” (QSL/ALiB/54) na região Sudeste do Brasil – Rio de Janeiro.....	126
Tabela 7: Denominações para “o homem que é contratado para trabalhar na roça de outro, que recebe por dia de trabalho” (QSL/ALiB/61) na região Sudeste do Brasil – Minas Gerais.....	137
Tabela 8: Denominações para “o homem que é contratado para trabalhar na roça de outro, que recebe por dia de trabalho” (QSL/ALiB/61) na região Sudeste do Brasil – Espírito Santo.....	137
Tabela 9: Denominações para “o homem que é contratado para trabalhar na roça de outro, que recebe por dia de trabalho” (QSL/ALiB/61) na região Sudeste do Brasil – Rio de Janeiro.....	137
Tabela 10: Denominações para o “que se abre com o facão, a foice para passar por um mato fechado?” (QSL/ALiB/62) na região Sudeste do Brasil – Minas Gerais.....	150
Tabela 11: Denominações para o “que se abre com o facão, a foice para passar por um mato fechado?” (QSL/ALiB/62) na região Sudeste do Brasil – Espírito Santo.....	150
Tabela 12: Denominações para o “que se abre com o facão, a foice para passar por um mato fechado?” (QSL/ALiB/62) na região Sudeste do Brasil – Rio de Janeiro.....	151

Tabela 13: Denominações para “o caminho, no pasto, onde não cresce mais grama, de tanto o animal ou o homem passarem por ali” (QSL/ALiB/63) na região Sudeste do Brasil – Minas Gerais.....	162
Tabela 14: Denominações para “o caminho, no pasto, onde não cresce mais grama, de tanto o animal ou o homem passarem por ali” (QSL/ALiB/63) na região Sudeste do Brasil – Espírito Santo.....	162
Tabela 15: Denominações para “o caminho, no pasto, onde não cresce mais grama, de tanto o animal ou o homem passarem por ali” (QSL/ALiB/63) na região Sudeste do Brasil – Rio de Janeiro.....	162
Tabela 16: Denominações para “o passarinho bem pequeno, que bate muito rápido as asas, tem o bico comprido e fica parado no ar” (QSL/ALiB/65) na região Sudeste do Brasil – Minas Gerais.....	172
Tabela 17: Denominações para “o passarinho bem pequeno, que bate muito rápido as asas, tem o bico comprido e fica parado no ar” (QSL/ALiB/65) na região Sudeste do Brasil- Espírito Santo.....	172
Tabela 18: Denominações para “o passarinho bem pequeno, que bate muito rápido as asas, tem o bico comprido e fica parado no ar” (QSL/ALiB/65) na região Sudeste do Brasil – Rio de Janeiro.....	172
Tabela 19: Denominações para “a ave que faz a casa com terra, nos postes, nas árvores e até nos cantos da casa” (QSL/ALiB/66) na região Sudeste do Brasil – Minas Gerais.....	181
Tabela 20: Denominações para “a ave que faz a casa com terra, nos postes, nas árvores e até nos cantos da casa” (QSL/ALiB/66) na região Sudeste do Brasil – Espírito Santo.....	181
Tabela 21: Denominações para “a ave que faz a casa com terra, nos postes, nas árvores e até nos cantos da casa” (QSL/ALiB/66) na região Sudeste do Brasil – Rio de Janeiro.....	182

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
CAPÍTULO I – LÉXICO: CAMINHANDO POR SUAS INTERFACES	30
1.1 O léxico numa abordagem interdisciplinar: fundamentações iniciais.....	30
1.2 Norma linguística: algumas considerações.....	42
1.3 Léxico e suas relações com o contexto sociocultural.....	48
1.4 Os velhos falares como recurso de preservação léxico cultural.....	52
1.4.1 Os falares antigos num processo de <i>continuum</i> de arcaização.....	56
1.4.2 Marcas e traços do conservadorismo lexical.....	58
CAPÍTULO II – RURAL E URBANO: UMA RELAÇÃO DE CONTINUIDADE?...	62
2.1 Considerações sobre rural e urbano.....	62
2.2 A perspectiva do <i>continuum</i> de urbanização no domínio linguístico.....	67
CAPÍTULO III – A ÁREA GEOGRÁFICA INVESTIGADA	73
3.1 Contexto sócio-histórico: por entre rios e picadas a história se revela.....	73
3.2 A rede de pontos: contextualizando a história social dos Estados pesquisados.....	80
3.3 Minas Gerais/MG.....	81
3.3.1 Retrato linguístico de Minas Gerais: tinha uma trilha antes do caminho.....	85
3.4 Espírito Santo/ES.....	90
3.4.1 Panorama da realidade linguística dos falantes capixabas.....	93
3.5 Rio de Janeiro/RJ.....	95
3.5.1 Quadro linguístico do Rio de Janeiro/RJ.....	99
CAPÍTULO IV – CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS	103
4.1 O Projeto ALiB: um panorama.....	103
4.2 Caracterização do <i>corpus</i> da pesquisa.....	106
4.2.1 Levantamento, sistematização e organização dos dados.....	110
4.2.2 Métodos e procedimentos realizados para o tratamento e análise dos dados.....	110
CAPÍTULO V – ANÁLISE DO <i>CORPUS</i>	114
5.1 - 44/QSL/ALiB – <i>A ponta roxa no cacho da banana</i>	114

5.1.1	Abordagem quantitativa.....	114
5.1.2	Abordagem qualitativa: dimensão diatópica.....	118
5.1.3	Abordagem léxico-semântica.....	122
5.2	- 54/QSL/ALiB - <i>A armação de madeira, que se coloca no pescoço de animais (porco, terneiro/ bezerro, carneiro, vaca), para não atravessarem a cerca.....</i>	125
5.2.1	Abordagem quantitativa.....	125
5.2.2	Abordagem qualitativa: dimensão diatópica.....	129
5.2.3	Abordagem léxico-semântica.....	132
5.3	- 61/QSL/ALiB - <i>O homem que é contratado para trabalhar na roça de outro, que recebe por dia de trabalho.....</i>	135
5.3.1	Abordagem quantitativa.....	135
5.3.2	Abordagem qualitativa: dimensão diatópica.....	139
5.3.3	Abordagem léxico-semântica.....	143
5.4	- 62/QSL/ALiB - <i>O que é que se abre com o facão, a foice para passar por um mato fechado?.....</i>	149
5.4.1	Abordagem quantitativa.....	149
5.4.2	Abordagem qualitativa: dimensão diatópica.....	153
5.4.3	Abordagem léxico-semântica.....	155
5.5	- 63/QSL/ALiB - <i>O caminho, no pasto, onde não cresce mais grama, de tanto o animal ou o homem passarem por ali?.....</i>	161
5.5.1	Abordagem quantitativa.....	161
5.5.2	Abordagem qualitativa: dimensão diatópica.....	165
5.5.3	Abordagem léxico-semântica.....	168
5.6	- 65/QSL/ALiB - <i>O passarinho bem pequeno, que bate muito rápido as asas, tem o bico comprido e fica parado no ar.....</i>	171
5.6.1	Abordagem quantitativa.....	171
5.6.2	Abordagem qualitativa: dimensão diatópica.....	174
5.6.3	Abordagem léxico-semântica.....	176

5.7 - 66/QSL/ALiB - <i>A ave que faz a casa com terra, nos postes, nas árvores e até nos cantos da casa</i>	180
5.7.1 Abordagem quantitativa.....	180
5.7.2 Abordagem qualitativa: dimensão diatópica.....	183
5.7.3 Abordagem léxico-semântica.....	189
CONSIDERAÇÕES FINAIS	197
REFERÊNCIAS	202
ANEXO I	210

INTRODUÇÃO

Desde os relatos da criação do mundo até os dias atuais, a linguagem se configura como o meio essencial para a comunicação entre os seres humanos e destes com o mundo no qual estão inseridos. É uma faculdade inata do homem que, atuando sobre seu pensamento o permite interagir com o seu meio social, e, este pensamento contribui para modificá-la.

Sendo uma faculdade natural, a linguagem em seu domínio individual, permite ao homem transmitir aos demais de seu grupo, suas ideias, suas experiências e suas necessidades. Porém, é no plano social que a linguagem se realiza, possibilitando ao indivíduo interagir e estabelecer relações com o meio social e cultural em que vive, assim, pela linguagem, verbal ou não verbal os membros de um grupo social atuam e se relacionam entre si. Conforme Saussure (2006¹, p. 17), a linguagem é heterogênea, “o cavaleiro de diferentes domínios. Ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica, ela pertence além disso ao domínio individual e ao domínio social”.

Nesse domínio social situa-se a língua, instrumento da linguagem do qual o homem se vale para sua comunicação. Considerando a língua, em termos saussurianos, como “um produto social da faculdade da linguagem, e um conjunto de convenções adotadas pelo corpo social para permitir o exercício de comunicação entre os indivíduos” (SAUSSURE, 2006, p. 17), a língua corresponde, portanto, a um sistema de signos linguísticos convencional, apreendido pelo falante no período de aquisição de sua linguagem que acontece inicialmente num contexto familiar e que conforme se desenvolve, estende-se aos demais membros no decorrer das gerações, é assim “a arte mais ampla e maciça que se nos depara, cúmulo anônimo do trabalho inconsciente das gerações” (SAPIR, 1971, p. 216).

Assim, observa-se que enquanto fator social, a linguagem constitui, por meio da língua (escrita ou falada), a ferramenta que possibilita ao homem firmar sua identidade, adquirir conhecimento e utilizá-la segundo uma tradição que lhe foi transmitida e repassá-la aos demais de sua geração, compartilhando, dessa forma, sua visão de mundo, sua história e sua cultura. Esse processo contribui para o desenvolvimento e constante renovação da língua.

¹ A primeira publicação dessa obra foi em 1916.

Ao falar, o indivíduo retira do seu sistema linguístico as palavras, unidades abstratas dotadas de significação. De acordo com Biderman (1999, p. 87),

as palavras são elementos da língua e não da fala. [...] de fato as palavras são entidades abstratas que compõem o sistema linguístico. Por sua vez, os discursos são atos de linguagem efêmeros, ao passo que a palavra é um elemento permanente da língua.

A importância da palavra está relacionada a várias dimensões. Evocando palavras mágicas e religiosas, os povos primitivos curavam enfermidades, afastavam maus espíritos, mau presságio, evitavam atrair acontecimentos maléficos e energias negativas. Em muitas culturas acredita-se no poder sobrenatural da palavra, na sua força criadora, sagrada e instituidora do universo. Nessas culturas, a palavra está relacionada ao poder da criação divina. Por meio dela Deus criou o mundo, como por exemplo no livro de João, que ilustra o poder que evoca a palavra: “*no princípio era o verbo. [...] Todas as coisas foram feitas por ele, e sem ele nada do que foi feito se fez*” (JOÃO, 1: 1-3). Dessa forma, numa dimensão mágico-religiosa, observa-se a força instituidora da palavra, a sua importância no ato de evocar, nomear e designar seres, coisas e objetos.

Pela palavra os homens são nomeados, ao receber um nome o indivíduo registra sua identidade, demarca seu lugar no meio em que vive seja familiar, social ou cultural. Por meio da palavra o homem é capaz de nomear e identificar sua realidade e tudo que está ao seu redor, essa capacidade de nomear é própria dos seres humanos, uma vez que, devido a sua necessidade de comunicação o homem precisa nomear os demais seres, coisas, referentes e elementos da natureza para interagir, se relacionar e fazer-se entender no mundo. Como pontua Biderman (1998):

Ao dar nomes aos referentes, o homem os classifica simultaneamente. Assim, a nomeação da realidade pode ser considerada como a etapa primeira no percurso científico do espírito humano de conhecimento do universo. Ao identificar semelhanças e, inversamente, discriminar os traços distintivos que individualizam esses referentes em entidades distintas, o homem foi estruturando o mundo que o cerca, rotulando essas entidades discriminadas (BIDERMAN, 1998, p. 91).

Observa-se assim, a intrínseca relação da palavra com o referente por ela denominado. O processo de nomeação está intimamente ligado ao conhecimento do homem, aos seus valores e crenças como forma de representação da realidade. Como assinala Martins (2002), na sua obra *entre palavras e coisas*,

A arte de dar nome às coisas é arte rara, de difícil execução, pois exige que se olhe para o nome que cada coisa tem por natureza e se saiba exprimir, com letras e sílabas, sua ideia fundamental. Assim, os nomes, por natureza, têm uma certa justeza e nem toda a gente sabe como designar convenientemente as coisas (MARTINS, 2002, p. 50).

É nesse processo de nomear as coisas, seres, objetos e todos os referentes no mundo que situa o léxico, que constitui o acervo vocabular de uma língua, o patrimônio vocabular de um grupo social, o domínio linguístico que melhor retrata a visão de mundo desse grupo e que o possibilita representar a sua realidade “podemos entender que o vocabulário de um grupo social atesta seus valores, suas crenças e também a forma como nomeia os referentes do mundo físico e do universo cultural em diferentes épocas da sua história” (ISQUERDO, 2003, p. 165).

Dessa forma, depreende-se que o léxico de uma língua apresenta uma estreita relação com a história sociocultural de uma comunidade linguística². Por meio do léxico, o indivíduo deixa transparecer a maneira de conceber sua realidade circundante, sua história e cultura. Desse modo, pode ser considerado como produto e produtor de cultura de um grupo social, razão pela qual ele revela diferentes transformações ocorridas na sociedade, refletindo a história dos povos que dele se vale como veículo de comunicação.

Na medida em que o homem se desenvolve e expande seus conhecimentos, aumentam suas necessidades de aprendizagem, fazendo-se necessário que ele amplie e renove o seu acervo vocabular para conviver com as transformações sociais, políticas, econômicas e principalmente tecnológicas que o circundam. Verifica-se então, que é o indivíduo o principal responsável pela expansão e renovação do léxico.

Por meio da interação com os demais membros de seu grupo social e de outros grupos, o usuário da língua estabelece uma relação de ‘troca mútua’, resultando na expansão de seu repertório lexical. Nesses momentos de convivência e interação o homem configura-se como sujeito agente do processo de renovação e ampliação lexical. Contribuindo para reforçar o caráter dinâmico e expansivo do léxico.

Diante dessas considerações acerca do léxico, esta pesquisa tem como principal objetivo verificar a partir de uma amostra do acervo vocabular de falantes da região Sudeste do Brasil,

² Considera-se *comunidade linguística*, neste trabalho, segundo a definição de Elia (1989), como “todo agrupamento humano, dotado de um código verbal comum que, podendo não ser exclusivo, a todos se impõem, por meio de normas que funcionam como força de coesão e solidariedade social” (ELIA, 1989, p. 10).

particularmente dos estados de Minas Gerais/MG, Rio de Janeiro/RJ e Espírito Santo/ES, aspectos da relação entre as dimensões rural e urbana na seleção lexical realizada por esses falantes, e examinar a possível presença de conservadorismos lexicais.

Enquanto objetivos específicos, este estudo busca analisar sob o ponto de vista léxico-semântico e diatópico, e, quando os dados permitirem, também pelos vieses diageracional e diassexual³, o léxico documentado como resposta para cinco perguntas da área semântica das *Atividades Agropastoris* e duas da área da *Fauna*, do Questionário Semântico-Lexical do Projeto ALiB. Buscando na perspectiva diatópica, delimitar possíveis áreas dialetais no universo estudado estabelecendo um paralelo entre os dados oriundos dos três Estados selecionados como espaço de investigação.

Procura ainda, verificar correlações entre o léxico documentado e características de natureza social, cultural e históricas das regiões investigadas e, por extensão, identificar, por meio das unidades lexicais catalogadas possíveis marcas de conservadorismos lexicais na fala dos grupos analisados, a fim de demonstrar a importância desses traços como elementos de preservação e conservação do acervo vocabular, da história e cultura desse grupo.

A opção pelo objeto de pesquisa e a escolha da área geográfica deve-se, em um primeiro momento, ao interesse da pesquisadora pelo tema, voltado para o aspecto da ruralidade na perspectiva do conservadorismo lexical. A esse fator, soma-se a pertinência em se dar continuidade aos estudos do léxico dialetal já realizados na Região Sudeste de forma a ampliar as áreas de investigação nesse espaço geográfico, procurando dessa maneira, contribuir com os estudos do *corpus* do Projeto Atlas Linguístico do Brasil – ALiB⁴, no caso, no nível lexical. E também, mostra-se pertinente a realização desta pesquisa, considerando que embora existam estudos lexicais voltados para o viés rural, do qual Amadeu Amaral foi um dos precursores com *O dialeto caipira* (1920), ainda se observa uma demanda de pesquisas com enfoque nesta área,

³ Os termos diageracional e diassexual tratam respectivamente das seguintes variáveis: idade e sexo (CF. CARDOSO, 2010, p. 50-51).

⁴ O projeto ALiB (Atlas Linguístico do Brasil) de natureza interinstitucional, está sediado na Universidade Federal da Bahia (UFBA) e é coordenado por um Comitê Nacional. Formado por uma diretora executiva, pelos diretores científicos das regionais do Projeto, sob a presidência de Jacyra Andrade Mota. O Projeto ALiB tem como objetivo mais amplo a descrição do português do Brasil, modalidade falada, com enfoque para a dimensão diatópica prevendo como produto final a produção do Atlas Linguístico do Brasil Cf. maiores informações no site do Projeto: <https://alib.ufba.br/>.

sobretudo, trabalhos que abordam a perspectiva do rural e do urbano com enfoque na questão do conservadorismo léxico.

A seleção dos três estados mencionados justifica-se pela necessidade em dar continuidade aos estudos realizados nessa temática na Região Sudeste, como por exemplo, a dissertação de Santos (2019) *Norma lexical no português falado em São Paulo: Reflexões acerca do rural e urbano*, na qual analisou-se uma amostra do léxico relacionado às Atividades Agropastoris com enfoque na relação entre as dimensões rural e urbano no léxico. Outra pesquisa voltada para essa temática situa-se ainda, a dissertação de Mestrado de Marins (2012), *O rural e o urbano: novos e velhos falares no Centro-Oeste do Brasil*. As duas dissertações mencionadas também foram produzidas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens com dados lexicais do Projeto ALiB.

Esta pesquisa tem, pois, o intento de agregar novos conhecimentos e ampliar o rol dos estudos dialetológicos já produzidos no Brasil, dentre eles, as obras *O dialeto caipira* de Amadeu Amaral (1920), e *O linguajar carioca* de Antenor Nascentes (1953), trabalhos pioneiros na área dos estudos dialetais no Brasil, que também trataram da temática da ruralidade. Outro trabalho de referência que vale pontuar aqui, pois está relacionado a uma das regiões que será objeto de investigação deste estudo, é o *Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais – EALMG*, volume I, de autoria de José Ribeiro, Mário Zágari, José Passini e Antônio Gaio, publicado em 1977.

Partindo do pressuposto que o léxico é o domínio da língua que melhor retrata a visão de mundo, os valores, as crenças e os costumes de um povo, analisar o repertório lexical das localidades investigadas permitirá conhecer aspectos de natureza social, cultural e histórico dessas regiões. O registro e a descrição do acervo lexical dos falantes das áreas investigadas, vai contribuir para ilustrar a realidade linguística dessas localidades em pauta de modo a favorecer e enriquecer os estudos no âmbito do léxico.

O *corpus* da pesquisa compreende as denominações fornecidas como resposta a sete perguntas do Questionário Semântico-Lexical – QSL armazenadas na base de dados do Projeto ALiB, em entrevistas realizadas com informantes com o seguinte perfil: faixas etárias – entre 18 a 30 anos e de 50 a 65 anos; sexos – masculino e feminino; escolaridade – Ensino Fundamental (interior - quatro informantes em cada localidade), nascidos e criados na região pesquisada e com pais também de origem da mesma região.

As áreas investigadas compõem a rede de pontos do Projeto ALiB na região Sudeste, sendo: 39 localidades do interior, assim distribuídas: (22 em Minas Gerais, 13 no Rio de Janeiro e quatro no Espírito Santo), nas quais foram entrevistados em cada uma, quatro informantes resultando num total geral de 156 inquéritos.

Para a realização deste estudo busca-se respaldo nos fundamentos da Dialetologia, da Geolinguística, da Sociolinguística e da Etnolinguística. Norteados pelas orientações metodológicas da Geolinguística e como suporte de referência o Atlas Linguístico do Brasil – ALiB. Além disso recorreu-se aos conhecimentos teóricos da Antropologia e da Sociologia Rural, por considerar que essas áreas estão diretamente relacionadas com o estudo do léxico das áreas semânticas contempladas pelo estudo. Ademais, para a abordagem léxico-semântica dos dados, foram consultadas obras lexicográficas antigas Bluteau (1728) e Silva (1813), e atuais como Houaiss (2001) e Aulete (2004).

Este trabalho registra os resultados alcançados com a pesquisa e se estrutura em cinco capítulos. O primeiro capítulo, apresenta uma discussão preliminar dos pressupostos teóricos que embasam o estudo, como contribuições buscadas nas disciplinas Dialetologia, Geolinguística, Sociolinguística e Etnolinguística. Trata também da questão da norma linguística com ênfase para a norma lexical, e da relação entre léxico, cultura e sociedade, uma vez que no domínio lexical, essas três instâncias estão imbricadas, considerando que a heterogeneidade e dinamicidade do léxico estão relacionadas a aspectos de natureza sociocultural. Na sequência, são apresentadas considerações sobre arcaísmos e marcas de conservadorismo linguístico, enfocando a importância do estudo dos antigos falares como meio de preservação lexical e conservação da história e cultura de um povo.

O segundo capítulo empreende uma primeira apresentação dos conceitos de rural e urbano, abordando questões relacionadas ao conceito do vocabulário rural e urbano como recurso de conservação e expansão do léxico. No item seguinte, discute a hipótese do *continuum* no exame dos conceitos de rural e urbano na realidade brasileira.

Na sequência, o terceiro capítulo traz a contextualização histórico-social das localidades investigadas, discutindo questões como o sistema de povoamento e características socioculturais, históricas e linguísticas que singularizam os estados da Federação cobertos pela pesquisa.

O quarto capítulo, centra-se nos procedimentos metodológicos adotados na pesquisa. Para tanto, apresenta-se inicialmente, um panorama dos pressupostos teóricos-metodológicos que orientam o Projeto Atlas Linguístico do Brasil. Em seguida, trata da caracterização e da formação do *corpus* da pesquisa, detalhando o processo de levantamento e organização dos dados, bem como os critérios para o tratamento e análise das unidades lexicais catalogadas.

O quinto e último capítulo, por seu turno, orientado pelos critérios teórico-metodológicos que embasam este estudo apresenta a análise dos dados lexicais apurados numa abordagem quantitativa e qualitativa, focalizando as dimensões diatópica, e quando os dados permitirem, diasexual e diageracional. E na sequência, o capítulo traz a análise semântico-lexical das unidades lexicais que compõem o *corpus* da pesquisa.

Por fim, são apresentados as considerações finais, as referências bibliográficas utilizadas e os anexos.

CAPÍTULO I – LÉXICO: CAMINHANDO POR SUAS INTERFACES

Este capítulo discute pressupostos teóricos que embasaram este estudo, iniciando pelos fundamentos das áreas de conhecimento que se ocupam do estudo do léxico como a Lexicologia, a Dialetoлогия e a Sociolinguística focalizando o seu caráter interdisciplinar, uma vez que a heterogeneidade desse nível linguístico permite abordá-lo sob diversas perspectivas. Na sequência, trata-se acerca da norma linguística mais especificamente a norma lexical. Aborda, também, os fundamentos teóricos relacionados à interface entre o léxico e sua relação com aspectos de natureza sociocultural. Em seguida, são discutidas questões teóricas relativas aos processos de arcaísmo e de conservadorismo linguístico como um recurso de conservação lexical e sua respectiva relação com a história e a cultura dos falantes.

1.1 O léxico numa abordagem interdisciplinar: fundamentações iniciais

O léxico de uma língua é essencialmente heterogêneo por corresponder a um campo aberto em constante expansão por influências de transformações socioculturais ocorridas na sociedade no decorrer do tempo e em determinado espaço.

Assim as comunidades que atingiram tal estágio de civilização, precisaram ampliar sempre mais seu repertório lexical para designar a realidade da qual tomavam consciência, ao mesmo tempo que precisavam rotular as invenções e noções novas por elas desenvolvidas. Eis por que o léxico das línguas vivas usadas pelas sociedades civilizadas vive hoje um processo de expansão permanente. É o léxico o único domínio da língua que constitui um sistema aberto, diversamente dos demais – fonologia, morfologia e sintaxe – que constituem sistemas fechados (BIDERMAN, 1987, p. 94).

Essa heterogeneidade do léxico o configura como o domínio mais dinâmico e mais rico da língua por refletir a realidade extralinguística e retratar o saber linguístico de um grupo social. É nesse entendimento que o léxico pode ser considerado como o patrimônio vocabular e o meio veiculador de valores, crenças e cultura, refletindo assim a realidade sociocultural de um grupo social, como registra Vilela (1979, p. 33): “O léxico contacta diretamente a experiência do mundo real, reflete a multiplicidade do real e constitui o stock, o armazém donde os falantes extraem as palavras conforme as situações. Como o real é heterogêneo, complexo, também o léxico é heterogêneo e complexo”.

Como se pode observar, o caráter aberto e o dinamismo do léxico está diretamente relacionado à realidade extralinguística de uma comunidade, na medida em que o léxico de uma língua retrata a concepção de mundo, o pensamento das diferentes sociedades em termos

sincrônico e diacrônico, o que contribui para o resgate e a conservação da história e da cultura, de uma comunidade de falantes. Nesse particular, Oliveira e Isquierdo (2001, p. 9) assinalam:

Na medida em que o léxico configura-se como a primeira via de acesso a um texto, representa a janela através da qual uma comunidade pode ver o mundo, uma vez que esse nível da língua é o que mais deixa transparecer os valores, as crenças, os hábitos e costumes de uma comunidade, como também as inovações tecnológicas, transformações socioeconômicas e políticas ocorridas numa sociedade.

O estudo do léxico pode se dar sob diferentes enfoques, como por exemplo a sua estrutura ou do seu conteúdo semântico. Quanto ao enfoque estrutural, para efeitos de compreensão, é importante identificar e caracterizar as unidades que compõem a estrutura lexical. As palavras são elementos da língua, assim, situam-se no plano abstrato, configurando-se como o conjunto de realizações discursivas. Já o léxico, situando-se também no plano abstrato, corresponde ao “conjunto abstrato das unidades lexicais”, essas unidades são denominadas de *lexema*. “No caso da unidade lexical, será melhor utilizar o termo *lexema* para denominar as unidades virtuais que compõem o léxico [...]” (BIDERMAN, 1999, p. 88).

Desse modo, tem-se como elementos da língua, em seu plano abstrato – as unidades de realizações discursivas, comumente denominadas pelos falantes do idioma de *palavra* ou *vocábulo*, termos da língua comum assim definidos por Biderman (1999, p. 88): “vamos usar as palavras *vocábulo* ou *palavra* para as realizações discursivas, continuando a longa tradição do português e respeitando a sinonímia implícita na mente dos falantes”. Para nomear o outro elemento componente da língua - as unidades lexicais, que se referem às unidades abstratas do léxico, a lexicógrafa propõe utilizar o termo *lexema* que, de acordo com Vilela (1979, p. 21), “é o elemento da língua, a forma básica, que fundamenta as possíveis formas do discurso e todos os possíveis significados (sentidos ou variantes do discurso) da palavra”.

Já no âmbito concreto da língua, nas manifestações discursivas, Biderman (1999, p. 89) considera que *lexia* é o termo técnico mais adequado a ser utilizado a fim de evitar ambiguidades em relação ao uso de *palavra*, que é o termo utilizado, na linguagem usual, pelos falantes. Dessa forma, no plano concreto, o léxico não somente possui estreita relação com condicionantes extralinguísticos como também se configura como um conjunto representativo da realidade social e cultural de uma comunidade. Nessa perspectiva, Vilela (1979, p. 10) define o léxico como:

[...] o conjunto das unidades léxicas (as unidades que correspondem à representação da realidade extralinguística), ou, a totalidade de palavras lexicais (lexemas). Considera-se assim o léxico como conjunto das palavras lexicais (as palavras que configuram imediatamente a realidade extralinguística).

O caráter aberto e expansivo do léxico possibilita um vasto leque de investigações acerca desse nível linguístico, o que permite estudá-lo sob diversas perspectivas, dada a sua natureza interdisciplinar. Vários são os campos do saber que se ocupam dos estudos lexicais, dentre eles, despontam disciplinas como a Lexicologia, a Lexicografia, a Terminologia, a Dialetoleologia, a Sociolinguística, a Etnolinguística dentre outras que veem no léxico uma importante fonte de pesquisa e investigação.

A Lexicologia é a disciplina que tem o léxico como principal objeto de estudo. Trata-se do ramo da Linguística que visa ao estudo científico e analítico da palavra, “a categorização lexical e a estruturação do léxico” (BIDERMAN, 2001, p. 16). A autora assinala ainda que a Lexicologia mantém correspondência com outras áreas de estudos lexicais, como a Dialetoleologia e a Etnolinguística uma vez que “nessas áreas interdisciplinares fizeram-se estudos sobre Palavras e Coisas, isto é, sobre as relações entre língua e cultura”, fato que confirma o caráter interdisciplinar dos estudos lexicais.

Os estudos lexicológicos remontam à Antiguidade, que vão da Gramática Tradicional à Filosofia. Diversos pensadores como Aristóteles, Demócrito e Foucault já se enveredavam por esses caminhos com o intuito de desvendar os “mistérios” da palavra, de compreender a origem e o sentido desse domínio linguístico. Platão por exemplo, em seus diálogos (Crátilo e Teeteto), discutia numa visão filosófica, a maneira de conceber o elo entre palavras e coisas, quando questiona ao jovem Teeteto: “o que são palavras ?” (MARTINS, 2002, p. 47). Essa autora, na interpretação desse diálogo, assinala que “o nome aparece como instrumento para informar a respeito das coisas e para separá-las, tal como a lançadeira do tecelão serve-lhe para separar os fios da teia” (MARTINS, 2002, p. 49).

Essa disciplina volta-se, portanto, para a delimitação e identificação da forma sistemática do léxico, para a análise de sua estrutura interna e de sua dimensão significativa. Tendo em vista o seu vasto domínio, os lexicólogos encontram no léxico um terreno fértil de investigação pronto para ser explorado, como, por exemplo, no domínio do processo de formação de palavras, da criação de palavras - neologismos dentre outros enfoques.

Também a Dialectologia, outra área que também se ocupa dos estudos lexicais, busca descrever o léxico nos diversos níveis linguísticos: fonético-fonológico, morfossintático, semântico e lexical. Para Cardoso (2010, p. 15) esta disciplina “é um ramo dos estudos linguísticos que tem por tarefa identificar, descrever e situar os diferentes usos em que uma língua se diversifica, conforme a distribuição espacial, sociocultural e cronológica”. Segundo a dialectóloga, na base formativa da Dialectologia dois aspectos são essenciais, quais sejam: reconhecer as diferenças ou as igualdades refletidas na língua e estabelecer relações entre as diversidades linguísticas catalogadas ou entre elas e a ausência de dados registrados (CARDOSO, 2010, p. 25). Esse último aspecto já fora destacado por Rossi (1969), quando considerou a intercomparabilidade de dados espacialmente distribuídos como uma das prerrogativas dos estudos dialetais:

[...] a Dialectologia é uma ciência eminentemente contextual, isto é, [...] o fato apurado num ponto geográfico só ganha luz, força e sentido documentais na medida em que se preste ao confronto com o fato correspondente - ainda que por ausência - em outro ponto ou em outra área [...] (ROSSI, 1969 apud CARDOSO, 2001, p. 28).

Os primeiros passos dos estudos dialetais buscavam registrar apenas as diferenças dialetais distribuídas no âmbito espacial. Pop (1950), ao traçar um perfil histórico das pesquisas dialetais, reconhece o final do século XVIII, como o momento em que esses estudos começam a chamar a atenção dos linguistas. O arcebispo Erik Benzelius (1726); o linguista Johanne Ihre com seu trabalho *Glossarium Suiogothicum* (1769) e o abade Grégoire (1790), são alguns dos nomes que ilustram esse período (POP, 1950, apud CARDOSO, 2010, p. 33).

Porém, é no século XIX, que a Dialectologia vai caminhar a passos firmes, solidificando-se como um ramo de estudo da diversidade das línguas. Na França, grandes nomes como Gaston Paris, Diez Friedrich, e sobretudo, Jules Gillierón contribuíram significativamente para o desenvolvimento dos estudos dialetológicos como salienta Brandão (1991, p. 8), “foi na França que a dialectologia ganhou vulto, tanto que, em 1881, passou a fazer parte do currículo regular da École Pratique des Hautes Études, de Paris”.

Nesse particular, vale ressaltar a obra *Atlas Linguístico da França* – ALF, trabalho produzido por Gillierón com a colaboração de Edmond Edmont e publicado entre 1902-1910. Essa obra constitui um marco na área dialetal e, devido a sua tamanha importância, Gillierón é considerado “o fundador da geografia linguística como método de investigação científica”, método por excelência da Dialectologia (BRANDÃO, 1991, p. 8).

Ainda a respeito de pesquisas e produções dialetológicas, na Itália, merece sublinhar os estudiosos Graziadio Isaia Ascoli e Adrien Balbi, este último com destaque para a publicação do *Atlas Ethnographique du globe*, em 1826, obra na qual o brasileiro Domingos Borges de Barros, o visconde de Pedra Branca, escreve (a pedido de Balbi) uma relação de palavras “que apresentam um rol de oito nomes que mudam de significação e outro de cinquenta nomes usados exclusivamente no Brasil” (CARDOSO, 1999, p. 234).

Já em terra lusófona, como nomes mais exponenciais da Dialetologia portuguesa, tem-se José Leite de Vasconcellos, autor da obra *Esquisse d'une dialectologie portugaise* (1901); Manuel de Paiva Boléo e Lindley Cintra. Diversos estudiosos e pesquisadores prestaram importantes contribuições para instituir e sedimentar a Dialetologia como uma disciplina científica, em especial em Portugal. Neste trabalho, são citados alguns dos mais relevantes, a título de exemplificação.

Em seus primeiros momentos, a Dialetologia teve uma orientação essencialmente diatópica denominada atualmente “Dialetologia Tradicional” focalizando a distribuição e descrição das diversidades linguísticas na dimensão geográfica (diatópica), daí ser tratada numa perspectiva monoareal ou ainda, monodimensional, monogenérica e etc., uma vez que sua metodologia voltava-se para a investigação de apenas uma área (geralmente localidades rurais afastadas dos grandes centros urbanos) tendo como informantes falantes do sexo masculino e de baixo grau de instrução, critério metodológico denominado por Zágari (1998) de *HARAS*, que caracteriza o homem, adulto, rurícola, analfabeto e sedentário, ou como Chambers e Trudgill (1994) os identifica⁵: “A falta de un término establecido para caracterizar a esta población, nos referimos a ellos a lo largo de este libro como *NORMs* [...]” (CHAMBERS; TRUDGILL, 1994, p. 57), que corresponde ao homem sedentário, mais velho, rurícola e analfabeto.

Nesse formato, se iniciam os estudos dialetológicos no Brasil, primeiramente com trabalhos monográficos. Como forma de sistematizar esses estudos, dialetólogos estabeleceram fases para as investigações dialetais, tendo como marco de início e término a produção de obras ou trabalhos científicos voltados para os estudos nessa perspectiva.

⁵ “Na falta de um termo estabelecido para caracterizar essa população, nos referimos a ela no curso deste livro como *NORMs* [...]” (CHAMBERS; TRUDGILL, 1994, p. 57). (Tradução nossa)

A proposta de periodização dessas etapas se deu, primeiramente, por Nascentes (1952, 1953) que apresentou duas fases, Ferreira e Cardoso (1994), por sua vez, propõem três fases, já Mota e Cardoso (2006), retoma a proposta de Ferreira e Cardoso (1994), e propõem quatro fases para a sistematização desses estudos. Romano (2013, p. 206), em trabalho sobre as investigações dialetais no Brasil, compartilha da proposta adotada por Mota e Cardoso (2006) e assim as apresentam: “1ª fase - compreende o período de 1826 a 1920; 2ª fase - compreende o período de 1921 a 1952; 3ª fase - compreende o período de 1953 a 1996; 4ª fase - compreende o período de 1996 aos dias atuais”. A seguir são abordadas cada uma dessas quatro fases, enfocando os trabalhos e acontecimentos mais relevantes de cada uma delas.

Desse modo, a gênese dos estudos dialetais no Brasil, segundo Mota e Cardoso (2006), data de 1826 e se caracteriza pela produção de trabalhos de natureza lexicográfica. A primeira semente a germinar nesse terreno pertencente à primeira fase da Dialetologia foi o trabalho de Domingos Borges de Barros, Visconde de Pedra Branca (MOTA; CARDOSO, 2006, p. 17).

Coube ao estudioso Amadeu Amaral inaugurar a segunda fase, publicando em 1920 *O dialeto caipira*, primeiro trabalho sistemático na área de caráter monográfico. Amaral⁶ ([1920], 1976, p. 43) referindo à sua obra, assinala “o que pretendemos neste desprezioso trabalho [...] é caracterizar esse dialeto “caipira”, ou, se acham melhor, esse aspecto da dialeção portuguesa de S. Paulo”. Ainda nessa fase, vale destacar também a obra *O linguajar Carioca* de Antenor Nascentes publicada em 1922, e a produção de Mário Marroquim intitulada *A língua do Nordeste* de 1934.

A terceira fase, por sua vez, segundo Mota e Cardoso (2006), que consideraram a proposta de Ferreira e Cardoso (1994), inicia-se em 1952, ano em que o Governo brasileiro publica o Decreto 30.643 de 20 de março, e define neste documento as finalidades da Comissão de Filologia da Casa de Rui Barbosa, sendo a principal delas situada no artigo 3º, a elaboração do Atlas linguístico do Brasil. Outras produções também contribuíram para os estudos dialetais nessa fase, dentre elas o Guia para estudos dialetológicos (1957) de Serafim da Silva Neto, e a publicação das *Bases para a elaboração do atlas linguístico do Brasil* (1958) de Antenor Nascentes. No entanto, o marco mais notório desse momento deve-se à publicação do primeiro atlas linguístico regional brasileiro: o Atlas Prévio dos Falares Baianos - APFB (1963) de

⁶ A primeira edição dessa obra foi publicada em (1920), para esta pesquisa valemo-nos da 3ª edição publicada em (1976), pela editora Hucitec.

Nelson Rossi com a colaboração de Dinah Isensee e Carlota Ferreira. Com a elaboração desse atlas “inicia Rossi a sua empreitada dialetológica na Bahia, tornando-se o pioneiro na aplicação da geografia linguística no Brasil” (CARDOSO, 2010, p. 138-141). A partir do APFB (1963), diversos outros atlas regionais foram produzidos.

Atendendo à finalidade contida no artigo 3º do Decreto 30. 643 de 20 de março de 1952, anteriormente mencionado, são retomados os procedimentos para a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil, feito que se dá em 1996 com a implantação do Projeto Atlas Linguístico do Brasil – Projeto ALiB, tema a ser tratado no capítulo IV. Esse acontecimento inicia a quarta fase dos estudos dialetais no Brasil, conforme a periodização proposta por Mota e Cardoso (2006). A respeito desse período, as autoras registram

[...] essa nova fase coincide com a incorporação dos princípios implementados pela Sociolinguística a partir da década de 60 do século passado, abandonando-se a visão monodimensional, monoestrática, monogeracional, monogenérica, monofásica, etc. - que predominou na geolinguística hoje rotulada de “tradicional” (MOTA; CARDOSO, 2006, p. 21).

A quarta fase inaugura então, uma nova perspectiva da Dialetologia que, numa interface com a Sociolinguística constitui a Dialetologia contemporânea, que considera, além da dimensão diatópica, outros parâmetros como o social (diastrático), o diageracional, o diassexual, o diafásico, entre outros, uma vez que essas variáveis são condicionantes que interferem no modo de falar do indivíduo. “São, assim, duas diretrizes, dois caminhos, no exame do fenômeno linguístico, que se identificam nos estudos dialetais: a perspectiva diatópica e o enfoque sociolinguístico” (CARDOSO, 2002, p. 1).

Conforme o exposto, para o registro dos dados documentados pelas pesquisas dialetológicas de forma sistemática, tem-se as contribuições da Geografia Linguística, modernamente denominada Geolinguística, área de conhecimento que surgiu no século XIX, e que consiste num método de mapeamento cartográfico da realidade linguística que visa a registrar as diferenças no modo de falar de um grupo social num determinado espaço geográfico e representá-las por meio de mapas linguísticos. Assim, a Geolinguística ocupa-se da distribuição da língua no espaço, o que permite o registro de fatos dessa língua em mapas linguísticos-cartográficos que compõem os Atlas Linguísticos. Segundo Coseriu (1982, p. 79),

[...] a Geolinguística trata da distribuição da língua no ambiente, ou seja, da propagação espacial dos fatos linguísticos: na medida em que se considera a terra como habitat natural do homem e, ao mesmo tempo, consideram

pertinente ao seu objeto todas as realizações humanas que tenham extensão no espaço.

Dessa forma, atualmente, os estudos dialetológicos buscam registrar, analisar e cartografar sistematicamente a língua e suas variações, num determinado espaço geográfico, visando a descrever e documentar cartograficamente os usos linguísticos de um grupo social, com enfoque no eixo espacial e social. Conforme Cardoso (2002, p. 10),

A Dialectologia e especificamente os estudos geolinguísticos deixam de apresentar-se numa visão predominantemente diatópica e passam a exibir, também cartograficamente, dados de natureza social. [...]. E aí estaria “o novo”, a novidade não encontrada em tempos pretéritos nem amplamente explorada como se verifica hoje – à diversidade de espaços físicos e geopolíticos junta-se a consideração dos parâmetros diagenérico, diageracional, diastrático, diafásico e diarreferencial.

A dialetóloga registra ainda que em relação à Geolinguística “no Brasil, assim e hoje em dia, vem procurando agregar à preocupação diatópica a busca de dados de natureza sociolinguística que permitirão uma ‘fotografia’ mais completa da realidade do português brasileiro” (CARDOSO 2002, p. 14). Essa nova orientação metodológica caracteriza a Geolinguística Pluridimensional que, além de incorporar os fatores de natureza sociolinguística, ampliando seu campo de estudo, considera outros dados de análise como os morfossintáticos, os pragmáticos-discursivos, os metalinguísticos etc. (MOTA; CARDOSO, 2006, p. 23).

Nesse sentido, observa-se a interface da Dialectologia com a Sociolinguística ao centrar seu campo de estudo na descrição e análise da diversidade linguística, uma vez que ambas as disciplinas, considerando o caráter heterogêneo da língua, focalizam a variação linguística e sua relação com fatores sociais, ou seja, a diversidade linguística observada dentro do contexto social. Tratando dessa interface, em um estudo intitulado *Quando Dialectologia e Sociolinguística se encontram*, Callou (2010, p. 35) registra: “são, assim, Dialectologia e Sociolinguística duas perspectivas de observação e análise da língua que não se opõem, mas sim se encontram e se complementam”.

Tendo em vista que é por meio da língua que os indivíduos se interagem na sociedade, e que esse processo interativo se dá por meio da língua falada um domínio heterogêneo e diversificado, é, portanto, passível e receptivo de variação dentro de uma comunidade linguística. E nesse contexto situa-se a Sociolinguística, que de acordo com Alkmin (2006, p. 31),

[...] podemos dizer que o objeto da Sociolinguística é o estudo da língua falada, observada, descrita e analisada em seu contexto social, isto é, em situações reais de uso. Seu ponto de partida é a *comunidade linguística*, um conjunto de pessoas que interagem verbalmente e compartilham um conjunto de normas com respeito aos usos linguísticos.

A Sociolinguística, portanto, vai percorrer os caminhos da diversidade linguística, a fim de analisar, descrever e sistematizar essa diversidade, que decorre devido, dentre outros fatores, de variações geográficas (diatópicas), sociais (diastráticas), contextuais ou de estilo (diafásicas) e culturais. É nesse aspecto que se observa a relação da língua com fenômenos sociais e culturais, a diversidade linguística é resultado dessa relação. Em consonância com esse entendimento, Cezario e Votre (2001, p. 141), tratando acerca dessa disciplina, assim se posicionam:

A Sociolinguística é uma área que estuda a língua em seu uso real, levando em consideração as relações entre estrutura linguística e os aspectos sociais e culturais da produção linguística. Para essa corrente, a língua é uma instituição social e, portanto, não pode ser estudada como uma estrutura autônoma, independente do contexto situacional, da cultura e da história das pessoas que a utilizam como meio de comunicação.

Os estudos nessa área já se anunciavam antes mesmo da Sociolinguística se consolidar como um ramo de estudo da Linguística, de acordo com Calvet (2002), pesquisadores como o linguista Antoine Meillet (1866-1936) e o inglês Basil Bernstein (1924-2000, especialista em sociologia da educação), filiados às perspectivas sociológicas de Émile Durkheim, podem ser considerados precursores da Sociolinguística já que consideravam em suas investigações a língua enquanto fator social, focalizando, desta forma, a questão da diversidade linguística.

Ainda a propósito da constituição da Sociolinguística como área de conhecimento Bachmann et al (1981 apud ALKMIN, 2006) considera que nesse terreno vão se encontrar estudiosos de diversas áreas do conhecimento como Labov (1963), Dell Hymes (1962) e outros especialistas do campo da Sociologia e da Psicologia, por exemplo. Somam-se a esses estudiosos, pesquisadores que também seguiram pelos caminhos da Antropologia Linguística como F. Boas (1911) e seus discípulos Edward Sapir (1921) e Benjamin L. Whorf (1941), o nascimento da Sociolinguística se dá, portanto, num viés interdisciplinar em oposição à corrente gerativista de Chomsky (BACHMANN et al 1981, apud ALKMIM, 2006, p. 29).

A Sociolinguística desponta enquanto área da Linguística na década de 1960, a partir de um congresso realizado de 11 a 13 de maio de 1964, organizado pelo linguista William Bright (1928-2006), na Universidade da Califórnia em Los Angeles. Esse evento contou com a

participação de diversos estudiosos como, por exemplo, John Gumperz, Einar Haugen, William Labov, Dell Hymes, José Pedro Rona etc., para discutirem sobre variados temas relacionados à Sociolinguística. A respeito desse evento Calvet (2002, p. 22) pontua o seguinte: “o encontro de maio de 64 marca, com efeito, o nascimento da sociolinguística”.

No entanto, foi com William Labov, que a Sociolinguística ganhou maior ênfase e proporção como um campo de estudos científicos ligado à Linguística. Receptivo às contribuições de Meillet, Labov perseverou nos estudos da língua como um fato social (CALVET, 2002), definindo a variação linguística como objeto de estudo da Sociolinguística. “Labov vê a linguística como uma ciência do social; dessa forma, a sociolinguística equivale à linguística com ênfase na atenção às variáveis de natureza extralinguística” (CEZARIO; VOTRE, 2001, p. 146). A partir de seus trabalhos, particularmente a pesquisa sobre a comunidade da ilha de Martha’s Vineyard, no litoral de Massachusetts, em 1963, inaugurou um modelo no campo sociolinguístico denominado de Sociolinguística Variacionista ou Quantitativa.

Em se tratando da variação linguística, no domínio do léxico, particularmente se evidencia essa diversidade, já que o léxico, em razão de seu caráter aberto e dinâmico, relaciona-se com elementos sociais e culturais, influenciando e recebendo influências desses elementos. Nesse sentido, o léxico pode ser visto como um instrumento revelador e transmissor da cultura de um grupo social, posto que se constitui como um elemento integrante dessa cultura. Conforme a definição de Biderman (1992, p. 399),

O léxico é o tesouro vocabular de uma língua, incluindo a nomenclatura de todos os conceitos linguísticos e não-linguísticos e de todos os referentes do mundo físico e do universo cultural do presente e do passado da sociedade. Esse tesouro constitui o patrimônio da sociedade, juntamente com outros símbolos da herança cultural.

Essa relação entre léxico e cultura despertou a atenção de estudiosos de diversas áreas, como linguistas, antropólogos e etnolinguistas. E, no interesse por estudar a relação entre linguagem e cultura, várias pesquisas foram empreendidas. O marco desses estudos se dá com o movimento *Wörter und Sachen*, que considera a linguagem (particularmente o léxico) em relação com as coisas as quais se referem, tendo em consideração o meio e buscando nos referentes (coisas) a explicação da palavra (MOUTON, 1987, p. 49).

Nesse sentido, trabalhos como de Frei Martín Sarmiento; de Jovellanos, seguidor de Sarmiento, com o seu *Projeto de um Vocabulário do dialeto de Asturias*, assim como outros estudiosos além de pesquisas como as de Malinowski e de Levis-Strauss na Antropologia; e na Linguística, o atlas ítalo-suíço de Jakob Jud e Karl Jaberg (1928) *o Sprach - und Sachatlas Italiens und der Südschweiz - AIS*, que segundo Mouton (1987, p. 61), ao contemplar em seu questionário recolha de dados culturais, abre caminho para a elaboração dos Atlas linguísticos etnográficos. Em relação ao AIS, a autora registra ainda que, a partir de sua elaboração, a Geolinguística, adepta do movimento *palavras e coisas*, passa a considerar em sua metodologia a relação entre linguagem e cultura, o que denota a interface entre Geolinguística e Etnolinguística.

Ratificando esse entendimento, vale retomar aqui as palavras de Biderman (2001, p. 16) quando chama a atenção para o caráter interdisciplinar de disciplinas como a Lexicologia, a Dialectologia e (por extensão a Geolinguística) e a Etnolinguística, que têm o léxico como foco de estudo, pontuando que nessas áreas fizeram-se estudos sobre Palavras e Coisas, ou seja, sobre a relação entre língua e cultura.

Esses pesquisadores e respectivas obras ilustram as primeiras empreitadas no campo dos estudos etnolinguísticos, configurando-os como nomes pioneiros nos passos pelo terreno da Etnolinguística ou, nas palavras de Duranti (2000), da Antropologia Linguística que, segundo esse autor, se ocupa do “estudo da linguagem como um recurso da cultura, e da fala como uma prática cultural” (DURANTI, 2000, p. 21).

Nascida nos fins do século XIX, a Etnolinguística teve como principais expoentes Franz Boas, Edward Sapir, Whorf e Greenberg, aos quais se seguiram investigações que relacionam Linguística e Antropologia. É nesse ponto de intersecção que se situa a Etnolinguística, disciplina que, de um modo geral, tem como objeto de estudo a linguagem numa relação com a civilização e a cultura. Por ser uma disciplina de ampla definição, sua terminologia tem causado muitas divergências e imprecisões, fato que careceu de delimitação. Coseriu⁷ (1978a, p. 10), reconhecendo essa amplitude e imprecisão em relação à terminologia, busca precisar as tarefas e definir o objeto de estudo dessa disciplina e, para tanto, concebe a Etnolinguística

⁷ Esse conteúdo foi abordado por Coseriu (1978), na conferência de abertura do 1º Congresso Nacional de Sócio e Etnolinguística, realizado em João Pessoa, em 1978. Devido a impossibilidade de consulta aos anais do congresso, que já se encontram publicados, utiliza-se aqui uma cópia mimeografada da conferência proferida naquela ocasião.

como uma disciplina (linguística e não etnológica ou etnográfica), voltada ao estudo da linguagem em relação com a civilização e com a cultura.

Considerando a relação entre linguagem e cultura, Coseriu (1978a, p. 12-13) também propõe uma divisão para a Etnolinguística, a depender do domínio a ser investigado, se a linguagem ou se a cultura. Se o objeto de investigação é a linguagem, se tratar dos fatos linguísticos determinados pelos saberes em relação às coisas, faz-se Etnolinguística propriamente dita ou linguística etnográfica, se ao contrário, o objeto de estudo for a cultura, os saberes das coisas manifestados pela linguagem, e da própria linguagem enquanto uma forma de cultura, faz-se etnografia linguística, e tratando somente da linguagem como manifestação cultural, tem-se a etnografia da linguagem (COSERIU, 1978a, p. 13).

A abordagem da relação entre linguagem e cultura, de acordo com Coseriu⁸ (1978a, p. 17), pode realizar-se conforme três perspectivas de análise:

a) el lenguaje mismo es una forma primaria de la “cultura”; b) el lenguaje refleja la cultura no-lingüística; es decir que manifiesta los “saberes”, las ideas y creencias acerca de la “realidad” conocida (también acerca de las realidades sociales [...]); c) no se habla sólo con el lenguaje como tal, con la “competencia lingüística”, sino también con la “competencia extralingüística”, con el “conocimiento del mundo”, con los saberes, ideas y creencias acerca de las “cosas” y estos conocimientos influye sobre la expresión lingüística y la determina en alguna medida.

Dessas três perspectivas, são as duas últimas que, na visão coseriana, justificam a disciplina Etnolinguística. Dessa forma, verifica-se que a cultura extralingüística – os saberes, o conhecimento acerca da realidade reflete na maneira de nomear as coisas inseridas nessa realidade, resultando na conservação e também na inovação do acervo vocabular de um grupo social. No entanto, vale considerar que esse processo não ocorre em via única, uma vez que a língua, condicionada por fatores geográficos, sociais e históricos, também influi sobre os indivíduos, revelando sua cultura. Dessa via de mão dupla resulta a relação entre língua e cultura.

⁸ “a) a linguagem em si mesma é uma forma de cultura; b) a linguagem reflete a cultura não linguística; manifesta os saberes, as ideias e crenças acerca da realidade conhecida e também acerca das realidades sociais [...]; c) não se fala somente por meio da linguagem enquanto “competência linguística”, mas também através da “competência extralingüística”, com o conhecimento do mundo - os saberes, ideias, crenças acerca das coisas, e estes saberes influenciam e determinam a expressão linguística de alguma maneira” (COSERIU, 1978a, p. 17). (Tradução nossa)

Nesse sentido, os estudos lexicais, na atualidade, consideram a relação da língua com fatores socioculturais. Esse enfoque no âmbito da Etnolinguística, configura-se como uma retomada ao movimento *Wörter und Sachen* de uma forma atualizada.

El enfoque sociolingüístico, que marca las últimas tendencias de trabajo, no puede hacer ignorar el movimiento de vuelta a las raíces, el intento de recuperar las fiestas y los usos que se observa en la sociedad actual y que, si bien resulta forzado en algunos casos, puede conducir a una vuelta atrás o a una valoración de esquemas que se creyeron superados. Como consecuencia, surge la Etnolingüística [...] que, con sus planteamientos más amplios, viene a ser la cara remozada del método Palabras y cosas en su adaptación a la realidad actual (MOUTON⁹, 1987, p. 72).

No tópico seguinte, são tecidas considerações teóricas acerca da norma linguística com ênfase para a norma lexical.

1.2 Norma linguística: algumas considerações

É fato notório que a diversidade linguística presente no vocabulário do indivíduo e no acervo vocabular do grupo social a qual ele se insere, está diretamente relacionada, como já mencionado, a fatores de ordem linguística, social, cultural e histórica. A congruência entre esses condicionantes contribui para a expansão e o enriquecimento do vocabulário desse indivíduo bem como permite situá-lo e identificar o grupo social a que pertence.

É pela fala, atividade humana que se realiza individualmente, que a variação linguística se manifesta, uma vez que a língua falada heterogênea, diversificada e frequentemente dotada de variações. Sendo individual torna-se flexível e varia, mudando de indivíduo para indivíduo, a depender das situações, do contexto e do grupo a que esse indivíduo pertence. A fala corresponde, assim, ao conjunto de realizações concretas da língua, o que permite inferir que sem o uso individual (fala), a língua permaneceria estática.

Nota-se, então, que os falantes de um mesmo sistema linguístico, porém de regiões diferentes, revelam características linguísticas diversificadas e, se pertencendo a mesma região, também grosso modo não falam da mesma forma, tendo em vista que a heterogeneidade da fala

⁹ “O enfoque sociolingüístico, que marcam as últimas tendências de trabalho, não pode ignorar o movimento de volta às raízes, a intenção de recuperar as festas e os usos que se observa na sociedade atual e que, se bem resulta forçado em alguns casos, pode conduzir a um retorno ou a uma valorização de esquemas que se acreditavam superados. Como consequência disso, surge a Etnolingüística [...] que, com umas abordagens mais amplas, vem a ser uma atualização do método *Palabras e coisas* adaptada à realidade atual” (MOUTON, 1987, p. 72). (Tradução nossa)

se relaciona a condicionantes linguísticos como a pronúncia, a tonicidade, a entonação, a preferência por determinadas construções frasais, entre outros.

Da mesma maneira, condicionantes extralinguísticos como a permanência ou mobilidade geográfica, a estratificação social, as diferenças de ordem biológica como idade e sexo, dentre outros, individualizam esse falante, influenciando no seu modo particular de usar a língua e desse com os demais membros de seu grupo linguístico. “Toda comunidade se caracteriza pelo emprego de diferentes modos de falar. A essas diferentes maneiras de falar, a Sociolinguística reserva o nome de *variedades linguísticas*” (ALKMIM, 2006, p. 32).

É neste modo particular, de cada grupo social se expressar que se situa a norma linguística. Em um mesmo sistema linguístico convivem diferentes normas linguísticas, conforme os diversos grupos sociais. Assim, tem-se a norma padrão, a norma culta, a norma popular, a norma regional etc. Como registra Coseriu (1978b, p. 89),

Dentro de la misma comunidad lingüística nacional y dentro del mismo sistema funcional pueden comprobarse varias normas (lenguaje familiar, lenguaje popular, lengua literaria, lenguaje elevado, lenguaje vulgar, etcétera), distintas sobre todo por lo que concierne al vocabulario, pero a menudo en las formas gramaticales y en la pronunciación¹⁰ [...].

Sublinhe-se que essas normas linguísticas podem se manifestar em todos os domínios da língua: fonológico, morfológico, sintático e sobretudo, devido ao seu caráter aberto, no nível lexical. Nesse particular, veja-se por exemplo, neste estudo, enquanto informantes do estado de Minas Gerais utilizam o item lexical *diarista* para denominar “o homem que é contratado para trabalhar na roça de outro, e que recebe por dia de serviço” (61/QSL/ALiB), alguns falantes do Espírito Santo utilizam *peão* para denominar o mesmo referente.

A preferência pelo uso de uma determinada forma em detrimento de outras justifica-se, dentre outros aspectos, pela necessidade de o indivíduo acompanhar as novas realidades e necessidades surgidas em seu grupo social que exigem novas formas de nomeação. A esse recurso dá-se o nome de *variantes linguísticas* que, segundo Tarallo (1986, p. 8), corresponde

¹⁰ “Dentro de una misma comunidad lingüística nacional e dentro de un mesmo sistema funcional, podem se verificar várias normas (linguagem familiar, linguagem popular, língua literária, linguagem elevada, linguagem vulgar, e etc), diferentes sobretudo no que concerne ao vocabulário, porém, às vezes também nas formas gramaticais e na pronúncia [...]” (COSERIU 1978b, p. 89). (Tradução nossa)

às “diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto, e com o mesmo valor de verdade”.

Ressaltam-se, aqui, as contribuições pioneiras de Coseriu (1980) referente à noção de norma linguística que, ampliando a perspectiva dicotômica entre *langue* e *parole* defendida por Saussure (1916), introduz a noção de norma propondo um nível intermediário entre a língua e a fala que corresponde à norma, esta, segundo o autor, “é fato tradicional, comum e constante, ainda que não necessariamente funcional: todo fato que se diz e se entende dessa maneira e não de outro modo” (COSERIU, 1980, p. 122).

De acordo com esta divisão tripartida proposta pelo linguista romeno no capítulo *sistema, norma e fala* da sua obra, a norma corresponde ao conjunto de realizações concretas do sistema e representa o primeiro grau de abstração, “un sistema de realizaciones obligadas, de imposiciones sociales y culturales, y varía según la comunidad¹¹” (COSERIU, 1978b, p. 98). O linguista defende ainda que o sistema se situa num plano de abstração mais elevado do que a norma e configura-se como um

[...] sistema de posibilidades, de coordenadas que indican caminos abiertos y caminos cerrados: puede considerarse como conjunto de imposiciones, pero también, y quizá mejor, como conjunto de libertades, puesto que admite infinitas realizaciones¹² [...].

Já o conceito de fala, conforme o mesmo estudioso, corresponde à face individual, e compreende o conjunto de realizações concretas da língua. Resumindo, em termos coserianos, a fala corresponde ao real individual, a norma, o real coletivo e a língua ao virtual coletivo. A norma representa a realização da língua, e a fala, a realização da norma.

Adotando a aceção de normalidade e seguindo a noção de norma defendida por Coseriu (1978b; 1980), Faraco (2008, p. 37) conceitua norma como “determinado conjunto de fenômenos linguísticos (fonológicos, morfológicos, sintáticos e lexicais) que são correntes, costumeiros, habituais numa dada comunidade de fala”. Nesse contexto, para Faraco (2008),

¹¹ “Um sistema de realizações obrigatórias, de imposições sociais e culturais, e varia segundo a comunidade” (COSERIU, 1978b, p. 98). (Tradução nossa)

¹² “[...] é um sistema de possibilidades, de coordenadas que indicam caminhos abertos e caminhos fechados: pode considerar-se como conjunto de imposições, mas também, e talvez melhor, como conjunto de liberdades, posto que admite infinitas realizações[...].” (COSERIU, 1978b, p. 98). (Tradução nossa)

norma “se identifica com normalidade, ou seja, com o que é corriqueiro, usual, habitual, recorrente (“normal”) numa certa comunidade de fala” (FARACO, 2008, p. 37).

Em se tratando do conceito de norma podem ser consideradas ainda duas acepções, a primeira diz respeito àquilo que é normativo, prescritivo enquanto a segunda remete ao que é normal, à normalidade, à maneira usual e comum de usar a língua, verificada na língua falada. Na primeira, situa-se a norma padrão, de prestígio, enquanto a segunda refere-se à norma popular, regional, conforme ratifica Lucchesi (2012, p. 58):

O termo NORMA comporta, como já foi enfatizado pela literatura existente, dois conceitos distintos [...]. A língua expressa essa polarização através de duas derivações possíveis do substantivo NORMA, que resultam nos adjetivos NORMAL e NORMATIVO. Por NORMAL se entende o que é habitual, costumeiro, tradicional dentro de uma comunidade, já o adjetivo NORMATIVO remete a um sistema ideal de valores, que, não raro, é imposto dentro de uma comunidade.

Verifica-se, pois, que cada grupo social adota formas linguísticas peculiares, que lhe são próprias e seus membros utilizam-nas cotidianamente adequando a cada contexto situacional. Essa diversidade de formas, as diferentes maneiras de uso da língua que um grupo assume como acervo linguístico pelos seus falantes configura-se como norma linguística deste grupo, é o que, segundo Faraco (2008, p. 42), “designa o conjunto de fatos linguísticos que caracterizam o modo como normalmente falam as pessoas de uma certa comunidade [...]”.

Pela norma é possível identificar um determinado grupo social, verificando por exemplo procedência geográfica, a predominância dos estratos sociais e outros aspectos de natureza sociocultural. É assim que “uma norma, qualquer que seja, não pode ser compreendida apenas como um conjunto de formas linguísticas; ela é também (e principalmente) um agregado de valores socioculturais articulados com aquelas formas” (FARACO, 2008, p. 43).

O conceito de norma é também discutido por Biderman (2001) que, retomando o postulado de Coseriu acerca da tricotomia *sistema, norma e fala* pontua a diferença entre o sistema e a norma. Para a lexicóloga, a norma é impositiva, “um sistema de realizações obrigatórias, de imposições sociais e culturais, e varia segundo a comunidade”, enquanto o sistema, situa-se no eixo das escolhas possíveis. Segundo a autora, norma é “um conjunto de liberdades, já que admite infinitas realizações e só exige que não se afetem as condições

funcionais do instrumento linguístico: antes que ‘imperativa’, sua índole é consultiva” (BIDERMAN, 2001, p. 20).

A extensa área territorial do Brasil, somada ao seu processo de formação e povoamento, iniciados com a colonização do território a partir do século XVI, contribuiu para o surgimento de uma variedade de normas linguísticas regionais no Brasil que, por sua vez, resultou num mosaico linguístico, devido ao contato dos colonizadores com os nativos e, posteriormente, com a grande demanda de negros africanos que aportaram o território brasileiro na condição de escravos. O quadro linguístico atual é o resultado dessa miscigenação de línguas iniciada na época da colonização e que prevalece até os dias atuais, evidenciando a dicotomia entre classes sociais, como defende Lucchesi (2012, p. 70):

Essa dicotomia entre a fala das elites cultas orientada para o padrão europeu e a fala da grande maioria da população brasileira, marcada por amplo processo de variação produzido pelo contato massivo do português com as línguas africanas e indígenas, dará o tom do cenário linguístico brasileiro [...].

Em relação à diversidade de normas, particularmente no Brasil, Biderman (2001, p. 20) assinala que “uma primeira distinção se faz necessária: existe uma *norma geral* - a da sociedade global ou da nação - a as *normas* parciais, regionais, ou as normas dos grupos minoritários dentro da comunidade”. Dentre essa pluralidade de normas, cada grupo vai eleger aquela que melhor se adéque às suas necessidades e a sua realidade geográfica e sociocultural. “Diferentes grupos sociais, por terem histórias e experiências culturais diversas, usam sim normas diferenciadas [...]” (FARACO, 2008, p. 39). Nesse sentido, o mesmo estudioso em relação à realidade linguística em particular, a brasileira, assinala:

Assim, numa sociedade diversificada e estratificada como a brasileira, haverá inúmeras normas linguísticas, como, por exemplo, normas características de comunidades rurais tradicionais, aquelas de comunidades rurais de determinada ascendência étnica, normas características de grupos juvenis urbanos, normas características de populações das periferias urbanas, e assim por diante (FARACO, 2008, p. 42-43).

É, pois, no âmbito da norma lexical, no domínio do léxico que se verifica com maior nitidez e abrangência essa diversidade linguística. “[...] É provável que as diferenças regionais afetem mais de perto a norma oral, e nesta, os níveis fonológico e lexical. Entretanto, são precisamente esses níveis que apresentam os maiores índices de variação” (CASTILHO, 2012, p. 29). Sobretudo, a dimensão diatópica vai delinear o leque de nuances linguísticas.

Pela norma lexical pode-se, portanto, verificar a variedade vocabular característica de cada região o que denota a dinamicidade do léxico. O desenvolvimento da industrialização no Brasil, nas primeiras décadas do século XX, ocasionou o processo de mobilidade interna no país, onde grupos humanos saíram de uma região para outra em busca de trabalho e de melhores condições de vida, o que resultou no crescimento dos centros urbanos. Somados a esses fatores a difusão dos meios de comunicação de massa acarretaram mudanças e transformações socioculturais no Brasil. Ao considerar que com a migração do homem para as diversas regiões do país, as palavras com ele também se deslocaram, esses acontecimentos, conseqüentemente, levaram a alterações, a mudanças e a expansão da norma lexical na variante brasileira. Sobre isso, Isquierdo (1998, p. 225) assinala que:

[...]Condicionantes de natureza sócio-histórico-cultural e físico-geográfica motivaram o surgimento de vários “matizes” na língua portuguesa do Brasil - falares regionais que convivem harmoniosamente entre si no vasto território brasileiro deixando transparecer, na unidade, as diversidades regionais e culturais refletidas no âmbito da linguagem.

Em face disso, deve-se considerar que tratar da norma lexical implica considerar a questão dos regionalismos, fato bastante complexo e problemático que os lexicógrafos, em particular, enfrentam no que se refere à definição dos critérios para a classificação de um item lexical como regionalismo ou brasileirismo. Na busca de resolver o problema da classificação desses elementos, Biderman (2001) adota o conceito de regionalismo de Boulanger (1985) adaptando-o à situação linguística brasileira. Assim a lexicóloga brasileira define regionalismo como

[...] fato linguístico (palavra, expressão, ou seu sentido) próprio de uma ou de outra variedade regional do português do Brasil, com exceção da variedade usada no eixo linguístico Rio/São Paulo, que, se considera como o português brasileiro padrão, isto é, a variedade de referência, e com exclusão também das variedades usadas em outros territórios lusófonos (BIDERMAN, 2001, p. 136).

No âmbito da norma lexical brasileira, os regionalismos configuram-se como um ponto muito relevante para o estudo do léxico, uma vez que correspondem a marcas linguísticas inerentes do vocabulário de determinado grupo linguístico situado em áreas geográficas específicas. Para Isquierdo (2009, p. 44), regionalismo compreende a

[...] (Palavras que integram a norma lexical dos habitantes de um determinado espaço geográfico, cuja dimensão depende do ângulo tomado como objeto de

investigação - um município, um estado, uma região administrativa, um país...) no uso da língua por uma comunidade linguística.

Demarcar a abrangência e classificar um item lexical como regionalismo requer dos estudiosos do léxico empenho e constância, tendo em vista que esses trabalhos auxiliam na descrição da norma lexical. Pelo exposto, observa-se que a questão dos regionalismos ainda carece de estudos e investigações mais profundas, com vistas a delimitar e estabelecer os critérios que permitam classificar uma unidade lexical como regional e, por extensão, identificar de forma clara e sistemática as normas lexicais distribuídas pela vasta extensão do território brasileiro.

Nesse particular, os estudos geolinguísticos, particularmente o Atlas Linguístico do Brasil e os demais atlas de cunho regional, são obras que contribuem para esse propósito. Como ressalta Isquerdo (2006, p. 14), “[...] o atlas linguístico do Brasil - fornecerá dados concretos sobre a norma lexical atualizada nos diferentes estados da Federação, o que propiciará a delimitação e a distribuição de regionalismos [...]”.

No tópico seguinte, focaliza-se a relação do léxico com aspectos de natureza sociocultural, uma vez que estudar o léxico implica considerar questões relacionadas com a sociedade e a cultura de um grupo.

1.3 Léxico e suas relações com o contexto sociocultural

Dado o caráter heterogêneo e a natureza multifacetada do léxico, pelo seu estudo é possível inferir que esse nível da língua apresenta interação com diversas áreas, campos e instâncias dos saberes. Em vista disso, nos variados caminhos que o léxico percorre, vai estabelecendo relações, realizando interseções e interfaces, o que resulta no seu caráter interdisciplinar.

Dentre essas relações, situa-se o tripé léxico, cultura e sociedade, tendo em vista que o indivíduo está inserido numa determinada sociedade que é formada e sustentada por uma orientação cultural, ou seja, valores, visão de mundo, princípios e religião que, por sua vez, é transmitida por meio da língua. Assim, as transformações ocorridas na sociedade e sua cultura refletem-se diretamente no acervo lexical, razão pela qual faz-se necessário considerar a estreita relação entre essas instituições, buscando-se, para tanto, aportes teóricos da Antropologia Linguística e da Sociologia.

No século XIX, os estudos que tratam do contexto entre língua e cultura ganharam maior visibilidade e atenção. Um dos expoentes que abriu caminho nessa seara, foi W. Von Humboldt (1767-1835), pois a partir de suas concepções os estudos linguísticos vão considerar o aspecto antropológico na língua, noção explorada pela Antropologia Linguística e pela Etnolinguística. “Através de Humboldt, a investigação linguística se insere numa visão autenticamente antropológica, integrando-se ao esforço pela compreensão do homem em suas várias esferas de atuação” (GOMES-DIAS, 2019, p. 329). Nesse sentido, Humboldt concebe a língua não somente como um produto (*ergon*), pois, por ser dinâmica, ela é produção (*energeia*), um modo de atividade do espírito humano, razão pela qual será sempre produtora e produto do sistema, sendo esse um dos princípios norteadores do pensamento humboldtiano.

Na verdade, o pensamento de Humboldt ecoou muito além do seu tempo, exercendo influência nas visões de vários linguistas e antropólogos que se debruçaram sobre a intersecção entre língua e cultura, e ampliaram as perspectivas de estudo nesses domínios. Nomes como Franz Bopp, Malinowski, Franz Boas, antropólogo, que muito influenciou os trabalhos de Edward Sapir e Benjamin Worf, são exemplos de estudiosos que enveredaram por esses caminhos (GOMES-DIAS, 2019, p. 326). Ainda que esses nomes tivessem em comum o interesse pelo exame da correlação língua e cultura, esse campo carecia de delimitação de seu escopo teórico-metodológico. Em busca de respostas para essa carência desponta a Etnolinguística, disciplina que tem como foco, como já assinalado no tópico anterior, o exame das manifestações linguísticas em sua relação com a cultura. Ao tratar dessa questão Isquierdo (2009, p. 44) salienta:

A Etnolinguística, disciplina originalmente concebida como estudo da relação entre linguagem, civilização e cultura, fornece ao estudioso da linguagem fundamentos para a análise da língua em sua relação com fatores extralinguísticos, mormente os relacionados com a formação étnica e social da sociedade.

Neste estudo toma-se *cultura* “como a totalidade dos significados, valores e normas possuídas pelas pessoas em interação, e a totalidade dos veículos que objetivam, socializam e transmitem estes significados” (SOROKIN, 1968, p. 98), sendo a língua, um dos veículos transmissores dessa cultura à sociedade. Nessa perspectiva, a língua é tomada como parte integrante da cultura, à medida que se constitui um fato social e, por extensão, um elemento

cultural. Considerando o léxico como um patrimônio social, esse repertório lexical reflete e representa a cultura da sociedade. Nesse entendimento, Sapir (1969, p. 51) já assinalara

Que o léxico assim reflita em alto grau a complexidade da cultura é praticamente um fato de evidência imediata, pois o léxico, ou seja, o assunto de uma língua, destina-se em qualquer época a funcionar como um conjunto de símbolos, referentes ao quadro cultural do grupo.

Coseriu (1978 a, p. 17), ao considerar a linguagem como uma forma primária de cultura, considera o léxico um fruto cultivado no terreno de uma cultura, razão pela qual reflete todas as formas de cultura de uma sociedade, como as experiências, o aprendizado, os costumes, as tradições, as transformações e, inclusive, o acervo linguístico dessa sociedade que é transmitido ao longo das gerações. Se o léxico evidencia a cultura de um grupo, de igual modo reflete a sociedade e os elementos que a integram: “a sociedade reflete-se continuamente na língua que lhe serve de argamassa e vice-versa” (VILELA, 1997, p. 43).

Examinando o léxico dentro desse contexto sociocultural, considera-se esse domínio como uma ferramenta transmissora de cultura, e “ se considera que la cultura se transmite través de formas lingüísticas y, por tanto, por medio de la comunicación”¹³ (DURANTI, 2000, p. 66). É o que se verifica quando ocorre a manutenção de formas linguísticas mais conservadoras, algumas tidas como *arcaicas* que convivem com outras mais contemporâneas. As primeiras formas são mais comumente empregadas por falantes mais idosos, como registra Preti (1991, p. 125), em seu estudo acerca da linguagem dos idosos:

Os valores do passado se manifestam, não apenas na linha discursiva, mas também no léxico, com muitos vocábulos que refletem os tempos de *antes*. Mas, a esse propósito, é preciso lembrar que a linguagem de idosos não constitui, de forma alguma, uma linguagem arcaica, perdida no tempo, porque a interação desses falantes com os mais jovens ou com o ambiente social [...] permite que ocorra, em geral, um processo contínuo de atualização.

Pelo exposto, observa-se que o léxico está em constante mudança e expansão, pois gradualmente o acervo lexical de um grupo vai se alterando para se moldar à interação do indivíduo ao seu meio social e cultural. À medida que a realidade social, histórica, política e cultural se altera no transcorrer do tempo, o falante vai se adequando a esse novo contexto, e o acervo vocabular desse falante configura-se como o nível da língua que melhor retrata e reflete

¹³ “Considera-se que a cultura se transmite através de formas linguísticas, e, portanto, por meio da comunicação” (DURANTI, 2010, p. 66). (Tradução nossa)

essas mudanças, uma vez que o caráter aberto e dinâmico do léxico permite que ele se molde e se adapte às diversas situações e circunstâncias, pois “[...] a língua é marcada pela sua grande plasticidade e pela sua adaptabilidade às necessidades da cultura” (MONTAGU, 1969, p. 144).

Assinale-se, desse modo, conforme a sociedade se altera, se transforma, a cultura vai lentamente acompanhando essa dinâmica e, nesse contexto, o léxico funciona como uma ponte, o elo que estabelece e mantém a ligação entre a sociedade e a cultura ao longo dessas mudanças. Isso porque, conforme Duranti (2000, p. 76):

Las palabras llevan en sí mismas cientos de posibilidades para conectarnos con otros seres humanos, otras situaciones, acontecimientos, actos, creencias y sentimientos. Esto se debe a la capacidad que tiene el lenguaje para describir el mundo, así como para conectarnos con sus habitantes, objetos, lugares y períodos, reafirmando en cada momento una dimensión sociohistórica frente a otras de la acción humana.¹⁴

O léxico corresponde, pois, ao instrumento do qual uma sociedade se vale para comunicar suas ideias e interagir com outros grupos, é também por meio desse nível da língua que a sociedade apreende e expressa sua cultura. Ao examinar uma unidade lexical ou o acervo lexical de um grupo, percebem-se traços, marcas da forma de concepção desses atores sociais bem como de sua cultura. É essa perspectiva que se busca neste trabalho com a análise de uma amostra do vocabulário dos falantes mineiros, capixabas e fluminenses.

Em síntese, o estudo do léxico deve-se ter em conta fatores de natureza socioculturais, razão pela qual, para que se tenha uma melhor compreensão e entendimento do acervo lexical de um grupo, faz-se necessário realizar esse estudo em sintonia com a realidade sociocultural. É esse caminho que a Dialetologia passou a percorrer a partir da pluridimensionalidade considerando fenômenos sociais e culturais. Nesse particular, Seabra (2015, p. 73) argumenta que,

Partindo-se do princípio de que a língua se evidencia como parte da cultura de uma sociedade e que é através do sistema linguístico, mas especificamente do seu léxico, que os indivíduos se expressam e expressam seus valores, construindo a sua história, faz-se, pois, necessário estudar a língua inserida na cultura.

¹⁴ “As palavras carregam em si várias possibilidades para nos conectarmos com outros seres humanos, outras situações, acontecimentos, atos, crenças e sentimentos. Isto se deve a capacidade que a linguagem tem para descrever o mundo, assim como para se conectar com seus habitantes, objetos, lugares e períodos, reafirmando em cada momento uma dimensão sócio histórica frente a outras ações humanas” (DURANTI, 2000, p. 76). (Tradução nossa)

Na sequência, são tecidas algumas considerações acerca de arcaísmos e marcas de conservadorismo linguístico no nível lexical, a fim de ressaltar a importância do estudo dos antigos falares como meio de manutenção lexical e conservação da história e cultura de um povo, enfocando também os fatores que contribuem para a manutenção desses falares.

1.4 Os velhos falares como recurso de preservação léxico cultural

Assim como podemos perceber no léxico marcas e traços que evidenciam a cultura, a procedência geográfica, a realidade social e histórica de um povo, pelo estudo do acervo lexical de um grupo pode-se verificar também condicionantes que indicam a manutenção e a conservação de itens lexicais presentes no vocabulário desse grupo. Embora o léxico seja dinâmico e por isso está em constante expansão, ele também conserva formas linguísticas que se mantêm devido a diversos fatores, tais como a cultura e a história. Esse fato é o que permite que formas lexicais antigas, presentes geralmente no vocabulário dos indivíduos mais idosos, convivam com formas mais atuais, utilizadas frequentemente pelos mais jovens. Conforme Rey-Debove (1984, p. 60)

As línguas das gerações são línguas lexicalmente diferentes que são faladas num momento dado por pessoas de idades diferentes que coexistem na sociedade. Os moços não falam como as pessoas idosas. Em outras palavras, uma visão rigorosamente sincrônica do léxico traz as marcas do tempo. [...] O pai compreende o filho sem usar as mesmas palavras, e emprega palavras de sua juventude que o filho compreende sem se utilizar delas.

Tratar dos falares antigos, das formas conservadoras da língua, significa considerar o léxico, particularmente o regional, inserido no eixo do espaço e no eixo do tempo. O primeiro relaciona-se à distribuição lexical em um espaço geográfico, enquanto o segundo, diz respeito ao aspecto conservador do léxico, verificados mais comumente em localidades de menor extensão geográfica que são mais afastadas dos grandes centros urbanos e, portanto, menos propensas a influências de atividades e elementos que influem em seu acervo lexical, como os meios de comunicação de massa, por exemplo.

O caráter conservador também é melhor visualizado, como já mencionado, na linguagem das pessoas mais idosas, que se valem das formas antigas por estarem na base de sua formação linguística, e as utilizam com uma forma de pertença do seu passado, e de preservação de sua memória, sua história e cultura. Por meio de seu acervo vocabular, os falantes idosos conseguem manter vivo seu passado e preservar sua história. A respeito desse

grupo de indivíduos, Chauí na apresentação da obra de Ecléa Bosi *Memória e Sociedade lembranças de velhos* (1979, p. 1) considera que estes “[...] são a fonte de onde jorra a essência da cultura, ponto onde o passado se conserva e o presente se prepara, pois, como escrevera Benjamin, só perde o sentido aquilo que no presente não é percebido como visado pelo passado”.

Nesta seção, interessa-nos o léxico no eixo temporal, terreno fértil onde se encontram os arcaísmos e os conservadorismos léxicos, formas linguísticas que entraram em desuso, ou que se mantêm, se preservam podendo ser “garimpadas” e tidas como uma marca de regionalismo em uma determinada localidade, são as *dições velhas* como bem definiu Fernão Oliveira ([1536], 2000, p. 128)¹⁵ em sua Gramática “as que foram usadas, mas agora são esquecidas. [...] E não somente de tanto tempo, mas também, antes de nós hum pouco, nossos pais tinham alghũas palavras que já não são agora ouvidas [...]”.

Desse modo, nesse contexto de conservação e cristalização lexical compreendido no eixo temporal, situam-se os arcaísmos que correspondem àquelas formas linguísticas utilizadas para nomear referentes que já não fazem parte do momento atual, mas que ainda se encontram registrados em obras lexicográficas, documentos antigos e até mesmo na história de um povo. E de acordo com Bluteau (1712-1728), provém do grego “archaizen, imitar os antigos. He hum dos defeitos da pureza da locução, e consiste em usar de palavras, ainda que significativas, já antiquadas”.

Verifica-se assim, nos antigos falares, o fenômeno de arcaísmo que traz em sua natureza o aspecto de antiquado e de conservador, e que devido a esses traços já estão entrando em desuso, embora se façam presentes na história e na cultura e, por extensão no acervo vocabular da população mais idosa. Conforme Dubois et al (1993), esse fenômeno corresponde a:

Uma forma léxica ou construção sintática pertencente, numa dada sincronia, a um sistema desaparecido ou em via de desaparecimento [...]. Existem formas que só pertencem aos locutores mais velhos; estas serão consideradas pelos locutores mais moços como arcaísmos.

¹⁵ Data-se de 1536 a primeira edição dessa obra, neste trabalho, valeremos da versão reeditada, publicada em 2000.

O processo de arcaísmo pode realizar-se na língua tanto em sua modalidade escrita quanto oral, sendo possível verificá-lo em todos os níveis linguísticos, como esclarece Vilela (1997, p. 34):

Vejam, por exemplo, os *arcaísmos* em que podem coexistir actualmente arcaísmos gráficos (Queiroz, Villela), fonéticos (oiro, toiro: na arena, o pegador apenas usará “toiro” para citar o “touro”), morfológicos (soides, estaides, estejaides), sintácticos (isto é, um ver se te avias, isto é, a fim do mundo), lexicais (escaleira, ceia, parlatório e parlamento), etc.

Em relação aos arcaísmos é pertinente trazer aqui as propostas de filólogos e estudiosos da história da língua portuguesa em termos de periodização, ou seja, a data que marca o início e fim do português arcaico, momento que pode ser considerado o primeiro passo de constituição de nossa língua. Dentre esses estudiosos encontram-se Carolina Micaëlis de Vasconcelos; Leite de Vasconcelos; Serafim da Silva Neto; Ivo Castro e Mattos e Silva.

A esse respeito, Mattos e Silva (1994) reconhece que delimitar uma periodização para o chamado período arcaico requer muito trabalho que precisa ser realizado com rigor. Segundo a autora, o momento inicial desse período, “é punctualmente marcado pelo surgimento de documentos escritos em português, não mais em latim: à volta de 1200 é a data que se tem proposto como *terminus a quo* do período arcaico” (MATTOS E SILVA, 1994, p. 248). No entanto, a estudiosa ressalta que essa fase tem caráter provisional e pode ser passível de alteração, desde que surjam outros documentos mais recuados no tempo que comprovem um novo marco do início do português arcaico.

Em relação ao marco final do período arcaico, Mattos e Silva (1994) pontua que é preciso levar-se em conta fatos linguísticos e a retomada de documentação remanescente referente a esse momento. E como hipótese do marco do período arcaico a autora considera que se pode aceitar

[...] seguindo Leite de Vasconcelos e Lindley Cintra, o período arcaico se inicia com os primeiros documentos em português e que, muitas de suas características se estendem até, pelo menos 1536/1540, datas dos inícios da normatização da língua (MATTOS E SILVA, 1994, p. 251).

Buscando também estabelecer uma periodização que marque o período arcaico, Castro (1991) concorda com Mattos e Silva que essa empreitada ainda carece de documentação linguística que sirva de fonte para de fato estabelecer o marco temporal desse período. No que se refere ao marco inicial do período arcaico, o linguista compartilha do mesmo posicionamento

de Mattos e Silva (1994). Quanto ao momento final do português arcaico e início do português clássico, Castro (1991) considera que, “[...] para efeitos de periodização, podemos dizer que o português clássico começou quando morreram os últimos falantes que diziam *olhade, queredes* ou *cobride*. E eles morreram com Gil Vicente [...]” (CASTRO, 1991, p. 247).

Ainda de acordo com Castro (1991), outro evento que inaugura a fase do português clássico é a data de impressão da *Grammatica da lingoagem portuguesa*, de Fernão Oliveira, ocorrida em 1536 que, conforme o autor, marca o início da reflexão metalinguística e pode igualmente simbolizar uma nova fase na história do português, esta gramática corresponde assim ao primeiro testemunho da língua na sua fase clássica (CASTRO, 1991, p. 243). São esses acontecimentos que, segundo Castro, marcam o momento de transição do período arcaico para a fase do português clássico.

Contudo, mesmo que se busquem estabelecer uma periodização que situe o português arcaico relegando-o a tempos pretéritos, é possível verificar ainda hoje resquícios desse português presente em nosso acervo linguístico, sobretudo como já foi assinalado, no acervo vocabular dos idosos e de falantes que residem em regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos, as áreas rurais e localidades interioranas, por exemplo. Como explica Baronas (2007, p. 101) “o falar rural apresenta algumas marcas que evidenciam sua relação com o passado, pois traz, em suas formas diversas, alguns traços da língua portuguesa em sua formação, os quais revelam resquícios de outras línguas, como o latim, línguas africanas e línguas indígenas”.

Nessas áreas o vocabulário tende a ser conservador por referir-se a elementos, referentes, objetos, práticas e atividades restritas ao meio rural, desse modo, como esses itens se mantêm, as formas de nomeá-los também se conservam. Assim, as formas lexicais mais antigas, não muito usual na atualidade, revelam um caráter arcaizante, conservador da língua, que podem ser verificados com mais facilidade e frequência no vocabulário de falantes do meio rural. A esse respeito, Isquierdo (2003) ressalta:

Outro particular a ser destacado diz respeito ao caráter arcaizante manifesto na linguagem popular, que tende a manter-se sem grandes inovações, tendo em vista ser normalmente empregada, como código de comunicação, por grupos humanos, parcial ou totalmente, isolados do convívio com os modernos meios de comunicação [...]. Assim, em determinadas regiões essas marcas de conservadorismo se solidificam a ponto de serem interpretadas como brasileirismos ou como regionalismos (ISQUERDO, 2003, p. 177).

A tradição e o conservantismo de um povo refletem mais nitidamente por meio de sua língua e de sua cultura, dessa maneira, a manutenção de certas formas lexicais denota traços indicativos de conservadorismo presentes no acervo vocabular desse povo, como assinala Sapir (1969), ao tratar das forças de manutenção do conservadorismo na língua e na cultura, “[...] assim, apesar da necessidade de modificações numa e noutra com o correr dos tempos, sempre se fará sentir uma tendência conservadora a refrear as tendências para a mudança” (SAPIR, 1969, p. 60).

1.4.1 Os falares antigos num processo de *continuum* de arcaização

Em relação à língua, o processo de conservação e manutenção linguística está relacionado a aspectos geográficos, históricos, sociais e culturais. Dessa forma, quando uma unidade lexical entra em desuso porque perdeu seu referente num determinado local, ela pode vir a desaparecer porque os indivíduos daquele espaço não a utilizam mais em seu vocabulário, ou pode se manter em uma determinada região ou comunidade, devido ao caráter conservador da língua presente neste espaço, como é o caso dos itens lexicais *carreiro e rastro*, particulares respectivamente à Minas Gerais e Rio de Janeiro, apurados para a pergunta 63/QSL/ALiB “trilho/caminho”.

Esse fenômeno é mais evidente no vocabulário dos falantes idosos cujo acervo lexical evidencia uma tendência à resistência, à manutenção de formas linguísticas em processo de arcaização ou conservação lexical como uma maneira de preservação por meio da língua, de seu tempo, da sua memória e de sua cultura.

Até mesmo em regiões urbanas podem ser verificadas essas formas tidas como “antigas, conservadoras”, uma vez que muitos de seus integrantes vieram de regiões rurais para as cidades em busca de melhoria de vida, trazendo consigo o seu acervo lexical, próprio do meio rural. Esse acervo vocabular mais conservador e preservado pertencente geralmente aos grupos mais idosos vai sendo transmitido aos mais jovens ao longo das gerações através das interações sociais e culturais entre esses grupos. Isso é o que pode justificar o conhecimento dessas formas por alguns falantes mais jovens, sobretudo por aqueles que convivem com gerações mais idosas, mantendo contato recorrente com essas formas.

Uma vez que ensinar e transmitir experiências às gerações mais jovens está na natureza dos falantes mais idosos, a presença de unidades léxicas antigas no vocabulário dos mais jovens

resulta num processo de *continuum* de arcaísmo. Essa concepção é apresentada por Paula (2007), em sua Tese de doutoramento intitulada *Rastros de velhos falares - léxico e cultura no vernáculo catalano*. Neste trabalho partilhamos da mesma concepção dessa autora, ao tratar da questão de arcaísmo como meio de conservação lexical.

Nessa mesma perspectiva, unidades léxicas que estão caminhando para uma possível arcaização, desuso, são assimiladas por falantes jovens que passam a incorporá-las em seu vocabulário. Transmitir a sua história de vida por meio da língua é uma forma que os idosos têm de preservar seu passado. Preti (1991, p. 77) ao tratar da linguagem dos idosos, pontua a respeito:

Embora haja algumas marcas lexicais do tempo, na fala dos “idosos velhos” especialmente, devemos reconhecer que nem por isso essa linguagem se tornou ininteligível aos mais jovens, mesmo porque os próprios idosos se encarregam de buscar artifícios para explicar os arcaísmos, as expressões formulaicas fora de uso, a gíria de seu tempo. E são esses artifícios que constituem precisamente as marcas lexicais mais expressivas da linguagem desse “grupo social”.

E antes de se sobreporem um ao outro, o que se observa é a coexistência desses falares. No *continuum* de arcaísmos, verificam-se casos de formas antigas coabitando com unidades mais atualizadas fator que favorece a conservação do vocabulário dos idosos e, e ao mesmo tempo, possibilita a expansão do léxico dos mais moços que passam a fazer uso dessas formas lexicais. A esse aspecto, Saussure (2006, p. 86) registra “que as modificações da língua não estão ligadas à sucessão de gerações que, longe de se sobrepor umas às outras, como as gavetas de um móvel, se mesclam e interpenetram e contém cada uma, indivíduos de todas as idades”.

Somado a isso, ressalta-se, ainda, que muitos objetos, embora em desuso na atualidade, só podem ser nomeados por aquelas formas léxicas, uma vez que não há uma outra forma mais atual que a substitua, como é o caso por exemplo de “cangalha, forquilha” referente à questão 54 do QSL/ALiB, que diz respeito à *armação de madeira, que se coloca no pescoço de animais (porco, terneiro, bezerro, carneiro, vaca), para não atravessarem a cerca*.

Como uma maneira de equilíbrio, o sistema lexical, ora se altera, se expande, ora se mantém, se conserva. O eixo temporal somado a forças sociais contribui para esse aspecto de conservação e expansão no domínio do léxico. Observando sob a lente do *continuum* de arcaização, podemos notar no léxico duas forças, uma dinâmica que o permite avançar rumo a

possíveis mudanças e a outra que o mantém, que o conserva. Segundo Saussure (2006, p. 89), o que domina no processo de expansão “é a persistência da matéria velha; a infidelidade ao passado é apenas relativa. Eis porque o princípio de alteração se baseia no princípio da continuidade”.

O acervo lexical mais conservador pode ser considerado assim, como um baú onde está depositada toda a história de vida do indivíduo. Essa forma de resgatar o passado por meio da língua é evidenciada nesta pesquisa, nas audições das entrevistas, quando a inquiridora ao realizar uma determinada pergunta relacionada ao meio rural, os informantes tecem as seguintes observações “meu pai falava”; “na roça tinha muito disso”; “que a gente usava muito” entre outras que denotam o caráter conservador de um vocabulário de épocas anteriores à atualidade. Enveredar por essas memórias, pela história desses informantes buscando resgatar traços e marcas de arcaísmos e conservadorismos lexicais presentes no vocabulário é um dos propósitos deste trabalho.

1.4.2 Marcas e traços do conservadorismo lexical

Ao falar, o indivíduo deixa transparecer marcas que possibilitam identificar traços de sua origem geográfica, sua idade, sua escolaridade, até mesmo sua orientação religiosa, e etc. É desse modo que podemos diferenciar, por exemplo, um falante carioca proveniente da cidade do Rio de Janeiro - RJ de um falante gaúcho, vindo do Rio Grande do Sul - RS. A partir dessas marcas, pode-se sobretudo identificar e diferenciar um discurso proferido por uma pessoa mais idosa de outro realizado por um jovem, principalmente pelas unidades lexicais utilizadas nesse discurso, ainda que também essas marcas e traços sejam perceptíveis pela entonação e pela pronúncia desses falantes. Por meio de sua maneira de falar, é possível então, verificar marcas e traços que revelam aspectos de conservadorismo lexical.

As escolhas lexicais deixam pistas que permitem diferenciar um vocabulário mais antigo, conservador de um mais moderno e atual. Mesmo que às vezes esses vocabulários possam se mesclar devido ao processo de interação entre os falantes detentores desses acervos lexicais, ainda assim haverá traços que nos permitirá indiar qual vocabulário é mais recorrente por esses falantes.

Visto como o nível da língua que melhor reflete fatos culturais, sociais e históricos de um grupo, esses fatores deixam transparecer no léxico o caráter conservador desse grupo. É por

isso que ainda hoje o menino de uma perna só com um cachimbo na boca é conhecido por *saci-pererê* e não por outro nome; a mulher que vive no fundo do mar com um canto encantador é denominada de *sereia* e não de mulher peixe, assim como outros exemplos contidos no imaginário popular, nas lendas e crenças que revelam formas linguísticas que ainda hoje se conservam e são repassadas às futuras gerações. “Assim, o léxico é o testemunho dos conhecimentos, da mitologia e da ideologia duma civilização; constitui ele o próprio material da etnologia e da história” (REY-DEBOVE, 1984, p. 54).

Ao tratar do caráter conservador e da questão de arcaicidade no português do Brasil, Cunha (1986) menciona uma gama de filólogos, dialetólogos e outros estudiosos que buscam demonstrar em seus trabalhos o aspecto conservador e arcaico no português do Brasil desde a época de sua gestação. Como assinala o mesmo estudioso,

É, porém, de uma evidência que dispensa maior comprovação o fato de ter a língua portuguesa se desenvolvido no Brasil, durante séculos, em condições socioculturais mais propícias à conservação do que à renovação de suas formas (CUNHA, 1986, p. 202).

Frente ao exposto, é notável a força conservadora que carrega o léxico, a face que guarda e preserva o saber, o conhecimento, a cultura e história de um povo no transcorrer do tempo. Particularmente no português do Brasil, muitas pesquisas na área da Dialetologia e da Geolinguística com os Atlas linguísticos, por exemplo, têm revelado marcas e traços do conservadorismo lexical, que são verdadeiras raridades e pérolas linguísticas espalhadas pelo Brasil afora. Sobre a condição conservadora do português na variante brasileira, Cunha (1986, p. 206) considera

[...] que nos falares dos grupos sociais mais desfavorecidos culturalmente - rurais, rurbanos, ou mesmo urbanos, mas especialmente nos falares de povoações perdidas por este imenso Brasil, de acesso difícil durante séculos e, não raro, ainda em nossos dias - permaneceram muitas antigualhas linguísticas que os atlas e as monografias dialetais vêm trazendo à tona.

Como exemplo, na sequência de seu estudo, o filólogo cita o caso da variante *sarolha* como item designativo de “terra molhada”, variante que segundo o estudioso foi registrada apenas no *Livro da montaria*, de D. João I, mas que ainda hoje é atualizada e recorrente em parte do território baiano, assim como no Estado de Sergipe (CUNHA, 1986, p. 207). A respeito dessa variante, Cardoso e Rollemberg (1972, p. 241) informam que a variante começou a ser documentada na Bahia, sendo apurada a partir das entrevistas realizadas para a coleta de dados

do Atlas Prévio dos Falares Baianos - APFB de 1963. O item lexical corresponde à pergunta de número 24 do questionário do APFB e à carta de número 22 do mesmo Atlas.

Pelo exposto, fica claro o aspecto conservador da língua, notadamente no domínio do léxico. Como registram as dialetólogas, ao tratarem da vitalidade de *sarolha* nos dias atuais, “mas as palavras não morrem, pelo menos facilmente, e isso acontece com **sarolho (a)**: De D. João I ao século XXI, uma presença inconteste” (CARDOSO; ROLLEMBERG, 2009, p. 280). Dessa maneira, vale a pena pontuar que, embora as palavras, pelo processo de arcaização, entrem em desuso no transcorrer do tempo em um determinado espaço, elas não morrem no sistema linguístico como bem observam as autoras.

Quanto à questão da manutenção dos arcaísmos no nível do léxico, Mattos e Silva (2009), em seu estudo *o conceito relativo de neologismo e arcaísmo: um estudo pancrônico*, reconhece marcas desse fenômeno no português brasileiro, e utilizando a mesma variante *sarolha* como exemplo, tece as seguintes considerações:

Quanto aos arcaísmos, ao que suponhamos, menos estudados que os neologismos, ao parecerem extintos, reaparecem pelo menos em variedades rurais brasileiras. Se *sarolha* era usada nos séculos XIV e XV, no *Livro de montaria de D. João I*, reaparece em variedades dialetais como as dos falares baianos (MATTOS E SILVA, 2009, p. 19).

Num estudo sobre processos da dinâmica léxica portuguesa, Assumpção Jr. (1986) também chama a atenção para o fato abordado e observa que “cumprir notar que não se trata de “morte” de palavra (mesmo como metáfora de sua eliminação do patrimônio léxico)” (ASSUMPTÃO JR. 1986, p. 137). Para o autor, o que se verifica é o processo que ele denomina de *desativação*, que consiste em deixar determinada forma linguística em detrimento de outra concorrente, geralmente de maior prestígio, o que não significa que a forma desativada não possa ser retomada ao uso corrente. Como pondera o estudioso:

O fato de um signo ou significado léxico ter sido abandonado, ou seja, deixar o uso corrente - superado, quase sempre, por um rival de maior prestígio - não significa, evidentemente, sua eliminação da memória da língua (acervos literários e registros léxicos) podendo operar-se, assim, a qualquer tempo, seu retorno à atividade linguística, donde parece-nos adequado o proposto nome de *reativação* (ASSUMPTÃO JR. 1986, p. 99).

Os autores e trabalhos referenciados compartilham do mesmo posicionamento de que o os falares antigos, no caso os arcaísmos e os conservadorismos léxicos, ainda que não sejam

por completo de uso corrente, ainda assim se fazem presentes, se conservam no vocabulário, seja de forma dicionarizada, seja nos documentos históricos e/ou se mantêm no acervo lexical dos falantes, sobretudo dos idosos, uma vez que estão “guardados” no baú de suas memórias e lembranças, o que confirma o caráter conservador dessas formas e a sua importância para a preservação da história e da cultura de um povo. Essas formas léxicas se cristalizam no vocabulário desse grupo de falantes de tal modo que passam a caracterizar a norma de uma determinada região, sendo interpretada muitas vezes como um regionalismo ou brasileirismo da área.

Dada a relevância de se preservar e considerar a história e a cultura como veículos que refletem a realidade linguística de um grupo, como ressalta Brandão (1991, p. 25):

Para que se chegue a uma descrição fidedigna da realidade linguística de um país, região ou localidade – por meio de uma amostragem como a que os atlas linguísticos propiciam -, é fundamental não só que se recolham e analisem dados segundo rigorosa metodologia específica, mas também que se proceda a um estudo preliminar que possibilite conhecer as especificidades da região em que se desenvolverá a pesquisa e dos segmentos sociais que as constituem.

No capítulo seguinte serão tecidas algumas considerações acerca dos conceitos de rural e urbano e a implicação desses institutos para o estudo da língua.

CAPÍTULO II – RURAL E URBANO: UMA RELAÇÃO DE CONTINUIDADE?

Neste capítulo, com base em pressupostos teóricos buscados sobretudo na Sociologia Rural, apresentam-se considerações a respeito dos conceitos de rural e urbano, a fim de demonstrar possíveis implicações desses conceitos para os estudos da língua, particularmente os relacionados ao léxico. Nesse contexto, discute-se também a noção de *continuum* de urbanização e seus reflexos no domínio linguístico.

2.1 Considerações sobre rural e urbano

Os conceitos de rural e urbano podem ser examinados a partir de diversos pontos de vista. Antropólogos, geógrafos, sociólogos, dentre outros, teorizam a questão sob olhares diversos a partir de suas respectivas áreas de conhecimento.

Recuando no tempo, à época da Idade Média, as cidades existiam apenas como ponto de encontro, para onde a população que residia em localidades afastadas desses centros urbanos (áreas rurais e campesinas, por exemplo) ia para realizar trocas de mercadorias. As cidades funcionavam, portanto, como centros comerciais, políticos e administrativos. A grande maioria da população vivia afastada dessas áreas e tinha como forma de sobrevivência uma economia de subsistência “levando uma vida que hoje classificaríamos de “rural” (SIQUEIRA; OSÓRIO, 2001, p. 72). Apenas uma pequena parcela dessa população residia em áreas citadinas.

Com o advento da Revolução Industrial e a expansão do capitalismo, mais precisamente com o desenvolvimento da máquina a vapor, assiste-se a uma transformação do meio social, que acarretou uma expressiva expansão dos centros urbanos. É nesse momento que se consuma a separação entre campo e cidade. Como registra Graziano da Silva (1981, p. 43) “a separação da cidade/campo só se dá por inteiro quando a indústria se muda para a cidade”.

Transferindo essa questão para a realidade brasileira, constata-se que o processo de separação cidade/campo efetiva-se aproximadamente, a partir do desenvolvimento industrial. A formação social e econômica do Brasil foi de base rural, razão pela qual o país teve, por muito tempo, uma configuração fundamentada na ruralidade. “Foi pela organização rural que começou o Brasil; antes de possuir cidades, possuiu engenhos, fazendas, sítios”, assinala Diégues Jr. (1960, p. 86) em seu estudo sobre regiões culturais do Brasil.

A respeito da natureza rural no sistema de formação do Brasil, o mesmo autor pondera ainda que “a influência da vida rural se acentua desde os primeiros tempos de nossa formação. Em torno do ruralismo girou a vida colonial, e, igualmente a imperial, projetando-se ainda, e em parte, pela República” (DIÉGUES JR., 1960, p. 87). Nota-se, pois, no processo de formação da sociedade brasileira, um caráter tipicamente rural em diferentes áreas territoriais em fase de povoamento:

Rural no litoral, plantando cana e fazendo açúcar; rural nas atividades pastoris que surgiram onde a criação de gado foi possível; rural no extrativismo vegetal que surge no extremo norte, ou no mineral que se desenvolve com a exploração das minas de ouro; rural, ainda em outras formas de vida que surgiram com a adaptação do homem ao ambiente [...] (DIÉGUES JR., 1960, p. 86).

A mudança desse cenário ocorreu acentuadamente no século XIX, quando o domínio do campo perde suas forças abrindo espaço para o meio urbano. Verifica-se nesse período o “declínio do patriarcalismo rural e o surgimento de uma nova influência: a do patriarcado urbano. É então quando a cidade começa a influir na vida do País” (DIÉGUES JR., 1960, p. 87).

Essa nova configuração social, econômica e política vai se expandindo por todo o território brasileiro. “A expansão do tecido urbano sobre as áreas rurais e o crescimento do número de pessoas ocupadas em atividades consideradas até então exclusivamente urbanas indicam a existência de um novo paradigma socioespacial no Brasil” (REIS, 2005, p. 78). O intenso crescimento das áreas urbanas contrasta com a ruralidade de outrora, ao mesmo tempo em que evidencia uma nova realidade socioespacial no Brasil.

Essas considerações históricas revelam uma visão dicotômica em relação aos conceitos de rural e urbano. Numa abordagem clássica pautada na polarização, o rural relaciona-se ao velho, atrasado e o urbano remete ao novo, ao progresso, ao desenvolvimento. Com base nessa visão clássica, Sorokin e Zimmerman¹⁶ ([1930],1981), enumeram as diferenças que delineiam a concepção dos universos rural e urbano. Os autores, no entanto, pontuam que, para delimitar

¹⁶ O conceito de *continuum* de rural e urbano foi abordado por Sorokin e Zimmerman na obra *A Systematic Source Book in Rural Sociology*, publicado em 1930, neste trabalho utilizamos a versão de tradução de Ana Maria Busch Iversson, constante na obra *Introdução Crítica à Sociologia Rural*, 1981.

esses conceitos, é preciso levar em consideração um conjunto de diferenças e não pautar-se em apenas uma característica para a sua delimitação.

O primeiro traço diferenciador é o critério ocupacional. No meio rural, as pessoas se ocupam de um único tipo de atividade, como a plantação de alimentos e a criação de animais. Essas formas de ocupação são realizadas ao ar livre, e em contato com a natureza e com as condições climáticas, essa diferença ambiental ainda é válida na atualidade. De acordo com Sorokin e Zimmerman (1981, p. 201), em relação às diferenças ambientais dos universos estudados “elas estavam presentes no passado, pois embora fossem insignificantes nos estágios iniciais da diferenciação rural-urbana, desenvolveram-se gradualmente com o crescimento das cidades”.

Outra característica diferenciadora apontada por Sorokin e Zimmerman (1981), é a população das localidades, pois os grupos rurais possuem baixa densidade populacional em relação aos urbanos, o que corresponde à quarta diferença entre o universo rural e urbano apontada pelos autores. Assim, em razão dessas diferenças, os grupos rurais tendem a apresentar características mais homogêneas do que a população urbana, pois “[...] a cidade é uma co-residência dos tipos de personalidade humanas as mais heterogêneas e contrastantes, enquanto a comunidade do campo contém tipos mais “nivelados”, homogêneos e uniformes” (SOROKIN; ZIMMERMAN, 1981, p. 204). A homogeneidade em contraste com a heterogeneidade corresponde ao outro traço diferenciador entre os mundos rural e urbano.

A par dessas características diferenciadoras, a estratificação social que é mais acentuada nos grupos urbanos e a mobilidade (territorial, ocupacional e econômica) que nas comunidades urbanas são mais expressivas e recorrentes, também são traços que diferenciam os meios rurais dos urbanos. A diferença na direção da migração também se configura como um traço contrastivo entre o rural e o urbano, pois as levas de pessoas que saíram do campo em direção às cidades são maiores do que as que percorreram o caminho em direção inversa. Com o advento da industrialização e da globalização ocorreu um massivo deslocamento de pessoas das regiões rurais em direção às cidades em busca de melhores condições de vida.

Por fim, o contato e a interação social entre os grupos rurais, em decorrência da dimensão quantitativa desses grupos, tendem a ser mais diretos, pois as pessoas são mais familiarizadas umas com as outras, se interagem, ao contrário das áreas urbanas, onde as

relações e as interações sociais são marcadas por graus maiores de impessoalidade por isso tendem a ser mais superficiais, como apontam Sorokin; Zimmerman (1981, p. 223),

Uma vez que a área de sistema de interação de um urbanita é maior, o número de contato mais numerosos, as relações mais flexíveis, menos duráveis e mais impessoais, [...] e ao mesmo tempo uma maior superficialidade, em relação à rede do sistema de interação de um habitante rural.

Do ponto de vista tradicional, compreende-se o rural em contraste às características diferenciadoras do urbano. Embora Sorokin e Zimmerman (1930; 1981) tenham enumerado essas diferenças com o intuito de ressaltar as relações existentes entre esses dois grupos sociais e de diluir os contrastes existentes entre eles, uma vez que esses contrastes correspondem aos extremos de uma escala de gradiência, a concepção desses autores contribuiu para reforçar a dicotomia entre a realidade rural e urbana motivando a elaboração de abordagens baseadas nessa visão polarizada. Ao invés dessa polarização, o que buscavam Sorokin e Zimmerman (1930;1981), ao elencarem esses traços diferenciadores, era apresentar a noção de rural e urbano numa perspectiva de *continuum* (REIS, 2005, p. 80).

As mudanças e transformações ocorridas ao longo do tempo no território brasileiro resultaram em significativas alterações no cenário social, econômico, político da sociedade brasileira, o que dificulta na atualidade, a concepção dos conceitos de rural e urbano segundo uma perspectiva clássica, baseada numa visão polarizada. Como argumenta Reis (2005, p. 83),

[...] podemos observar no País a variação das tonalidades das cores, ou seja, o *continuum*. Diante disso, o chamado “Novo Rural” brasileiro se apresenta como a principal evidência de que as relações dicotômicas existentes as áreas urbanas e rurais tornam-se cada vez mais distantes de representar de forma adequada a realidade. Sendo assim, a ideia de *continuum* rural-urbano se apresenta com a formulação teórica mais coerente para o caso brasileiro, indicando a necessidade de se abolir de vez qualquer perspectiva dicotômica.

Diante desse novo panorama que vem se apresentando na atualidade, é preciso considerar o conceito de rural e urbano numa abordagem de continuidade e substituir a visão clássica de polarização por uma noção de variação espacial gradativa. Como ressalta Silva (2002), em seu trabalho sobre relações entre os espaços rural e urbano:

Está cada vez mais difícil delimitar o que é rural e o que é urbano. Mas o tema que aparentemente poderia ser relevante, não o é: a diferença entre o rural e o urbano é cada vez menos importante. Pode-se dizer que o rural hoje só pode ser entendido como um *continuum* do urbano, do ponto de vista espacial; e do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem

mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária (SILVA, 2002, p.1).

Não obstante a nova configuração baseada na noção de *continuum* ser o melhor caminho para o entendimento do conceito de rural-urbano na atualidade, há que se pontuar que essa perspectiva não corresponde à realidade de algumas regiões, em particular no Brasil, tendo em vista que em muitas áreas geográficas as transformações e a industrialização ainda não se concretizaram, prevalecendo nelas a perspectiva tradicional polarizada.

Para que esses espaços possam ser melhor caracterizados, assim como haver uma identificação das áreas que se inserem na perspectiva de um *continuum*, deve-se levar em conta não somente uma variável isolada, mas sim considerá-lo a partir de um conjunto de variáveis sociais, econômicas, demográficas e territoriais.

Visualizar o espaço rural-urbano nessa abordagem possibilita enxergar tais espaços com um novo olhar, e sob esta óptica, uma nova configuração acerca do rural e o urbano se revela na atualidade. E, por ela, passa-se a perceber o rural não mais como um espaço isolado, sem possibilidades de desenvolvimento, mas sim como uma área aberta a melhorias, a novas oportunidades. Essa percepção positiva é, pois, o resultado de um novo conceito de rural-urbano:

Nestes locais, o apelo ambiental do rural, que é um tipo de representação relativamente novo, conjugado às antigas representações idílicas e românticas do rural, fizeram com que este espaço passasse a ser ressignificado (SIQUEIRA; OSÓRIO, 2001, p. 76).

Nessa abordagem de *continuum*, o rural e o urbano se revestem de uma nova roupagem, em que os espaços se aproximam, se integram, fazendo com que os limites entre o rural e urbano se diluam gradualmente. Com a industrialização e os desenvolvimentos tecnológicos cada vez mais sofisticados, as cidades ultrapassam os limites territoriais e adentram nos espaços rurais, seja buscando novas alternativas de ocupação, de renda ou de qualidade de vida que o contato com a natureza pode proporcionar, seja através dos canais de comunicação de massa. Em síntese, observa-se um constante processo de troca e de interação entre esses espaços tanto no âmbito da mobilidade quanto na implementação de recursos tecnológicos e pelos meios de comunicação.

Essas trocas e interações resultam em alterações não somente nos domínios sociais, espaciais e econômicos, ao transitarem de um espaço rural para o urbano e vice-versa, como na disseminação da cultura que o homem leva consigo e, por extensão, na veiculação de seu acervo vocabular. No entanto, ainda que haja essa interação entre as áreas rural e urbano, esses espaços têm características e peculiaridades que se mantêm, se preservam, seja porque fazem parte de seu sistema formativo, seja porque os indivíduos as conservam como uma forma de preservação da cultura, da história e da identidade desses locais.

Identificar as áreas que ainda seguem a tendência clássica, dicotômica, e os espaços que já se inserem na perspectiva do *continuum*, pode contribuir para uma apreensão da cultura desses ambientes e para uma análise e descrição da realidade linguística na variante brasileira de uma forma mais precisa e pormenorizada, favorecendo a identificação de traços de conservadorismo e/ou de arcaísmo bem como variações e mudanças ocorridas no domínio da língua, sobretudo no nível lexical, tanto no espaço rural quanto no urbano.

2.2 A perspectiva do *continuum* de urbanização no domínio linguístico

Por ser um fator social, as transformações e mudanças ocorridas no âmbito socioespacial durante o período da formação do Brasil repercutiram no domínio da língua, haja vista que esta, sendo uma entidade dinâmica, tende a acompanhar as evoluções da sociedade no decorrer do tempo.

Nota-se, assim, que a língua portuguesa na variedade¹⁷ brasileira é fruto das diversas transformações históricas, sociais e políticas ocorridas no país ao longo da sua história, que vão desde a sua implantação até a fase atual. Esse fruto gestado num espaço de base essencialmente rural é o resultado de uma miscelânea linguística decorrente do contato do português europeu trazido pelos colonizadores, com as línguas nativas utilizadas pelos indígenas somadas àquelas que vieram com os negros africanos e com os imigrantes oriundos de diversas partes do mundo. O contato e a interação dessa diversidade linguística contribuíram para que o português falado no Brasil adquirisse características próprias, típicas da realidade brasileira, diferenciando-o daquele utilizado em Portugal. A respeito dessa questão, Biderman (1992, p. 398) conclui:

¹⁷ O termo variedade está sendo aqui tomado na concepção de Alkimim (2005, p. 32), que corresponde “[...] aos diferentes modos de falar. A essas diferentes maneiras de falar, a Sociolinguística reserva o nome de *variedades linguísticas*”

[...] o português brasileiro é uma variante linguística do português trazido para o Brasil pelos colonizadores portugueses nos séculos XVI, XVII e XVIII principalmente. Essa língua foi-se miscigenando com as línguas indígenas nativas da terra, especialmente o tupi-guarani, e com vários idiomas africanos para cá trazidos por milhões de escravos africanos, importados durante os vários séculos da colonização [...].

O mosaico linguístico no Brasil perdurou até aproximadamente os primeiros séculos do período colonial, oficialmente até 1758, quando o marquês de Pombal proibiu o uso de qualquer outra língua que não fosse a portuguesa. Em 1808, com a chegada da família real ao Brasil, o Rio de Janeiro, até então colônia, se transformou em metrópole, fato que vai propiciar novas e significativas alterações sociais e linguísticas, imprimindo um novo perfil à realidade do português brasileiro. “O aparecimento e o crescimento das cidades causou, pois, profundas modificações sociais e também acarretou modificações no léxico da língua” (ISQUERDO, 2010, p. 139).

A partir do século XIX, com a urbanização e a industrialização, o português do Brasil (PB) começa a alcançar maior autonomia, em decorrência das transformações socioculturais e de acentuados fatores que interferiram no domínio linguístico nesse período, dentre eles, os elencados por Houaiss (1985, p. 91):

1) a diversidade dialetal *versus* a unidade intercomunicante oral falada; 2) a interferência da língua falada e escrita; 3) a atual interferência entre a oralidade de fonte oral e a oralidade dos meios de comunicação de massa, já de fonte escrita, já de padronização expressamente buscada como radiofônica e televisofônica (e suas repercussões no teatro, no cinema, na vida parlamentar, na vida comum).

Autônoma, nesse período, a língua portuguesa estende-se por todo o território brasileiro e, nesse ritmo vai “seguindo sua própria deriva e assumindo características neologizantes em algumas localidades e arcaizantes em outras” (ISQUERDO, 2010, p. 137), o que conferiu ao português do Brasil, até a atualidade, um aspecto moderno e ao mesmo tempo conservador, que demonstra a face heterogênea da língua, compreendida por Mattos e Silva (2004, p.165) como:

[...] um *continuum* dialetal, com os pólos popular e culto ressaltados, que tem num extremo as variantes usadas principalmente por não-escolarizados de áreas rurais e, no outro, as variantes daqueles de áreas, principalmente urbanas, de alta e boa escolaridade. Às margens desse *continuum* se pode ainda situar, para além de um extremo, possíveis locais descolinizantes em antigas comunidades afro-brasileiras isoladas [...] e, para além do outro, o padrão formal de indivíduos de alta e boa escolaridade, que ainda buscam aplicar as tradicionais regras gramaticais prescritivas [...].

Para compreender o caráter heterogêneo impresso no português brasileiro, deve-se levar em conta diversos fatores, dentre eles os três apontados por Bortoni-Ricardo (2005, p. 31) como fundamentais: i) a modalidade urbana *versus* modalidade rural; ii) os fluxos migratórios do século XX e iii) os diversos estágios de desenvolvimento e a tendência emancipacionista da literatura brasileira moderna.

Em relação ao viés dicotômico entre as modalidades urbana e a rural, a autora esclarece que é decorrente “do próprio processo de colonização do país”, uma vez que os colonos, ao chegarem ao Brasil, se concentraram nas zonas costeiras, permitindo a conservação da língua transplantada de além-mar, enquanto os falares regionais, rurais “ficaram por muito tempo mais ou menos circunscritos às regiões interioranas e isoladas” (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 31; 33).

A concentração maciça de colonos nessas áreas acabou por fortalecer sua cultura e, por extensão, a sua língua, tanto que “aos poucos, porém, na região costeira, a língua geral vai sendo substituída pelo português” e, em 1754, por determinação do Reino, “o português se institui como língua oficial no Brasil no século XVIII” (BIDERMAN, 2001b, p. 964). E, por ser a forma oficial de uso, torna-se o modelo, a língua “padrão”, a variante de prestígio em oposição à modalidade rural, vista com menor prestígio, relegada às regiões mais afastadas do país. Biderman (2001b, p. 967) assim descreve a norma culta:

A língua padrão, ou norma culta brasileira, pode-se definir assim: toda palavra, expressão ou uso da língua, que é geral no Brasil, de caráter urbano e tem valor irradiador para o resto das regiões do País. Esse modelo ideal de língua culta e escrita é socialmente valorizado, enquanto os padrões sub-cultos, desviantes da norma, como os usos dialetais e populares são desprestigiados.

Esse perfil de língua *padrão* se enraizou e adquiriu o status de modelo ideal do português no Brasil, estigmatizando todas as demais formas que não se encaixam nesse perfil. No entanto, a partir do século XIX, com a expansão urbana e industrial, ocorre o êxodo rural, quando as formas desprestigiadas, de caráter popular, rural começam a adentrar nas cidades.

A industrialização e a urbanização são processos complementares que costumam marchar associados um ao outro. A industrialização oferecendo empregos urbanos à população rural; esta, entrando em êxodo na busca dessas oportunidades de vida (RIBEIRO, 1995, p. 198).

O êxodo rural nesse período marca a intensa mobilidade do homem do campo em direção às cidades, ao transitar de um espaço para o outro o homem levou consigo o seu acervo vocabular que, transpondo os espaços rurais começam a adentrar nas áreas urbanas, como acentua Isquierdo (2009, p. 43):

Nessa perspectiva, as migrações do homem se traduzem também em migrações de palavras que ora se fixam na fala de determinados grupos sociais, ora são substituídas por outras que melhor traduzem a realidade sociocultural desses grupos.

A mobilidade do homem contribuiu para aproximar o falar rural com o falar dos centros urbanos, ocasionando a interpenetração de falares e reafirmando mais uma vez o caráter heterogêneo da língua, o seu dinamismo. A forma rural em contato com a urbana resultou numa forma utilizada pelos falantes rurais para categorizar a sua nova realidade, o universo urbano, haja vista que, “ao se radicar na zona urbana, o indivíduo egresso de zonas rurais ou rurbanas¹⁸ percebe mais facilmente a estigmatização que recebem os itens lexicais e expressões mais salientes de sua fala regional” (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 33).

Em vista disso, como uma forma de evitar o estigma e o preconceito em relação ao seu falar rural bem como estabelecer uma comunicação harmônica e produtiva com os urbanitas, o homem rural, adequando a sua fala, busca substituir formas de seu meio rural por outras do urbano, fato que favorece o surgimento de uma modalidade popular da língua portuguesa nas cidades.

Nesse panorama, a realidade linguística revela um novo quadro da língua portuguesa no Brasil, na qual convive uma norma urbana falada pelos letrados, cultos e difundida pelos meios de comunicação de massa que, segundo Bortoni-Ricardo (2005, p. 35), inclui “as diversas modalidades estratificadas da língua, usadas nas zonas urbanas, na fala e na escrita”; com uma norma rural utilizada pelos falantes recém-chegados às cidades.

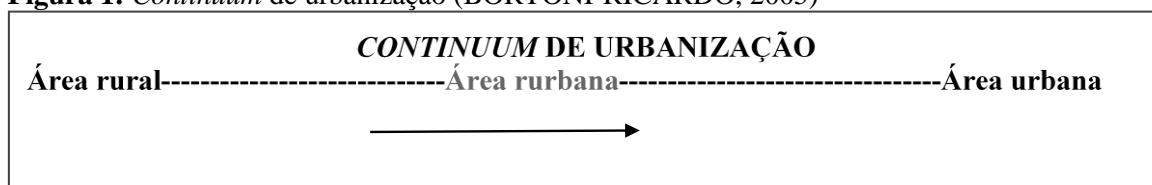
A mesma autora concebe o atual cenário do português do Brasil como um *continuum* de urbanização que “se estende desde as variedades rurais geograficamente isoladas, conhecidas genericamente como “dialeto caipira” (Amaral, 1976), [...] até a variedade urbana culta”, no

¹⁸ Valendo-se da terminologia da Antropologia e da Sociologia Rural, Bortoni-Ricardo emprega esse termo na Linguística para denominar a integração de grupos rurais com a cultura urbana e populações urbanas com preservação de traços de seus antecedentes rurais.

qual o falante pode situar-se em qualquer posição ao longo desse *continuum* (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 40).

Na busca de sistematizar a relação rural/urbano no domínio da língua, a mesma autora adota um modelo constituído de três *continua*: *continuum de urbanização*; *continuum de oralidade e letramento* e o *continuum de monitoração e estilística*. A adoção desse modelo permite entender a realidade do português brasileiro com maior precisão. Para este trabalho, considera-se apenas o *continuum de urbanização*, que corresponde a um *continuum* horizontal, onde as variedades se propagam sem fronteiras delimitadas, o que representa “a variação diatópica (rural x urbana)” (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 24; 40). A figura 1, a seguir, representa essa noção com base no modelo proposto por Bortoni-Ricardo (2005):

Figura 1: *Continuum* de urbanização (BORTONI-RICARDO, 2005)



Fonte: Elaborado pela autora segundo Bortoni-Ricardo (2005).

Nota-se pela figura que, em um extremo situam-se as normas rurais geograficamente isoladas e, no outro, a norma urbana culta. No centro, entre esses extremos situa-se a área rurbana que abriga as populações rurais em integração com a cultura e a população urbanas que preservam seus antecedentes rurais (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 92). A autora pontua que o falante pode se posicionar de maneira gradual em qualquer ponto ao longo do *continuum* a depender da norma linguística utilizada. O emprego de uma determinada norma vai depender de diversos fatores, tais como a mobilidade geográfica, o grau de escolaridade, a exposição aos meios de comunicação de massa, o gênero, a idade, a função laboral do falante dentre outros (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 24).

A mesma autora postula ainda a existência de dois tipos de regras que definem a estratificação da norma linguística, os “traços graduais” e os “traços descontínuos”. Os primeiros, com uma estratificação contínua e menos estigmatizada, estão presentes no repertório vocabular da maioria dos brasileiros, dependendo apenas do grau de formalidade que conferem à sua fala; enquanto os “traços descontínuos” são característicos das variedades regionais e sociais mais isoladas e que recebem maior grau de estigma pelos cidadãos.

Visualizando o *continuum* de urbanização aqui apresentado sob o ponto de vista da Sociologia Rural, pode-se entendê-lo numa semelhança com o *continuum* de rural e urbano que Siqueira e Osório (2001) assim representam:

Metaforicamente, é como se um plano fosse dividido ao meio e suas metades recebessem respectivamente as cores preto e branco. É a primeira etapa da diferenciação, em que atenção se foca no contraste, [...] não pelas cores, mas pelo fato de serem as metades partes de um mesmo plano. Gradualmente, a fronteira antes nítida entre as cores começa a se transformar [...]. Gradualmente, as tintas se misturam e por fim temos o plano preenchido não mais por duas metades, mas por um gradiente que vai do branco em um extremo do plano ao preto em outro, passando por **infinitos tons de cinza (área rurbana)**. É a segunda etapa da diferenciação, quando as definições precisas são implodidas e ressurgem gloriosamente a relação profunda e a unidade existente entre preto e branco, componentes do mesmo plano, da mesma realidade [...] (SIQUEIRA; OSÓRIO, p. 76, grifo nosso).

O *continuum* de urbanização aqui focalizado, somado aos outros dois “contínuos” proposto por Bortoni-Ricardo (2005) são de fundamental importância para a análise e a compreensão da diversidade linguística no Brasil, em particular para este estudo, que a partir da perspectiva do *continuum* de urbanização busca verificar em qual posição os falantes das regiões investigadas se encontram. Para a autora,

O *continuum* de urbanização é muito relevante porque as categorias rural e urbano são indispensáveis para se conhecer a realidade do Brasil [...]. Há de se considerar, porém, que nesse *continuum* a propriedade mais funcional é o grau de isolamento da comunidade, que pode ser de natureza geográfica (física) ou social (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 51).

Tendo em vista a temática desta pesquisa ser voltada para a perspectiva do rural e do urbano com enfoque na questão do conservadorismo lexical, apresenta-se no capítulo seguinte uma contextualização histórica e social das regiões aqui investigadas.

CAPÍTULO III - A ÁREA GEOGRÁFICA INVESTIGADA

Neste capítulo são tecidas considerações relativas ao processo sócio-histórico das regiões¹⁹ investigadas, abordando a questão da formação e povoamento dessas áreas, seus respectivos ciclos econômicos, os fluxos migratórios, haja vista que fatores dessa natureza podem contribuir para a interpretação da realidade linguística das localidades em pauta fornecendo informações importantes para a análise do *corpus* em estudo, como ratifica o entendimento de Isquierdo (2006b, p. 10), “[...] a discussão acerca das particularidades lexicais do português do Brasil não pode ser dissociada de questões de natureza histórica sobre a formação do povo brasileiro”.

E nessa empreitada, as orientações e informações teóricas advindas da História, da Sociologia e da Antropologia, como por exemplo: Antonil (1837), Diégues Júnior (1960) e Ribeiro (1995) guiam os caminhos, revelando o percurso percorrido pelos mineiros, capixabas e fluminenses no período de formação de suas regiões.

3.1 Contexto sócio histórico: por entre rios e picadas a história se revela

Os Índios, os brancos (colonizadores) e os negros africanos (escravizados) figuraram como os primeiros agentes sociais que participaram do processo de formação e do povoamento do então território chamado Brasil, assim denominado em alusão ao pau-brasil, uma das principais riquezas das terras brasileiras e a primeira atividade econômica explorada pelo colonizador.

Os autóctones viviam espalhados por todo o território brasileiro, Fausto (2006), em estudo sobre a História do Brasil, distingue a população indígena em tupis-guaranis e tapuias, subdividindo-os,

Os tupis-guaranis estendiam-se por quase toda a costa brasileira, desde pelo menos o Ceará até a Lagoa dos Patos, no extremo Sul. Os tupis, também denominados tupinambás, dominavam a faixa litorânea, do Norte até Cananéia, no Sul do atual Estado de São Paulo; os guaranis localizavam-se na bacia Paraná-Paraguai e no trecho do litoral [...] (FAUSTO, 2006, p. 29).

Quanto aos colonizadores, inicialmente se aportaram nas regiões litorâneas, e nesse primeiro momento foram conhecendo e estabelecendo contatos com os nativos. Para dar conta

¹⁹ Considera-se região segundo o entendimento de Diégues Júnior (1960, p. 6), “um conjunto ecológico de pessoas, aproximadas pela unidade das relações espaciais da população, da estrutura econômica e das características sociais, dando-lhe, em conjunto, um tipo de cultura que, criando modo de vida próprio, a difere de outras regiões”.

de explorar as riquezas brasileiras, trouxeram, quando iniciou o processo de exploração da terra, o elemento escravo - os negros africanos, e lentamente assim foram adentrando e explorando as regiões interioranas. A ocupação do litoral era propícia e pertinente, pois, como pontua Diégues Júnior (1960, p. 38):

O litoral constituía-se a atração do português, e isso, não somente como uma decorrência da necessidade de defender a terra, se não ainda como fixação de sentido ecológico: o caráter talássico do português da época. O valor econômico da região, igualmente, constituía um fato a mais para fixar essa proximidade do mar. [...] A beira do mar queria dizer também aproximação das matas, e ambos – mar e floresta – eram elementos econômicos de valor.

E nesse colorido de agentes sociais o Brasil, ou “brasis” como denomina Ribeiro (1995), foi se formando, se ocupando. A inter-relação desses grupos resultou em novos elementos humanos como os mamelucos, os caboclos e os mulatos que contribuíram para o povoamento do território brasileiro. Assim, num cenário de descoberta do novo espaço geográfico, esses grupos humanos vão, lentamente, seja pelos rios ou por entre picadas e trilhas abrindo novos caminhos e adentrando outras áreas a explorar as terras brasileiras.

Nesse contexto de formação e povoamento do Brasil, Diégues Júnior (1960) considera que o processo de ocupação do território baseia-se na relação entre o espaço geográfico e as condições e atividades econômicas realizados pelos agentes humanos, e, a associação desses fatores resultou no conceito denominado por esse estudioso de regiões culturais, as quais caracterizam-se como: *nordeste agrário do litoral, nordeste mediterrâneo, Amazônia, mineração, centro-oeste, extremo Sul pastoril, colonização estrangeira, região do café, faixa industrial, cacau e sal.*

Segundo o autor, cada uma dessas regiões apresenta elementos, especificidades e atividades que singularizam a vida regional e particulariza as condições gerais em cada uma delas.

O que há é uma unidade sociológica, onde o elemento humano se destaca, a caracterizar o homem brasileiro – e este mesmo diversificado nos resultados mestiços dos três troncos comuns de origem. É este elemento humano, aqui lavrador, ali extrator, além garimpeiro, acolá vaqueiro, mais além seringueiro, **somados aos peões, boias frias e diaristas**, que dá sentido comum às diversas regiões [...] (DIÉGUES JÚNIOR, 1960, p. 24, grifo nosso).

Vale apresentar brevemente neste trabalho cada região cultural a fim de situar historicamente o leitor, ressalta-se que, por questões metodológicas, a região da *mineração* será a última região a ser apresentada. A primeira região caracterizada por Diégues Júnior (1960,

p. 20), foi o *nordeste agrário do litoral* caracterizado etnicamente pela mestiçagem do branco com o negro da qual resultou o mulato, principal agente humano dessa região. E, do ponto de vista sócio econômico, pela formação da sociedade agrária voltada para o setor econômico açucareiro iniciado primeiramente com os engenhos de açúcar passando após o crescimento do setor, para as usinas açucareiras.

O elemento humano grudava-se à terra de massapé pelos pés de cana, e as bases da sua estabilidade econômica fincavam-se com o engenho. [...] O açúcar condicionou a formação da sociedade agrária do litoral, deu-lhes as bases, estimulou o povoamento, criou os modos de vida, de modo geral, ainda hoje persistentes (DIÉGUES JÚNIOR, 1960, p. 112).

A cana de açúcar se tornou, portanto, a principal atividade econômica do litoral nordestino, tanto que no século XVII essa região já estava conquistada e povoada, tendo como principais figuras representativas os senhores de engenhos, os escravos, e após, com a expansão da economia açucareira, outros tipos humanos foram surgindo como por exemplo lavradores, trabalhadores de enxada, cabras e meeiros. E da interação desses agentes formaram os primeiros povoados e vilas, geralmente em torno das terras de engenho.

O nordeste mediterrâneo pastoril por sua vez, teve o vaqueiro e o tropeiro como principal agente social, resultado da mestiçagem entre brancos e índios do qual deu origem aos mamelucos. E, como centro social teve os currais, os ranchos de paradas e as fazendas de criação. Nessa região foi o gado, a pecuária, a principal atividade econômica e o fator de povoamento. Foi conduzindo os rebanhos que tropeiros, campeiros, boiadeiros dentro outros, adentraram o interior dos sertões, abrindo novos caminhos, povoando novos espaços do território brasileiro, fato que possibilitou a expansão social para outros sertões como o da Bahia, o de Pernambuco e o de Minas Gerais.

A *Amazônia* constitui outra região cultural indicada por Diégues Júnior (1960), sendo que suas características situam notoriamente no domínio da floresta e da água, elementos que condicionaram a formação areal e o povoamento nessa área, onde o agente indígena é presença fundamental. A conquista dessa região dá-se no início do século XVII, em decorrência da expansão litorânea e da busca por novas terras. As atividades predominantes são as drogas do sertão, denominadas assim pelos colonizadores, para se referirem às especiarias (cacau, cravo, canela, algodão e etc.), a pesca, o extrativismo da borracha e da madeira.

Com essas atividades surgem os elementos humanos como o seringueiro, o pescador, e o extrator de madeiras. O caboclo é outra figura humana representativa dessa localidade, que baseada nas relações entre índios e negros resultaram nos cafuzos, todos esses agentes contribuíram para expandir a região da Amazônia.

A região *Centro Oeste*, ainda segundo o mesmo autor, encontra no enfraquecimento da exploração mineradora, o elemento que desencadeou a formação dessa região, levando os agentes humanos a buscar novas atividades e novos espaços, o que resultou na expansão populacional para as áreas centrais do Brasil como Cuiabá e Goiás. “A ocupação humana fizera-se com a disseminação dos arraiais de mineração; a fixação das populações solidificou-se depois com a criação, a agricultura e outro tipo de extrativismo, o vegetal, em parte de natureza predatória” (DIÉGUES JÚNIOR, 1960, p. 285).

A irradiação dos arraiais de mineração foi, portanto, o fator motivador que contribuiu para a ocupação territorial dessa região, com o ouro em decadência, o homem procura novos meios e atividades de se manter na nova região ocupada, dentre estas a “pecuária, mineração, garimpagem, extração de erva-mate, extração de poaia foram as principais atividades que, a partir da decadência das minas, marcaram as ocupações do homem do Centro-Oeste” (DIÉGUES JÚNIOR, 1960, p. 287).

Outra região apresentada por Diégues Júnior, o *extremo sul pastoril*, desde o século XVI já chamava atenção do colonizador. Após a queda do ouro, correntes de bandeirantes paulistas, nordestinos e fluminenses, já no século XVIII, em busca de novos territórios e riquezas adentram as matas, e abrindo picadas e trilhas encontram vastos campos e campinas, espaço fértil e propício para a criação de gado, principal atividade. Nesse primeiro momento, na região recém ocupada “encontrou o bandeirante, entretanto, outro motivo de continuar a caminhada: apareceram campos e campinas adequados para o criatório” (DIÉGUES JÚNIOR, 1960, p. 303).

Nesse cenário surge o agente social mais representativo, o gaúcho²⁰, e o elemento regional mais característico da região, o cavalo. Explorando essa região, aos poucos o gaúcho vai acompanhando o caminho do gado, disseminando currais, instalando suas estâncias, que

²⁰ Conforme Diégues Júnior (1960), “Gaúcho rigorosamente falando, já está esclarecido, é o peão, o vaqueiro das estâncias, com a sua veste peculiar, a sua língua entreverada de expressões espanholas e de termos tomados às atividades com o gado, as duas danças e música, os seus costumes próprios” (DIÉGUES JÚNIOR, 1960, p. 320).

constitui a unidade regional de organização social. “Com a estância forma-se a civilização gaúcha, pois é em torno dela – ou melhor, dentro dela – que surgem os valores culturais que marcam a região, tanto em suas condições econômicas como em sua paisagem social [...]” (DIÉGUES JÚNIOR, 1960, p. 314).

O processo de formação da região cultural de *colonização estrangeira*, deu-se no começo do século XIX, por correntes imigratórias, primeiramente alemães e italianos, seguido de poloneses, russos, árabes e posteriormente por holandeses e japoneses, o que resultou num mosaico social e cultural.

No Sul, o Rio Grande, Santa Catarina e Paraná, e em território capixaba – o Espírito Santo, foram as regiões onde o sistema de colonização foi mais abrangente e contributivo para o processo de povoamento. A respeito da importância das correntes imigratórias para a formação territorial brasileira, Diégues Júnior (1960, p. 343), ressalta que a instalação de fluxos imigratórios nesses Estados foi bastante valiosa pela participação que tiveram no sistema de ocupação humana nessas áreas até então despovoadas.

Já a formação da região *do café* é resultante da expansão dos cafezais, que nos meados do século XIX ocasionou uma irradiação populacional do Rio de Janeiro, para o Vale do Paraíba, passando por Minas Gerais e São Paulo, de onde se estende para as terras paranaenses.

A vida social foi desenvolvida em torno das fazendas de café, que constituiu o núcleo social dessa região, nesses espaços se concentravam as figuras humanas mais representativas – os barões do café (na casa grande) e os escravos (nas senzalas). O crescimento da produção cafeeira atraiu o elemento estrangeiro para essa região, que contribuiu para colorir ainda mais a paisagem social. Os italianos, na figura dos “colonos” são os elementos humanos que tiveram maior participação no povoamento regional.

Após o café, *a faixa industrial* desponta como a região cultural que compreende contemporaneamente a antiga ocupação cafeeira, e surgiu com o desenvolvimento e expansão industrial nos Estados do Rio de Janeiro, Distrito Federal, São Paulo e parte de Minas Gerais. É por essa região que se propagou o processo de urbanização no Brasil. Acerca dessa região Diégues Júnior (1960, p. 401), registra:

A mais importante transformação nas condições ecológicas foi provocada – e é processo em pleno desenvolvimento – na alteração do gênero de vida, atravessando uma fase de transição para o domínio da indústria. A população

rural encaminha-se para o trabalho industrial nas zonas urbanas, provocando o crescimento demográfico destas [...].

Somam-se às regiões já discutidas, o *cacau* no sul baiano, e o sal em parte do Rio Grande do Norte. Já no século XVI se iniciava a ocupação humana nessas áreas, porém, é no século XIX, com o desenvolvimento industrial, o avanço de novas técnicas e o aperfeiçoamento de trabalho do elemento humano, que os movimentos migratórios se tornam mais expansivos, favorecendo ainda mais a disseminação em umas e ao mesmo tempo a ocupação em outras regiões brasileiras.

É nesse vai e vem de gentes que o Brasil foi se formando, se ocupando, se expandindo, “de fato, o transcurso da nossa História é um desenrolar de migrações internas, trazendo um formidável movimento de gentes que se inter cruzam e inter comunicam seus valores culturais” (DIÉGUES JÚNIOR, 1960, p. 409).

Foi no sul baiano que o cacau encontrou terreno fértil e daí se estendeu para o norte do Espírito Santo. Assim, a expansão do cacau “contribuiu para desenvolver o povoamento, e principalmente para dar características peculiares à zona, formando verdadeira região cultural, pelos aspectos específicos que oferece, em confronto com o que se verifica em outras áreas do país” (DIÉGUES JÚNIOR, 1960, p. 414). O fazendeiro de cacau, denominado de “coronel”, o trabalhador, o tropeiro e o empreiteiro são alguns dos tipos humanos mais característicos, sendo a mobilidade de mão-de-obra um dos aspectos que singulariza a região cacaeira.

O sal, encontrado em abundância no vale do São Francisco, foi o alimento de primeira necessidade para o gado, sem desconsiderar sua importância para o homem que nas proximidades do Rio se fixou. A fartura do sal favoreceu a adaptação do gado e sua penetração pelo interior, que em busca de salinas, quando estas começavam a esgotar, o homem conduzia a boiada para novos espaços, penetrando outras áreas litorâneas, como o Rio Grande do Norte e Ceará, dessa forma, iam se fixando, se expandindo por outros espaços areais.

O sal tornou-se assim um gênero de fundamental importância, pois contribuía com as demais atividades econômicas que tinham no gado sua fonte de renda, seja com os criatórios para o trabalho ou para o corte, ou com a indústria do couro. Os tipos sociais característicos dessa região foram os salineiros – que trabalhavam diretamente com o sal, os comerciantes e os proprietários das salinas.

Por fim, a região da *mineração*, que teve como principal fator de povoamento a busca por minas de ouro, iniciada no século XVI, primeiramente com os bandeirantes paulistas que adentram para o interior do Brasil a procura desse metal precioso, seguido após, por mulatos, nordestinos e até mesmo imigrantes estrangeiros. Foi com esse quadro humano que a área central do País se desenvolveu.

Essa área situa-se na região Sudeste do Brasil, que abrange os seguintes estados: Minas Gerais/MG, Espírito Santo/ES, Rio de Janeiro/RJ e São Paulo/SP, os três primeiros Estados correspondem a área geográfica investigada nessa pesquisa. A região Sudeste possui uma extensão territorial de aproximadamente 924.620.678 km², é considerado o complexo regional mais populoso e povoado do país, conforme as estimativas do IBGE (2020)²¹, sua população é de 89.012.240 habitantes com uma densidade demográfica de 95, 13 habitantes por km².

A fase histórica que marca o processo formativo da região Sudeste, inicia-se em 1534, a partir do sistema das Capitânicas Hereditárias, onde o território brasileiro dividido em lotes, foi doado a pessoas com condições de proteger, incrementar e desenvolver as terras recebidas. Ao donatário Martin Afonso de Souza coube a capitania de São Vicente, um dos primeiros núcleos de povoamento do Brasil que corresponde a região sudestina. Povoadas esta área, os colonizadores iniciam o processo de interiorização pelo país:

Na segunda metade da centúria começam as tentativas penetradoras para o interior, no propósito de alcançar os planaltos. [...] No século XVII desdobra-se, amplia-se, alarga-se essa ocupação, e já agora, abertos os caminhos por mamelucos ou mestiços, [...] o território começa a ser devassado e ocupado (DIÉGUES JÚNIOR, 1960, p. 38).

E assim, “de São Vicente irradiou-se a ocupação territorial para o sul e para o centro; igualmente expandiu-se para o oeste” (DIÉGUES JÚNIOR, 1960, p. 272). Nesse percurso, o homem saindo de São Vicente começa a desbravar os sertões interiores, vencendo as densas e fechadas matas e abrindo picadas e caminhos segue em busca de novas terras, cenário bastante representativo nos primeiros momentos da colonização, conforme registra Diégues Júnior (1960, p. 45), “a estrada [...] é que caracteriza a paisagem dessa área: mas, estrada de Índio, vereda, trilho aberto entre matas”.

²¹ Fonte: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=downloads>. Acesso em: 20 maio 2021.

Esse feito possibilitou a mobilidade de tropeiros e boiadeiros da região nordeste, que conduzindo as boiadas pelo vale do Rio São Francisco começam a adentrar as regiões interioranas. E do vale do Piratininga (atual São Paulo), bandeirantes paulistas adentram o interior do Brasil à procura de riquezas minerais.

A descoberta de ouro no Sudeste, precisamente nas regiões de Minas Gerais atraiu para o interior do país variados tipos humanos, inclusive imigrantes. Como ratifica Diégues Júnior (1960, p. 242):

A mineração foi, assim, o fator que levou à ocupação da área central do País; com ela, em particular dos fins do século XVII e começos do XVIII, cresceu o afluxo de imigrantes para a região de minas; não apenas gente do Nordeste, e em especial escravos negros, como também portugueses [...].

É nesse cenário que se inicia o povoamento e a formação territorial do Sudeste brasileiro. Com a decadência da exploração aurífera, desponta nessa região, nos fins do século XVIII, outra atividade que vai aquecer a economia sudestina – a produção cafeeira, que contribui para reorganizar e retomar o desenvolvimento social e econômico da região.

Nesse contexto, nota-se que o ouro, o café e a industrialização foram os principais elementos que contribuíram para a formação, o povoamento, a expansão e o desenvolvimento do Sudeste, conferindo-lhe uma posição de destaque, haja vista que atualmente é considerada umas das mais importantes regiões industrial, comercial e financeira do Brasil.

3.2 A rede de pontos: contextualizando a história social dos Estados pesquisados

A área geográfica pesquisada neste trabalho compreende as 39 localidades situadas nos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro correspondente à região Sudeste, e abrange a rede de pontos do Projeto ALiB. A seguir, a figura 2 apresenta a rede de pontos da região Sudeste (carta VIII), ressalte-se que para este trabalho o Estado de São Paulo não foi contemplado como área de análise, haja vista já ter sido objeto de estudo na Dissertação de mestrado *Norma lexical no Português falado em São Paulo: reflexões acerca do rural e do urbano*, de Santos (2019).

Figura 2: Rede de pontos do ALiB na Região Sudeste



Fonte: Site do Projeto ALiB: <https://alib.ufba.br/content/rede-de-pontos>.

Na sequência, visualiza-se um panorama sócio-histórico da área geográfica pesquisada, a partir da sequencialidade abrangida pela rede de pontos do ALiB.

3.3 Minas Gerais/MG

A rede de ponto que contempla o Estado de Minas Gerais é constituída de 22 localidades, o quadro 1 na sequência ilustra essas localidades, com ano de formação administrativa e sua extensão territorial²² abrangida. O critério de apresentação segue a ordem numérica da rede de pontos do Projeto ALiB.

Quadro 1: Distribuição da rede de pontos de MG/ALiB segundo a data de fundação e a extensão territorial

Estado: Minas Gerais		
Localidade	Ano de formação administrativa	Extensão territorial
Januária	1811	6.661,588 km ²
Janaúba	1943	2.181,319 km ²
Pedra Azul	1880	1.594,651 km ²
Unai	1873	8.445,432 km ²
Montes Claros	1832	3.589,811 km ²

²² Todos os dados demográficos relativos às regiões apresentados neste tópico, foram obtidos por meio de consulta ao site do IBGE: <https://cidades.ibge.gov.br/>.

Pirapora	1891	549, 514 km ²
Teófilo Otoni	1857	3.242,270 km ²
Diamantina	1819	3.891,659 km ²
Uberlândia	1857	4.115,206 km ²
Patos de Minas	1850	3.190,456 km ²
Campina Verde	1911	3.650,749 km ²
Ipatinga	1953	164,884 km ²
Passos	1840	1.338,070 km ²
Formiga	1832	1.501,915 km ²
Ouro Preto	1724	1.245,865 km ²
Viçosa	1832	299,418 km ²
Lavras	1813	564,744 km ²
São João Del Rei	1713	1.452,002 km ²
Muriaé	1852	841,693 km ²
Poços de Calda	1979	546,958 km ²
Juiz de Fora	1850	1.435,749 km ²
Itajubá	1892	294,835 km ²

Fonte: IBGE (2020) e site do Projeto ALiB: <https://alib.ufba.br/content/rede-de-pontos>

Cada uma dessas localidades acrescidos dos demais municípios, com suas singularidades geográficas e sociais, contribuíram para o processo de formação, povoamento e desenvolvimento do Estado de Minas Gerais, iniciado a partir do século XVI com o movimento dos bandeirantes paulistas, que saindo do território paulista desbravaram as matas em busca de ouro e pedras preciosas.

Em terras mineiras esses desbravadores ergueram os primeiros espaços propícios à instalação humana – as rancharias, primitivas habitações geralmente feitas de madeiras, palmeiras e capim. A medida que a exploração aurífera ia se desenvolvendo, outras construções habitacionais iam sendo construídas dando origem aos arraiais de mineração - primeiros núcleos de povoamento local, “o arraial era, inicialmente, o acampamento nômade, mas que serviu de base justamente à criação da vida urbana, já estável, constituindo a vila ou cidade” (DIÉGUES JÚNIOR, 1960, p. 242), do arraial nasce em 1711, Mariana, primeira vila de Minas Gerais, área de irradiação populacional do território mineiro.

Enquanto os bandeirantes adentravam o interior de Minas à caça de ouro, outros agentes humanos – os tropeiros nordestinos, iam pelo curso do São Francisco, conduzindo as comitivas de gado, ocupar e povoar os sertões do norte de Minas Gerais, nessa área, o gado foi o principal fator de povoamento territorial.

Com esse quadro Minas vai se expandindo, e no século XVIII com o auge da mineração, torna-se a principal fonte de renda econômica do Brasil, e o fator essencial para o aumento do fluxo populacional na região, uma vez que, atraídos pela busca do ouro, nordestinos, portugueses e grandes levadas de imigrantes como por exemplo os italianos, encaminham para as áreas mineradoras. Como registra Antonil (1837, p. 149),

Cada anno vem nas frotas quantidade de Portuguezes, e de estrangeiros, para passarem ás minas. Das cidades, vilas, recôncavos, e sertões do Brazil vão brancos, pardos, e pretos, e muitos Índios de que os paulistas se servem. A mistura he de toda condição de pessoas: homens, e mulheres; moços e velhos; pobres e ricos: nobres e plebeos, seculares, clérigos, e religiosos de diversos institutos.

Esse volumoso fluxo populacional tornou-se o quadro social representativo de Minas Gerais na fase da mineração, e nesse molde inicia-se o processo de urbanização mineira. Tamanho o número de elementos humanos chegando a essas terras resultou numa exploração aurífera desenfreada, que a partir de 1748 começa a se esgotar.

A decadência da mineração, levou os agentes humanos a buscarem novos meios e atividades para seu sustento, e encontram na pecuária (com a criação de gado) e na agricultura (com o trigo, o fumo e, mais tarde, com o café) as condições de subsistências. E “graças à pecuária, aos cereais e mais tarde à manufatura, Minas não regrediu como um todo” (FAUSTO, 2006, p. 106). E foram esses dois elementos que auxiliaram a recuperação da economia mineira, em particular a agricultura, com o cultivo do café, outra atividade que marcou um novo ciclo econômico e um novo contexto sociocultural em Minas, com hábitos, costumes e estilo de vida, agora, voltados para a produção do café.

A marcha da cafeicultura se expandiu, e irradiou da costa fluminense para o oeste. Percorrendo inicialmente pelas matas do estado do Rio de Janeiro, depois as do Espírito Santo, mais tarde as da zona da mata do sul de Minas Gerais, por fim, as de São Paulo, atingindo também outras áreas como Paraná, Mato Grosso do Sul e etc. (RIBEIRO, 1995, p. 404).

A expansão da produção do café inaugurou uma nova fase no setor econômico do país, especialmente na região Sudeste do Brasil, onde se observa o desenvolvimento da atividade industrial, com a metalurgia por exemplo. Ribeiro (1995, p. 393), ao ressaltar o êxito e importância do café para a economia e para a realidade social brasileira, destaca:

[...] Seu efeito crucial foi reabilitar o Brasil como unidade agroexportadora do mercado mundial e como um próspero mercado importador de bens industriais. Outro efeito da cafeicultura foi modelar uma nova forma de especialização produtiva e configurar um outro modo de ser da sociedade brasileira [...].

Nesse novo cenário apresentado surgem tipos humanos bastante característicos, como a figura dos barões do café, o escravo, meeiros e lavradores, e após a abolição da escravatura (1888), várias correntes de imigrantes desembarcam em terras mineiras e regiões adjacentes, como espanhóis, alemães e principalmente italianos.

A crescente produção cafeeira se difundiu e tornou-se a atividade propulsora que alavancou a economia brasileira até meados do século XIX, favorecendo o crescimento do processo industrial, que por sua vez contribuiu com a expansão econômica para o mercado mundial possibilitando a exportação do produto e ainda, teve participação efetiva no processo de formação e urbanização, particularmente no Sudeste do Brasil. E, a partir desse momento, novamente verifica-se uma alteração na composição social em Minas Gerais, que com o advento das indústrias ocorre a expansão urbana, onde o processo de mobilidade rural – urbano se acentua.

É, pois, com a produção cafeeira que se assiste novamente a um forte movimento migratório no País, como os nordestinos em direção à região Sudeste por exemplo. A partir da industrialização e da expansão das cidades também se intensifica um novo tipo de mobilidade populacional, o êxodo rural, fato que vai acentuar a questão do rural e do urbano. Nota-se, que a mobilidade dos grupos humanos nesse período acompanhava a marcha do café, e com a urbanização e industrialização, passaram a buscar melhores condições e oportunidades de vida e de trabalho.

Essa mobilidade espacial contribuiu não somente para o desenvolvimento e expansão econômica como também social e por extensão, para expandir e diversificar o acervo linguístico do povo mineiro. Em toda sua trajetória, nesse vai e vem em terras mineiras conduzindo o gado ao Norte de Minas, a procura de ouro mais ao centro, nas lavouras de café ao sul e em direção aos centros urbanos buscando melhores condições de vida, o elemento humano levava consigo o seu vocabulário.

Esse transitar de gentes refletiu no acervo vocabular dos falantes mineiros, uma vez que propiciou a formação de um repertório linguístico característico da região mineira, sabiamente

denominada por Zágari (2013), de *falares*, que segundo o autor corresponde a “realizações linguísticas de agrupamentos humanos que podem ser associados a uma pronúncia característica, a um ritmo de fala e a uma que outra definida escolha de um item lexical” (ZÁGARI, 2013, p. 49). Buscando descrever e delimitar esses “falares” o autor estabelece uma divisão dialetal para a região mineira.

No intuito de agregar maiores informações que possam auxiliar na descrição do vocabulário dos falantes mineiros, objeto dessa pesquisa, apresenta-se brevemente, no item seguinte, um retrato da realidade linguística de Minas Gerais, com base na divisão dialetal estabelecida por Zágari (2013).

3.3.1 Retrato linguístico de Minas Gerais: tinha uma trilha antes do caminho

Como já salientado, as atividades econômicas e o quadro sociocultural de Minas Gerais desde o período de sua formação foram os fatores determinantes para a formação de um acervo linguístico representativo nessa região. Essa singularidade do falar mineiro assim como as demais de cada Estado brasileiro despertou a atenção de muitos estudiosos, como ressalta Amaral (1976, p. 43),

O falar do Norte do país não é o mesmo que o do Centro ou o do Sul. O de S. Paulo não é igual ao de Minas. No próprio interior deste Estado se podem distinguir sem grande esforço zonas de diferente matiz dialetal – o Litoral, o chamado “Norte”, o Sul, a parte confinante com o Triângulo Mineiro. Seria de se desejar que muitos observadores imparciais, pacientes e metódicos se dedicassem a recolher elementos em cada uma dessas regiões [...].

Consoante ao desejo de Amaral, vários pesquisadores brasileiros se dedicaram na tentativa por delimitar e descrever de forma sistemática as áreas dialetais brasileiras. Dentre eles, destaca-se Antenor Nascentes em sua obra *O linguajar Carioca* de (1922), posteriormente reelaborada em 1933 e publicada uma segunda edição em 1953. No intuito de caracterizar a diversidade do português do Brasil – PB, e levando em consideração as divisões dialetais propostas por Júlio Ribeiro (1891); Rodolfo Garcia (1915) e Maximino Maciel (1950), Nascentes, baseado em fatos fonéticos-fonológicos e em aspectos de prosódia, propõe uma divisão dialetal do português brasileiro:

Hoje que já realizei o meu ardente desejo de conhecer o Brasil de lés a lés, do Oiapoque ao Xuí, de Recife a Cuiabá, fiz nova divisão que não posso considerar definitiva, mas sim um tanto próximo da verdade. [...] Dividi o falar brasileiro em seis subfalares que reuni em dois grupos a que chamei do norte e do sul. O que caracteriza estes dois grupos é a cadência e a existência de pretônicas abertas em vocábulos que não sejam diminutivos nem advérbios

em – *mente*. Basta uma singela frase, ou mesmo uma simples palavra, para caracterizar as pessoas pertencentes a cada um destes grupos (NASCENTES, 1953, p. 24).

Em relação aos subfalares, Nascentes (1953, p. 25-26), assim os divide - subfalares do norte: o amazônico que compreende o Acre, o Amazonas, o Pará e Parte de Goiás, e o nordestino que abrange: os Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e a parte de Goiás entre a Serra do Estrondo à nascente do Paraíba. Quanto ao subfalares do sul, são: o baiano, intermediário entre os dois grupos, que abrange – Sergipe, Bahia, o Nordeste, o Norte e o Noroeste de Minas, e parte de Goiás; o fluminense que engloba o Espírito Santo, o Rio de Janeiro, o Distrito Federal e Minas (Mata e parte do Leste); o mineiro que compreende o Centro, o Oeste e parte do Leste de Minas Gerais, e o sulista que abarca São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas (Sul e triângulo), Goiás e Mato Grosso.

Essa divisão dialetal proposta por Nascentes (1922;1953) tornou-se referência para estudiosos e pesquisadores que buscam descrever e sistematizar os falares do português brasileiro, e estabelecer suas áreas dialetais. De lá para cá, os trabalhos e pesquisas dialetológicas ora confirmam ora refutam a divisão do referido autor.

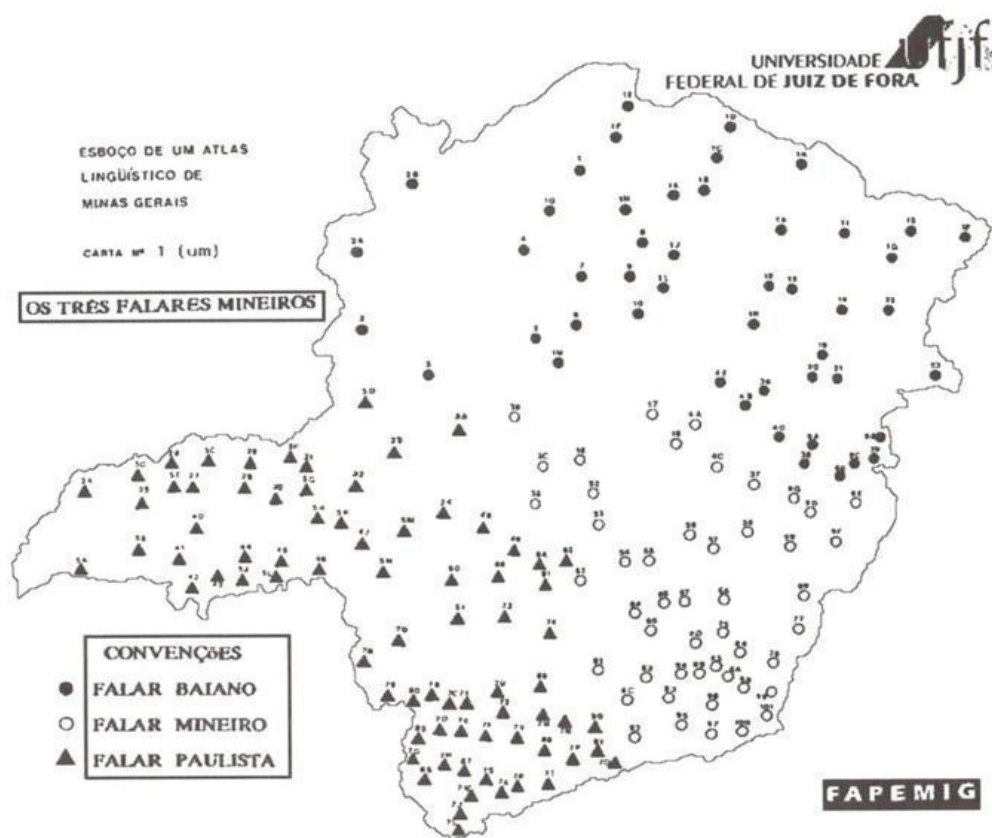
No que diz respeito ao território mineiro, área geográfica investigada nessa pesquisa, Zágari (2005; 2013) observando a divisão de Nascentes (1922;1953), e com base em suas pesquisas para a elaboração do seu Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais – EALMG (1977), reformula a proposta de Nascentes no que tange ao subfalares que abrangem o Estado de Minas Gerais, e apresenta uma nova proposta de divisão dialetal para essa região, em relação a qual assinala “a ocupação dos espaços imensos de Minas Gerais, através de três vias a que a geografia e a história deram vida, reforça e ajuda a explicar a existência de três falares no Estado” (ZÁGARI, 2013, p. 50). De acordo com o pesquisador, os falares mineiros dividem-se em:

i) *um falar baiano*, que, partindo do norte, vai até a linha, no sentido leste – oeste, abrangendo as localidades de Mantena, Galiléia, Governador Valadares, Nacip Raydan, Água Boa, São Sebastião do Maranhão, Itamarandiba, Várzea de Palma, João Pinheiro, terminando em Paracatu. [...] (ii) *um falar paulista* que, partindo do sul do Estado, na cidade de Passa Vinte e, rumando para o norte, pega a Liberdade, Andrelândia, Lavras, Oliveira, Pará de Minas, Divinópolis e, dobrando para o Oeste, vai até Vazante, passando por Bom Despacho, Dolores do Indaiá, São Gotardo, Patos de Minas e São Gonçalo do Abaeté, englobando, portanto, todo o Triângulo e a região sul do Estado. [...]

(iii) um *falar mineiro* (utilizando-se a nomenclatura de Antenor Nascentes), preso entre essas duas áreas que, não possuindo nenhuma dessas características acima enumeradas [...] (ZÁGARI, 2013, p. 50-51).

Nota-se assim, que a divisão dialetal estabelecida por Zágari, tem correspondência com o processo socio-histórico e econômico de Minas Gerais, desde o momento de sua formação. Esses fatores contribuíram para caracterizar o vocabulário do falante mineiro. Na figura 3 a seguir, visualiza-se o mapa com a divisão dialetal de Minas Gerais estabelecida por Zágari (2013).

Figura 3. Divisão dialetal de Minas Gerais



Fonte: Zágari (2013, p. 65).

Observando a figura 3, o que se nota é a existência de variedades linguísticas, os falares mineiros distribuídos pelos espaços geográficos e em relação aos quais o autor pontua ser impossível demarcar definitivamente as fronteiras entre as áreas correspondentes, considerando a mobilidade dos falantes de cada área e também, devido ao intercruzamento e constante contato entre elas, tendo em vista que os fenômenos linguísticos fonéticos e lexicais por exemplo, são dinâmicos e expansivos. Porém, ressalta

Isso não anula, contudo, a realidade que interpõe esses três falares num jogo contrastivo: um belorizontino, um januarensense e um uberlandense se sabem brasileiros e mineiros pela língua que falam, mas se sabem, também, participantes de uma variedade, de uma diferente norma de fala. Qualquer observador atento notará serem eles oriundos de espaços diferentes da Minas Gerais (ZÁGARI, 2013, p. 51).

A partir da divisão dialetal de Zágari ilustrada no mapa da figura 3, é possível verificar que os fatores de natureza socioculturais e econômicos, advindos do processo de formação territorial e populacional de Minas Gerais tiveram papel preponderante na constituição do acervo linguístico dessa região.

No período de formação e povoamento de Minas Gerais, tropeiros, carreadores e vaqueiros saem do litoral nordestino, acompanhando as boiadas, e se fixam no norte mineiro, esse movimento vai contribuir para caracterizar o *falar baiano*, imprimindo marcas linguísticas sobretudo fonéticas como exemplo – o predomínio de vogais pretônicas baixas.

E no domínio lexical, agrega-se novas formas lexicais para designar objetos, referentes e elementos relacionados ao universo rural, à lida com o gado, tais como as peças de montaria, de levar mantimentos e utensílios como por exemplo: bruacas, cangas, jacás entre outros.

Abrindo trilhas e picadas, os bandeirantes paulistas saem do território paulista em direção às terras mineiras à procura de ouro, trazendo consigo um vocabulário característico que vai influir no acervo linguístico da região de Minas, constituindo o *falar paulista*, que tem como traço singular o “R” caipira, como registra Zágari (2013, p. 50), “distingue esse falar, e é sua marca inconfundível nas Gerais o [r] retroflexo [...]”. Na dimensão lexical, verifica-se um vasto repertório marcado por formas conservadoras, resquícios dos colonizadores, e unidades lexicais oriundas do contato com os indígenas, por exemplo (AMARAL, 1976, p.55).

Após a decadência do ouro, desponta no século XIX, o ciclo cafeeiro, que também contribuiu para enriquecer e ampliar o acervo linguístico do mineiro. Com o fim do regime escravocrata e atraídos pelo trabalho nas lavouras de café chegam às Gerais os boias-frias, os diaristas, os lavradores, os colonos e etc.

Finda a escravidão, houve, além da força de trabalho estrangeira, a vinda de migrantes dos Estados do Nordeste, e Minas Gerais se caracterizou pelos diaristas, denominados camaradas [...]. De modo geral, a presença desses trabalhadores, como parceiros, meeiros, diaristas, foi constante em toda a fase da economia cafeeira [...] (MORAIS SILVA; SILVA, 2008, p. 1).

Com o advento industrial e o processo de urbanização, essas figuras ainda permanecem em Minas Gerais, com destaque para os boias-frias – o diarista do meio rural, que, após o enfraquecimento do ciclo cafeeiro, saem do campo, das fazendas em direção às cidades. Esses diaristas já instalados no meio citadino, tornam-se trabalhadores eventuais que exercem atividades laborativas recebendo por dia de trabalho.

Ainda quanto à divisão dialetal de Zágari (2013), o autor valendo-se da nomenclatura de Nascentes (1953) estabelece o *falar mineiro*, e situa-o entre os outros dois falares, por possuir características diferentes daquelas encontradas nos falares já descritos. Atualmente esse falar abrange as mesorregiões Central Mineira e Metropolitana, onde está situada Belo Horizonte – capital do Estado de Minas, Lavras, Ouro Preto e São João Del Rey, sendo que os três últimos estão entre os municípios mais antigos de Minas Gerais segundo o quadro 1, onde consta a distribuição das localidades mineiras com o seu período de formação administrativa.

O trabalho de Zágari (2013), pioneiro nos estudos dialetais em Minas Gerais, constituiu o primeiro passo na busca por delimitar um traçado dialetal na região, no entanto, considerando que essa divisão focalizou mais precisamente o nível fonológico, faz-se necessário ampliar o domínio desse empreendimento abrangendo também o âmbito morfossintático e o léxico-semântico, a fim de aprofundar na análise e descrição dos falares mineiros de forma a ilustrar um melhor retrato e compreensão da realidade linguista de Minas Gerais e fornecer subsídios que possam validar ou ainda, ampliar os limites da divisão dialetal levantada por Zágari. “Em face disso, confirma-se a necessidade de pesquisas que explorem o subfalar mineiro *in totum*, uma vez que, conforme a proposição de Zágari (2005), há somente três falares mineiros, a saber: baiano, mineiro e paulista” (ROMANO, 2021, p. 99).

O estudo aqui proposto, de caráter inovador pois, focaliza o nível lexical e contemplam áreas dos quatro *subfalares do Sul* proposta por Nascentes (1953), pretende contribuir com a descrição dos falares mineiros, uma vez que busca sob o ponto de vista diatópico, léxico-semântico e diastrático (quando os dados permitirem), verificar em que medidas fatores espaciais e socioculturais podem influenciar a escolha lexical dos falantes investigados. E averiguar a partir dessas escolhas, a distribuição espacial dos itens lexicais documentados e o indicativo de possíveis traços virtuais que caracterizem os falares das regiões em estudo – Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro.

3.4 Espírito Santo/ES

Situado na região Sudeste, o Estado do Espírito Santo abrange uma extensão territorial de aproximadamente 46.074,447 km², faz fronteira com o oceano Atlântico a leste, com a Bahia ao norte, com Minas Gerais a oeste e noroeste e, com o sul do Estado do Rio de Janeiro. Possui, segundo as estimativas do IBGE (2020), uma população de 4.064.052 de habitantes e uma densidade demográfica de 76,25 habitantes por km². É nessa área que estão localizadas as quatro localidades, e a capital (Vitória/ES), que constituem a rede de pontos do Projeto ALiB, as quais podem ser visualizadas no quadro 2, a seguir:

Quadro 2: Distribuição da rede de pontos do ES/ALiB segundo a data de fundação e a extensão territorial

Estado: Espírito Santo		
Localidade	Ano de formação administrativa	Extensão territorial
Barra de São Francisco	1935	944,521 km ²
São Mateus	1764	2.346,049 km ²
Santa Teresa	1988	683,082 km ²
Alegre	1884	756,860 km ²

Fonte: IBGE (2020)²³ e site do Projeto ALiB: <https://alib.ufba.br/content/rede-de-pontos>.

Historicamente, o território que hoje abrange o Estado do Espírito Santo corresponde à Capitania do Espírito Santo, doada por D. João III ao fidalgo Vasco Fernandes Coutinho em junho de 1534, como se pode conferir no trecho da carta da Chancelaria de D. João III, no Livro II, fls. 113-115, pertencente ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo em Lisboa. No documento consta a doação da capitania à Coutinho

§ Item, esta merce lhe faço como Rey e Senhor destes rregnos e assy como gouernador e perpetuum administrador que sam da Ordem e Cavalaria do Mestrado de Nosso Senhor Jehum Cristo, e per esta presentem carta dou poder e autoridade ao dito Vasco Fernamdez que elle per sy e per quem lhe aprouer possa tomar e tome a posse rreaall, corporall e autoall das terras da dita capitania e governamça e das rremdas e bems della e de todas as mais cousas comtheudas nesta doaçam e use de tudo imteiramemte como se nela comthem, a quall doaçam ey por bem quero e mamdo que se cumpra e goarde em todo e per todo com todas has crausulas, comdiçoões e declaraçoões nella comtheudas e declaradas [...] (OLIVEIRA, 2008, p. 20)²⁴.

²³ Demais informações relativas às localidades apresentadas, consultar: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>

²⁴ Por tratar-se de uma citação direta referente a um documento redigido à época da colonização do Brasil, como uma forma de retratar a história da língua portuguesa respeitou-se a grafia original utilizada pelo autor.

Um ano após a doação, Coutinho com sua gente, a bordo da caravela Glória, partem em direção às terras capixabas. E aos dias 23 de maio de 1535, “oitava de Pentecostes (domingo), a caravela de Vasco Fernandes Coutinho aportou à sua capitania, aproando em uns terrenos baixos, ao fundo de uma enseada [...]” (OLIVEIRA, 2008, p. 37). A chegada ao território ocorreu no dia consagrado à Santíssima Trindade, por esse motivo, à vila e após, à capitania foi dado o nome de Espírito Santo.

E já nesse momento os colonos levantaram os primeiros casebres, para instalação e principalmente para abrigo e proteção contra os autóctones que não lhes deram boa acolhida logo de início. Como atesta Oliveira (2008, p. 38) “a atitude hostil dos habitantes da terra aconselhava a construção imediata de obras de defesa”. Inicialmente esse processo de ocupação territorial se deu na faixa litorânea, e só a partir de 1813, os colonos vão se adentrando pelo sertão capixaba. Alguns fatores dificultaram a expansão rumo ao interior,

Devido à hostilidade das tribos indígenas que habitavam o território da capitania, donatários e governadores se limitaram a explorar as terras próximas à vila do Espírito Santo nos três primeiros séculos de ocupação. Além disso, a dificuldade de comunicação e o interesse em manter o isolamento das jazidas de ouro na região das Minas Gerais, com a proibição de construção de estradas e navegação nos rios, acabaram atrasando a exploração do sertão capixaba (AURÉLIO, 2012, p. 78).

No início do século XVIII, o interior capixaba já contava com alguns núcleos de povoamento. Os primeiros agentes humanos se dedicavam à cultura da cana-de-açúcar, algodão, arroz, tabaco, café e etc. Era sabido da existência de ouro nessas regiões, porém o foco da exploração aurífera nesse momento, estava voltado para o território vizinho – Minas Gerais, obstáculo que se impôs aos capixabas adentrar em suas regiões interioranas à caça de ouro.

[...] Com a descoberta do ouro em Minas Gerais a Coroa portuguesa achou por bem, por ser o Espírito Santo uma defesa natural contra a possível cobiça estrangeira das novas riquezas encontradas, proibir qualquer abertura para o interior da capitania. O Espírito Santo passou a funcionar exclusivamente como uma trincheira de defesa do interior mineiro [...]. Proibiu qualquer entrada ou penetração para o interior, assim como toda e qualquer ação colonizadora e fixação de habitantes em terras além do litoral (OLIVEIRA, 2008, p. 517).

Tal medida imposta pela Coroa portuguesa dificultou o desenvolvimento e levou a uma estagnação na economia do Espírito Santo. Que só veio a se recuperar com vigor em meados do século XVIII com a produção cafeeira. Vale ressaltar que pertence ao Espírito Santo a

exclusividade da produção do *café capitania*, famoso pelo seu aroma e sabor, tal variedade é produzido nas regiões litorâneas desse Estado.

Com o fim da escravidão, houve a necessidade de recrutar mão-de-obra para as lavouras de café, momento em que se assiste ao intenso fluxo migratório em direção ao Estado capixaba. Atraídos pela possibilidade de empregos nas grandes lavouras cafeeiras, e por melhorias de condições de vida, desembarcam no Espírito Santo levas de imigrantes, dentre esses tem-se: açorianos, alemães, pomeranos e, por volta de 1840, os italianos, o maior contingente de italianos era proveniente de Vêneto, região nordeste da Itália. Tamanha foi a importância da imigração italiana na formação do Brasil em particular para o Estado do Espírito Santo, que no ano de 2015 o Estado reconhece pela Lei Estadual n. 10.378/15, o município de Santa Teresa/ES como a Capital Estadual da imigração italiana²⁵.

E com a produção cafeeira o Espírito Santo consegue se firmar social e economicamente, contribuindo para que outras fontes econômicas como feijão, farinha, milho e etc., pudessem se desenvolver até mesmo para o exterior, fato que favoreceu o crescimento industrial e o desenvolvimento de urbanização do território capixaba. “Foi o processo de entrada de colonos alemães, italianos e outros europeus que, juntamente com a cultura do café, redirecionou a economia do Espírito Santo, com imensas consequências sociais, culturais e políticas [...] (OLIVEIRA, 2008, p. 533).

Com o ciclo do café o Espírito Santo assistiu a uma progressão econômica, geográfica e social. A produção cafeeira contribuiu para o desenvolvimento da região, como a abertura de novas estradas para escoamento do produto, a expansão industrial com o surgimento de novas técnicas de produção e a mecanização agrícola, esses fatores resultaram na expansão territorial e no desenvolvimento urbano do Estado capixaba, haja vista que atraiu para este Estado levas de imigrantes como já pontuado, assim como, grandes contingentes de outras regiões do Brasil. “O comércio do café garantia a sobrevivência dos imigrantes europeus, além de cearenses, baianos e mineiros que vieram para o Espírito Santo” (AURÉLIO, 2012, p. 83).

²⁵ A respeito da Lei Estadual n. 10.378/15, consultar: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/173596788/dou-secao-1-12-01-2018-pg-2>.

Os agentes humanos que se fixaram no território capixaba no momento de sua formação à época da colonização (indígenas, colonos e africanos escravizados), somados aos grupos que vieram posteriormente, com o ciclo do café (imigrantes europeus, mineiros, baianos, paulistas e etc.) resultaram numa miscelânea de gentes. Esta diversidade sociocultural por extensão, contribuiu para expandir e diversificar o acervo linguístico do povo capixaba. Na sequência, apresenta-se um panorama linguístico do Espírito Santo.

3.4.1 Panorama da realidade linguística dos falantes capixabas

O acervo linguístico do Espírito Santo, é marcado pela heterogeneidade, fruto de fatores socioculturais como registra Aurélio (2012), ao tratar em sua Dissertação de mestrado *dos falares da Bahia e do Espírito Santo*, onde investiga a influência de um falar sobre o outro, “quanto ao Espírito Santo, observou-se que, apesar de possuir uma população com considerável diversidade étnica, o estado conta com sua própria realidade linguística. [...] É justamente na diversidade cultural característica do Estado que reside a sua riqueza linguística” (AURÉLIO, 2012, p. 118).

Desse modo, pode-se observar que o quadro linguístico do Espírito Santo mantém estreita relação com o processo de formação social e cultural ocorrido neste Estado no decorrer de sua formação e ocupação. A esse respeito e em relação à diversidade linguística do Espírito Santo, Rodrigues (2013, p. 321), pontua que “os dados delineados levaram à construção de um Estado com características étnicas, culturais e econômicas específicas, do que se deduz a existência de áreas linguísticas próprias”.

Essa diversidade linguística no Estado do Espírito Santo ainda carece de estudos e pesquisas que aborde a realidade da língua dos falantes capixabas à luz dos aspectos socio-históricos e culturais da região, a fim de demonstrar possíveis influências na língua, ocasionadas pelo contato entre os diferentes agentes humanos que se fixaram no Espírito Santo, os imigrantes por exemplo. Pode ainda, revelar a manutenção ou não das línguas minoritárias trazidas por esses imigrantes.

Descrever o quadro linguístico do Estado do Espírito Santo sob o enfoque socio-histórico, vai permitir compreender sobretudo, a heterogeneidade do acervo vocabular dessa região e identificar a existência de possíveis áreas dialetais, evidenciando a relação entre língua,

sociedade e cultura, manifestada pelo contato e interação entre os grupos humanos decorrente dos fluxos migratórios no Estado.

Nesta pesquisa busca-se atender esse intento, ao analisarmos (no capítulo V), sob o enfoque diatópico e léxico-semântico, o acervo vocabular dos falantes das regiões do interior do Estado do Espírito Santo: Barra de São Francisco, São Mateus, Santa Teresa e Alegre. Com o empreendimento das análises pretende-se retratar à luz da socio-história a realidade linguística capixaba no domínio lexical, buscando verificar a existência de possíveis áreas dialetais nessas regiões investigadas e de um modo geral, contribuir com os estudos dialetais para uma melhor compreensão e descrição do português brasileiro – PB.

Entretanto, vale pontuar que o estudo aqui realizado não pretende ser exaustivo, mas sim servir de aporte referencial para as pesquisas futuras, tendo em vista que o acervo linguístico do Estado do Espírito Santo, devido sua heterogeneidade, constitui como um amplo *corpus* de estudo, e investigar e descrever esse acervo linguístico, delimitando em definitivo suas áreas linguísticas é uma tarefa impraticável. Como ressalta Zágari (2013), quando estabelece as fronteiras linguísticas dos três falares do Estado de Minas Gerais

Ao estabelecer essas fronteiras, diga-se ser impossível demarcá-las como definitivas, quer por não se poder balizá-las sem inter cruzamentos, quer porque aqui e ali elas se tocam desordenadamente, quer porque o tempo mostrará que elas se movem, **com o transitar dos falantes**, quer porque o que existe são fenômenos fonéticos e lexicais cuja difusão, muitas vezes ou sempre, operam de forma independente (ZÁGARI, 2013, p. 51. Grifo nosso).

Acerca do quadro linguístico do povo capixaba, vale ressaltar ainda, o Projeto coordenado pela professora Dra. Catarina Vaz Rodrigues, da Universidade Federal do Espírito Santo, que tem como intuito a elaboração e implantação do Atlas Prévio do Espírito Santo – APES. O Projeto é constituído por uma equipe interdisciplinar, composto por professores de diversas áreas como: Linguística, Etnolinguística e Antropologia e assessorado pela Professora Dr^a. Vanderci de Andrade Aguilera.

O APES fundamenta-se nos pressupostos da Geolinguística valendo-se também das contribuições da Sociolinguística. Tem como objetivos apresentar as variantes lexicais, fonéticas e morfossintáticas segundo a distribuição diatópica da área investigada, bem como registrar as áreas linguísticas inseridas nesse espaço regional, conforme sintetiza a Coordenadora do Projeto,

Em suma, o APES registrará as variantes em uso, permitirá identificar as áreas linguísticas que caracterizam o Estado e propiciará a pesquisadores, educadores, gramáticos, autores de livros texto, lexicógrafos e demais interessados nos estudos linguísticos um material amplo, coletado segundo critérios metodológicos precisos (RODRIGUES, 2013, p. 325).

Segundo Rodrigues (2013), o desenvolvimento do APES, compreende duas fases. A primeira abrange: i) definição da rede de pontos; ii) caracterização do perfil de informantes a serem inquiridos e iii) elaboração dos questionários. Quanto à segunda etapa, corresponde à aplicação dos questionários nos pontos selecionados até a elaboração do Atlas.

A escolha das localidades foi feita a partir das microrregiões do Estado do Espírito Santo, e considera a rede de pontos proposta por Nascentes, levando em conta a equidistância das localidades, a importância histórico-cultural, o grau de isolamento, o contingente rural e urbano, atividade econômica e a ocupação dos habitantes. O Perfil dos informantes contempla as variáveis: idade – 30 e 58 anos; escolaridade – analfabeto ou até a quarta série do Ensino Fundamental, diassexual e nascidos e criados na região com pais também da mesma localidade.

Em relação aos questionários, estes foram elaborados levando em conta questionários já utilizados em outros Atlas Estaduais e no ALiB, sendo composto pelo questionário fonético-fonológico (QFF), o lexical (QSL) que abrange campos semânticos constituídos por questões semasiológicas e onomasiológicas, o morfossintático (QSM), além de temas para discursos semidirigidos. O QFF apresenta uma particularidade, além das questões gerais contém também, algumas questões específicas para informantes de colonização não-lusa, com intuito de identificar as variações fônicas. Outras questões também serão elaboradas objetivando avaliar os usos e a vitalidade dos dialetos não-lusos no Espírito Santo, eis aqui, o diferencial do APES.

A segunda etapa do Projeto APES (em andamento), inclui a realização dos inquéritos, a definição da cartografia e análise dos dados documentados, e estabelecer as isoglossas visando à identificação de áreas linguísticas no Estado (RODRIGUES, 2013).

Em continuidade apresenta-se a seguir, um panorama socio-histórico do Estado do Rio de Janeiro/RJ, seu processo de formação e ocupação, desenvolvimento econômico e urbano seguido de uma breve consideração acerca da realidade linguística deste Estado.

3.5 Rio de Janeiro/RJ

Ocupando uma área de 43.781, 588 km², o Estado do Rio de Janeiro limita-se com os Estados de Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo. Sua posição geográfica situada no litoral

brasileiro favorece o setor econômico, como o comércio marítimo, a pesca e o turismo local. Possui uma densidade demográfica de 365,23 hab/km² e uma população estimada em 17.366,189 de habitantes, conforme dados do IBGE (2020)²⁶. É neste Estado que situam-se as 14 localidades (acrescida da Capital) contempladas pela rede de pontos do Projeto ALiB. Na sequência, apresenta-se no quadro 3, as 13 localidades interioranas do Rio de Janeiro que correspondem à área investigada neste trabalho

Quadro 3: Distribuição da rede de pontos do RJ/ALiB segundo a data de fundação e a extensão territorial

Estado: Rio de Janeiro		
Localidade	Ano de formação administrativa	Extensão territorial
Itaperuna	1887	1.106,694 km ²
São João da Barra	1850	452,396 km ²
Campos dos Goytacazes	1835	4.032,487 km ²
Três Rios	1938	322,843 km ²
Nova Friburgo	1820	935,429 km ²
Macaé	1815	1.216,989 km ²
Valença	1826	1.300,767 km ²
Petrópolis	1857	794,144 km ²
Nova Iguaçu	1836	520,581 km ²
Niterói	1835	133,757 km ²
Arraial do Cabo	1924	152,106 km ²
Barra Mansa	1839	547,133 km ²
Paraty	1844	924,296 km ²

Fonte: IBGE, e site do Projeto ALiB: <https://alib.ufba.br/content/rede-de-pontos>.

As primeiras expedições realizadas em terras que atualmente corresponde ao Estado do Rio de Janeiro datam-se de 1504, quando o navegante português Gonçalo Coelho aportando na Baía de Guanabara estabeleceu às margens do rio carioca, primitivo núcleo de povoação. “[...] Coube provavelmente a Gonçalo Coelho o primeiro desembarque com tentativas de ocupação e de relações com os índios. O local de instalação primitiva recebeu o nome de Carioca, isto é, “casa de branco” (CARVALHO, 1990, p. 23).

Não obstante as qualidades da área como ancoradouro seguro que serviria de abrigo, os colonizadores preferiram a baía de Santos para estabelecer povoamento permanente, a falta de trilhas e caminhos que permitia o acesso de Guanabara ao planalto foi um fator que dificultava

²⁶ Os dados demográficos referentes às áreas geográficas apresentados neste tópico, foram obtidos por meio de consulta ao site do IBGE: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/panorama>.

e tardava a fixação no território carioca, tanto que, em 1519 Guanabara já se encontrava abandonada.

Desse modo, não se tendo firmado o domínio da metrópole na Guanabara, esta passou a ser frequentada amiúde por naus francesas que vinham fazer carregamentos de pau brasil. Apesar das repetidas advertências feitas à corte sobre essas ocorrências, nenhuma povoação aí foi fundada pelos colonizadores portugueses nas primeiras décadas (BERNARDES, 1990, p.16).

Foram as frequentes visitas e estadias francesas nessas áreas que suscitou a urgente necessidade de se povoar o Rio de Janeiro, “[...] a ameaça representada pelo domínio francês na Guanabara que motivou a fundação do Rio de Janeiro e, desse modo, o que interessava aos colonizadores portugueses para fixar o germe da atual cidade era um sítio defensivo [...] (BERNARDES, 1990, p. 16).

Porém, não foi somente defender a Guanabara da invasão francesa que motivou os colonos a povoá-la, a ameaça dos autóctones representados pelos tamoios também requeria maior proteção à baía. O ponto estratégico de fortificação oferecido pela baía foi outro fator motivador para o povoamento dessas áreas.

Com a função de defender e povoar Guanabara, em 1565 Estácio de Sá, sobrinho do Governador Mém de Sá chega à Baía, e estabelece entre o Pão de Açúcar e o morro Cara de Cão os fundamentos da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, é nessa região que nasce, portanto, a metrópole carioca.

Fatores geográficos determinaram o estabelecimento dos portugueses na Baía de Guanabara, sendo i) ponto estratégico que servia de ancoradouro para as naus e abrigo seguro para os navegantes que ali se aportavam; ii) a localização da cidade na margem ocidental da entrada de Niterói, permitindo a obtenção de água fresca do rio Carioca; iii) situada entre morros, a baía era menos acessível a ataques e invasores; iv) a localização geográfica contribuiu para o desenvolvimento agrícola, e por fim, a proximidade com as serras, rios e lagoas favoreceram o povoamento da região. Como sintetiza Carvalho (1990, p. 28)

Eram por conseguinte, numerosas as razões geográficas que militavam em favor da escolha do Rio de Janeiro, em primeiro lugar como ponto de defesa e em segundo lugar como centro de irradiação. Era destinada a margem carioca da Guanabara a um rápido desenvolvimento econômico e social.

A Baía de Guanabara constituiu assim, pela sua posição geográfica o ponto de povoamento e centro de irradiação e crescimento populacional que permitiu o desenvolvimento

socioeconômico do Rio de Janeiro. Tamanha a rápida e crescente expansão da região que em 1577, o Rio já era considerado a metrópole do Sul, correspondendo ao centro de resistência de invasões externas e foco de irradiação populacional.

No fim do século XVII o Rio de Janeiro detém suas conquistas definitivas, tornando postos da milícia (1689) e jurisdição sobre Minas Gerais (1693). Nesse período as principais atividades econômicas era a cana-de-açúcar e a pesca. “Era, pois, necessário recorrer ao peixe, aliás abundante nas águas da Guanabara, para alimentar a população carioca, que cedo tornou-se ictiófaga” (CARVALHO, 1990, p. 42).

Neste período a produção econômica de cana-de-açúcar no Nordeste em particular na Bahia, capital da colônia portuguesa à época, começava a entrar em decadência, ao mesmo tempo em que entrava em crescimento o ciclo do ouro nas Minas Gerais, fato que proporcionou o deslocamento do eixo econômico do Nordeste para o Sudeste.

Desse modo, em 1793, o Rio de Janeiro torna-se oficialmente a capital da colônia, e conseqüentemente transfere-se o eixo político e econômico do Brasil do Nordeste para o Sudeste do país (BERNARDES, 1990, p. 30). Com este acontecimento ocorre a mudança da fase predominantemente rural e inicia-se o processo de urbanização do Rio de Janeiro, que se intensifica em 1808 com a chegada da Família Real ao Brasil. Como registra Diégues Júnior (1960, p. 91) “ a vida urbana inicia-se com a Côrte, a princípio a do Príncipe Regente D. João, e, depois, a do próprio Imperador do Brasil. Côrte passou a chamar-se a Cidade do Rio de Janeiro. [...] A Côrte – e a Côrte era justamente a vida urbana [...]”.

De núcleo fortificado como ponto estratégico de proteção o Rio de Janeiro passou à principal rota de escoamento da produção aurífera brasileira, sobretudo as riquezas advindas de Minas Gerais, constituindo assim, como porto de ouro, o que imprimiu um rápido desenvolvimento e expansão do espaço urbano carioca. Nota-se que o ciclo do ouro, com o seu apogeu na metade do século XVIII, a condição de capital da colônia e a vinda da Família Real foram os fatores preponderantes para o crescimento demográfico e econômico do Rio de Janeiro. Assiste-se nesse momento importantes transformações sociais, econômicas e culturais que por extensão refletiu e exerceu forte influência na formação do acervo linguístico dos falantes fluminenses.

Mesmo após a decadência da mineração em fins do século XVIII, o Rio de Janeiro continuou sendo o centro de escoamento de produção e via de integração da economia regional, uma vez que um novo ciclo econômico já despontava nas regiões do Sudeste do Brasil, o ciclo do café, inaugurando uma nova fase econômica no Brasil.

Com efeito, o Rio de Janeiro, que já era a capital político-administrativa do país, se constituiu em capital econômica de sua mais rica região agrícola à qual servia também de porto. Era o porto através do qual se exportava grande parte da produção cafeeira e se importavam escravos e artigos manufaturados [...] (BERNARDES, 1990, p. 32).

A produção cafeeira possibilitou desse modo, a continuidade do desenvolvimento econômico, social e urbano no Rio de Janeiro, toda a riqueza advinda dos cafezais do planalto escoava para o Rio permitindo a ampliação de seu comércio e a inicialização de seu processo industrial. “Antes do fim do século XIX, o Rio de Janeiro concentrava, pois, todo o movimento comercial da área fluminense e a maior parte da mineira, através das estradas de ferro” (BERNARDES, 1990, p. 33).

Com o advento do café o Rio de Janeiro tornou-se um importante centro industrial do País, fator que solidificou a economia e o desenvolvimento social desse Estado. “E a essas funções de capital política, financeira e administrativa do país, de porto e de metrópole regional para grande parte do Brasil Sudeste, iria o Rio de Janeiro acrescentar mais uma, a industrial [...]” (BERNARDES, 1990, p. 82). Todos esses acontecimentos e transformações ao longo do processo de formação e ocupação do território carioca contribuíram para a constituição de um Estado atualmente considerado como um dos principais centros comercial, industrial e urbano do País.

3.5.1 Quadro linguístico do Rio de Janeiro/RJ

A presença do elemento português já nas primeiras investidas de povoamento do território carioca e após, com a fixação permanente na Baía de Guanabara em 1565 em contato com os nativos contribuiu para a formação de um acervo linguístico heterogêneo, onde convivia as línguas indígenas, destaque para o Tupi, com a língua trazida pelos colonos, acrescenta-se a esse acervo a variedade linguística trazida pelos africanos, como o Quimbundo e o crioulo.

Como se nota, a realidade linguística, particularmente do Estado do Rio de Janeiro é resultado de fatores históricos, sociais e culturais ocorridos desde a época de sua formação. A relação sociocultural inicialmente formada entre indígenas, colonos e africanos refletiu

diretamente no acervo vocabular desses elementos humanos. Somam-se a este fator os sucessivos acontecimentos históricos como a vinda da Família Real para o Brasil, os constantes fluxos migratórios durante o ciclo da mineração, bem como as levas de imigrantes (italianos, franceses, espanhóis, e etc.) que o País recebeu contribuíram para desenhar um quadro linguístico característico no Estado.

Nota-se se assim, a preponderância desses eventos para a constituição de um modo de falar singular no Estado do Rio de Janeiro. Como ratifica Nascentes (1953, p. 181), “o vocabulário carioca ao lado dos elementos portugueses, tupis e africanos, comuns a todo o Brasil, contém elementos estaduais e elementos próprios”.

E foi com Nascentes que nasceu a primeira produção de maior representatividade acerca do falar fluminense datada de 1922 e reformulada em 1933, sua obra *O linguajar Carioca*, que se configura como um trabalho referencial para os estudos dialetológicos no Brasil. Acerca desse importante estudo, o dialetólogo justifica “filho de pais cariocas, nascido e criado no atual Distrito Federal, considero-me um legítimo representante da fala genuinamente carioca e me senti habilitado a fazer o estudo dela, por isso e por não ter jamais sofrido influências estranhas” (NASCENTES, 1953, p. 26).

Após o estudo de Nascentes, outros trabalhos e pesquisas foram sendo desenvolvidas buscando analisar e descrever o quadro linguístico do Estado do Rio de Janeiro. Em relação à necessidade e a importância de se realizar trabalhos dessa natureza com vistas à descrição linguística do falar fluminense, Lima (2008, p. 88) observa,

Uma região de tamanha importância histórica, política e sociocultural para o país, cujo falar sempre serviu de padrão para os meios de comunicação e de expressão artística, não poderia continuar sem um estudo linguístico dessa natureza. Portanto, urgia a realização de trabalhos dialetológicos nesse Estado.

Essas investigações e estudos têm rendido bons frutos sob a forma de Atlas linguístico que permitem a real descrição linguística das áreas investigadas. Dentre esses frutos tem-se: o Atlas Etnolinguístico dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro – APERJ, o Atlas Fonético do Entorno da Baía de Guanabara – AFeBG, o Micro Atlas fonético do Estado do Rio de Janeiro – MicroAFERJ e o Atlas Linguístico Sonoro do Estado do Rio de Janeiro – AliSon-Rio.

O APERJ é resultado da união das teses de Brandão (1988), Pereira (1988), Silva (1988) e Silva (1989) realizadas sob a perspectiva dialetológica. O Atlas focalizou o acervo lexical específico dos pescadores, e segundo a coordenadora, “o projeto objetiva fixar não só a

linguagem, mas também a cultura do pescador fluminense” (BRANDÃO, 1991, 71). Iniciado em 1985 sob a coordenação de Celso Cunha e posteriormente por Silvia Figueiredo Brandão foi desativado em 2000, mas o *corpus* documentado neste trabalho ainda hoje serve de importante base para as pesquisas acerca do falar fluminense.

O AFeBG, foi objeto de Dissertação de mestrado elaborado por Luciana Gomes de Lima (2005) realizado sob a orientação de Silvia Figueiredo Brandão, a autora elegeu como rede de pontos as localidades: Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Magé e Itaboraí, ambas situadas no entorno da Baía de Guanabara. Abrangendo aspectos fonético-fonológicos, a autora espera com a realização desse trabalho “[...] que o AFeBG possa contribuir não só para uma melhor caracterização dos falares das comunidades aqui focalizadas e nunca antes observadas do ponto de vista linguístico, mas também para o aperfeiçoamento do processo do ensino-aprendizagem da língua materna [...]” (LIMA, 2005, p. 142).

Outro atlas resultante de tese de doutoramento é o Micro Atlas do Estado do Rio de Janeiro – Micro AFERJ elaborado por Fabiana da Silva Campos de Almeida (2008). Constituído de dois volumes, onde se apresentam as 306 cartas fonéticas. Em relação ao seu questionário fonético-fonológico e ao número de informantes segue os mesmos parâmetros adotados pelo AFeBG. Quanto à rede de pontos, contempla 12 pontos de inquéritos abrangendo as áreas litorâneas e interioranas. Conforme Almeida (2008, p. 22) seu Atlas objetiva

Contribuir para o conhecimento da língua portuguesa falada no Brasil, mais especificamente dos usos que dela se fazem no Estado do Rio de Janeiro. Trata-se de uma pesquisa dialectológica, de cunho fonético, que almeja a descrição de doze falares fluminenses, com base nos preceitos da Geografia Linguística, aliados à parâmetros de ordem sociolinguística.

Por fim, tem-se o Atlas Linguístico Sonoro do Estado do Rio de Janeiro – AliSon-Rio implantado em 2005 sob a coordenação de Cláudia de Souza Cunha, pesquisadora do Projeto ALiB. Adotando o questionário fonético-fonológico do ALiB, que será aplicado a uma rede de pontos composta por 24 localidades representante das oito microrregiões do Estado fluminense, onde serão entrevistados quatro informantes, de ambos os sexos, distribuídos por duas faixas etárias: de 18 a 30 anos e 50 anos em diante com escolaridade até no máximo a 4ª série do Ensino Fundamental. No final da elaboração do Atlas, os dados serão divulgados em CD-ROM, onde as respostas serão apresentadas por cartas integrando imagem, texto e som, o que permitirá ouvir a fala dos informantes.

Somam-se a esses Atlas, outros trabalhos que focalizam o plano fonético-fonológico do falar fluminense, como os de Rodrigues (2001), Carvalho (2002) e Quandt (2004). Com enfoque no vocalismo tem-se entre outras pesquisas, as de Machado Vieira (1992) e Silva (1994, 1995), acrescenta-se ainda, o estudo de Gryner e Macedo (2000) de perspectiva Sociolinguística. Com exceção desta última, os demais estudos e pesquisas referente aos falares do Estado do Rio de Janeiro, realizadas até o momento, voltam-se para o nível fonético-fonológico.

Nesse contexto ressalta-se a importância desta pesquisa que busca retratar o acervo linguístico dos falantes fluminenses na perspectiva lexical numa interface com aspectos de natureza sociocultural e histórico. Na sequência, são discutidos os procedimentos metodológicos adotados e descrito o percurso teórico-metodológico trilhado para a execução deste estudo.

CAPÍTULO IV – CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Este trabalho discute possíveis influências dos ambientes rural e urbano no léxico de falantes do interior de três Estados da Federação, buscando verificar a presença de traços de conservadorismos lexicais no vocabulário de informantes do interior de Minas Gerais, do Espírito Santo e do Rio de Janeiro. Para tanto, adota-se orientação metodológica da Dialetoлогия e da Geolinguística Pluridimensional tendo como principal referência os aportes teórico-metodológicos do Projeto do Atlas Linguístico do Brasil – Projeto ALiB.

Neste capítulo, apresentam-se os fundamentos teóricos e os procedimentos metodológicos utilizados para a execução desta pesquisa, iniciando com um panorama histórico da origem do Projeto ALiB, uma vez que para a realização da análise dos dados foram adotados os parâmetros e orientações estabelecidas pelo ALiB. A seguir, procede-se à caracterização do *corpus*, detalhando o processo de levantamento e organização dos dados e, por fim, os critérios estabelecidos para o tratamento e análise das unidades catalogadas.

4.1 Projeto ALiB: um panorama

A necessidade e a importância de descrever e mapear a língua portuguesa e suas variantes, em solo brasileiro, era reivindicada por filólogos e linguistas brasileiros já nas primeiras fases dos estudos dialetológicos no Brasil. Estudiosos como Amadeu Amaral, Serafim da Silva Neto, Celso Cunha, Nascentes e Nelson Rossi chamaram a atenção para a necessidade de elaboração de um atlas linguístico nacional. Como já assinalava Nascentes (1955, p. 213),

A geografia linguística revela que, enquanto não existir o *Atlas Linguístico do Brasil*, não se pode fazer uma divisão territorial em matéria de dialectologia com bases absolutamente seguras. Tal Atlas está muito longe de se tornar uma realidade.

A relevância de um empreendimento dessa proporção despertou interesse também do Governo Brasileiro, levando-o a promulgar o Decreto nº 30.643, de 20 de março de 1952, que, no artigo 3º deste Decreto estabelecia como principal finalidade a elaboração de um atlas linguístico do Brasil. Esse ato normativo corresponde à primeira manifestação oficial favorável à elaboração de um Atlas linguístico do Brasil. Esse ato foi

regulamentado pela Portaria nº 536, de 26 de maio do mesmo ano. Com esse evento, começa então a germinar a semente do que veio a se constituir o Atlas Linguístico Brasil.

No entanto, devido à grande extensão territorial brasileira, já observada por Nascentes (1955), a empreitada com vistas à elaboração de atlas linguísticos do português do Brasil começou no âmbito regional e só cinco décadas depois concretiza-se o início do Projeto ALiB que tem como um dos seus objetivos a produção de um atlas nacional. E então, em 1963 foi publicado o Atlas Prévio dos Falares Baianos - APFB, o primeiro atlas linguístico brasileiro de caráter regional (CARDOSO, 2010, p. 141). Após a publicação deste atlas, vários outros foram publicados²⁷.

Atendendo aos anseios dos estudiosos e em cumprimento aos atos normativos determinados pelo Governo brasileiro que tinha como objetivo a organização de um atlas linguístico nacional, retomando esse propósito, depois de mais de 60 anos da emissão dos referidos atos, na ocasião do encerramento do Seminário *Caminhos e Perspectivas para a Geolinguística no Brasil*, ocorrido em novembro de 1996 no Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, professores e pesquisadores empenhados com os estudos dialetológicos no Brasil assinam a *carta de Salvador*²⁸ tendo em consideração que

[...] c) a necessidade de desenvolver-se, no campo da geografia linguística, um trabalho orgânico e geral no território brasileiro, RECONHECEM que é chegado o momento de elaborar-se o Atlas Linguístico do Brasil e para tanto decidem empenhar-se no desenvolvimento de ações que levem à consecução desse desiderato, constituindo um Comitê Nacional que se encarregará da implementação imediato do projeto (CARDOSO et al., 2014, p. 21).

A partir desse evento, fica instituído o Projeto Atlas Linguístico do Brasil - ALiB, sendo coordenado por um Comitê nacional presidido por Suzana Alice Cardoso, como Diretora Presidente, e, Jacyra Andrade Mota como Diretora Executiva, além de 11 Diretores Científicos²⁹. Em decorrência do falecimento da diretora presidente, Suzana Alice Cardoso, em maio de 2018, assumiu a presidência do Projeto ALiB Jacyra Andrade

²⁷ A respeito dos Atlas Linguísticos já publicados no Brasil, veja-se Romano (2013); Aragão (2020).

²⁸ A carta de Salvador foi redigida por Suzana Cardoso e assinada e assinada por todos os membros do Comitê do Projeto ALiB no encerramento do Seminário *Caminhos e Perspectivas para a Geolinguística no Brasil*, em novembro de 1996, para este trabalho foi utilizada a versão da carta constante do primeiro volume do Atlas Linguístico do Brasil, 2014.

²⁹ Cf. <https://alib.ufba.br/comite-nacional>

Mota. Criado o Comitê Nacional, foram definidos a justificativa, os objetivos gerais e específicos, os pressupostos metodológicos e o cronograma de trabalho que nortearam a consecução do Projeto.

Esse acontecimento inaugura o segundo momento da Geolinguística brasileira que data de 1996 até os dias atuais. Os trabalhos deste período já começam a seguir os parâmetros metodológicos estabelecidos pelo Projeto ALiB, caminhando para a perspectiva da pluridimensionalidade (ROMANO, 2013, p. 207).

Seguindo os fundamentos da Dialectologia, o Atlas Linguístico do Brasil volta-se de maneira geral à consecução de quatro objetivos, que Cardoso (2010), assim os apresentam:

i) a descrição da realidade linguística no âmbito espacial; ii) fornecer dados que possam contribuir para o aprimoramento do ensino/aprendizagem da língua portuguesa; iii) possibilitar a indicação de caminhos que evidenciem a interface entre os estudos geolinguísticos e os demais campos do conhecimento; iv) propiciar o reconhecimento do português brasileiro como instrumento social de comunicação heterogêneo, contendo uma variedade de normas de uso (CARDOSO, 2010, p. 170-171).

Observando as orientações de Nascentes constantes em sua obra Bases para elaboração do Atlas Linguístico do Brasil (1958), e pautando-se nos princípios da Geolinguística pluridimensional, a metodologia do Atlas apresenta as orientações metodológicas básicas para um projeto de atlas linguístico, definindo a rede de pontos, o perfil dos informantes, os questionários linguísticos, a realização dos inquéritos linguísticos e posterior exegese dos dados e a produção dos dois primeiros volumes do ALiB (CARDOSO et al, 2014a; 2014b) que trazem uma parcela dos dados linguísticos relativos às capitais brasileiras, apresentados por meio de cartas linguísticas. O volume 3 que aguarda publicação trará estudos interpretativos referentes aos dados cartografados no segundo volume do ALiB.

A rede de pontos do Projeto ALiB é composta por 250 localidades distribuídas geograficamente por todo o país e selecionadas de acordo com critérios demográficos, históricos e culturais, dentre outros. Como assinala Cardoso (2010, p. 171), em atendimento aos parâmetros da Geolinguística Pluridimensional contemporânea, para a seleção das localidades não se considerou exclusivo o critério de antiguidade e do isolamento de modo que não houvesse contato e interferências com os grandes centros urbanos, ao contrário, ampliou o campo investigativo, considerando as situações de

contato, as questões de mobilidade, focando-se, assim, não apenas na dimensão diatópica como também nas dimensões diageracional, diastrática e a diafásica.

Como requisito diatópico, os informantes entrevistados devem ser naturais da localidade pesquisada e ter pais também nascidos na mesma região linguística. Na perspectiva da dimensão social, o quantitativo de informantes conta com um número total de aproximadamente 1100 informantes, sendo quatro para as localidades interioranas com nível de escolaridade até o ensino fundamental, e oito nas capitais de Estado, destes, quatro com formação universitária. Considerando as dimensões – diageracional e diassexual, foram distribuídos igualmente por duas faixas etárias – 18 a 30 anos e 50 a 65 anos e abrangendo os dois sexos (CARDOSO, 2010, p. 172).³⁰

Para a coleta dos dados, ainda de acordo com a mesma dialetóloga, utiliza-se do questionário linguístico aplicado aos informantes de forma dirigida, sendo composto de três tipos, que abrangem os seguintes níveis: a) fonético-fonológico – com 159 perguntas, inserindo nesse nível, 11 questões de prosódia; b) semântico-lexical com 202 perguntas e c) morfossintático com 49 perguntas. A esses três tipos de questionários, acrescentam-se ainda: quatro questões de pragmática, temas para discurso semidirigidos constituído de relato pessoal, comentário, descrição e relato não pessoal; seis perguntas de metalinguística e um texto para leitura intitulado – a “ Parábola dos sete vimes”. Vale ressaltar que a coleta dos dados foi realizada in loco, abrangendo uma extensão territorial brasileira que se estende do Oiapoque (ponto 0001) ao Chuí (ponto 250), perfazendo um total de 8.511.000 km².

Quase duas décadas depois de uma árdua, porém, rica e produtiva caminhada trabalhando na elaboração do Atlas, em novembro de 2014 na Universidade Federal de Londrina – PR, a “família” ALiB colhe seus primeiros frutos com o lançamento dos dois primeiros volumes do Atlas Linguístico do Brasil. O “tal” Atlas de Nascentes (1955) tornou-se realidade.

4.2 Caracterização do *corpus* da pesquisa

³⁰ Cf. <https://alib.ufba.br/content/transcritores>.

Os dados que constituem o *corpus* deste estudo foram extraídos do Banco de dados do Projeto ALiB, são dados inéditos recolhidos por pesquisadores em entrevistas realizadas com informantes de 39 localidades que compreendem a rede de pontos do Projeto ALiB situadas na região Sudeste do Brasil, distribuídas por três Estados: Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro. Registre-se que o uso dos dados examinados neste trabalho foi devidamente autorizado pela Presidente do Comitê Nacional do Projeto ALiB. O Quadro 4, a seguir, apresenta a relação das localidades investigadas, agrupadas pelos Estados e com identificação correspondente ao número dos pontos. Ressalte-se as capitais Belo Horizonte/MG; Vitória/ES e Rio de Janeiro/RJ, não constam nesse quadro porque a pesquisa abrange somente as localidades do interior dos estados em pauta.

Quadro 4: Distribuição das localidades da rede de pontos do Projeto ALiB em Minas Gerais, no Espírito Santo e no Rio de Janeiro – Região Sudeste

Região Sudeste		
Estado	Cidade	Número do ponto
Minas Gerais	Januária	127
Minas Gerais	Janaúba	128
Minas Gerais	Pedra Azul	129
Minas Gerais	Unaí	130
Minas Gerais	Montes Claros	131
Minas Gerais	Pirapora	132
Minas Gerais	Teófilo Otoni	133
Minas Gerais	Diamantina	134
Minas Gerais	Uberlândia	135
Minas Gerais	Patos de Minas	136
Minas Gerais	Campina Verde	137
Minas Gerais	Ipatinga	139
Minas Gerais	Passos	140
Minas Gerais	Formiga	141

Minas Gerais	Ouro Preto	142
Minas Gerais	Viçosa	143
Minas Gerais	Lavras	144
Minas Gerais	São João del Rei	145
Minas Gerais	Muriaé	146
Minas Gerais	Poços de Caldas	147
Minas Gerais	Juiz de Fora	148
Minas Gerais	Itajubá	149
Espírito Santo	Barra de São Francisco	188
Espírito Santo	São Mateus	189
Espírito Santo	Santa Teresa	191
Espírito Santo	Alegre	192
Rio de Janeiro	Itaperuna	193
Rio de Janeiro	São João da Barra	194
Rio de Janeiro	Campos dos Goytacazes	195
Rio de Janeiro	Três Rios	196
Rio de Janeiro	Nova Friburgo	197
Rio de Janeiro	Macaé	198
Rio de Janeiro	Valença	199
Rio de Janeiro	Petrópolis	200
Rio de Janeiro	Nova Iguaçu	201
Rio de Janeiro	Niterói	203
Rio de Janeiro	Arraial do Cabo	204
Rio de Janeiro	Barra Mansa	205
Rio de Janeiro	Parati	206

Fonte: Elaborado pela autora. Banco de dados do ALiB³¹.

Como já pontuado no item anterior, seguindo as orientações metodológicas do Projeto ALiB, o perfil dos informantes atende aos parâmetros estabelecidos pelo ALiB, e em atendimento a esses parâmetros foram entrevistados quatro informantes por localidade, sendo nascidos e criados na região das localidades interioranas, com pais também da mesma região. Contemplando as variáveis - diasssexual (homem/mulher) e diageracional (faixas etárias: 18-30/50-65 anos) considera-se também a variável diastrática (escolaridade: até o último ano do Ensino Fundamental). O Quadro 5 reúne essas informações.

Quadro 5: Perfil dos informantes para as localidades do interior segundo os parâmetros do Projeto ALiB

Nº do informante	Perfil			Localidade
	Sexo	Faixa etária	Escolaridade	
1	Homem	18-30 anos	Ensino Fundamental	Interior
2	Mulher	18-30 anos	Ensino Fundamental	Interior
3	Homem	50-65 anos	Ensino Fundamental	Interior
4	Mulher	50-65 anos	Ensino Fundamental	Interior

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados do Projeto ALiB.

O *corpus* desta pesquisa é composto por um total de 1.019 unidades lexicais documentadas mediante a audição de entrevistas realizadas com 156 informantes naturais de 39 localidades do interior dos estados de Minas Gerais (22), do Espírito Santo (4) e Rio de Janeiro (13), em resposta a sete perguntas do Questionário Semântico-Lexical (QSL) que integra o Questionário Linguístico do Projeto Atlas Linguístico do Brasil – QSL/ALiB: 44, 54, 61, 62, 63, 65 e 66, relativas às áreas semânticas das *atividades agropastoris* e da *fauna* (COMITÊ NACIONAL, 2001, p. 25-27). O Quadro 6, a seguir, traz a relação e descrição das perguntas distribuídas conforme as áreas semânticas a que se vinculam.

Quadro 6: Perguntas do Questionário Semântico-lexical/ALiB selecionadas para esta pesquisa

³¹ A rede de pontos do Projeto ALiB está disponível no site do projeto: https://alib.ufba.br/sites/alib.ufba.br/files/rede_de_pontos_.pdf.

<i>Área Semântica - Atividades agropastoris</i>		
Denominações (orientações para o inquiridor)	Nº da Pergunta	Texto da pergunta
<i>Umbigo/coração</i>	44	“... a ponta roxa no cacho da banana”
<i>Cangalha/forquilha</i>	54	“...a armação de madeira, que se coloca no pescoço de animais (porco, terneiro/bezerro, carneiro, vaca), para não atravessarem a cerca”
<i>Trabalhador de enxada em roça alheia</i>	61	“... o homem que é contratado para trabalhar na roça de outro, que recebe por dia de trabalho”
<i>Picada/atalho estreito</i>	62	“ O que é que se abre com o facão, a foice para passar por um mato fechado?”
<i>Trilho/caminho/vereda/trilha</i>	63	“...o caminho, no pasto, onde não cresce mais grama, de tanto o animal ou o homem passarem por ali”
<i>Área Semântica - Fauna</i>		
<i>Colibri/ beija-flor</i>	65	“... o passarinho bem pequeno, que bate muito rápido as asas, tem o bico comprido e fica parado no ar”
<i>João-de-barro</i>	66	“... a ave que faz a casa com terra, nos postes, nas árvores e até nos cantos da casa”

Fonte: elaborado pela autora com base no QSL/ALiB (Comitê Nacional, 2001).

4.2.1 Levantamento, sistematização e organização dos dados

Realizada a audição das entrevistas e o levantamento dos dados relativos aos referentes das questões do Questionário Semântico-lexical, procedeu-se à transcrição das formas lexicais coletadas e, na sequência, foi realizada a organização e sistematização de todo o material recolhido em planilhas do programa Microsoft Excel, organizados sequencialmente em colunas contemplando os seguintes tópicos: Estados, localidade/número do ponto, número da questão e denominação correspondente, informante e respostas. Para auxiliar e complementar a análise posterior dos dados foram inseridos comentários contendo diálogos entre inquiridor e informante com o objetivo de subsidiar a análise dos dados.

4.2.2 Tratamento e análise dos dados: procedimentos adotados

Os dados lexicais receberam inicialmente tratamento quantitativo, considerando o conjunto das denominações e a respectiva distribuição percentual segundo os estados e as variáveis sociais consideradas na metodologia do Projeto ALiB para a seleção dos informantes nas localidades do interior: sexo e idade.

Na etapa da validação das respostas obtidas e dos respectivos agrupamentos³² dos dados recolhidos, foram adotados os seguintes critérios:

- i) exame das denominações que obtiveram maior índice de ocorrência segundo a região pesquisada e o perfil dos informantes;
- ii) as unidades lexicais indicadas com flexão de (gênero, número e grau), como por exemplo: *caminho*, *caminhozinho*; *trilho*/*trilha*, foram consideradas correspondentes ao referente base da questão;
- iii) itens lexicais compostos, como, por exemplo: *caminho da roça*; *abrir caminho*; *por dia*; *a dia* e *trabalhador por dia* e etc., foram agrupados ao elemento base da questão;
- iv) as indicações de não respostas (NR) foram computadas e consideradas nas análises, haja vista que podem indicar por parte do informante o conhecimento ou não, do referente investigado demonstrando a não familiaridade e o distanciamento com o universo rural;
- v) consideração de informações, comentários e descrições do item lexical fornecidos pelo informante em correspondência com o referente ou com o conceito expresso na pergunta, como, por exemplo: “meu pai falava”, “antigamente usava muito”;
- vi) dicionarização, um dos recursos utilizados para validar as respostas apuradas;
- vii) fatores sócio, históricos e culturais, como o processo de formação e ocupação das localidades investigadas, desenvolvimento e urbanização dessas áreas, atividades econômicas desenvolvidas, as crenças, lendas e tradições relacionadas ao referente

³² Dos dados recolhidos, alguns itens lexicais apresentaram variações fonéticas com flexão de gênero, grau e, ou número, assim como a indicação de formas compostas, nesses casos os itens foram agrupados ao seu referente base. Tal procedimento foi adotado para todas as questões exceto a 54/QSL/ALiB “cangalha/forquilha”, haja vista que os itens documentados para ela não apresentaram variações.

investigado mencionadas pelos informantes, elementos esses que podem contribuir para a validação da denominação indicada.

Efetuada a tabulação dos dados, foi realizado o tratamento, a descrição e análise das denominações referente a cada pergunta do QSL – Questionário Semântico-Lexical do Projeto ALiB eleitas como objeto de estudo neste trabalho. Inicialmente, em uma abordagem quantitativa, apresentou-se a quantificação dos dados “brutos” e respectivos índices de ocorrências. Na sequência, realizou-se a análise qualitativa dos dados com enfoque para as perspectivas diatópica e léxico-semântica.

No âmbito da diatopia, verificou-se a distribuição areal das unidades documentadas nas localidades que integram a rede de pontos do Projeto ALiB no interior dos estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro estabelecendo comparação entre o registro da denominação nas três Unidades da Federação.

Esse exame dos dados em termos contrastivos permitem identificar unidades lexicais comuns a todas as localidades e aquelas que foram específicas de um ou de outro Estado, buscando identificar possíveis traços de conservadorismos linguísticos e de marcas de ruralidade evidenciadas no vocabulário dos informantes dessas regiões. E, como bem assinala Rossi (1967, p. 104),

Convirá, porém, nunca esquecer que a dialetologia é essencialmente contextual: o fato apurado num ponto geográfico ou numa área geográfica só ganha luz, força e sentido documentais na medida em que se preste ao confronto com o fato correspondente - ainda que por ausência - em outro ponto ou em outra área.

Considerando essa orientação de Rossi, no final dessa etapa realizou-se um cotejo dos resultados obtidos nos três estados da Região Sudeste para as questões QSL/ALiB: 44, 54, 61, 62 e 63, com os documentados no Estado de São Paulo, para as mesmas perguntas, estudados na Dissertação de mestrado produzida por Santos (2019): *Norma lexical no português falado em São Paulo: reflexões acerca do rural e do urbano*.

Quando os dados também exigiram foram consideradas informações relacionadas às variáveis sociais de natureza diageracional (faixa etária) e diassexual (gênero). Quanto à segunda perspectiva de análise, a léxico-semântica, observou-se a provável motivação por parte do falante para escolha de determinada unidade lexical, bem como o seu grau de conhecimento em relação ao referente em pauta.

Na análise dos dados também buscou-se identificar possíveis traços de ruralidade no universo lexical documentado, como também identificar possíveis casos de conservadorismos lexicais, objetivos estabelecidos para a pesquisa.

De forma a fundamentar a análise dos dados levou-se em consideração as informações adicionais e complementares fornecidas pelos informantes (comentários, explicações e observações) para complementar a descrição e detalhamento de suas respostas. Para tanto, nas análises, a reprodução de trechos e excertos de entrevistas com os informantes, será apresentada da seguinte forma: Informante: Inf.; faixa etária e sexo: 1- jovem masculino, 2 – jovem feminino, 3 – idoso masculino e idoso feminino, seguido do número de ponto da localidade de origem do informante, e inquiridor (Inq.).

Visando a uma maior sustentação e compreensão das análises buscou-se também suporte em obras lexicográficas de diferentes momentos históricos. Na versão eletrônica e mais atualizada utilizaram-se duas obras: o *Dicionário Eletrônico da Língua Portuguesa* de Houaiss (2001) e o *Dicionário Caldas Aulete* (2014). Quanto às obras mais antigas foram consultados os dicionários disponibilizados na plataforma da Biblioteca Brasileira/USP: o *Vocabulario Portuguez & Latino* (BLUTEAU, 1712-1728) e o *Diccionario da Língua Portuguesa* de Antonio Morais Silva (1813), entre outras obras que auxiliaram na complementação das informações para subsidiar a análise dos dados que é apresentada no próximo capítulo desta Dissertação.

CAPÍTULO V - ANÁLISE DO CORPUS

Neste capítulo, numa abordagem quantitativa, inicialmente apresentam-se as unidades lexicais documentadas distribuídas de acordo com o número de registro e o percentual de ocorrência por Estado investigado selecionado como área de pesquisa, com o objetivo de demonstrar a frequência das unidades lexicais catalogadas como resposta para as perguntas – 44, 54, 61, 62, 63, 65 e 66 do Questionário Semântico-Lexical do Projeto ALiB.

Na continuidade, no âmbito qualitativo, os dados são analisados pela abordagem geolinguística, a fim de verificar a distribuição espacial das unidades lexicais mais produtivas, focalizando a questão da manutenção e vitalidade de formas de uso mais comum em áreas rurais; o processo de disseminação ou fixação dessas formas, que podem evidenciar traços de renovação ou conservação e a conseqüente relação com a história social dos Estados investigados.

Ao término desta abordagem, como anteriormente pontuado, realiza-se o cotejo dos resultados obtidos para as questões: 44, 54, 61, 62 e 63 – QSL/ALiB, nas regiões aqui examinadas com os registrados no estado de São Paulo, estudados por Santos (2019), com o objetivo de identificar semelhanças e diferenças entre essas regiões, um quadro geral da norma lexical da região Sudeste. E, por fim, examinam-se os dados na perspectiva léxico-semântica.

As análises foram estruturadas numa sequência cronológica, obedecendo à ordem das perguntas adotada pelo QSL/ALiB e a sequência, por Estado, segundo a numeração da rede de pontos estabelecida pelo ALiB. Assim sendo, na sequência, apresenta-se a análise dos dados relativos à pergunta 44/QSL/ALiB que apurou formas lexicais que nomeiam “a inflorescência do cacho da bananeira”.

5.1 - 44/QSL/ALiB - “A ponta roxa no cacho da banana”

5.1.1 – Abordagem quantitativa

O levantamento dos dados resultou em nove unidades lexicais indicadas como respostas para a questão em pauta: *umbigo, coração, flor da bananeira, boneca, pendão,*

talo, olho da banana, ingaço e figo, somando um total de 111 registros, e 44 casos de não respostas – NR, no cômputo geral dos estados examinados. As tabelas 1, 2 e 3, a seguir, reúnem as unidades lexicais apuradas, distribuídas de acordo com o número de ocorrências em cada um dos estados selecionados.

Tabela 1: Denominações para “a ponta roxa no cacho da banana” (QSL/ALiB/ 44) na região Sudeste do Brasil – Minas Gerais

Denominação	Número de ocorrências	Porcentagens
Umbigo	58	67,4%
Coração	4	4,7%
Flor da Bananeira	3	3,5%
Pendão	1	1,2%
Talo	1	1,2%
Olho da banana	1	1,2%
NR	18	20,9%
Total	86	100,0%

Fonte: Elaborada pela autora. Banco de dados do ALiB.

Tabela 2: Denominações para “a ponta roxa no cacho da banana” (QSL/ALiB/44) na região Sudeste do Brasil – Espírito Santo

Denominação	Número de ocorrências	Porcentagens
Umbigo	5	29,4%
Coração	3	17,6%
Boneca	1	5,9%
Flor da bananeira	1	5,9%
NR	7	41,2%
Total	17	100,0%

Fonte: Elaborada pela autora. Banco de dados do ALiB.

Tabela 3: Denominações para “a ponta roxa no cacho da banana” (QSL/ALiB/44) na região Sudeste do Brasil – Rio de Janeiro

Denominação	Número de ocorrências	Porcentagens
Umbigo	27	51,9%
Coração	2	3,8%

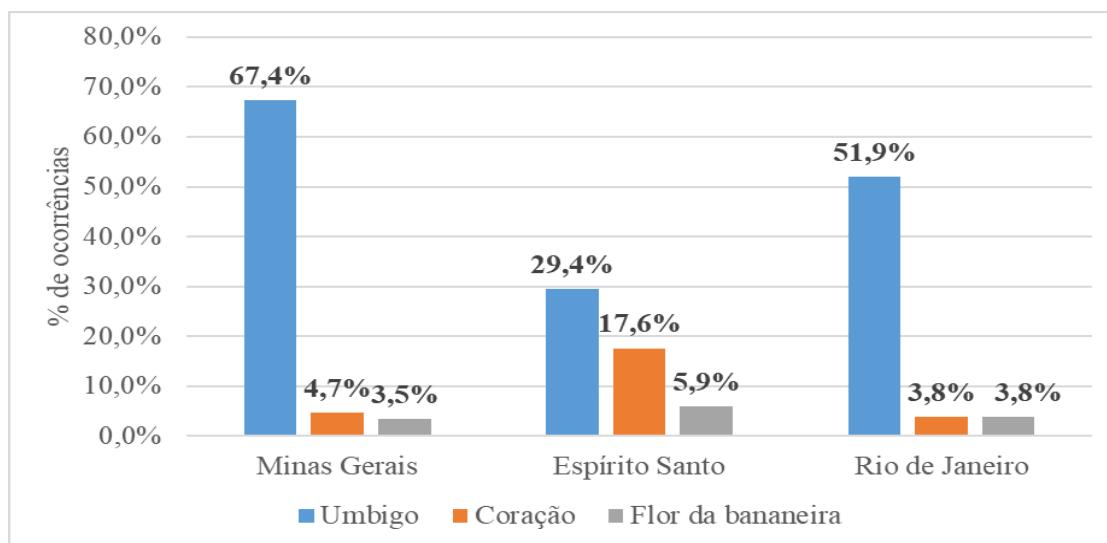
Flor da bananeira	2	3,8%
Ingaço	1	1,9%
Figo	1	1,9%
NR	19	36,5%
Total	52	100,0%

Fonte: Elaborada pela autora. Banco de dados do ALiB.

De acordo com os parâmetros metodológicos adotados e considerando o enfoque da pesquisa voltado para o exame da norma lexical, nesta etapa, a análise dos dados focaliza somente as denominações com maior produtividade. Os de menor índice de registros ou com ocorrência única, mas que apresentaram alguma pertinência e correspondência com o conteúdo da questão, serão discutidos na perspectiva léxico-semântica.

Conforme as tabelas 1, 2 e 3, observa-se que as formas mais produtivas foram *umbigo*, *coração* e *flor da bananeira*. Os casos de não respostas (NR) também alçaram alto índice de ocorrências. Ressalte-se que os registros da unidade lexical *imbigo* foram somados aos de *umbigo*, assim como as indicações de *coração da bananeira* e *coração de Cristo* foram agrupados à forma *coração*. Na sequência, o Gráfico 1 traz o percentual de ocorrências das denominações com maior grau de ocorrência no conjunto das localidades em estudo.

Gráfico 1: Distribuição das denominações para “a ponta roxa no cacho da banana” (QSL/ALiB/44) em localidades do interior de Minas Gerais, do Espírito Santo e do Rio de Janeiro

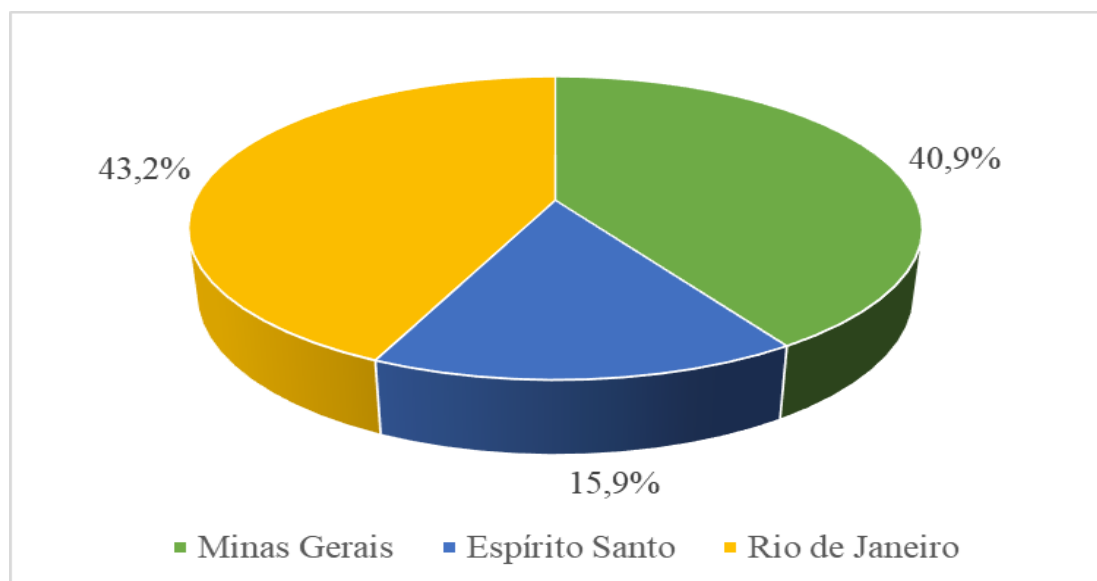


Fonte: Elaborado pela autora. Banco de dados do ALiB.

Os dados do Gráfico 1 demonstram que *umbigo* obteve maior percentual de ocorrência em todas as localidades pesquisadas, em Minas Gerais e no Rio de Janeiro o percentual registrado foi maior que 50%, o que indica que essa forma lexical corresponde ao termo genérico utilizado pelos mineiros e fluminenses para nomear o referente em tela sendo também a mais recorrente no Espírito Santo. O segundo item com maior registro foi *coração*, indicado como nome da parte do cacho da bananeira em todas as localidades pesquisadas. Já *flor da bananeira*, documentada em todos os Estados, evidenciou maior índice de produtividade no Espírito Santo.

Em observação às tabelas 1, 2 e 3, nota-se um alto percentual de não respostas para a pergunta em foco. No gráfico 2, a seguir, esse quantitativo percentual está distribuído por localidades.

Gráfico 2: Índice de ocorrências de não resposta para a pergunta QSL/ALiB/44 “a ponta roxa no cacho da banana” em localidades do interior de Minas Gerais, do Espírito Santo e do Rio de Janeiro



Fonte: Elaborado pela autora. Banco de dados do ALiB.

O elevado índice de ocorrência de não resposta denota o desconhecimento do referente investigado e/ou o esquecimento da forma de nomeá-lo, como é o caso da informante jovem de Macaé/198, no estado do Rio de Janeiro: Inf. 2/198 – “já vi no pé, mas não conheço”, que neste caso indica o desconhecimento do nome. O alto percentual de não ocorrência somado ao alto índice de menção de unidades genéricas para denominar “a ponta roxa do cacho da banana” sugere a não familiaridade dos informantes com referentes comuns ao universo rural.

5.1.2 - Abordagem qualitativa: dimensão diatópica

Nesta seção os dados são examinados na perspectiva diatópica para tanto, apresentam-se as variantes mais produtivas distribuídas de acordo com o grau de ocorrências em cada Unidade da Federação contemplada pela pesquisa.

Quadro 7: Distribuição diatópica das unidades lexicais mais produtivas documentadas no interior do estado de Minas Gerais como denominação para “a ponta roxa no cacho da banana” – QSL/ALiB/44

Item lexical Localidades	Umbigo	Coração	Flor da bananeira
Januária	•	•	
Janaúba	•		
Pedra Azul	•	•	
Unaí	•		
Montes Claros	•		•
Pirapora	•		
Teófilo Otoni	•		
Diamantina	•		
Uberlândia	•		
Patos de Minas	•		
Campina Verde	•		
Ipatinga	•		
Passos	•		
Formiga	•		
Ouro Preto	•		
Viçosa	•		
Lavras	•		•
São João del Rei	•		
Muriaé	•		
Poços de Caldas	•		
Juiz de Fora	•		

Fonte: Elaborado pela autora. Banco de dados do ALiB.

Quadro 8: Distribuição diatópica das unidades lexicais mais produtivas documentadas no interior do estado do Espírito Santo como denominação para “a ponta roxa no cacho da banana” – QSL/ALiB/44

Item lexical Localidades	Umbigo	Coração	Flor da bananeira
Barra de São Francisco	•		
São Mateus	•		•
Santa Teresa		•	
Alegre	•		

Fonte: Elaborado pela autora. Banco de dados do ALiB.

Quadro 9: Distribuição diatópica das unidades lexicais mais produtivas documentadas no interior do estado do Rio de Janeiro como denominação para “a ponta roxa no cacho da banana” – QSL/ALiB/44

Item lexical Localidades	Umbigo	Coração	Flor da bananeira
Itaperuna	•		•
São João da Barra	-	-	-
Campos dos Goytacazes	•		
Três Rios	•		
Nova Friburgo	•		•
Macaé	-	-	-
Valença	•		
Petrópolis	•	•	
Nova Iguaçu	•		
Niterói	•		
Arraial do Cabo	•	•	
Barra Mansa	•		
Parati	•		

Fonte: Elaborado pela autora. Banco de dados do ALiB.

Do ponto de vista diatópico, verifica-se que o item lexical *umbigo* foi registrado em todas as localidades de Minas Gerais, sendo, portanto, o item de maior recorrência na fala dos mineiros. No Espírito Santo essa unidade também foi a mais indicada, não sendo registrada apenas na cidade de Santa Teresa. E no estado do Rio de Janeiro, esse item léxico também obteve maior índice de registro, excetuando nas cidades de São João da Barra e de Macaé onde se registrou, respectivamente, os itens *figo* e *ingaço*, que não constam no rol das formas mais produtivas.

Pelos dados apresentados nos quadros 7, 8 e 9 nota-se que *umbigo* corresponde à unidade padrão, o termo genérico veiculado na norma lexical das regiões em exame. Esse resultado demonstra o caráter conservador desta forma ativa no acervo lexical dos mineiros, dos capixabas e dos fluminenses, como atesta a informante idosa de Januária/MG/ 127, e o informante idoso de Viçosa/MG/143, ambas localidades mais antigas de Minas Gerais conforme o que consta no Quadro 1 do capítulo dois, que trata da contextualização histórica das localidades em pauta:

INF. 4/127 - na roça o pessoal fala imbigó

INF. 3/143 - aqui nois fala imbigó, de banana

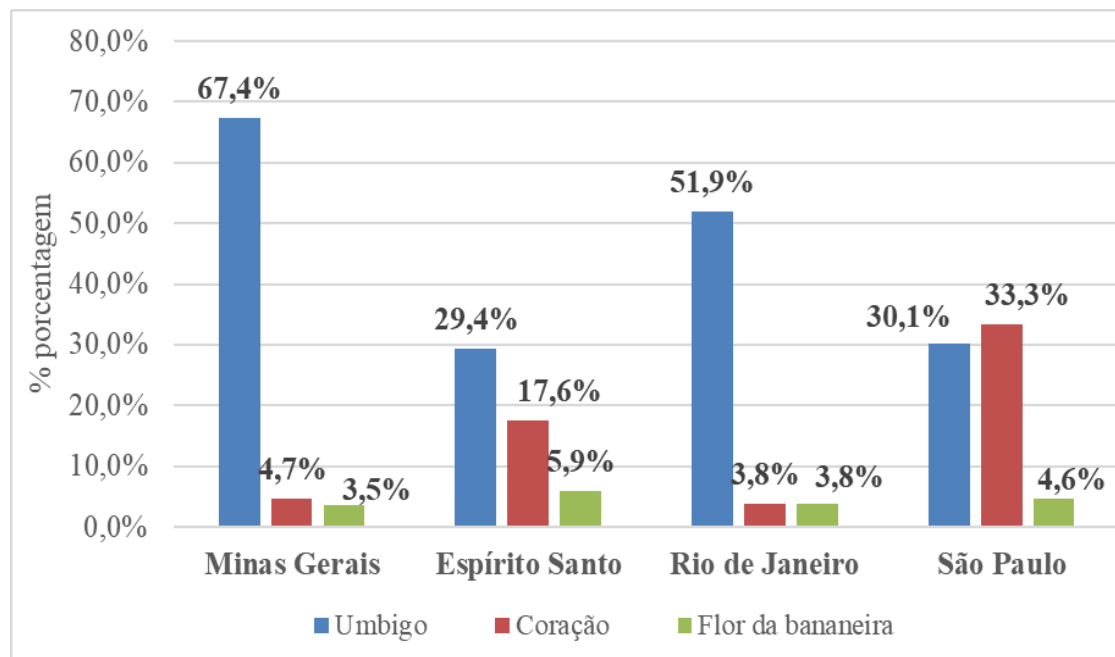
INQ. - tá, uhum.

Essas respostas fornecidas pelos informantes contribuem para reforçar a natureza conservadora da unidade léxica *umbigo*, haja vista o seu alto índice de ocorrência registrado nas regiões examinadas.

Já o item lexical *coração*, em Minas Gerais, foi mencionado apenas em Januária e Pedra Azul enquanto no Espírito Santo, obteve apenas um registro na cidade de Santa Teresa. E no Rio de Janeiro foi registrado somente nas cidades do Arraial do Cabo e Petrópolis. Os dados revelam a disseminação dessa unidade pelas áreas examinadas enquanto o baixo índice de ocorrência demonstra a manutenção e vitalidade deste item nas localidades onde foi apurado. Da mesma forma a unidade lexical *flor da bananeira* foi mencionada em duas cidades de Minas Gerais: Montes Claros e Lavras. No Rio de Janeiro também obteve dois registros em Itaperuna e em Nova Friburgo e, com registro único, foi documentada no litoral do Espírito Santo na cidade de São Mateus. Igualmente o registro dessa unidade nos Estados em pauta indica sua vitalidade.

As unidades lexicais de maior produtividade *umbigo*, *coração* e *flor da bananeira*, também foram documentadas no Estado de São Paulo, conforme o estudo de Santos (2019). A seguir, no gráfico 3 apresenta-se um cotejo dos resultados obtidos nos Estados aqui examinados com os apurados no Estado de São Paulo.

Gráfico 3: Itens lexicais mais produtivos como resposta para a questão 44/QSL/ALiB – Região Sudeste



Fonte: Elaborado pela autora. Banco de dados do ALiB.

Os dados do gráfico 3 revelam semelhanças em relação às formas documentadas para ambas as regiões, embora com graus distintos de ocorrências, sobretudo dos itens *umbigo* e *coração*, o primeiro foi o item de maior produtividade nos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro, ao contrário do Estado de São Paulo, onde *coração* foi a forma mais recorrente, esse dado indica a disseminação da unidade *coração*, ainda que em menor percentual, para os demais Estados da região Sudeste, fato que resultou na coocorrência de duas formas lexicais *umbigo* e *coração* na mesma área geográfica, essa mobilidade possivelmente relaciona-se ao processo de colonização dessas áreas.

5.1.3 - Abordagem léxico-semântica

Registrado com maior índice de produtividade nos três estados investigados, a forma lexical *umbigo*, no dicionário Houaiss (2001) remete à morfologia botânica, na acepção de “formação carpelar anômala, mais ou menos protuberante, presente no ápice de certos frutos, como na laranja-da-baía, que lembra o umbigo humano”. Do latim “umbilicus,i ‘umbigo; o que se assemelha ao umbigo pela forma; ponto central, meio’[...]”. Em Aulete (2014), no verbete atualizado, o termo está definido como

“depressão, ou protuberância, que apresenta a forma de um umbigo (umbigo da maçã/da laranja) [F.: Do lat. Umbilicus,i.]”.

A protuberância destacada pelos lexicógrafos corresponde ao pendão situado no centro da parte inferior do cacho da bananeira, possivelmente pode estar associado à posição que essa protuberância se encontra no cacho da banana, semelhante à posição do umbigo nos seres humanos que também se situa no ponto central do abdômen, fato que justifica a validação do item para nomear o referente em questão.

Importa registrar a forma *imbigo*, variante fonética agrupada ao item *umbigo*, documentada nas áreas analisadas, em relação a essas unidades, Nascentes (1953, p. 36), ao tratar do falar carioca observou “as palavras *umbigo* e *unguento* soam *imbigo* e *inguento*, o que também se dá em Portugal” [...], e como abonação apresentou o *Appendix Probi*, e a comédia *Eufrosina* de Vasconcellos (1555). Recuando um pouco mais no tempo, Amaral (1920, p. 141) também registrou a forma *imbigo* em seu glossário definindo-a como “s.m “Embigo” é forma pop. antiga, usada literariamente até que se introduziu “umbigo”, mais chegada à latina”.

Essas considerações, somadas às definições lexicográficas, denotam a vitalidade da unidade *umbigo/imbigo* apurada como denominação da “ponta roxa no cacho da banana” dado que indica um vocabulário ainda conservador, sobretudo em Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro, onde esta forma obteve maior produtividade.

A unidade lexical *coração*, com menor grau de indicação pelos informantes, é definido por Aulete (2014) como “qualquer desenho, figura ou objeto que estilize a forma do coração humano”. “[...] Fig. A parte mais central, principal ou profunda de algo [...]”. Houaiss (2001) define essa unidade léxica como “p. ana. (da acp. 1) forma que evoca a aparência do coração humano”; “fig. A parte mais central ou mais profunda de algo; [...] <o c. da alcachofra>”. Em remissão à botânica, o mesmo lexicógrafo define a unidade léxica *coração* como da “bot. design. comum a numerosas plantas de diversas famílias, cujas folhas ou frutos têm a forma de coração”. Ainda nesse verbete remete à *MANGARÁ*, que é definido pelo dicionarista como “Morf. Bot B N. E. infrm. extremidade bulbosa da inflorescência da bananeira, roxa ou castanho-avermelhada; buzina coração”, com etimologia tupi “manga’ra ‘planta da fam. Das aráceas’, mangará”.

O registrado pelos dicionaristas confirma e valida o uso do termo *coração* como designativo para “a inflorescência do cacho da bananeira”, a posição, o formato e a aparência de “coração” que remete ao coração humano, pode ser a motivação para a sua menção pelos falantes.

Outra unidade léxica documentada com baixa produtividade foi *flor da bananeira*, mencionada por Houaiss (2001), no verbete *flor*, como a acepção “comum a qualquer planta cultivada como ornamental por suas flores”. E Aulete (2014) define *flor* como “órgão reprodutor das angiospermas, ger. com cores vivas e odor agradável, constituído por dois conjuntos de folhas (cálice e corola) que protegem as estruturas masculinas (androceu) e/ou femininas (gineceu); uma flor pode ser hermafrodita ou unissexual”. Numa concepção no âmbito da botânica, o lexicógrafo registra:

A flor é, na verdade, o suporte dos órgãos de reprodução de certas plantas. Em algumas dessas plantas cada flor contém tanto os órgãos masculinos quanto os femininos (bissexuais); em outras, há flores com os órgãos masculinos e outras com os órgãos femininos (flores bissexuais), e há também plantas em que as flores unissexuais masculinas estão num pé e as femininas estão em outro (AULETE, 2014).

A partir das acepções dicionarizadas, nota-se que o uso da denominação *flor da bananeira* pode estar relacionado à aparência de uma flor que, após seu desenvolvimento, vai dar origem ao fruto, uma vez que corresponde ao suporte onde estão armazenados os órgãos reprodutores da bananeira como se pode observar pela figura 4, na sequência

Figura 4: Imagem da *flor da bananeira*



Fonte: <https://www.plantaconsciencia.com/post/banana-um-fruto-delicioso-e-nutritivo> .

Dos itens de ocorrência única, vale destacar *figo*, citado pelo informante idoso em São João da Barra/RJ, ponto 194/ALiB:

INF. 3/194 - aqui é figo

INQ. - é? E vocês fazem alguma coisa com ele?

INF. 3/194 - olha, faz sim, faz remédio

INQ. - você já fez?

INF. 3/194 - não, mas já ouvi falar que serve pra remédio.

Silva (1813) traz a seguinte definição para *figo*: “s.m. fruto arredondado com huma feição de funil, com que se vem adelgaçando até o pezinho; [...] Figo, na índia, a banana do Brasil”. Em Houaiss (2001) também está registrado *figo*, com a datação do século XIII nas acepções de “1 ANGIOS infrutescência carnosa da figueira, do tipo sicônio; 2 ANGIOS design. comum a frutos de plantas de outros gên. e fam., por alguma semelhança a essa infrutescência das figueiras [...]”, o lexicógrafo também traz o verbete *figo-de-banana* definido por “s.m. ANGIOS AÇR m.q. BANANA (‘fruto’) GRAM pl.: *figos-de-banana*”. A descrição fornecida pelo informante e a dicionarização de *figo*, bem como a datação apresentada por Houaiss (2001) fornecem indícios da manutenção dessa forma lexical que, por extensão de sentido (devido à cor e ao aspecto), foi indicado para denominar “a ponta roxa do cacho da banana”.

Pelo exposto, observa-se que os itens lexicais documentados para nomear o referente em causa, possivelmente, foram indicados pelos informantes por associação ou extensão de sentido de características visíveis nesse referente como formato, aparência, cor e localização. Do total de nove unidades lexicais documentadas os itens léxicos *umbigo*, *coração* e *flor da bananeira* apresentaram maior produtividade e juntamente com *figo*, contemplam o referente e o conceito descrito no texto da questão 44/QSL/ALiB, sendo, portanto, validados para denominar “a ponta roxa no cacho da banana”.

5.2 - 54/QSL/ALiB - A armação de madeira, que se coloca no pescoço de animais (porco, terneiro/ bezerro, carneiro, vaca), para não atravessarem a cerca

5.2.1 - Abordagem quantitativa

Foram apurados no conjunto dos dados “brutos” quinze itens lexicais fornecidos como resposta para a pergunta 54/QSL/ALiB, computando um total de 80 ocorrências, acrescidas de 77 registros de não respostas no somatório dos dados. As unidades léxicas *canga*, *cangalha* e *forquilha* foram as mais produtivas. Sendo documentados ainda

gancho, cabresto, estilingue, enforcadeira, tronco, cerqueira, jugo, comboio, ganchada, candongue e freio porém, por terem alçado um baixo índice de ocorrência e não corresponderem ao referente descrito na questão em pauta, não foram computados como respostas válidas. As tabelas 4, 5 e 6, a seguir, apresentam as unidades lexicais apuradas (por ordem de produtividade), distribuídas de acordo com as ocorrências em cada estado.

Tabela 4: Denominações para “a armação de madeira, que se coloca no pescoço de animais (porco, terneiro/bezerro, carneiro, vaca), para não atravessarem a cerca” (QSL/ALiB/54) na região Sudeste do Brasil – Minas Gerais.

Denominação	Número de ocorrências	Porcentagens
Canga	30	34,5%
Cangalha	6	6,9%
Forquilha	6	6,9%
Gancho	2	2,3%
Cabresto	2	2,3%
Estilingue	1	1,1%
Enforcadeira	1	1,1%
NR	39	44,8%
Total	87	100,0%

Fonte: Elaborada pela autora. Banco de dados do ALiB.

Tabela 5: Denominações para “a armação de madeira, que se coloca no pescoço de animais (porco, terneiro/bezerro, carneiro, vaca), para não atravessarem a cerca” (QSL/ALiB/54) na região Sudeste do Brasil – Espírito Santo

Denominação	Número de ocorrências	Porcentagens
Canga	7	38,9%
Cangalha	2	11,1%
Cambão	1	5,6%
Tronco	1	5,6%
Gancho	1	5,6%
NR	6	33,3%
Total	18	100,0%

Fonte: Elaborada pela autora. Banco de dados do ALiB.

Tabela 6: Denominações para “a armação de madeira, que se coloca no pescoço de animais (porco, terneiro/bezerro, carneiro, vaca), para não atravessarem a cerca” (QSL/ALiB/54) na região Sudeste do Brasil – Rio de Janeiro

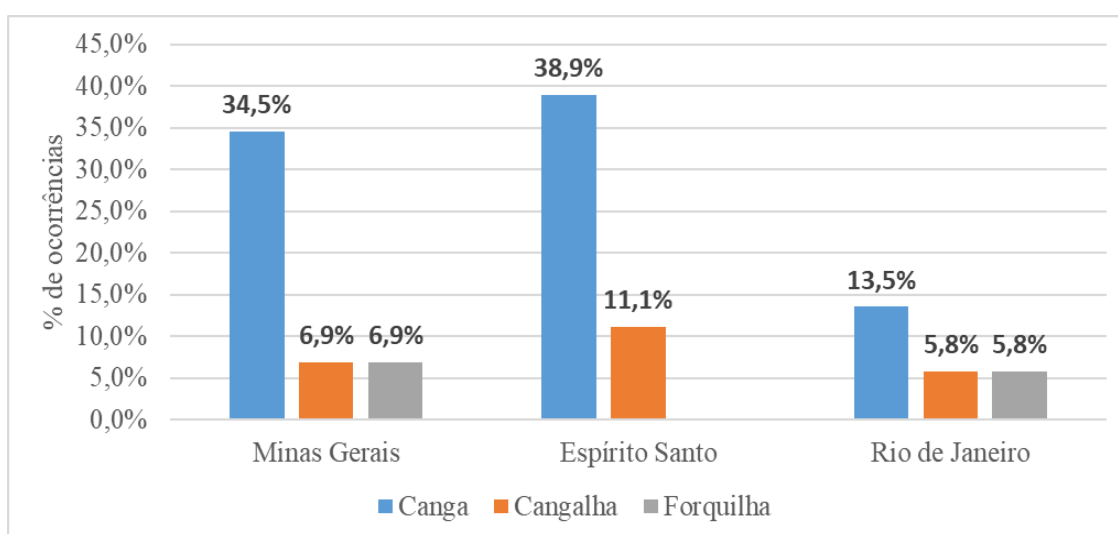
Denominação	Número de ocorrências	Porcentagens
Canga	7	13,5%
Cangalha	3	5,8%
Forquilha	3	5,8%

Cerqueira	1	1,9%
Jugo	1	1,9%
Comboio	1	1,9%
Ganchada	1	1,9%
Candongue	1	1,9%
Freio	1	1,9%
Cambão	1	1,9%
NR	32	61,5%
Total	52	100,0%

Fonte: Elaborada pela autora. Banco de dados do ALiB.

Na sequência, verifica-se, no gráfico 4, o percentual de ocorrências das unidades lexicais de maior ocorrência registradas no conjunto das localidades em estudo. Os itens de menor produtividade ou ocorrência única, mas que apresentaram alguma correspondência com o referente ou com o conceito expresso na questão serão discutidos na perspectiva léxico-semântica.

Gráfico 4: Distribuição das denominações para “a armação de madeira, que se coloca no pescoço de animais (porco, terneiro/bezerro, carneiro, vaca), para não atravessarem a cerca” (QSL/ALiB/54) em localidades do interior de Minas Gerais, do Espírito Santo e do Rio de Janeiro

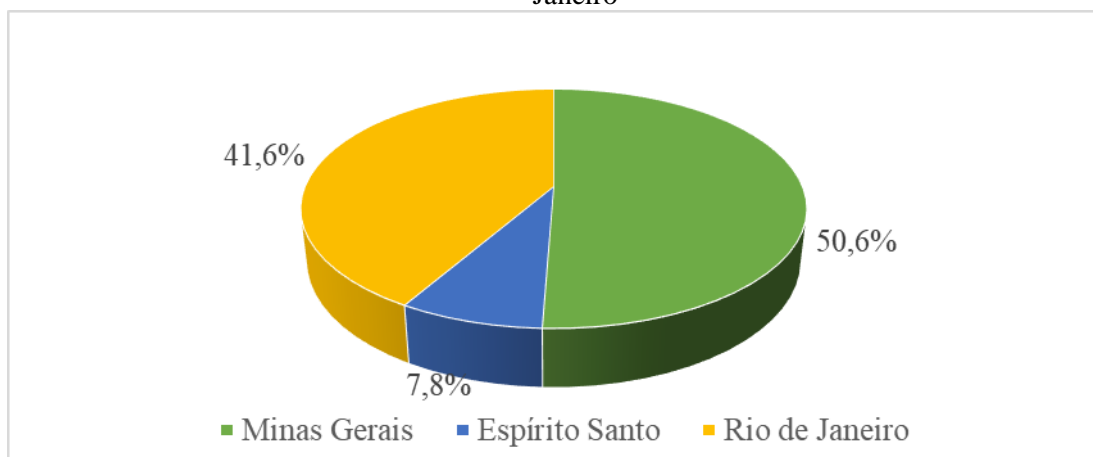


Fonte: Elaborado pela autora. Banco de dados do ALiB.

Considerando os dados demonstrados, observa-se que *canga* foi a unidade predominante, ocupando o maior índice no Espírito Santo. Igualmente o item *cangalha* foi mais recorrente no Espírito Santo, e, em Minas Gerais, alçou o mesmo percentual de *forquilha* (6,9%). No Rio de Janeiro do mesmo modo, ambos obtiveram (5,8%) de ocorrência, um percentual próximo do ocorrido em Minas Gerais, não foi documentado

o item lexical *forquilha* no Espírito Santo. Os casos de não respostas também evidenciaram alto número de registro em todas as localidades, que pode ser verificado no gráfico 5:

Gráfico 5: Índice de ocorrências de não resposta para a pergunta QSL/ALiB/54 “a armação de madeira, que se coloca no pescoço de animais (porco, terneiro/bezerro, carneiro, vaca), para não atravessarem a cerca” em localidades do interior de Minas Gerais, do Espírito Santo e do Rio de Janeiro



Fonte: Elaborado pela autora. Banco de dados do ALiB.

O elevado índice de não respostas, principalmente nas localidades do interior de Minas Gerais onde atingiu um percentual de mais de 50% de ocorrências, seguido de Rio de Janeiro com 41,6% de casos revela que os informantes desconhecem e/ou esqueceram o nome do referente, possivelmente devido ao desuso do objeto nomeado, uma vez que o seu uso é próprio do universo rural. Como confirmam as respostas indicadas pelos informantes jovem masculino de Juiz de Fora/MG/148; idosa de Muriaé/MG/146 e outro jovem masculino de Itaperuna/MG/193:

INQ. - E uma armação de madeira que a gente coloca sobre os animais para eles não atravessarem a cerca? a gente coloca no pescoço pra eles não atravessarem a cerca

INF. - 1/148 - pra num

INQ. - Uhum, coloca no pescoço para eles não atravessarem, cê sabe o quê que é?

INF. - 1/148 - eu sei o quê que é, até eu tenho cavalo, bezerro ali, mas agora não vem na cabeça.

INQ. - Agora, em uma armação, que usa muito lá na roça quando se tem carneirinho, quando tem cabrito, tem bezerro que vara a cerca. Aí eles põem uma armação no pescoço deles, cê já viu essa armação?

INF. - 4/146 - Já

INQ. - Sabe o nome?

INF. - 4/146 - Como que chama meu Deus do céu? Eu sei, mas não tô lembrando

INQ. - Esse aqui não sei se você viu, é pra quem morou na roça. Tem uma armação de madeira que se coloca no pescoço do carneiro pra ele não varar a cerca. Você já viu? algum carneiro, algum bezerrinho, até porco

INF. - 1/193 - Sei nem que é isso

INQ. - Nunca viu? Tá certo, esse você não sabe.

Importa considerar, também, que, ainda que as localidades sejam de interior, a prática de criação de animais para subsistência muito comum em regiões rurais e de pequeno porte já não é mais tão frequente nos dias atuais, principalmente em ambientes citadinos, em decorrência do desenvolvimento industrial e comercial, particularmente no ramo da pecuária. Os comentários dos informantes (um do sexo masculino e outro feminino) idosos, das cidades de Montes Claros/MG/131 e Itajubá/MG/149, regiões, respectivamente, do Norte e do Sudoeste de Minas Gerais atestam o exposto:

INF. - 3/131 – Na roça chama de *canga*, *cangalha*.

INF. - 4/149 – Na roça tinha muito disso, mas eu não lembro.

5.2.2 - Abordagem qualitativa – dimensão diatópica

Em continuidade às análises, os dados são aqui examinados na perspectiva diatópica e, para tanto, apresentam-se nos Quadros 10, 11 e 12 as variantes mais produtivas distribuídas de acordo com a ocorrência em cada estado. E no final desta abordagem realiza-se um cotejo com os dados catalogados por Santos (2019), no Estado de São Paulo.

Quadro 10: Distribuição diatópica das unidades lexicais mais produtivas no interior do estado de Minas Gerais como denominação para “a armação de madeira, que se coloca no pescoço de animais (porco, terneiro/bezerro, carneiro, vaca), para não atravessarem a cerca” – QSL/ALiB/54

Item lexical Localidades	Canga	Cangalha	Forquilha
Januária	•		•
Janaúba	•		
Pedra Azul	•		
Unaí	•	•	
Montes Claros	•		•
Pirapora	•		
Teófilo Otoni			•
Diamantina	-	-	-
Uberlândia	-	-	-

Patos de Minas	•	•	•
Campina Verde	•	•	
Ipatinga	•		
Passos	•	•	
Formiga	•		•
Ouro Preto	-	-	-
Viçosa	•		
Lavras	•		
São João del Rei	-	-	-
Muriaé	•		
Poços de Caldas	•		
Juiz de Fora	•		
Itajubá	•		

Fonte: Elaborado pela autora. Banco de dados do ALiB.

Quadro 11: Distribuição diatópica das unidades lexicais mais produtivas no interior do estado de Espírito Santo como denominação para “a armação de madeira, que se coloca no pescoço de animais (porco, terneiro/bezerro, carneiro, vaca), para não atravessarem a cerca” – QSL/ALiB/54

Item lexical Localidades	Canga	Cangalha	Forquilha
Barra de São Francisco	•		
São Mateus	•	•	
Santa Teresa	•		
Alegre	•	•	

Fonte: Elaborado pela autora. Banco de dados do ALiB.

Quadro 12: Distribuição diatópica das unidades lexicais mais produtivas no interior do estado do Rio de Janeiro como denominação para “a armação de madeira, que se coloca no pescoço de animais (porco, terneiro/bezerro, carneiro, vaca), para não atravessarem a cerca” – QSL/ALiB/54

Item lexical Localidades	Canga	Cangalha	Forquilha
Itaperuna	•	•	
São João da Barra			•
Campos dos Goytacazes	•		•
Três Rios	•		
Nova Friburgo	•		

Macaé	●		
Valença	-	-	-
Petrópolis	●		
Nova Iguaçu	-	-	-
Niterói	-	-	-
Arraial do Cabo			●
Barra Mansa		●	
Parati	-	-	-

Fonte: Elaborado pela autora. Banco de dados do ALiB.

Pelos gráficos apresentados, observa-se um elevado número de registros da unidade *canga* nas localidades mineiras, enquanto no Espírito Santo foi a unidade predominante em todas as regiões, diferentemente do Rio de Janeiro onde obteve baixo índice de ocorrência. *Cangalha*, por sua vez, foi mencionada com maior produtividade nas localidades de Minas Gerais e, no Espírito Santo, foi verificada no litoral norte, em São Mateus e na região sul, na cidade de Alegre. No Rio de Janeiro, foi documentada em Itaperuna, situado no Noroeste Fluminense próximo ao Sul do Espírito Santo e em Barra Mansa, mesorregião Sul Fluminense.

O item lexical *forquilha*, por seu turno, alçou maior índice de registro nas localidades de Minas Gerais, não sendo identificada no Espírito Santo e no Rio de Janeiro foi registrada apenas nas cidades: São João da Barra e Campos dos Goytacazes e Arraial do Cabo, as duas primeiras localizadas na mesorregião do Norte Fluminense.

Vale pontuar que as variantes em pauta foram mais recorrentes em Minas Gerais, ocorrências que se justificam em razão de o referente ser específico de áreas rurais ou de regiões onde, devido a fatores econômicos, os habitantes têm ou tiveram mais contato ou conhecimento acerca desse referente.

Segundo os dados do IBGE³³, o Estado de Minas Gerais ocupa a terceira posição de efetivo de rebanho bovino no Brasil, com um total de 22.020.979 cabeças, enquanto o Rio de Janeiro³⁴ fica na 15ª com 2.533.16 e o Espírito Santo situa-se na 17ª com 2.006.27

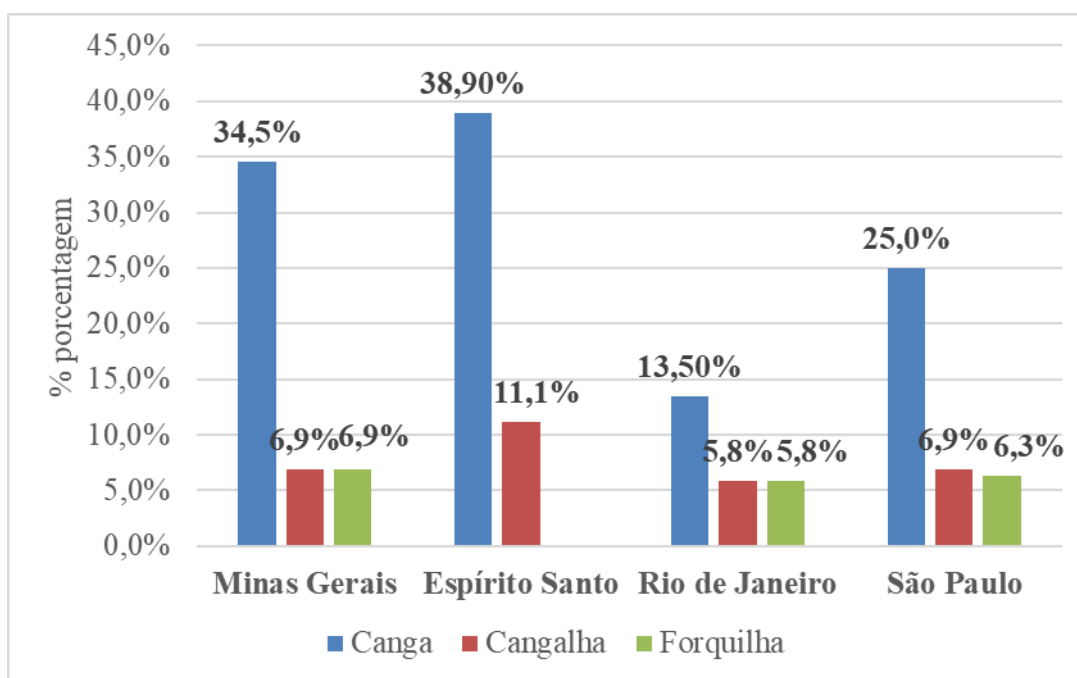
³³ Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/pesquisa/18/16459?tipo=ranking&indicador=16559>.

³⁴ Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/pesquisa/18/16459?tipo=ranking&indicador=16533>.

cabeças de gado. Os dados estatísticos podem apontar para possível influência que fatores socioculturais e econômicos podem exercer no acervo vocabular de um grupo social, o que pode justificar o alto índice de registro das unidades *forquilha* e *cangalha* em Minas Gerais.

Cotejando esses itens lexicais mais produtivos com os documentados no Estado de São Paulo por Santos (2019) verifica-se um índice percentual aproximado, como revela o gráfico 6, na sequência:

Gráfico 6: Itens lexicais mais produtivos como resposta para a questão 54/QSL/ALiB – Região Sudeste



Fonte: elaborado pela autora. Banco de dados do ALiB.

O exame do gráfico demonstra que as unidades apresentaram índices percentuais aproximados no conjunto dos Estados da região Sudeste. Com exceção de *forquilha* que não foi documentada no Estado do Espírito Santo, os demais itens foram produtivos em todos os Estados dado que aponta para a disseminação e a vitalidade dessas formas nas áreas investigadas, uma vez que essas regiões foram cenário de grandes mobilidades migratórias, sobretudo pelos paulistas no período da mineração e do ciclo cafeeiro.

5.2.3 - Abordagem léxico-semântica

A unidade lexical mais produtiva, *canga*, está definida em Silva (1813) como “f.f. o jugo, com que se jungem os bois para a lavoira [...]”. Já Aulete (2014) traz a acepção

“armação de madeira que junta dois bois pelo pescoço e os liga a carro ou arado; JUGO”, em seu verbete original o lexicógrafo traz a definição: “(Minho) pau vergado ao lume, e que apanha a barbela dos animais contra o jugo. (Minho) Engenho de madeira, que se põe cachaço dos porcos, para os impedir de entrar nos cancelos e bueiros. Instrumento de suplicio usado na China. (Fig.) Opressão, domínio pesado, jugo”. Ao buscar em Aulete (2014) o verbete *jugo*, tem-se a seguinte acepção “Peça de madeira colocada sobre a cabeça dos bois e os atrela a uma carroça, arado, etc.; CANGA”. Em Houaiss (2001) o item lexical *canga* está registrado com a acepção de “(1526) jugo, peça de madeira us. para prender junta de bois a carro ou arado. [...] MINH m.q. CANGALHA (‘triângulo’)”.

Já Nascentes (1955) registra: “em Portugal significa jugo dos bois. Neste sentido, segundo Leite de Vasconcellos, RL, II, 34, vem do verbo cangar. O sentido oriental desta palavra, diz Delgado, é “tábua de suplício”, usada especialmente na China e na Conchinchina. Baseando-se em Yule, afirma o mesmo autor que neste sentido é genuinamente chinês o vocábulo registrado num dicionário do século IX [...]. Julga Yule que os portugueses tomaram a palavra de uma dessas últimas formas e a associaram com a sua designativa de jugo de bois ou jugo de carregador para transportar cargas. Macedo Soares lembra possível origem africana de um verbo que significa amarrar, atar, prender (*Revista Brasileira*, 15-5-1880)”.

A abonação de Nascentes citando Macedo Soares (1880), corrobora com Mendonça (2012, p. 137), que traz a definição “sf.: trave de madeira adaptado ao pescoço dos animais e usada nos carros de bois. ETIM.: do quimbundo *Kanga*, prender, ligar (Meinhof, *Introduction* p. 171). Esta palavra influi em *cogote*, originando *cangote*, pescoço; termo muito usado em Alagoas e Pernambuco”.

Pelas acepções dos dicionaristas, percebe-se a relação entre o objeto de madeira que se coloca, prende, amarra no pescoço dos animais como o boi e o porco, e a associação ao estado de domínio, obediência que o objeto impõe quando colocado no animal, que, no caso do verbete original de Aulete (2014) impede o animal de entrar em algum local. Essas informações justificam o uso do item como denominação da “armação de madeira, que se coloca no pescoço de animais (porco, terneiro/bezerro, carneiro, vaca), para não atravessarem a cerca”.

O item lexical *cangalha*, em Silva (1813), é definido com acepção distinta da evidenciada no texto da pergunta em pauta que é a de “impedir o animal de atravessar a cerca”. Já nos dicionários contemporâneos está definido com o sentido expreso pela questão 54/QSL. Na obra de Houaiss (2001) encontra-se “s.f. (1518 cf. Dalg) *p. ana.* triângulo de madeira que se coloca no pescoço dos suínos para impedir que fucem canteiros. Do mesmo modo, Aulete (2014) no verbete original, classifica-o de brasileirismo e o defino como “triângulo de madeira que se enfia no pescoço dos porcos para que não entrem nas hortas cultivadas”. Esse item também está documentado no trabalho de Nogueira; Silva (2017), *Termos e expressões do coloquial do cotidiano da Zona Rural no Brasil Central no século XX*, no qual os autores registram “arreio com engate para bruacas, ou forquilha no pescoço de animal fujão”. Nascentes (1955), por sua vez, traz a acepção “De canga e suf. *alha* (A. Coelho, G. Viana, I, 222)”. As acepções dicionarizadas se coadunam com o referente examinado e com as respostas fornecidas pelos informantes, sendo portanto, validadas para nomear *canga/cangalha*.

O mesmo ocorre *forquilha*, dicionarizada por Silva (1813), mas com sentido diverso do descrito pela questão em análise, embora mencione tratar-se de um objeto de madeira. Quanto aos lexicógrafos contemporâneos, Houaiss (2001) traz a definição “m.q. *FORCADO* (‘instrumento’) ramo de árvore ou arbusto que se bifurca, aprox. com o formato da letra Y *p. ext.* qualquer objeto com esse formato. ETIM esp. *horquilha* (1611) dim. de *horca* ‘forca’”. Igualmente Aulete (2014) define *forquilha* como “Pedaço de pau que se abre em dois ramos assumindo a forma da letra Y. Objeto com a forma da letra Y”. Possivelmente os informantes associaram o referente ao formato e ao material ao qual é feito o objeto, ou seja, “pedaço de pau, madeira” que se assemelha a uma *forquilha* que, conforme os lexicógrafos, possui o formato da letra “Y”.

O item léxico *cambão*, documentado com ocorrência única nos Estados do Espírito Santo e no Rio de Janeiro, está registrado em Houaiss (2001) com a acepção de “peça de madeira com que se prende por correias um ou mais bois a um carro, arado, moinho, engenho ou outro aparelho ou veículo de tração animal. Pedaço comprido de madeira que se amarra por uma das extremidades ao pescoço de um animal, dificultando-lhe o movimento das pernas e impedindo-o de correr”. No dicionário de Aulete (2014)

encontra-se definido como “Pau, que se pendura ao pescoço do animal, para que não se afaste muito nem penetre em roças ou cerrados”.

Embora nas acepções lexicográficas não estejam claro o sema “objeto de madeira que impede o animal de atravessar a cerca”, função expressa no texto da questão 54/QSL, é possível perceber o sentido que evocam “peça de madeira” que, colocada no pescoço do animal, o impede de correr ou penetrar em algum local, fato que aproxima essas definições do referente análise, o que justifica o uso item *cambão* para nomear esse referente. A resposta fornecida pelo informante idoso de Valença/RJ, ponto 199, também confirma a validação da forma *cambão*.

INQ. - Tem uma armação de madeira que serve para colocar no pescoço de uns animais, serve para eles não atravessarem a cerca, não tem não? Não sei se conhece

INF. - camb

INQ. - uma armação que coloca assim, no pescoço dos animais, do porco, da vaca

INF. - Cambão, cambão

INQ. - Como é que é o nome?

INF. - E cambão

INQ. - Cê pode descrever pra mim?

INF. - Cambão assim, você encaixa no pescoço do animal pra modo ele não atravessar a cerca.

Importante pontuar o registro do termo *cambau*, em Amaral (1976, p. 107), que o estudioso define como “pedaço de pau com correias nas extremidades, para jungir dois cães, cavalos, etc. Em Port. há **cambão** designando a mesma coisa”.

Por fim, dos treze itens lexicais catalogados para a pergunta 54/QSL as formas lexicais de maior produtividade *canga*, *cangalha* e *forquilha* somadas ao item léxico de ocorrência única *cambão* foram consideradas válidas, tendo em vista a dicionarização desses itens e a correspondência com o conceito expresso na pergunta em pauta. Com baixo índice de ocorrência documentou-se também *gancho*, *cabresto*, *estilingue*, *enforcadeira*, *tronco*, *cerqueira*, *jugo*, *comboio*, *ganchada*, *candogue* e *freio* que por não corresponderem à nomeação do objeto descrito na questão examinada e nem estarem dicionarizadas, não foram validadas.

5.3 - 61/QSL/ALiB - O homem que é contratado para trabalhar na roça de outro, que recebe por dia de trabalho

5.3.1 - Abordagem quantitativa

O levantamento dos dados, resultou num total de 23 unidades léxicas indicadas pelos informantes entrevistados no conjunto das localidades investigadas, computando um total de 145 ocorrências, além de 23 casos de não respostas. As seguintes unidades alcançaram maior índice de produtividade: *diarista*, *boia-fria*, *peão*, *trabalhador* e *camarada*. Dentre o conjunto apurado, algumas formas foram agrupadas conforme o quadro 13, a seguir

Quadro 13: Agrupamento de unidades lexicais que nomeiam “o homem que é contratado para trabalhar na roça de outro, que recebe por dia de trabalho” – QSL/ALiB/61

Item lexical	Variantes agrupadas
Diarista	Diária; a dia; por dia;
Peão	Pião
Biscate	Biscati
Meeiro	Meiero
Trabalhador	Trabalhadô da roça / trabalhador por dia

Fonte: Elaborado pela autora. Banco de dados do ALiB.

Com base nas orientações estabelecidas no Capítulo III (considerações metodológicas), para o agrupamento dos itens lexicais considerou-se alguns critérios: fonético: em *pião*, *biscati* e *meiero*; formas compostas: *a dia* e *por dia*; *trabalhadô da roça* e *trabalhador por dia* foram considerados, respectivamente, correspondentes ao seu elemento base – *diarista* e *trabalhador*. Já a unidade *diária* foi agrupada à *diarista* por conter o sema *fração do tempo que compreende o período diurno*. Na sequência, são visualizadas nas tabelas 7, 8 e 9 as denominações documentadas, segundo a produtividade e distribuídas conforme o número e o percentual de ocorrências em cada região pesquisada.

Tabela 7: Denominações para “o homem que é contratado para trabalhar na roça de outro, que recebe por dia de trabalho” (QSL/ALiB/61) na região Sudeste do Brasil – Minas Gerais

Denominação	Número de ocorrências	Porcentagens
Diarista	30	30,3%
Boia-fria	15	15,2%
Peão	12	12,1%
Camarada	4	4,0%
Trabalhador	5	5,1%
Roceiro	4	4,0%
Empregado	3	3,0%
Lavrador	3	3,0%
Empreiteiro	2	2,0%
Fazer extra	2	2,0%
Meeiro	2	2,0%
Agregado	1	1,0%
Biscate	1	1,0%
Contratado	1	1,0%
Companheiro	1	1,0%
Colono	1	1,0%
NR	12	12,1%
Total	99	100,0%

Fonte: Elaborada pela autora. Banco de dados do ALiB

Tabela 8: Denominações para “o homem que é contratado para trabalhar na roça de outro, que recebe por dia de trabalho” (QSL/ALiB/61) na região Sudeste do Brasil – Espírito Santo

Denominação	Número de ocorrências	Porcentagens
Diarista	6	35,3%
Meeiro	3	17,6%
Boia-fria	2	11,8%
Peão	2	11,8%
Companheiro	1	5,9%
Trabalha Jornal	1	5,9%
NR	2	11,8%
Total	17	100,0%

Fonte: Elaborada pela autora. Banco de dados do ALiB.

Tabela 9: Denominações para “o homem que é contratado para trabalhar na roça de outro, que recebe por dia de trabalho” (QSL/ALiB/61) na região Sudeste do Brasil – Rio de Janeiro

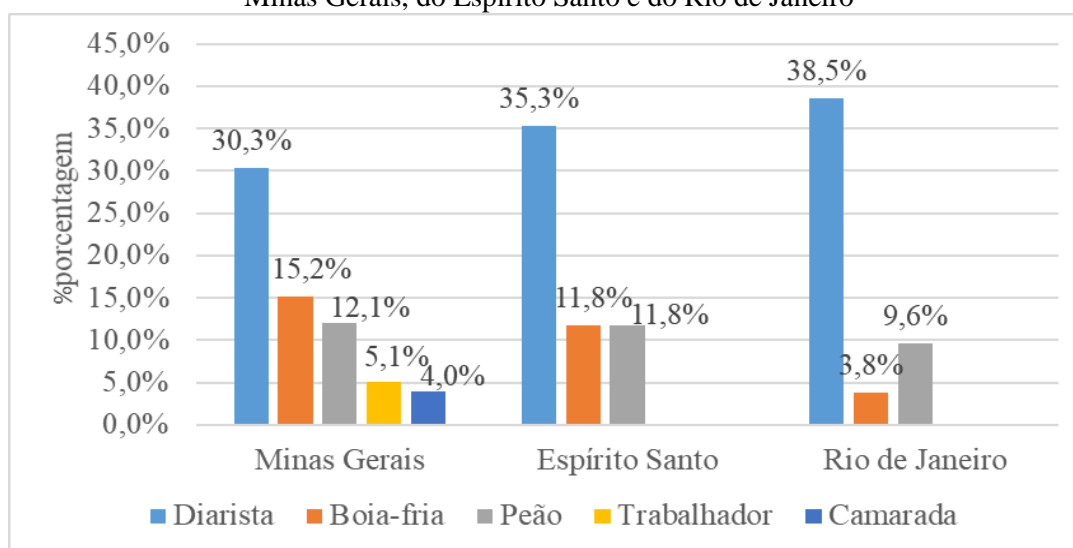
Denominação	Número de ocorrências	Porcentagens
Diarista	20	38,5%
Peão	5	9,6%
Boia-fria	2	3,8%
Empregado	4	7,7%
Empreiteiro	3	5,8%
Biscate	1	1,9%

Capataz	1	1,9%
Caseiro	1	1,9%
Contratado	1	1,9%
Fazendeiro	1	1,9%
Homem da roça	1	1,9%
Lavrador	1	1,9%
Roceiro	1	1,9%
Prestador de serviço	1	1,9%
NR	9	17,3%
Total	52	100,0%

Fonte: Elaborada pela autora. Banco de dados do ALiB.

Verifica-se no gráfico 7, a seguir, o índice percentual das formas lexicais de maior frequência registradas no conjunto das localidades em estudo. Os itens de menor produtividade ou com ocorrência única, mas que apresentaram alguma correspondência com o referente ou com o conceito expresso na questão, são tratados na dimensão léxico-semântica.

Gráfico 7: Distribuição das denominações para “o homem que é contratado para trabalhar na roça de outro, que recebe por dia de trabalho” (QSL/ALiB/61) em localidades do interior de Minas Gerais, do Espírito Santo e do Rio de Janeiro

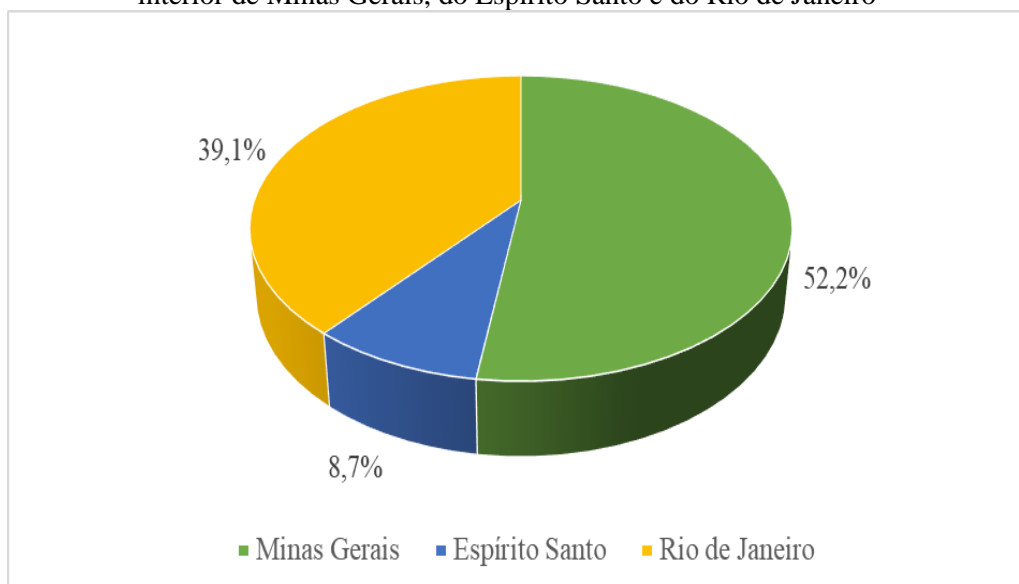


Fonte: Elaborado pela autora. Banco de dados do ALiB.

Os dados visualizados no gráfico 7 demonstram que *diarista* foi a forma predominante em todas as localidades, com percentuais bem próximos, o que a configura como a unidade genérica utilizada pelos informantes dessas áreas geográficas. Já *boia-fria*, a segunda unidade lexical em número de ocorrências, obteve um percentual de registro mediano nas localidades em estudo. E *peão* igualmente registrado em todas as regiões em pauta também obteve índices de frequência aproximados. O item léxico

trabalhador, por sua vez, foi mencionado somente em Minas Gerais, assim como o item *camarada*, ambos com números de registros similares. O gráfico 8, na sequência, reúne os casos de não respostas distribuídos segundo as regiões pesquisadas.

Gráfico 8: Índice de ocorrência de não resposta para a pergunta QSL/ALiB/61 “o homem que é contratado para trabalhar na roça de outro, que recebe por dia de trabalho” em localidades do interior de Minas Gerais, do Espírito Santo e do Rio de Janeiro



Fonte: Elaborado pela autora. Banco de dados do ALiB.

Segundo o gráfico 8, os casos de não respostas foram bastante expressivos apresentando índices percentuais aproximados nas localidades de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Diferente do Espírito Santo, onde foram registrados 8,7% de não respostas, um número baixo em relação às demais localidades em análise. Esse dado pode estar relacionado ao desconhecimento ou esquecimento dos informantes de formas lexicais comumente utilizadas no meio rural, campesino, mais afastados do meio citadino, haja vista o Rio de Janeiro ter sido o Estado que evidenciou o maior percentual de registro da unidade léxica *diarista*, forma lexical predominante no acervo vocabular dos fluminenses.

5.3.2 - Abordagem qualitativa: dimensão diatópica

Nesta seção, pela perspectiva diatópica, são apresentadas nos quadros 14, 15 e 16 a seguir, as unidades léxicas mais produtivas para nomear “o trabalhador de enxada em roça alheia”, distribuídas de acordo com as ocorrências nos municípios de cada estado.

Quadro 14: Distribuição diatópica das unidades lexicais mais produtivas documentadas no interior do estado de Minas Gerais como denominação para “o homem que é contratado para trabalhar na roça de outro, que recebe por dia de trabalho” – QSL/ALiB/61

Item lexical Localidades	Diarista	Boia-fria	Peão	Trabalhador	Camarada
Januária	•			•	
Janaúba	•				
Pedra Azul	•	•			•
Unaí	•				
Montes Claros	•	•			
Pirapora	•	•		•	
Teófilo Otoni		•			
Diamantina	•		•		
Uberlândia	•	•	•		
Patos de Minas		•	•		
Campina Verde	•		•	•	
Ipatinga	•				
Passos	•		•		•
Formiga	•		•		
Ouro Preto		•			
Viçosa	•				
Lavras	•		•		•
São João Del Rei	•		•		
Muriaé		•			
Poços de Caldas	•	•			•
Juiz de Fora	•		•		
Itajubá	•	•	•		

Fonte: Elaborado pela autora. Banco de dados do ALiB

Quadro 15: Distribuição diatópica das unidades lexicais mais produtivas documentadas no interior do estado do Espírito Santo como denominação para “o homem que é contratado para trabalhar na roça de outro, que recebe por dia de trabalho” – QSL/ALiB/61

Item lexical Localidades	Diarista	Boia-fria	Peão
Barra de São Francisco	-	-	-
São Mateus	•	•	•
Santa Teresa	•		
Alegre	•		•

Fonte: Elaborado pela autora. Banco de dados do ALiB.

Quadro 16: Distribuição diatópica das unidades lexicais mais produtivas documentadas no interior do estado do Rio de Janeiro como denominação para “o homem que é contratado para trabalhar na roça de outro, que recebe por dia de trabalho” – QSL/ALiB/61

Item lexical Localidades	Diarista	Boia-fria	Peão
Itaperuna	•		
São João da Barra	•		
Campos dos Goytacazes	•		
Três Rios	•		
Nova Friburgo	•		•
Macaé	•		
Valença		•	
Petrópolis	•		•
Nova Iguaçu			•
Niterói	•		
Arraial do Cabo	•		•
Barra Mansa	-	-	-
Parati	•		

Fonte: Elaborado pela autora. Banco de dados do ALiB.

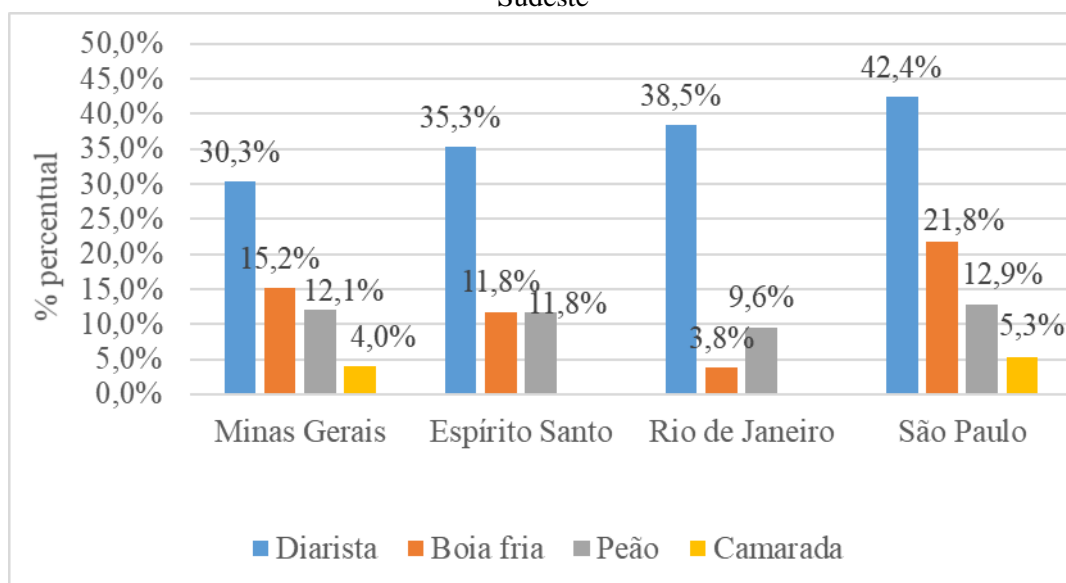
O exame dos dados aponta a unidade *diarista* como predominante em todas as localidades investigadas, sobretudo no estado do Espírito Santo, onde não houve registro apenas na cidade de Barra de São Francisco. Já a unidade *boia-fria* teve maior representatividade em Montes Claros e Pirapora (mesorregião Norte de Minas), Teófilo Otoni (mesorregião Vale do Mucuri), Pedra Azul (mesorregião do Jequitinhonha), áreas geográficas muito próximas, bem como em Poços de Caldas e Itajubá (mesorregião Sul e Sudoeste de Minas), regiões que fazem fronteira com Bragança Paulista/SP, localidade onde, segundo a carta linguística n. 5 para “diarista” do estudo de Santos (2019, p. 129), houve elevado índice de ocorrência do item lexical *boia-fria*, dado que indica a disseminação dessa unidade para outros territórios. No Espírito Santo *boia-fria* foi documentada em São Mateus e, no Rio de Janeiro, somente em Valença.

Da mesma forma, o item lexical *peão* foi mais frequente em Minas Gerais, onde as ocorrências não foram registradas por todo o Estado, sendo concentradas em áreas específicas como São João Del Rei e Lavras (mesorregião Campos das Vertentes), Juiz de Fora (mesorregião da Zona da Mata), Formiga (mesorregião Oeste de Minas) e em Itajubá e Passos (mesorregião Sul e Sudoeste de Minas) todas regiões fronteiriças, estas duas últimas mesorregiões são divisa com a mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, onde o item *peão* também foi catalogado nos municípios de Uberlândia, Patos

de Minas e Campina Verde. Já no Espírito Santo e no Rio de Janeiro, segundo os quadros 12 e 13, a unidade *peão* se apresentou de maneira distribuída.

As duas unidades lexicais *trabalhador* e *camarada* foram particulares à Minas Gerais, obtendo os menores índices de registros. O item *trabalhador* apareceu em Januária e Pirapora (mesorregião Norte de Minas) e em Campina Verde (mesorregião do Triângulo Mineiro). Já o item *camarada* foi catalogado em Pedra Azul (mesorregião do Jequitinhonha), em Passos e Poços de Caldas (mesorregião Sul e Sudoeste de Minas) que, por sua vez, fazem fronteira com Lavras (mesorregião Campo das Vertentes). Esse item lexical e os demais de maior ocorrência *diarista*, *boia-fria* e *peão* igualmente apareceram no Estado de São Paulo, de acordo com Santos (2019). Na sequência, o gráfico reúne os dados distribuídos em Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo:

Gráfico 9: Itens lexicais mais produtivos como resposta para a questão 61/QSL/ALiB – Região Sudeste



Fonte: Elaborado pela autora. Banco de dados do ALiB.

Pelo exame do gráfico, verifica-se que as unidades lexicais apresentaram índices percentuais próximos, com exceção do item *boia-fria* que, em São Paulo, obteve uma frequência bastante significativa em relação às demais regiões.

Vale pontuar o registro de *camarada*, documentado apenas em Minas Gerais e São Paulo, o processo de formação e povoamento, assim como o movimento bandeirantista, são fatores que podem justificar a presença desse item léxico nessas regiões. Como pontua Barbosa (1985, p. 43), em seu *Dicionário da Terra e da Gente de*

Minas, “camarada, termo ainda em uso em alguns pontos do sertão mineiro, é um dos mais simpáticos e mais significativos *vocábulos*, na história de nossa formação social”.

5.3.3 - Abordagem léxico-semântica

A unidade léxica predominante nas regiões investigadas, *diarista*, não está dicionarizada em Silva (1813) com o traço semântico “trabalhador que recebe por dia de trabalho”; encontra-se o verbete *diário* na acepção de “quotidiano, de cada dia”. Já Houaiss (2001), traz para *diarista* a definição “que ou quem não tem salário fixo, ganhando apenas os dias trabalhados (diz-se de ou trabalhador) que ou quem recebe diária por seu trabalho. ETIM *diária+ista*”. No verbete atualizado de Aulete (2014), tem-se “que presta serviço e recebe por dia trabalhando”. E no verbete original o lexicógrafo classifica *diarista* como um brasileirismo com a definição de “trabalhador, que só ganha nos dias em que trabalha. Cf. Diária”.

As definições dicionarizadas embora estejam no sentido genérico, não especificado se trabalhador rural ou urbano, relacionam-se ao sema “trabalhador que recebe por dia trabalhado”, somando-se ao alto índice de ocorrência indicado pelos falantes, justificam o uso da forma *diarista* para nomear o trabalhador eventual que presta serviço e recebe pelo dia de trabalho. O processo econômico brasileiro, sobretudo o ciclo do café, foi o condicionante que caracteriza esta categoria de trabalhador que permanece e ganha maior espaço com a urbanização e os avanços industriais.

O item *boia-fria*, o segundo em termos de produtividade, em Houaiss (2001) está classificado como brasileirismo na acepção de “trabalhador rural itinerante que se ocupa em tarefas temporárias sem vínculo empregatício. Por ext. empregado que come no local de trabalho a boia (comida) que traz de casa (tal como os boias-frias rurais)”. Já Aulete (2014) traz a definição “trabalhador rural que presta serviços temporários na época do plantio ou colheita”. E, por extensão de sentido, nomeia o “trabalhador que leva de casa a refeição que será comida, fria, no trabalho, à maneira dos trabalhadores rurais assim denominados”.

Acerca desta categoria de trabalhador, Mello (1976, p. 31) trata o *boia-fria* como “o diarista do meio rural”, que segundo a autora concorreu para a substituição da mão de obra do trabalhador estável no campo e favoreceu os interesses dos empregadores, os

grandes proprietários de terras. Quanto à forma de nomear o *boia-fria*, Mello (1976, p. 109) explica que

[...] a DESIGNAÇÃO “boia-fria”, dada ao volante, decorre das condições mais frequentes em que se realiza o seu trabalho. Contratado para desempenhar tarefas em pequenos intervalos de tempo, o volante não pode se fixar no local onde trabalha. Via de regra, viaja diariamente para aquele local, levando uma pequena marmita ou caldeirão com o alimento que lhe servirá de almoço. À falta de instalações para o seu devido aquecimento, a comida é ingerida fria.

No entanto, Mello (1976, p. 110) registra que a principal característica desta categoria não se relaciona ao fato de ingerirem o alimento frio, mas sim à relação contratual em que são admitidos. “O “boia-fria” é contratado para desempenhar determinada tarefa, num curto espaço de tempo e sem qualquer vínculo de natureza trabalhista com o empregador”.

Como se nota as acepções para *boia-fria* se coadunam com o conceito expresso na pergunta 61/QSL/ALiB, e pode ser observada também no comentário da informante idosa de Muriaé/MG/146:

INQ. – Que nome que dão aqui para aquele homem que é contratado para trabalhar na roça do outro e ele ganha por dia, ele não é empregado, não

INF. - 3/146 – secretário, não

INQ. – Lá na minha cidade eles passam com um caminhão, um ônibus, na periferia chamando

INF. - 3/146 – Empregado, né?

INQ. – Ele não é empregado, ele não trabalha por mês, ele trabalha por dia. Se chover, ele fica sem serviço

INF. - 3/146 – Caseiro

INQ. – Mas o caseiro não é aquele que mora no sítio?

INF. - 3/146 – É

INQ. – Porque esse... vai de manhã...leva até a comida dele

INF. - 3/146 – É boia-fria

INQ. – Boia-fria, aqui tem?

INF. - 3/146 – Eu acho que tem, aqui é muito grande

INQ. – Esse boia-fria você viu na televisão ou você ouve as pessoas falarem?

INF. 3/146 – Eu vejo as pessoas falarem

INQ. – É

INF. - 3/146 – Mais aqui tem muitos que trabalham que leva a comida, que às vezes não dá pra ir em casa que se chama boia-fria também, às vezes eles levam até o álcool pra poder esquentar a comidinha.

O elemento “*boia-fria*” é resultado do êxodo rural, quando trabalhadores estáveis saíram do meio rural em direção às cidades, para suprir esta força de trabalho,

empregadores contratam nas cidades os *boias-frias* para trabalhar de forma temporária nas plantações e colheitas de lavouras de café, por exemplo, recebendo pelo dia trabalhado.

A unidade léxica *peão*, documentada em todas as regiões em análise com um índice significativo de frequência, em Silva (1813) está registrada como *pião*, que o lexicógrafo explica “melhor ortografia he peão, homem de pé na tropa. *it.* Plebeu, não cavalheiro”. Também foi identificada no *Dialeto Caipira*, de Amaral (1976, p. 165), onde o autor registra *pião* na acepção de domador e acrescenta que a forma é uma alteração de *peão*, “com uma curiosa evolução de sentido, que vem a dizer justamente o contrário, do que outrora se entendia, isto é, *homem que anda a pé*”. Com esse sentido, Houaiss (2001) apresenta “(S XIII). Pessoa que anda a pé; pedestre. Homem da plebe; plebeu”. No entanto, registra ainda com datação de 1642, a seguinte definição “B amansador de animais, “B auxiliar de boiadeiro”, “empregado no trabalho rural. Trabalhador de estradas e rodagem, estradas de ferro e outras obras de engenharia civil. B. servente de obra”. E apresenta a etimologia “plat. *peón*, ‘serviçal de estância’, do esp. *peón* (1074), conexo com o port. ‘*peão*, do lat. medv. *pedo*”.

No dicionário de Aulete (2014), *peão* está classificado como “Lus. Aquele que anda a pé; pedestre”. Pelas acepções, nota-se que o item léxico *peão*, possivelmente é uma forma transplantada pelos portugueses à época da colonização. No entanto, em solo brasileiro, pelo processo de ressignificação semântica adquiriu novo sentido, que o mesmo lexicógrafo define por “Trabalhador rural. Trabalhador da construção civil e de obras viárias, dentro ou fora das cidades. Qualquer trabalhador braçal ou não-qualificado”. E, ainda, classifica-o como um regionalismo do RS na acepção de “numa estância, pessoa encarregada dos serviços domésticos; CONCHAVADO”.

Corroborando o exposto, vale registrar, embora extensa, mas como forma de enriquecer a análise, a definição de *peão* apresentada por Souza (1939) no *Dicionário da Terra e da Gente do Brasil*: “em português é o indivíduo que anda a pé”. “No Brasil, máxima no Sul e em Goiaz, vem a ser justamente o contrário, ou seja, o campeiro ou gaúcho, mansador de cavalos, domador”. Classificando-o como um regionalismo do Rio Grande do Sul, explica que o item *peão* “não se emprega somente neste sentido restrito. Consoante a lição de Romaguera e Callage, o termo *peão* aplica-se a todos os serviços da

estância, empregados no serviço de campo e em outros misteres da fazenda”. E acrescenta, com a abonação “Callage diz mais: Peão é o termo empregado em todo o Estado, quer na cidade, quer na campanha, e diz respeito a todo e qualquer empregado de ínfima categoria”.

De todo, verifica-se que a forma *peão* é utilizada para nomear tanto o trabalhador que exerce atividades rurais, não somente àquelas relacionadas à lida com o gado, o trato com os cavalos, como também os demais serviços da fazenda como a limpeza do local, a alimentação dos animais (galinha, porco). E com o processo de urbanização, a função deste trabalhador se estendeu ao meio urbano, onde buscou trabalhar na construção civil, nas demais obras e serviços gerais.

A forma lexical *camarada*, registrada apenas em Minas Gerais, na obra de Silva (1813) aparece com acepção relacionado a soldado, não contemplando, pois, o sema “trabalhador de roça que recebe por dia de trabalho”. Já em Houaiss (2001) encontra-se a definição “trabalhador (a) que é empregado temporariamente numa propriedade rural para tarefa doméstica, agrícola, pecuária, de exploração mineral etc”. No verbete atualizado de Aulete (2014) consta “trabalhador temporário em propriedade rural”. E no verbete original o dicionarista classifica o item como um brasileirismo na acepção de “trabalhador avulso nas fazendas”.

Além de Minas Gerais, segundo os dados de Santos (2019), *camarada* foi também catalogado em São Paulo, dado que pode sinalizar para a presença de um regionalismo dessas áreas, como está registrado no *Dicionário da Terra e da Gente do Brasil* (SOUZA, 1939) que traz para *camarada* a seguinte informação: “palavra registrada por Beaurepaire-Roban como regionalismo de S. Paulo, Minas, Paraná, Goiaz e Mato Grosso, significando homem assalariado para servir não só de condutor de animais, mas também em trabalhos rurais e domésticos”. O autor complementa que a área desse regionalismo é mais extensa para o Norte, registrando que “Augusto Saint-Hilaire em sua “viagem às nascentes do Rio S. Francisco” diz: camarada é o nome que se dá aos homens de classe inferior, que se alugam para, nas viagens, cuidar dos burros ou fazer qualquer outro serviço”. Nota-se que essa definição não contém os semas “trabalho temporário” e “recebimento por dia de trabalho”, mas relaciona-se ao homem que realiza atividades diversas em área rural.

Embora na obra de Souza (1939) o item lexical *camarada* não contemple por completo o referente em exame, nas acepções apresentadas por Houaiss (2001) e Aulete (2014) verificam-se traços semânticos como “trabalho eventual realizado em propriedades rurais” que, por conseguinte, caracteriza o “homem que é contratado para trabalhar na roça, recebendo por dia de trabalho”, dado que valida o item *camarada* como denominação para “diarista”.

Outra unidade lexical particular à região mineira foi *trabalhador* que em Silva (1813) é definida como “adj. Dado ao trabalho, não ocioso”. Está registrado também em Houaiss (2001) na acepção de “que ou aquele que trabalha” e “jornaleiro, operário”. E, ainda, tem-se a acepção “t. autônomo” que corresponde ao trabalhador que “exerce, em caráter não permanente e sem vínculo empregatício, qualquer atividade renumerada”. Do mesmo modo Aulete (2014), no verbete atualizado, apresenta a entrada “trabalhador autônomo” com a acepção de “aquele que exerce atividade remunerada sem vínculo empregatício e em caráter não permanente”. E no verbete original registra “o homem que trabalha no campo, que se ocupa nos trabalhos rudes da lavoura”.

Observa-se nas acepções dicionarizadas a presença do traço semântico “homem que trabalha em caráter eventual, não permanente”, como não é um trabalhador efetivo recebe apenas nos dias trabalhados, dado que remete ao sema “que recebe por dia de trabalho”, e que justifica a indicação da forma léxica *trabalhador* para nomear “diarista”. Embora figure como um item de caráter genérico, como foi indicado somente por informantes mineiros, trata-se de uma unidade pertencente à norma regional de Minas Gerais.

Dentre os itens lexicais de ocorrência única, importa pontuar o registro da forma *trabalha jornal* mencionada em São Mateus, Espírito Santo, por uma informante idosa. Foi identificado em Silva (1813), o verbete *jornal* definido como “a paga de cada dia, que se dá ao jornaleiro”. Com esse sentido o *Elucidário das Palavras, Termos, e Frases Antiquadas da Língua Portuguesa*, de Viterbo (1865) traz o verbete “gáaçom” com a definição “ganhão, o que ganha o seu jornal, trabalhador, jornaleiro”.

Contemporaneamente a forma *jornal* está registrada em Houaiss (2001) com a acepção de “(s. XIII cf. ficha VPM) remuneração salarial feita por dia de trabalho. ETM substv. do lat. *diurnalis*, e relativo ao dia, diário. O autor traz também o verbete

jornaleiro, na acepção “diz-se de ou trabalhador a quem se paga ‘jornal’. ETIM *jornal* + *eiro*; ver *dia*”. E no verbete atualizado de Aulete (2014) encontra-se a definição “Pagamento por um dia de trabalho; diária, fêria. “Uma nesga de terra, meu rico senhor, uma nesga de terra! E depois as décimas, os jornais” (Eça de Queirós, O crime do padre Amaro)”. Já no verbete original verifica-se “a paga de cada dia de trabalho”. No dicionário de Nascentes (1955) a forma *jornal* está definida como “o salário que compete por dia ao operário”. Quanto à etimologia, o autor informa ser proveniente do latim “*diurnale*, diário; esp. *jornal*, it. *giornale*, fr. *journal*. É provável que venha de uma região onde a ideia de *dia* fosse expressa por vocábulo derivado do lat. *diurnu* (França, Itália)”.

Ainda que essas acepções não contemplem o sema “homem que é contratado para trabalhar na roça”, nelas estão presentes os traços semânticos “pagamento, salário por dia de trabalho” e “diurno, diária”, semas presentes na definição de “diarista”, validando desse modo, o uso do item *jornal* para nomear o “homem que é contratado na roça e que recebe por dia de trabalho”. Fatores sócio-históricos como as levadas de imigrantes que se fixaram no Espírito Santo à época da colonização, particularmente os italianos, podem ter motivado a manutenção do item *jornal* na norma lexical dos falantes capixabas.

Foram catalogadas outras denominações, a saber: *empregado, lavrador, roceiro, agregado, empreiteiro, biscate, contratado, companheiro, colono, meeiro, fazer extra, caseiro, fazendeiro, homem da roça, lavrador e prestador de serviços* que, no entanto, designam categorias de trabalhadores distintas do “diarista”, uma vez que não contemplam o sema “homem que é contratado e recebe por dia de trabalho”.

O significativo número desses itens pode indicar o esquecimento e/ou o desconhecimento do informante em relação ao referente nomeado ou à sua denominação, principalmente no Rio de Janeiro, estado com maior índice de não resposta (17,3%) para “diarista”, dado esse que aponta para dificuldades enfrentadas por falantes urbanos para nomear referentes mais comuns no meio rural, em decorrência do distanciamento do universo rural e à conseqüente proximidade com os canais de comunicação de massa, os avanços tecnológicos e industriais e o maior acesso à educação.

Em síntese, no universo investigado foram catalogadas 23 formas lexicais indicadas pelos informantes como nomeação do “diarista” e dessas, foram validadas

apenas seis. As demais foram consideradas não válidas por referirem-se, como já exposto, a outros referentes que, por seu turno, não correspondem ao conceito expresso na pergunta 61/QSL/ALiB.

A análise dos dados aponta para a manutenção, preservação de formas léxicas próprias do meio rural que ainda se conservam no acervo vocabular dos falantes urbanos das áreas pesquisadas, como por exemplo, os itens *camarada*, registrado somente em Minas Gerais, e *trabalha jornal*, com documentação única no Espírito Santo.

Esses itens catalogados reforçam a importância desse estudo que além de documentar essas unidades lexicais conservadoras, contribui para sua descrição e registro, amplia o conhecimento referente a norma lexical dos Estados investigados e enriquece os estudos acerca da realidade linguística brasileira.

5.4 - 62/QSL/ALiB - *O que é que se abre com o facão, a foice para passar por um mato fechado*

5.4.1 - Abordagem quantitativa

Da recolha dos dados apurou-se um quantitativo de dez unidades lexicais indicadas para nomear *picada/atalho estreito*, sendo as mais produtivas *caminho*, *trilho* e *picada*, o que resultou num total de 194 itens lexicais e apenas quatro casos de não respostas, no conjunto das localidades investigadas. Desse total, alguns, devido a variações fonéticas e morfológicas foram agrupadas para fins de análise conforme quadro que segue:

Quadro 17: Agrupamento de unidades lexicais que nomeiam “que se abre com o facão, a foice para passar por um mato fechado?” – QSL/ALiB/62

Item lexical	Variantes agrupadas
Caminho	Caminhozinho
Carreiro	Carrera
Clarão	Clarera
Estrada	Estradinha
Passagem	Passage
Trilho	Trilha e trio

Fonte: Elaborado pela autora. Banco de dados do ALiB.

De acordo com os dados visualizados no quadro 17, o agrupamento das variantes léxicas foi realizado de forma a sistematizar a análise dos itens documentados, uma vez que as alterações ocorreram por questões fonéticas e morfológicas, não alterando, assim, o valor semântico das unidades lexicais, como nos casos do uso das formas no grau diminutivo: *caminhozinho* e *estradinha*. Houve ainda os casos de flexão de gênero como *carrera* e *trilha*. Assim como a ocorrência do processo de sufixação como em *clarera* e *passage*. Nas Tabelas 10, 11 e 12, a seguir, verifica-se a frequência das unidades recolhidas conforme o número absoluto e percentual de ocorrências em cada região pesquisada

Tabela 10: Denominações para o “que se abre com o facão, a foice para passar por um mato fechado?” (QSL/ALiB/62) na região Sudeste do Brasil – Minas Gerais

Denominação	Número de ocorrências	Porcentagens
Caminho	41	36,0%
Trilho	37	32,5%
Picada	15	13,2%
Carreiro	5	4,4%
Estrada	4	3,5%
Atalho	4	3,5%
Clarão	3	2,5%
Passagem	2	1,8%
Trieiro	2	1,8%
NR	1	0,9%
Total	114	100,0%

Fonte: Elaborada pela autora. Banco de dados do ALiB.

Tabela 11: Denominações para o “que se abre com o facão, a foice para passar por um mato fechado?” (QSL/ALiB/62) na região Sudeste do Brasil – Espírito Santo

Denominação	Número de ocorrências	Porcentagens
Trilho	8	42,1%
Caminho	7	36,8%
Picada	1	5,3%
Atalho	1	5,3%
Lareira	1	5,3%
Passagem	1	5,3%
NR	-	-
Total	19	100,0%

Fonte: Elaborada pela autora. Banco de dados do ALiB.

Tabela 12: Denominações para o “que se abre com o facão, a foice para passar por um mato fechado?” (QSL/ALiB/62) na região Sudeste do Brasil – Rio de Janeiro

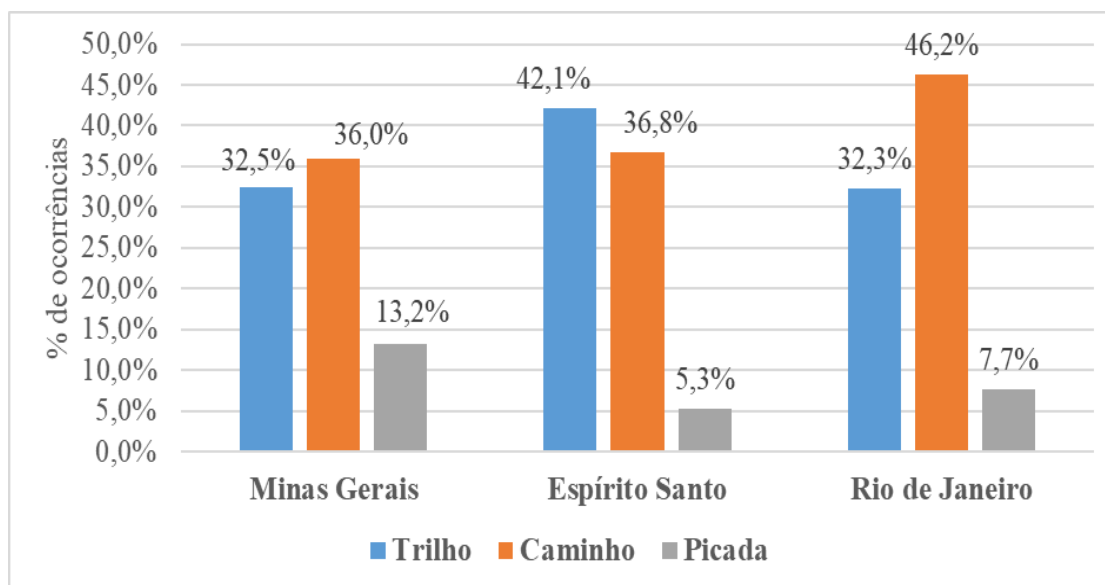
Denominação	Número de ocorrências	Porcentagens
Caminho	30	46,2%
Trilho	21	32,3%
Picada	5	7,7%
Estrada	3	4,6%
Passagem	2	3,1%
Atalho	1	1,5%
NR	3	4,6%
Total	65	100,0%

Fonte: Elaborada pela autora. Banco de dados do ALiB.

Os dados das tabelas 10, 11 e 12 confirmam as seguintes unidades mais produtivas para a pergunta em questão: *caminho*, *trilho* e *picada*. Quanto aos itens de menor frequência, alguns foram apurados somente em Minas Gerais, a saber: *carreiro*, *clarão* e *trieiro*. Houve apenas um caso de ocorrência única, *lareira*, registrado no Espírito Santo. Estes itens léxicos e os demais com menor índice de produtividade ou ocorrência única que apresentaram relevância e correspondência com o referente ou com o conceito expresso na questão, são discutidos na dimensão léxico-semântica.

A seguir, o gráfico 10 reúne o percentual de registros das variantes mais frequentes no conjunto das localidades em estudo.

Gráfico 10: Distribuição das denominações para “o que é que se abre com o facão, a foice para passar por um mato fechado” (QSL/ALiB/62) em localidades do interior de Minas Gerais, do Espírito Santo e do Rio de Janeiro

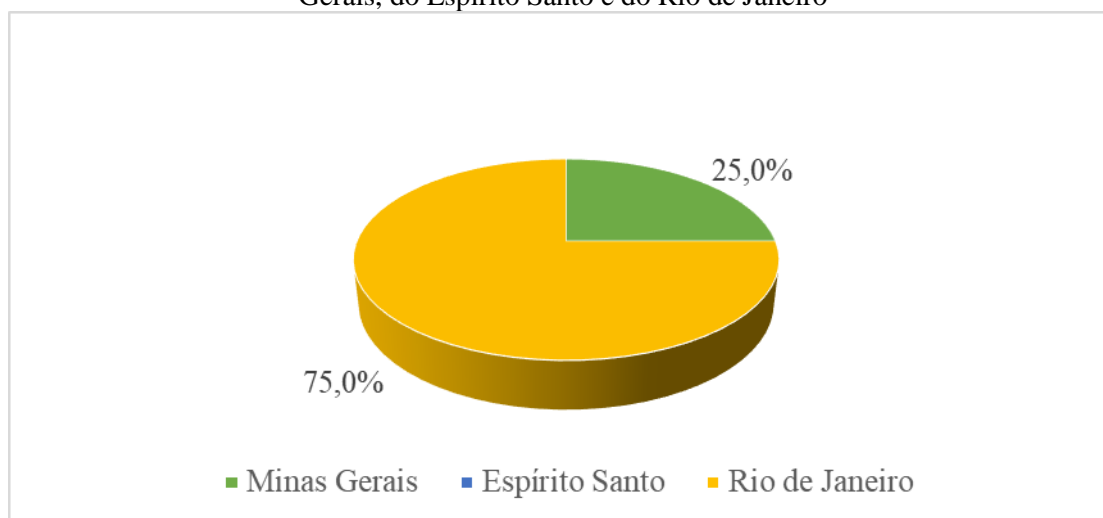


Fonte: Elaborado pela autora. Banco de dados do ALiB.

Pelos índices do gráfico, nota-se o alto percentual dos itens lexicais *trilho* e *caminho*, sendo indicados pelos informantes de todos os Estados pesquisados. O primeiro obteve índice percentual próximo em Minas Gerais e no Rio de Janeiro (32,5%) e (32,3%) respectivamente, e no Espírito Santo foi a forma predominante (42,1%). Já *caminho* registrou maior frequência na fala dos fluminenses com 46,2% de ocorrência. Observa-se, assim, que esses dois itens obtiveram índices de produtividade aproximados, fato que indica que essas são as unidades lexicais genéricas utilizadas pelos falantes das áreas examinadas.

A unidade *picada* foi igualmente registrada nas três Unidades da Federação em estudo, porém, com menor frequência, o que revela a manutenção dessa unidade na fala dos informantes entrevistados. A seguir, visualizam-se, no gráfico 11, os casos de não respostas.

Gráfico 11: Índice de ocorrência de não resposta para a pergunta QSL/ALiB/62 “o que é que se abre com o facão, a foice para passar por um mato fechado” em localidades do interior de Minas Gerais, do Espírito Santo e do Rio de Janeiro



Fonte: Elaborado pela autora. Banco de dados do ALiB.

A frequência dos casos de não respostas para *picada/atalho estreito* foi significativa no Rio de Janeiro, onde apresentou um percentual acima de 50%. Em Minas Gerais teve-se um percentual baixo. Já no Espírito Santo não houve casos. Esses percentuais podem indicar que, embora o referente seja próprio do ambiente rural, e a prática de abrir passagem num espaço no meio de matas fechadas com facão ou foice já não seja mais tão comum nos dias atuais, devido ao desenvolvimento de máquinas/equipamentos cada vez mais sofisticados que podem realizar esta tarefa, os

itens lexicais designativos para o referente em causa ainda se conservam no vocabulário dos falantes das regiões em exame. Este dado revela a manutenção de formas mais comumente rurais em ambientes urbanos, como *trilho* e *picada*, por exemplo, apontando para a presença de formas linguísticas próprias do falar rural que, apesar do desenvolvimento industrial, econômico e urbano, se mantêm no vocabulário de falantes citadinos.

5.4.2 - Abordagem qualitativa: dimensão diatópica

Nesta seção, os dados são examinados na perspectiva diatópica. Para tanto, apresentam-se nos quadros 18, 19 e 20, as variantes mais produtivas dentre as apuradas para nomear *picada/atalho estreito*, distribuídas segundo as ocorrências em cada estado. E no final deste tópico realiza-se um cotejo com os dados coletados por Santos (2019), no Estado de São Paulo, a fim de demonstrar o percentual de ocorrência dessas unidades léxicas pela região Sudeste do Brasil.

Quadro 18: Distribuição diatópica das unidades lexicais mais produtivas documentadas no interior do estado de Minas Gerais como denominação para “o que se abre com o facão, a foice para passar por um mato fechado?” – QSL/ALiB/62

Item lexical Localidades	Trilho	Caminho	Picada
Januária		•	•
Janaúba	•		•
Pedra Azul	•	•	•
Unaí	•	•	•
Montes Claros	•	•	•
Pirapora			•
Teófilo Otoni		•	
Diamantina		•	
Uberlândia	•	•	
Patos de Minas	•	•	•
Campina Verde	•	•	•
Ipatinga		•	
Passos	•	•	•
Formiga	•	•	
Ouro Preto	•		
Viçosa	•	•	
Lavras	•	•	
São João Del Rei	•		

Muriaé	•	•	
Poços de Caldas	•	•	
Juiz de Fora	•	•	
Itajubá	•	•	

Fonte: Elaborado pela autora. Banco de dados do ALiB.

Quadro 19: Distribuição diatópica das unidades lexicais mais produtivas documentadas no interior do estado do Espírito Santo como denominação para “o que se abre com o facão, a foice para passar por um mato fechado?” – QSL/ALiB/62

Item lexical Localidades	Trilho	Caminho	Picada
Barra de São Francisco	•	•	
São Mateus	•	•	
Santa Teresa	•		
Alegre	•	•	•

Fonte: Elaborado pela autora. Banco de dados do ALiB.

Quadro 20: Distribuição diatópica das unidades lexicais mais produtivas documentadas no interior do estado do Rio de Janeiro como denominação para “o que se abre com o facão, a foice para passar por um mato fechado?” – QSL/ALiB/62

Item lexical Localidades	Trilho	Caminho	Picada
Itaperuna		•	•
São João da Barra	•	•	
Campos dos Goytacazes	•	•	
Três Rios	•	•	
Nova Friburgo	•	•	
Macaé	•	•	
Valença	•	•	
Petrópolis	•	•	•
Nova Iguaçu	•	•	
Niterói	•	•	
Arraial do Cabo		•	•
Barra Mansa	•	•	
Parati		•	•

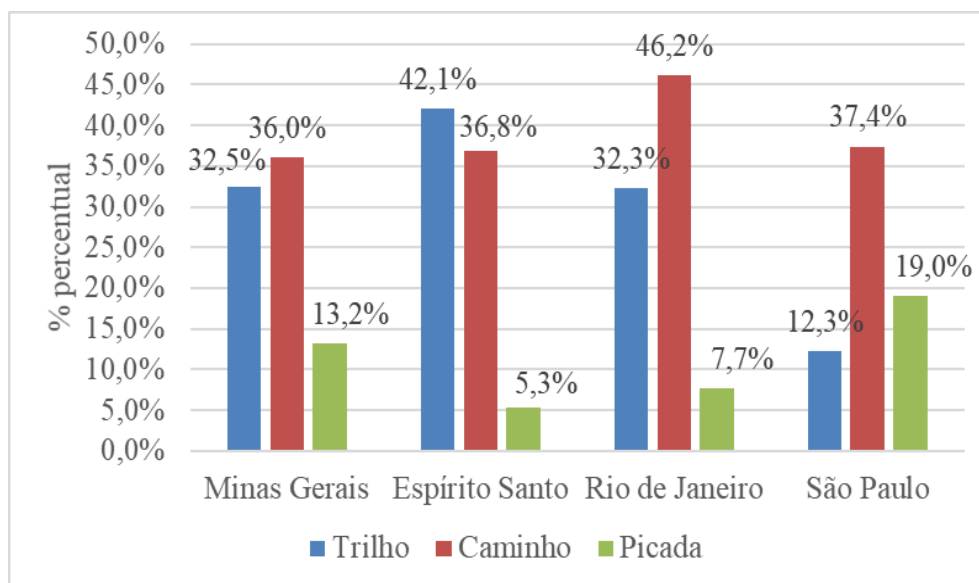
Fonte: Elaborado pela autora. Banco de dados do ALiB.

Os dados expostos nos gráficos confirmam que as variantes *trilho* e *caminho* são de uso concorrentes na fala dos mineiros, capixabas e fluminenses, fato que configuram como termos genéricos utilizados para nomear *picada/atalho estreito*. A unidade lexical *picada*, por sua vez, foi mais frequente nas localidades de Minas Gerais, com maior predomínio nas mesorregiões Noroeste de Minas, Norte de Minas e Jequitinhonha, enquanto no estado do Espírito Santo foi indicada apenas na cidade de Alegre, região sul

desse Estado e, no Rio de Janeiro foi registrada nas cidades de Itaperuna (que fica próximo à cidade de Alegre/ES), Petrópolis, Arraial do Cabo e Parati.

Embora com um percentual de ocorrência diferente, *trilho*, *caminho* e *picada* também constam no rol dos itens lexicais mais produtivos no Estado de São Paulo, segundo os dados de Santos (2019), como se pode observar no gráfico 12, na sequência.

Gráfico 12: Itens lexicais mais produtivos como resposta para a questão 62/QSL/ALiB – Região Sudeste



Fonte: Elaborado pela autora. Banco de dados do ALiB e Santos (2019).

Os dados do gráfico demonstram que no Estado de São Paulo, os itens léxicos *trilho*, *caminho* alcançaram índices percentuais aproximados em relação aos demais Estados – MG, ES e RJ. *Picada*, por sua vez, mais frequente na fala dos paulistanos com 19,0% de registros, que pode ter sido motivado por fatores de natureza histórica, como o movimento do bandeirantismo, que à época do Brasil colonial impulsionou o fluxo migratório nessa região e possivelmente refletiu no vocabulário do paulista.

5.4.3 - Abordagem léxico-semântica

Com maior recorrência nas áreas investigadas, o item lexical *caminho* é definido por Silva (1813) como “o lugar por onde se anda, faz jornada [...] caminho coberto”. Em Aulete (2014) encontra-se a acepção de “faixa de terreno por onde passam ou podem caminhar pessoas ou animais ao irem de um lugar para outro”. O lexicógrafo registra ainda: *caminho da roça*, classificando-o como um brasileirismo na acepção de “trilha estreita, com largura que só permite a passagem de uma pessoa”, enquanto Houaiss (2001)

traz a seguinte definição “porção mais ou menos estreita de terreno entre dois lugares por onde alguém pode seguir < *no meio da floresta, encontrou um c.*>”. O mesmo dicionarista registra também *da roça* locução classificada como um brasileirismo na acepção de “caminho ou trilha estreita, com largura apenas para uma pessoa”.

Essa unidade lexical corresponde a um termo genérico, uma forma padrão mencionada de forma recorrente pelos informantes. A motivação para tanto pode estar relacionada ao traço semântico que denota “o local, lugar por onde as pessoas ou animais passam; caminham; o trajeto que permite ir de um lugar ao outro”. A menção dessa denominação indica a não familiaridade com o referente contemplado pela questão em pauta, possivelmente por se tratar de um elemento mais comum no universo rural normalmente desconhecidos pelos falantes urbanos, em especial os mais jovens, daí a opção pela forma genérica *caminho*.

O segundo item de maior frequência foi *trilho/trilha*. Em Silva (1813), há o verbete *trilhar* na acepção de “[...] pisar andando v.g., trilhar a estrada, hum caminho”, enquanto em Aulete (2014), no verbete atualizado, encontra-se a definição “caminho, vereda, trilha” e no verbete original “Trilha. (Fig.) Caminho, direção, via, trilha, norma [...]”. Houaiss (2001), por sua vez, registra *trilho* como “m.q. TRILHA (caminho)”, e *trilha* na acepção de “caminho rudimentar, ger. estreito e tortuoso, entre vegetação; trilho, vereda”.

Nessa ordem das análises, vale considerar a forma *trheiro* que, embora com baixa produtividade, dois registros em Minas Gerais, está associada pelos lexicógrafos a *trilho*, como se observa no dicionário Aulete (2014), registrado como um verbete novo classificado como um brasileirismo na acepção de “O mesmo que trilha. [F.: trilha+eiro]”. Já Souza (1939) define *trheiro* como “termo usado em Goiaz, empregado por Henrique Silva e registrado por A. Taunay, significando trilho muito acentuado na mata estreita”. Assim, segundo a definição de Aulete (2014), *trheiro* é uma variante lexical de *trilho/trilha*. Houaiss (2001) traz *trheira*, classificado como brasileirismo na acepção de “trilha (‘caminho’) bem definido. ETIM trilho+eira [...]”. Essas acepções justificam o uso do *trheiro* para denominar o referente em causa.

A forma lexical *picada* também foi documentada nas três regiões analisadas, com maior índice de frequência em Minas Gerais (13,2%). Aparece em Silva (1813) na

acepção de “caminho estreito que faz por entre mato, derribando algumas arvores”. Em seu verbete original Aulete (2014) registra a acepção “Atalho, caminho estreito, em linha reta, aberto a facão, através do mato [...]”. Esse item léxico também figura também na obra *Dicionário da Terra e da Gente do Brasil* (SOUZA,1939) com a acepção de “caminho estreito aberto nas matas e nos campos cerrados, trilho de penetração para o mais íntimo deles. Abrir uma picada é operação preliminar para a abertura de qualquer estrada. [...] É termo geral do Brasil”. Ademais Houaiss (2001) define o item em exame como “[...] (1789) atalho aberto na mata a golpes de facão ou de foice para passagem de pessoas, pequenos veículos etc.”.

Como se nota, “picadas” foram os caminhos primitivos abertos por entre matos e vegetação para servirem de rota para o trânsito de pessoas e de animais no período de formação do Brasil, sobretudo da região Sudeste. Foram por entre trilhas e picadas que os bandeirantes saíam de São Paulo rumo à Minas Gerais em busca de ouro e de pedras preciosas. Como registra Amaral (1976), “passagem aberta através do mato. É port., mas o “Novo Dic.” o registra como colhido pela primeira vez, o que mostra que não será usual. Entre nós é de emprego comuníssimo”. Essa definição justifica o alto índice de ocorrência da unidade lexical *picada* documentada por Santos (2019) no Estado de São Paulo (19,0%).

É notório o uso de *picada* atestado pelas obras lexicográficas consultadas. Confirma-se também o uso dessa unidade léxica na entrevista realizada com o informante masculino, idoso da cidade de Campina Verde/MG/137:

INQ. - Qual o nome mais comum aqui?

INF. - Picada.

A dicionarização dessa unidade, somada ao seu expressivo índice de registro, demonstra o conhecimento que os falantes, sobretudo os mineiros, têm do referente em causa que, embora seja mais comum no universo rural, ainda se conserva no vocabulário de falantes citadinos, indicando a vitalidade dessa unidade léxica.

Dos itens lexicais de baixa frequência, tem-se *carreiro* particular a Minas Gerais, foi mencionado cinco vezes pelos mineiros como resposta para a pergunta 62/QSL/ALiB. Encontra-se dicionarizado em Silva (1813) na acepção “f.m. homem, que guia o carro, e bois. Caminho estreito para gente de pé”. No dicionário de Aulete (2014) está definido

como “caminho estreito feito no terreno pela contínua passagem de carros. Caminho entre as fileiras de plantas nos cafezais, milharais etc., CARREIRA, Bras. Lugar ou caminho da passagem habitual dos animais de caça”. Houaiss (2001) classifica esse item léxico como brasileirismo na acepção de “m.q. CARREIRA (caminho nas plantações). P sulco aberto no chão pela passagem contínua de carros. B S. e P caminho estreito, atalho”.

Carreiro também está registrado no *Dicionário da Terra e da Gente do Brasil* (SOUZA, (1939) marcado como brasileirismo com a definição: “[...] é também o nome que, em alguns Estados, se dá aos atalhos, às veredas, aos caminhos estreitos, ou segundo Valdomiro Silveira, ao caminho habitual da caça”.

As acepções dicionarizadas para *carreiro* relacionam-se ao sema “caminho estreito aberto no chão devido à passagem contínua de carros, animais” e, apesar de não contemplarem expressamente o texto da pergunta em análise – “o que se abre com o facão, a foice para passar pelo mato” –, remetem a *atalho*, *caminho estreito*, fato que valida a unidade *carreiro* como denominação do referente descrito pela questão 62/QSL/ALiB “picada/atalho estreito”.

Outra unidade de pouca frequência foi *estrada*, documentada em Minas Gerais e no Rio de Janeiro. Em Silva (1813), esse item léxico é definido como “caminho público, largo, oposto a azinhaga, atalho, vereda, carreira” enquanto Aulete (2014), no verbete original, define essa unidade léxica como “caminho público, mais ou menos largo, que conduz de uma povoação a outra, de qualquer lugar a outro, e que pode ser transitado por homens, veículos e animais [...]” e, por extensão de sentido, no verbete atualizado fornece a seguinte definição: “qualquer tipo de via que serve para o trânsito de pessoas, animais, veículos; VIA: *esta picada é a melhor estrada para atravessar o morro*”. Houaiss (2001), por seu turno, traz a acepção “[...] via mais larga que um caminho, que atravessa certa extensão territorial, ligando dois ou mais pontos, e através da qual as pessoas, animais e/ou veículos transitam”.

O *Dicionário da Terra e da Gente do Brasil* (SOUZA, 1939), também registra *estrada* com a definição “além do seu significado usual no linguajar dos dois povos que falavam o português, o vocábulo *estrada* tem, na Amazônia, uma significação peculiar. Ali, ao que se chama *estrada* “não é outra coisa mais do que um pique”, isto é, um

caminho mais estreito ainda do que uma vereda [...]. A abertura de uma estrada é feita pelo mateiro, acompanhado do toqueiro”.

Considerando as acepções de Aulete (2014) e de Houaiss (2001), nota-se que o item lexical *estrada* não contempla diretamente o tipo de caminho descrito na questão 062 (“picada/atalho estreito”) que remete a um local, a um trajeto estreito, próprio para animais e pessoas transitarem, mas apresenta o traço semântico “lugar, via larga por onde as pessoas, animais e carros podem passar”, o que justifica o uso desse item como resposta para a pergunta em exame.

Do mesmo modo, a unidade lexical *passagem*, embora com baixa frequência, foi apurada nas três regiões investigadas. Silva (1813) traz a seguinte definição para *passagem*: “o ato de passar embarcado, ou por terra, a outro lugar. Dar *passagem pelas suas terras*, i. é. passo, faculdade de passar. Impedir a passagem; tomá-la, i.e., o passo ou lugar por onde se passa”. Em Houaiss (2001) esta unidade léxica está definida como “s.f. lugar por onde se passa; passadouro <*a rua antiga transformou-se numa p. de pedestres*>”, enquanto Aulete (2014) a define como “Ação ou efeito de passar [...]. Lugar por onde se chega a outro; PASSADIÇO”. Observa-se que nos dicionários *passagem* está relacionada ao ato ou local por onde se passa, do mesmo modo que os itens *caminho* e *estrada*. Possivelmente os informantes indicaram essa resposta pela associação de sentido com “local, via, caminho por onde se passa”.

Soma-se, a essas unidades de baixa frequência, o item léxico *atalho* que em Silva (1813) está definido como “f.m. caminho diverso da estrada real, que conduz ao mesmo sitio, mas he mais curto”. Nesse sentido, Houaiss (2001) traz “S.m. Caminho secundário, derivado de um principal, pelo qual se encurtam distâncias/e ou se chega mais rapidamente ao lugar de destino; corte, vereda”. E no verbete original de Aulete (2014) encontra-se a definição “caminho, vereda ou carreiro, fora da estrada ou rua comum, pelo qual se encurta a distância entre dois lugares” e, por extensão, no verbete atualizado o lexicógrafo registra: “Fig. Método alternativo pelo qual se busca atingir certo objetivo em menos tempo ou com menos esforço”. É possível que os informantes associaram *atalho* ao sema “local, rota alternativa para passagem” e, de forma indireta, relacionaram o item *atalho* ao texto da pergunta 62/QSL/ALiB “atalho estreito”.

Foi apurado ainda, com quatro registros apenas no Estado de Minas Gerais, as formas lexicais *clarão/clareira*. Em Silva (1813) há o registro de *claro*, na acepção de “lugar limpo de árvores, onde não há tropa”. Houaiss (2001) classifica-o de brasileirismo com remissiva à *clareira*, unidade definida como “espaço, em bosque, mata ou floresta, onde as árvores rareiam ou faltam por completo; clarão, claro, limpo. Local de vegetação rasteira ou onde se derrubam as árvores em meio à mata”. Já Aulete (2014), no verbete atualizado classifica *clarão* como brasileirismo, definindo-o como “Espaço livre, descoberto em floresta ou bosque; CLAREIRA”. O lexicógrafo traz, para *clareira*, a acepção “espaço aberto em mato ou bosque, sem sombra e com pouca ou nenhuma vegetação; ABERTA; CLARA; CLARÃO; CLARO. Fig. Espaço vazio; LACUNA; VÃO [F.: claro+eira.]”.

A acepção apresentada pelos dicionaristas remete somente a um local, espaço aberto em meio à vegetação, à floresta, onde não há árvores nativa ou porque foram cortadas, mas não indica a função desse espaço que, no caso da pergunta 62/QSL/ALiB, remete a um local aberto nas matas pela ação humana com a finalidade de permitir passagem de um lugar ao outro.

Dentre os itens apurados, situa-se *lareira* com ocorrência única no Espírito Santo que, cujas definições identificadas nos dicionários consultados não correspondem ao descrito no texto da pergunta *picada-atalho estreito*, não sendo, portanto, considerada válida como nome do referente em análise.

Em suma, das dez unidades lexicais documentadas para o conceito “picada/atalho estreito”, foram validadas *caminho*, *trilho/trilha*, *triero*, *picada*, *carreiro*, *estrada*, *passagem* e *atalho*. A análise demonstrou o conhecimento que alguns informantes detêm com o referente que é próprio do universo rural e apontou a não familiaridade desse mesmo referente ou da forma de nomeá-lo, por parte de outros informantes, o que justificou a indicação das formas genéricas *caminho*, *estrada* e *passagem* para nomear a questão 62/QSL/ALiB. Já os itens *triero* e *carreiro* revelaram traços de conservadorismos lexicais na norma lexical mineira.

5.5 - 63/QSL/ALiB - *O caminho, no pasto, onde não cresce mais grama, de tanto o animal ou o homem passarem por ali*

5.5.1 - Abordagem quantitativa

No conjunto dos dados foram recolhidas 13 unidades lexicais para nomear “trilho”, sendo as mais produtivas: *trilho/trilha*, *caminho*, *trieiro*, *estrada*, *carreiro* e *rastro* somados aos itens menos frequentes resultou em um total de 173 registros, além de treze casos de não respostas. Dentre as unidades recolhidas, algumas evidenciaram variantes fônicas e/ou morfológicas, às quais foram agrupadas, conforme demonstra o quadro 21, a seguir:

Quadro 21: Agrupamento de unidades lexicais que nomeiam “o caminho, no pasto, onde não cresce mais grama, de tanto o animal ou o homem passarem por ali” – QSL/ALiB/63

Item lexical	Variante agrupadas
Caminho	Caminhozinho, caminho da roça
Trilho	Trilha, triozinho
Estrada	Estradinha
Rastro	Rastreado

Fonte: Elaboração da autora. Banco de dados do Projeto ALiB.

Seguindo os critérios estabelecidos para este estudo (capítulo IV), realizou-se o agrupamento nos seguintes casos: junção das formas diminutivas como *caminhozinho*, *triozinho* e *estradinha*; agrupamento de formas com flexão de gênero – *trilha*; processo de sufixação com o acréscimo de – *eadado*, em *rastro*. União de formas ao elemento base, como em *caminho da roça*. Vale registrar que os agrupamentos realizados não resultaram em alterações semânticas das unidades.

Realizados os agrupamentos, veja-se na sequência, a produtividade das unidades léxicas que foram indicadas pelos informantes para nomear o referente em questão, distribuídas segundo o valor “bruto” de ocorrência e seu respectivo índice percentual.

Tabela 13: Denominações para “o caminho, no pasto, onde não cresce mais grama, de tanto o animal ou o homem passarem por ali” (QSL/ALiB/63) na região Sudeste do Brasil – Minas Gerais

Denominação	Número de ocorrências	Porcentagens
Trilho	46	43,4%
Caminho	31	29,2%
Trieiro	7	6,6%
Estrada	6	5,7%
Carreiro	5	4,7%
Atalho	2	1,9%
Aceiro	1	0,9%
Paga	1	0,9%
Pisado	1	0,9%
Passagem	1	0,9%
NR	5	4,7%
Total	106	100,0%

Fonte: Elaborada pela autora. Banco de dados do ALiB.

Tabela 14: Denominações para “o caminho, no pasto, onde não cresce mais grama, de tanto o animal ou o homem passarem por ali” (QSL/ALiB/63) na região Sudeste do Brasil – Espírito Santo

Denominação	Número de ocorrências	Porcentagens
Trilho	7	31,8%
Caminho	7	31,8%
Estrada	4	18,2%
Manga	1	4,5%
Arrastão	1	4,5%
Atalho	1	4,5%
NR	1	4,5%
Total	22	100,0%

Fonte: Elaborada pela autora. Banco de dados do ALiB.

Tabela 15: Denominações para “o caminho, no pasto, onde não cresce mais grama, de tanto o animal ou o homem passarem por ali” (QSL/ALiB/63) na região Sudeste do Brasil – Rio de Janeiro

Denominação	Número de ocorrências	Porcentagens
Trilho	22	37,9%
Caminho	18	31,0%
Estrada	5	8,6%
Rastro	4	6,9%
Atalho	1	1,7%
Passagem	1	1,7%

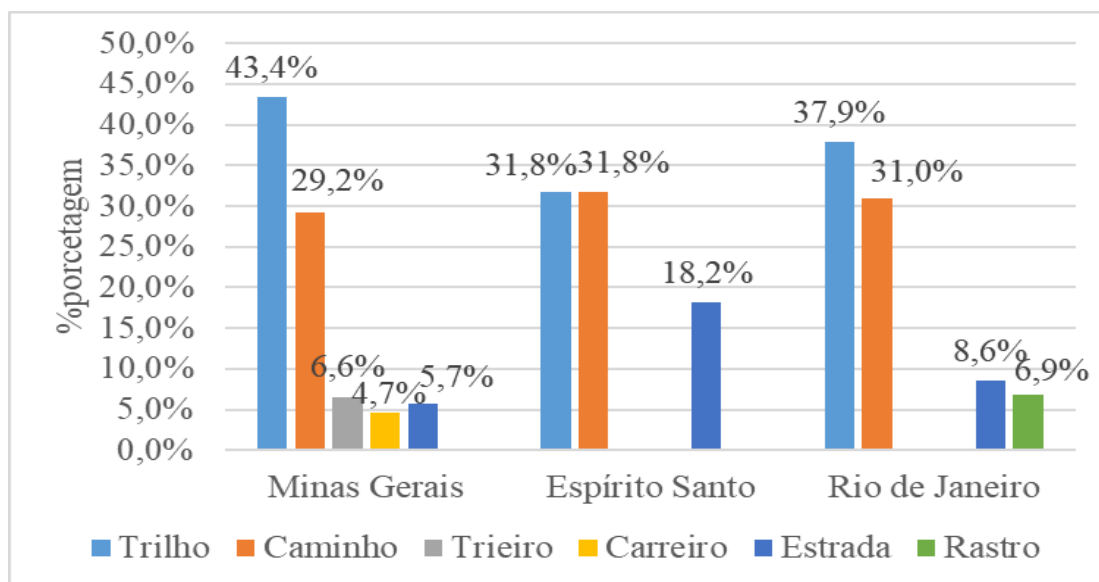
NR	7	12,1%
Total	58	100,0%

Fonte: Elaborado pela autora. Banco de dados do ALiB.

Os dados das tabelas demonstram que os itens *trilho* e *caminho* foram dominantes na fala dos mineiros, dos capixabas e dos fluminenses para nomear o referente em análise. *Estrada* foi a terceira unidade mais recorrente nas regiões investigadas. Houve também o registro de itens produtivos particulares a uma única região, como é o caso de *trieiro* e *carreiro*, com ocorrências somente nas localidades em Minas Gerais e *rastro* registrado apenas no Rio de Janeiro.

No seguimento das análises, o gráfico 13 a seguir, apresenta o índice percentual das variantes predominantes no conjunto das localidades e aquelas unidades lexicais mais recorrentes específicas de cada região. Os itens de menor registro ou de ocorrência única, mas que evidenciam pertinência com o referente ou com o conceito expresso na questão, são tratados na dimensão léxico-semântica.

Gráfico 13: Distribuição das denominações para “o caminho no pasto, onde não cresce mais grama, de tanto o animal ou o homem passarem por ali” (QSL/ALiB 63) em localidades do interior de Minas Gerais, do Espírito Santo e do Rio de Janeiro



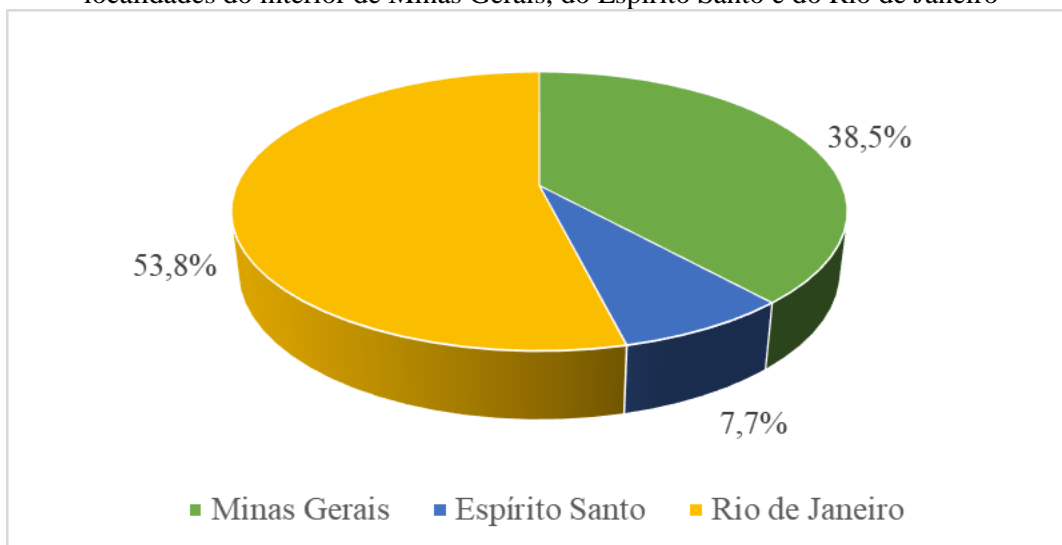
Fonte: Elaborado pela autora. Banco de dados do ALiB.

O exame dos dados informados no gráfico 9 aponta a unidade lexical *trilho* como a mais produtiva em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, enquanto o item *caminho* ocupou nessas regiões a segunda posição de ocorrência, ao contrário do Espírito Santo, onde esses

itens apresentaram o mesmo percentual de frequência. Como já pontuado, os itens lexicais *trieiro* e *carreiro* registrados em Minas Gerais alcançaram índices aproximados. *Estrada*, por seu turno, embora tenha sido registrada em todas os Estados em análise, no Espírito Santo foi a terceira unidade mais recorrente entre os capixabas. O item léxico *rastro*, documentado apenas no Rio de Janeiro, ocupou, nesse Estado, a quarta posição entre as mais frequentes.

A particularidade dos itens lexicais *trieiro*, *carreiro* e *rastro*, os dois primeiros registrados em Minas Gerais e o último item no Rio de Janeiro, demonstra a fixação dessas formas lexicais nas áreas onde foram documentadas, os dados revelam a manutenção de unidades léxicas comuns do universo rural na fala dos mineiros e fluminenses. A frequência de casos de não resposta também foi outro fator significativo para a questão em causa, como ilustrado no gráfico 14, que segue:

Gráfico 14: Índice de ocorrências de não resposta para a pergunta QSL/ALiB/63 “o caminho no pasto, onde não cresce mais grama, de tanto o animal ou o homem passarem por ali” em localidades do interior de Minas Gerais, do Espírito Santo e do Rio de Janeiro



Fonte: Elaborado pela autora. Banco de dados do ALiB.

De acordo com o gráfico, os falantes fluminenses foram os que evidenciaram maior dificuldade em nomear “trilho, caminho...” apresentando relevante percentual de casos de não respostas (53,8%). Minas Gerais registrou mediano percentual, enquanto o Espírito Santo revelou um baixo índice de ausência de respostas o que pode indicar maior conhecimento do referente em exame pelos capixabas, ao contrário dos fluminenses e mineiros que podem desconhecer ou terem esquecido o referente em pauta.

5.5.2 – Abordagem qualitativa: dimensão diatópica

As análises aqui realizadas abrangem, na perspectiva diatópica, as unidades lexicais mais produtivas documentadas como denominações para *trilho/caminho*, evidenciando a distribuição areal segundo o registro em cada estado. No final desse tópico realiza-se um cotejo com os dados coletados por Santos (2019), no Estado de São Paulo.

Quadro 22: Distribuição diatópica das unidades lexicais mais produtivas documentadas no interior do estado de Minas Gerais como denominação para “o caminho, no pasto, onde não cresce mais grama, de tanto o animal ou o homem passarem por ali” – QSL/ALiB/63

<i>Item lexical</i> <i>Localidades</i>	<i>Trilho</i>	<i>Caminho</i>	<i>Trieiro</i>	<i>Estrada</i>	<i>Carreiro</i>
Januária	•	•		•	•
Janaúba	•	•	•		
Pedra Azul		•			•
Unaí	•	•			
Montes Claros	•	•	•		
Pirapora	•	•			
Teófilo Otoni		•			•
Diamantina	•	•			
Uberlândia	•	•	•	•	
Patos de Minas	•	•			
Campina Verde	•		•	•	
Ipatinga	•				•
Passos	•	•			
Formiga	•				
Ouro Preto	•	•		•	
Viçosa	•				
Lavras	•	•			
São João Del Rei	•	•			
Muriaé	•	•			
Poços de Caldas	•	•			
Juiz de Fora	•				
Itajubá	•	•			

Fonte: Elaborado pela autora. Banco de dados do ALiB.

Quadro 23: Distribuição diatópica das unidades lexicais mais produtivas documentadas no interior do estado do Espírito Santo como denominação “o caminho, no pasto, onde não cresce mais grama, de tanto o animal ou o homem passarem por ali” – QSL/ALiB/63

<i>Item lexical</i> <i>Localidades</i>	<i>Trilho</i>	<i>Caminho</i>	<i>Estrada</i>
---	---------------	----------------	----------------

Barra de São Francisco	•	•	
São Mateus	•	•	•
Santa Teresa	•		•
Alegre	•	•	

Fonte: Elaborado pela autora. Banco de dados do ALiB.

Quadro 24: Distribuição diatópica das unidades lexicais mais produtivas documentadas no interior do estado do Rio de Janeiro como denominação para “o caminho, no pasto, onde não cresce mais grama, de tanto o animal ou o homem passarem por ali” – QSL/ALiB/63

Item lexical Localidades	Trilho	Caminho	Estrada	Rastro
Itaperuna			•	
São João da Barra	•	•	•	•
Campos dos Goytacazes	•	•		
Três Rios	•	•		
Nova Friburgo	•			
Macaé	•	•		•
Valença	•	•		
Petrópolis	•	•		
Nova Iguaçu			•	•
Niterói		•	•	•
Arraial do Cabo	•	•	•	
Barra Mansa	•	•		
Parati	•	•		

Fonte: Elaborado pela autora. Banco de dados do ALiB.

Os dados dos quadros mostram *trilho* e *caminho* como os itens lexicais de uso dominante nas localidades pesquisadas, o que os configuram como mais usuais pelos informantes mineiros, capixabas e fluminenses para nomear “o caminho, no pasto, onde não cresce mais grama, de tanto o animal ou o homem passarem por ali”.

A unidade lexical *estrada*, terceira mais produtiva no estado do Espírito Santo, foi registrada nas cidades de São Mateus e de Santa Teresa, igualmente ocupou a terceira posição de ocorrência no Rio de Janeiro sendo documentada em Itaperuna, São João da Barra, Nova Iguaçu, Niterói e Arraial do Cabo.

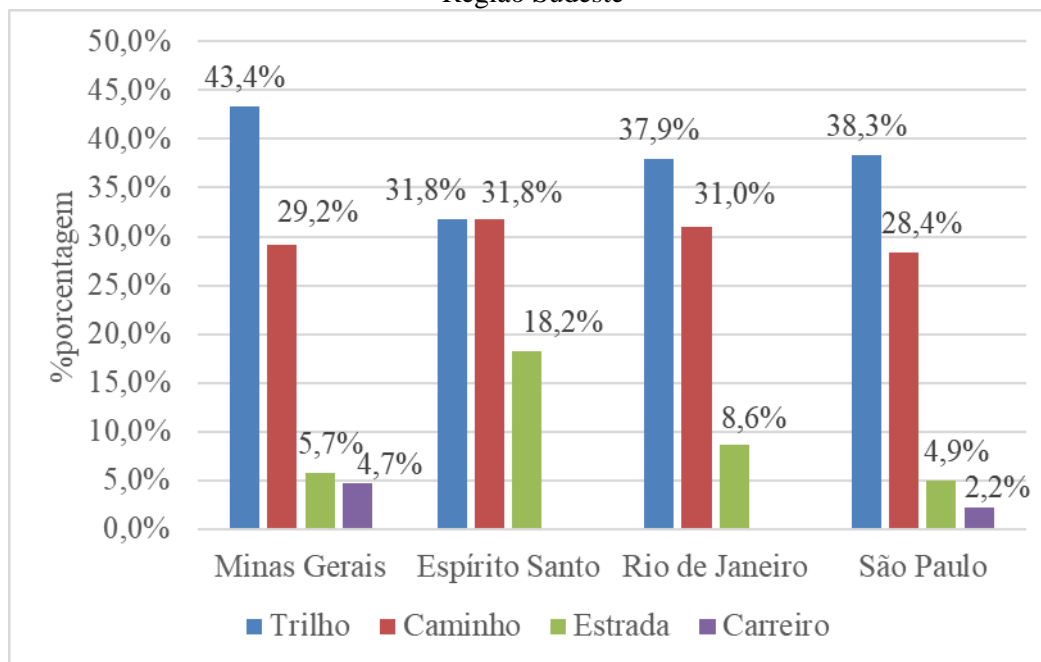
O item léxico *carreiro* registrado apenas em Minas Gerais, nas cidades de Januária (mesorregião Norte), Pedra Azul (mesorregião do Jequitinhonha), Teófilo Otoni (mesorregião do Vale do Mucurí) e em Ipatinga (mesorregião Vale do Rio Doce), áreas

geográficas limítrofes, demonstrando a manutenção desse item lexical nessas localidades. Esse item também foi contemplado pelo *Vocabulário Dialetal Baiano* produzido por Santana (2017), nas cidades de Carinhanha/BA e Vitória da Conquista/BA regiões próximas à Januária e a Pedra Azul em Minas Gerais. Do mesmo modo foi catalogado *carreiro* no Estado de São Paulo conforme o estudo de Santos (2019).

Rastro foi outro item lexical documentado nas cidades de Macaé e São João da Barra (mesorregião Norte), Nova Iguaçu e Niterói (ambas localizadas na mesorregião metropolitana do Rio de Janeiro). Esse item igualmente foi apurado no Estado da Bahia segundo a pesquisa de Santana (2017).

Os itens léxicos mais produtivos *trilho*, *caminho*, *estrada* e *carreiro*, embora com índices de ocorrências diferentes, foram documentados por Santos (2019) no Estado de São Paulo. O gráfico 15 a seguir, que demonstra a frequência e a distribuição dessas formas na Região Sudeste do Brasil.

Gráfico 15: Itens lexicais mais produtivos como resposta para a questão 63/QSL/ALiB – Região Sudeste



Fonte: Elaborado pela autora. Banco de dados do ALiB e Santos (2019).

Pelos dados do gráfico observa-se que o item lexical *trilho* é predominante entre as respostas fornecidas pelos falantes da região Sudeste, seguido de *caminho*, a segunda

unidade mais frequente, que obteve índice percentual aproximado em todos os Estados dessa região.

Já *estrada* apresentou baixa produtividade, com exceção do Estado do Espírito Santo onde teve um expressivo percentual de ocorrência. Por fim, o item léxico *carreiro*, foi indicado com pouca frequência apenas em Minas Gerais e São Paulo. Esses dados demonstram unidades genéricas como o item *caminho*, que se disseminou por toda a região Sudeste ao lado de formas lexicais mais específicas que se manteve em determinadas áreas como é o caso de *carreiro*, particular à Minas Gerais e São Paulo.

5.5.3 - Abordagem léxico-semântica

Tendo em vista que as unidades lexicais *caminho*, *trilho*, *estrada*, *atalho*, *passagem*, *trieiro* e *carreiro* foram comuns tanto para a pergunta 62/QSL/ALiB “O que é que se abre com o facão, a foice para passar por um mato fechado? ”, analisada no item anterior (5.4), quanto para a 63/QSL/ALiB, em análise, “...O caminho no pasto, onde não cresce mais grama, de tanto o animal ou o homem passarem por ali?” e que também já foram analisadas na abordagem léxico-semântica (item 5.4.3) da pergunta 62/QSL/ALiB, neste tópico, atém-se aos itens específicos da pergunta em pauta, a saber: *aceiro*, *pisado*, *rastro*, *arrastão*, *paga* e *manga*.

O item *aceiro* com ocorrência única em Minas Gerais está definido por Silva (1813) como “o terreno que se aceira em redor das matas, e bosques, para evitar a comunicação de incêndios”. O verbete atualizado de Aulete (2014) registra “terreno desbastado de vegetação, que se abre em torno ou através das matas, propriedades rurais etc. para evitar a propagação de incêndios; ATALHADA”.

No *Dicionário da Terra e da Gente do Brasil* (SOUZA, 1939) tem-se a definição: “além de empregarmos este vocábulo no sentido genuinamente português do terreno campinado ao redor da roçada que vai ser queimada, faixa de terra arroteada dentro ou em volta das herdades, para evitar a comunicação do fogo ou facilitar o trânsito de carros” (C. Figueiredo – 4ª ed.). [...] Em carta de 25 de outubro de 1920 o Dr Alcide Jubé, Professor do Liceu de Goiás, nos enviou o seguinte informe a respeito do sentido desta palavra no seu Estado: limpeza feita em volta de uma cerca de arame, medindo mais ou

menos um metro de distância para cada lado, tendo em vista protegê-la contra o fogo por ocasião das queimadas. O mesmo sentido no Estado do Rio de Janeiro”.

As definições trazidas pelos lexicógrafos para *aceiro* evidenciam o sema “limpeza, corte de vegetação de uma mata ou área” com a finalidade de evitar o alastramento de incêndios, portanto, não corresponde ao texto da questão 63/QSL/ALiB “o caminho no pasto onde não nasce mais grama” devido a passagem constante do homem ou de animais. No entanto, embora essa definição não se aplique ao referente examinado, é possível que o informante tenha indicado *aceiro* por extensão de sentido, uma vez que corresponde a um elemento ligado ao universo rural.

Documentado apenas no Rio de Janeiro com quatro ocorrências, e particular à pergunta 63/QSL/ALiB “trilho/caminho...”, a forma lexical *rastro* está definida por Silva (1813) como “f.m. o sinal, ou pista, as pisadas que deixa no caminho que levou o animal, que por lá passou, ou coisa que se arrastou por ahi. *Eufr. Por alguém no rasto do remédio, i. e. no caminho*”. Em Aulete (2014) encontra-se “o mesmo que rasto”, que o lexicógrafo define como “sinal, pista, vestígios que deixa o animal no sítio por onde passa. Var.: *rastro*. F. lat. *Rastrum*”. Já Houaiss (2001), em remissiva a *rasto*, traz “m.q. ETIM rastro, com dissimilação; [...] rastro, resquício, sinal, testemunho, trilho, vestígio”.

Este item está também registrado por Pombo (2011), no seu *Dicionário de Sinônimos da Língua Portuguesa*, na acepção de “vestígio, pegada, pisada, trilha, pista, rastilho, sinal, carreiro”. O autor registra ainda:

Rasto é o vestígio que deixa por toda a extensão do seu caminho a coisa que por ele passou, ou vai passando, principalmente de *rasto*, ou de rojo. Trilha é o rasto impresso no chão pela coisa pisada, que passa com frequência, carregando ou calcando. Pista finalmente é o rasto que deixam os animais no caminho por onde passam. Finalmente, o animal caçador segue a caça pela pista (POMBO, 2011, p. 459).

E sintetizando, o mesmo lexicógrafo esclarece:

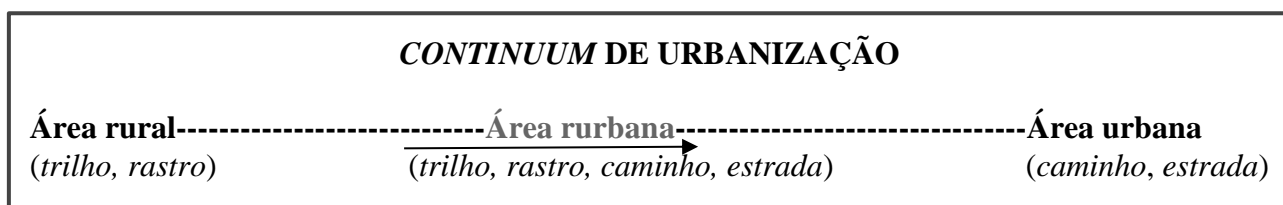
Os homens, os animais, os carros, as cavalgadas, etc., passando com frequência por um caminho, por uma estrada, *trilham* o chão, fazem o que chamamos caminho *trilhado* [...]. Finalmente, o animal caçador segue a caça pela pista, isto é, pelo *rasto*, que ela deixou na sua passagem. Todos estes vocábulos empregam-se oportunamente no sentido figurado, tendo-se atenção à significação específica de cada um deles, e à sua maior expressão, segundo o objeto do discurso (POMBO, 2011, p. 459).

Conforme as definições apresentadas para o item léxico *rastro* é possível que o informante ao indicá-lo associou ao “sinal”, “marca” deixado pelo animal no chão que, de tanto passar por ali impede o crescimento da vegetação naquele local formando um caminho.

As outras unidades léxicas de ocorrência única *paga*, *pisado*, *manga* e *arrastão* não foram validadas como designativos para “trilho/caminho...”, tendo em vista que as suas definições lexicográficas nomeiam outros elementos, não contemplando desse modo, o referente em análise. Deste modo, foram consideradas válidas para a questão 63/QSL/ALiB, oito unidades lexicais, a saber: *trilho*, *caminho*, *estrada*, *atalho*, *passagem*, *trieiro*, *carreiro* e *rastro*.

Esses dados podem ser justificados pela noção de *continuum* de urbanização, onde se verifica a disseminação de itens comuns no universo rural para áreas citadinas nas quais convivem com itens mais genéricos, fato motivado, possivelmente, pela história social das regiões examinadas. Pela figura 5, na sequência, é possível visualizar, de forma ilustrativa o *continuum* de urbanização no domínio linguístico, a partir dos dados aqui registrados:

Figura 5: *Continuum* de urbanização no domínio linguístico.



Fonte: Elaborado pela autora. Adaptado de Bortoni-Ricardo (2005).

Pela figura 5, nota-se a manutenção de formas léxicas mais específicas do meio rural em expansão para áreas citadinas onde encontra itens léxicos mais genéricos para nomear o referente em exame, dado que revela a existência de um *continuum*, demonstrando a vitalidade desses itens na fala dos mineiros, capixabas e fluminenses.

Em suma, do conjunto dos dados documentou-se 13 unidades lexicais como denominação para “trilho”, sendo que *trilho*, *caminho*, *trieiro*, *estrada*, *carreiro*, *atalho*, *passagem* e *trieiro* foram comuns também para a questão 62/QSL/ALiB. Dos itens de menor ocorrência e particular à questão 63/QSL/ALiB, a forma lexical *rastro* foi

registrada apenas no Estado do Rio de Janeiro dado que indica a presença de conservadorismo lexical nessa região.

5.6 - 65/QSL/ALiB - O passarinho bem pequeno, que bate muito rápido as asas, tem o bico comprido e fica parado no ar

Figura 6: Imagem do *Beija-flor-rubi*³⁵



Fonte: Wikiaves.

5.6.1 - Abordagem quantitativa

A figura 6 ilustra a imagem do “colibri/beija-flor”. A recolha de dados para nomear esse referente computou um total de três denominações para o pássaro: *beija-flor*, *colibri* e *beijinha*. A primeira foi dominante entre os informantes, a segunda evidenciou baixo percentual de uso e a última foi caso de ocorrência única.

A forma lexical *beijinha*, por apresentar uma variação fonética flexionada no diminutivo correspondente ao elemento base - beija foi agrupada a unidade *beija-flor*. O quantitativo de itens catalogados resultou em 157 ocorrências. Verifica-se, na sequência, a frequência dessas unidades recolhidas conforme o número absoluto e o percentual de registro em cada região pesquisada.

³⁵ Nome científico: *Heliodoxa rubicauda*. Disponível em: <https://www.wikiaves.com.br/midias.php?tm=f&t=s&s=10653>

Tabela 16: Denominações para “o passarinho bem pequeno, que bate muito rápido as asas, tem o bico comprido e fica parado no ar” (QSL/ALiB/65) na região Sudeste do Brasil – Minas Gerais

Denominação	Número de ocorrências	Porcentagens
Beija-flor/beijinha	87	97,8%
Colibri	2	2,2%
NR	-	-
Total	89	100,0%

Fonte: Elaborada pela autora. Banco de dados do ALiB.

Tabela 17: Denominações para “o passarinho bem pequeno, que bate muito rápido as asas, tem o bico comprido e fica parado no ar” (QSL/ALiB/65) na região Sudeste do Brasil – Espírito Santo

Denominação	Número de ocorrências	Porcentagens
Beija-flor	15	93,8%
Colibri	1	6,3%
NR	-	-
Total	16	100,0%

Fonte: Elaborada pela autora. Banco de dados do ALiB.

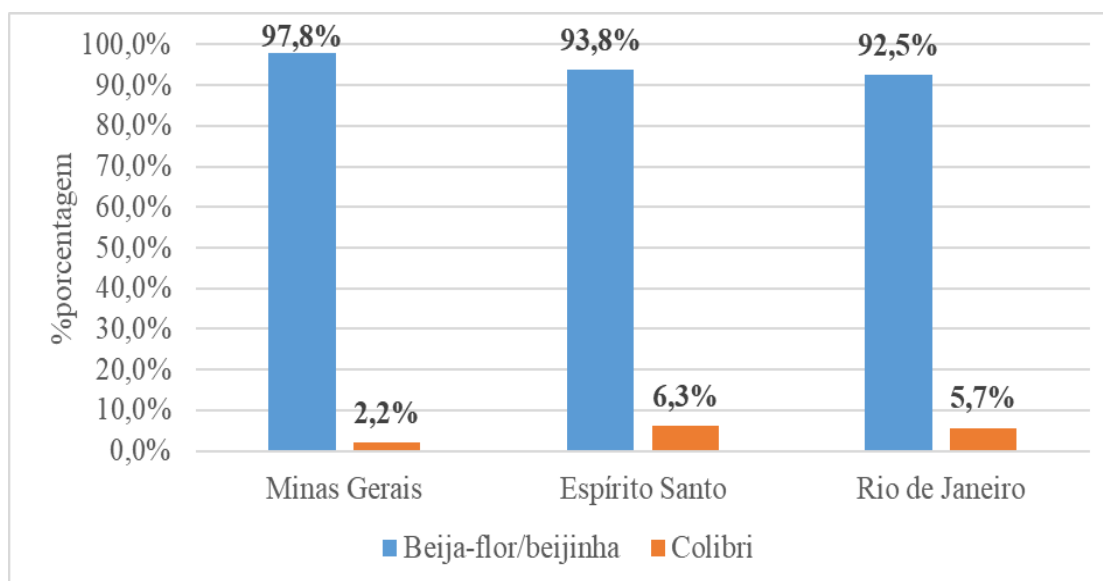
Tabela 18: Denominações para “o passarinho bem pequeno, que bate muito rápido as asas, tem o bico comprido e fica parado no ar” (QSL/ALiB/65) na região Sudeste do Brasil – Rio de Janeiro

Denominação	Número de ocorrências	Porcentagens
Beija-flor	49	92,5%
Colibri	3	5,7%
NR	1	1,9%
Total	53	100,0%

Fonte: Elaborada pela autora. Banco de dados do ALiB.

Observando-se os dados expostos, nota-se que *beija-flor* foi dominante em todas as localidades investigadas, configurando-se, pois, como a unidade genérica e predominante no vocabulário dos falantes. *Colibri* também foi uma forma documentado entre mineiros, capixabas e fluminenses, embora com baixo índice de registros. A unidade lexical *beijinha* com registro único apenas em Minas Gerais, corresponde a uma variação fonética com flexão de número, razão pela qual foi agrupada à forma *beija-flor*. Dos casos de ocorrência única, tem-se *gavião* e *bem-te-vi* apurados, respectivamente, em Minas Gerais e Rio de Janeiro. Desta forma, os itens lexicais mais produtivos foram *beija-flor* e *colibri*, como demonstra o gráfico 16.

Gráfico 16: Distribuição das denominações para “o passarinho bem pequeno, que bate muito rápido as asas, tem o bico comprido e fica parado no ar” (QSL/ALiB/65) em localidades do interior de Minas Gerais, do Espírito Santo e do Rio de Janeiro



Fonte: Elaborado pela autora. Banco de dados do ALiB.

O gráfico 16 revela que a unidade *beija-flor* em Minas Gerais foi mencionada por praticamente todos os informantes entrevistados, enquanto nos estados do Espírito Santo e do Rio de Janeiro, alçou índices aproximados de ocorrência. O predomínio dessa forma em todas as localidades e o baixo número de denominações apuradas para o pássaro em questão configura *beija-flor* como a forma padrão em uso na norma lexical das regiões estudadas.

Já o item lexical *colibri* foi documentado em todas as áreas analisadas, porém, com um baixo índice de ocorrência, o que pode indicar o desconhecimento desse item pelos falantes e justificar o uso predominante da forma *beija-flor*. Como se pode notar pelas respostas fornecidas por dois informantes da primeira e segunda faixa etária habitantes de Ipatinga/MG/139, e do informante masculino jovem de Itaperuna/RJ/193:

INQ. - Você já ouviu falar outro nome?

INF. - 2/139 – não

INQ. - Por aqui não tem outro nome?

INF. - 3/139 – não

INQ. - Não tem outro nome aqui?

INF. - 1/193 - não, só beija-flor

INQ. - cuitelinho, não?

INF. - 1/193 – (Risos) ele não tem esse nome aqui não.

Para a pergunta em exame, conforme as tabelas 16, 17 e 18, os casos de não resposta foram insignificantes, tendo ocorrido apenas um caso no Estado do Rio de Janeiro. Assim, em virtude dessa ocorrência única e da ausência de casos em Minas Gerais e Espírito Santo, não se faz necessário o uso do recurso do gráfico para representação das ocorrências, passando-se, então, para a seção seguinte, destinada ao enfoque da perspectiva areal dos dados.

5.6.2 - Abordagem qualitativa: dimensão diatópica

Nos quadros 25, 26 e 27 que seguem, apresentam-se as ocorrências das unidades *beija-flor* e *colibri* contemplando a distribuição diatópica segundo o registro dos dados de cada Estado,

Quadro 25: Distribuição diatópica das unidades lexicais mais produtivas documentadas no interior do estado de Minas Gerais como denominação para “o passarinho bem pequeno, que bate muito rápido as asas, tem o bico comprido e fica parado no ar” – QSL/ALiB/65

Item lexical Localidades	Beija-flor	Colibri
Januária	•	
Janaúba	•	
Pedra Azul	•	
Unaí	•	•
Montes Claros	•	
Pirapora	•	
Teófilo Otoni	•	
Diamantina	•	
Uberlândia	•	
Patos de Minas	•	
Campina Verde	•	
Ipatinga	•	
Passos	•	•
Formiga	•	
Ouro Preto	•	
Viçosa	•	
Lavras	•	
São João Del Rei	•	
Muriaé	•	
Poços de Caldas	•	
Juiz de Fora	•	
Itajubá	•	

Fonte: Elaborado pela autora. Banco de dados do ALiB.

Quadro 26: Distribuição diatópica das unidades lexicais mais produtivas documentadas no interior do estado do Espírito Santo como denominação para “o passarinho bem pequeno, que bate muito rápido as asas, tem o bico comprido e fica parado no ar” – QSL/ALiB/65

Item lexical Localidade	Beija-flor	Colibri
Barra de São Francisco	•	
São Mateus	•	
Santa Teresa	•	•
Alegre	•	

Fonte: Elaborado pela autora. Banco de dados do ALiB.

Quadro 27: Distribuição diatópica das unidades lexicais mais produtivas documentadas no interior do estado do Rio de Janeiro como denominação para “o passarinho bem pequeno, que bate muito rápido as asas, tem o bico comprido e fica parado no ar” – QSL/ALiB/65

Item lexical Localidades	Beija-flor	Colibri
Itaperuna	•	
São João da Barra	•	
Campos dos Goytacazes	•	
Três Rios	•	
Nova Friburgo	•	•
Macaé	•	
Valença	•	
Petrópolis	•	•
Nova Iguaçu	•	
Niterói	•	
Arraial do Cabo	•	
Barra Mansa	•	
Parati	•	

Fonte: Elaborado pela autora. Banco de dados do ALiB.

A documentação da unidade léxica *beija-flor* em todas as localidades aferidas indica que esse item, uma forma genérica, é de uso comum na fala dos mineiros, capixabas e fluminenses. Fatores como o baixo registro de variantes, indicativo de desconhecimento de outras formas para nomear o referente em exame ainda que “beija-flor” seja um pássaro bastante comum no Brasil, e o processo de urbanização nas áreas pesquisadas podem justificar a generalização da unidade *beija-flor* dado que aponta para a manutenção dessa forma na norma lexical dos grupos investigados.

Quanto à distribuição areal do item *colibri*, no Estado mineiro foi documentado respectivamente nas mesorregiões do Noroeste de Minas e no Sul e Sudoeste de Minas, áreas distantes uma da outra. E, no Espírito Santo, foi apurado na mesorregião Central Serrana. No Rio de Janeiro, os dois registros deste item concentraram-se na região Serrana deste Estado.

As duas unidades lexicais *beija-flor* e *colibri* documentadas no interior de Minas Gerais, do Espírito Santo e do Rio de Janeiro também foram catalogadas nas capitais da Região Sudeste, conforme registra Isquerdo (2016) num estudo onde investigou do ponto de vista diatópico, os nomes para “beija-flor” nas capitais do Brasil. Nesse trabalho, a análise dos dados revelou a predominância da forma *beija-flor* nas Capitais brasileiras, como observa a autora “a observação dos dados expressos no quadro evidencia a grande supremacia da unidade lexical *beija-flor*, a mais difundida pela escola e pelo folclore, nas 25 capitais brasileiras” (ISQUERDO, 2016, p. 176).

Assim como nas regiões do interior de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro onde o item *colibri* figurou como o segundo item mais recorrente, no estudo de Isquerdo, igualmente, ocupou o segundo lugar de registro “com um índice de ocorrência quase dez vezes menor do que a unidade léxica mais produtiva: *colibri* com 9% e *beija-flor* com 87,4% de registros na totalidade dos dados. *Colibri* alçou maior índice de produtividade no Sudeste (13,5%) [...]” (ISQUERDO, 2016, p. 176).

5.6.3 - Abordagem léxico-semântica

Pássaro popular e representativo da fauna brasileira, pertencente à família *Trochilidae*, o “beija-flor” segundo a Enciclopédia das Aves³⁶, tem sua maior biodiversidade no Brasil e Equador onde encontra-se cerca da metade das espécies conhecidas. Nas regiões aqui investigadas, apurou-se como denominação *beija-flor*, como a mais produtiva. Na obra de Silva (1813) esse item não está dicionarizado, no entanto, relacionado a esse pássaro o lexicógrafo traz os verbetes “chupa-mel” e “pica-flor”, o primeiro está definido como “Passarinho de cor andrina acatafolada, ou canjante, de bico muito longo, que vive do mel que chupa das flores [...]”. Noutras partes lhe chamão

³⁶ Fonte: WikiAves – Enciclopédia das aves, disponível em: <https://www.wikiaves.com.br/wiki/trochilidae>.

Picaflor”. Para o segundo, Silva (1813) apresenta “f. m. ave Brasil. Ave muito pequena de cores mui vivas, e cambiantes, que se nutre do mel das flores”.

Esses verbetes estão entre os nomes que Houaiss (2001) registra na definição da unidade lexical *beija-flor*, “ORN design. comum às aves apodiformes da fam. dos troquilídeos, encontrados nas três Américas. De asas longas, bico longo e fino e língua muito comprida, us. para retirar o néctar das flores; binga, chupa-flor, chupa-mel, colibri, cuitelinho, cuitelo, guainumbi, Guanambi, guanumbi, pica-flor [...]”. Essa diversidade de espécies está registrada também na Enciclopédia das Aves (WikiAves), onde está documentado um total de 90 nomes de subfamílias para esse pássaro.

Ao tratar dos nomes designativos do referido pássaro, Cascudo (1972), em seu *Dicionário do folclore brasileiro*³⁷, registra “no século XVI Gabriel Soares de Souza o chama Gainambi, Guinambi-arática, e que os portugueses o diziam *Pegafrol*. Gregório de Matos em fins do século XVII escrevia *picaflor* [...]”, ainda segundo Cascudo (1972), “a mais antiga citação do nome, que se popularizou, entre os muitos dados ao *Trochilidae*, está em Nuno Marques Pereira (Compêndio Narrativo do Peregrino da América, publicado em 1728)”.

As definições aqui apresentadas se coadunam com a descrição constante no texto da questão para o “beija-flor”, e confirmam a popularidade do pássaro que por extensão reflete das formas de nomeá-lo.

A segunda unidade lexical indicada pelos mineiros, capixabas e fluminenses foi *colibri*, que Aulete (2004) em seu verbete original traz “s. m. (zool.) o mesmo que *beija-flor*. F. fr. *Colibri*, e este do caribe *Kolibris*”. Houaiss (2001), por sua vez define “ORN m. q. *BEIJA-FLOR* ETIM fr. *colibri* (colibry 1640) ‘id.’, de origem obsc., f. hist.. 1843 *colibrio*. Em relação à etimologia, Nascentes (1955) registra “Do caribe *Kolibris* (Lokotsch, *Amerikanische Wörter*, 42, Pacheco e Lameira, *Gram. Port.* 179, Pidal, Larousse) ”.

Quanto aos casos de ocorrência única, a forma diminutiva *beijinha*, trata-se de uma variação fonética da forma *beija-flor* com flexão de grau. A indicação desse item pela informante de Campina Verde/MG pode estar relacionada ao traço de afetividade,

³⁷ A primeira edição desta obra data de 1954, neste trabalho utilizamos a décima edição publicada em 1972.

de delicadeza que a ave evoca. Foram apurados também os itens *gavião*, registrado em Ouro Preto/MG e *bem-te-vi* encontrado em Três Rios/RJ, refere-se a formas diferentes do referente em questão, possivelmente os informantes as indicaram por desconhecerem ou por terem esquecido o seu nome.

A predominância da unidade *beija-flor* e o seu baixo índice de não respostas no vocabulário dos mineiros, capixabas e fluminenses demonstra a presença do pássaro no cotidiano desses falantes, configurando-o como a ave representativa da cultura brasileira, sobretudo na região Sudeste, que do ponto de vista linguístico antropológico, simboliza e traduz a sabedoria do homem, a sua forma de ver o mundo e a realidade que o cerca.

O conhecimento acerca desse pássaro povoa o imaginário popular, repassado pelas gerações nas lendas, mitos e tradições. Segundo determinadas crenças o “beija-flor” remete uma carga negativa, já em outras, o pássaro está relacionado a aspectos positivos, ao poder sobrenatural e divino. Como registra Isquerdo (2016, p. 173) “na esfera dos mitos, das crenças populares os pássaros situam-se como uma categoria de animal eivada de lendas, de crenças que remetem tanto a aspectos valorativos quanto negativos do comportamento humano”.

Dentre as muitas lendas e crenças a respeito do “beija-flor”, acredita-se que a ave é mensageira de notícias, anuncia visitas “e, quando não encontra por onde sair, é briga de marido com mulher ou vice-versa” (CASCUDO, 1972, p. 153). Nota-se que o pássaro tanto pode representar boas novas quanto atrair energias negativas, causando brigas, contendas.

Segundo Banducci Júnior (2007), no Pantanal da Nhecolândia o “beija-flor” é considerado um pássaro portador de mensagens, na maioria das vezes anunciando o surgimento de algo ruim

Assim, o aparecimento de tamanduás e bugios, de corujas, socós e beija-flores, além de outros animais silvestres nos arredores das casas, é geralmente considerado prenúncio de má sorte ou um “aviso” de acontecimentos inesperados, quase sempre de caráter negativo, tais como doenças, acidentes ou mesmo a morte (BANDUCCI JÚNIOR, 2007, p. 132).

Essa simbologia em relação ao pássaro é expressa pela crença popular difundida no Pantanal, que conforme a espécie do beija-flor que se aproxima das casas,

pode evocar maus presságios ou anunciar visitas. Como relatou um pantaneiro dessa região a Banducci Júnior (2007):

...são duas qualidade de beija-flôr: uma mais piquitinha, outra mais grande. Uma mais verde-oliva, bonita, quase como ropa de quartel assim. Otra já é diferente, [pretinha, peitinho branquinho]. Às vez chega na porta da casa do senhor: nhii, nhii; rodeia né? Às vez é bom, às vez num presta. Às vez é notícia que num presta. Se for o verde-oliva, num presta (C.D. 60F). (BANDUCCI JÚNIOR, 2007, p. 134).

Já para a sabedoria indígena, o pássaro “é mensageiro do outro mundo. Acreditavam os uananas do rio Negro que o coração dos tuxauas valentes subia para Uansquem na forma de um beija-flor” (CASCUDO, 1972, p. 153). O autor registra que o Padre Fernão Cardim, em seu *Tratado da terra Gente do Brasil*, 52, 53, em 1601, dissera “nas Antilhas lhe chamam o pássaro ressuscitado, e dizem que seis meses dorme e seis meses vive... tem dois princípios de sua geração; uns se geram de ovos como outros pássaros, outros de borboletas [...]”. Nessa lenda verifica-se a dimensão mágica, divina que evidencia o poder sobrenatural que confere ao beija-flor a capacidade de ressuscitar, surgir em outros pássaros, outros seres.

Ainda em relação ao poder mágico, sobrenatural do ‘beija-flor’, registra Santos (1938) que, no México, Humboldt documentou a lenda de que Toyannqui esposa do Deus da guerra, entre mexicanos, conduzia para sua mansão, no sol, as almas dos guerreiros mortos em defesa dos deuses transformando-os em colibris. No México, o pássaro é tido como uma “espécie de fênix minúscula – símbolo da ressurreição”. Santos (1938, p. 322) também acrescenta em nota, que segundo Gonçalves Magalhães (1865), na cultura indígena brasileira também existe essa lenda, “crêem os índios que a alma dos guerreiros, separadas do corpo pela morte, vão nos corpos dos colibris habitar os campos alegre, além das montanhas azues [...]”.

É notável a diversidade de lendas e de crenças em torno do “beija-flor”. Nos mais variados povos essa ave permeia o imaginário popular. As crenças, lendas e mitos que envolvem esse pássaro, ora evocam aspectos da religiosidade, da crença no ser divino, superstições e tabus, ora simbolizam o amor, a beleza, a agilidade.

Esses elementos evidenciam a dimensão mágico-religiosa que o pássaro traduz. “Em todo o fabulário americano o beija-flor está cheio de complicações religiosas e

sobrenaturais, explicáveis pela rapidez fulgurante de vôo, o brilho espetacular das penas e sua incrível delicadeza com que visita as corolas das flores, não buscando mel, mas insetos” (CASCUDO, 1972, p. 153).

Por fim, a análise evidenciou a predominância do item léxico *beija-flor* na fala dos informantes investigados e, juntamente com *colibri* foram consideradas válidas para nomear o pássaro em estudo. A representatividade do item *beija-flor* revela a familiaridade que os falantes têm com essa ave e o conhecimento acerca das crenças e lendas em relação a esse referente. Outro pássaro popular no Brasil é o “joão-de-barro”, suas denominações são analisadas no item seguinte.

5.7 - 66/QSL/ALiB - A ave que faz a casa com terra, nos postes, nas árvores e até nos cantos da casa

Figura 7: imagem do *João-de-barro*



Fonte: Wikiaves³⁸.

5.7.1 - Abordagem quantitativa

De forma ilustrativa, a figura 7 retrata a imagem da “ave que faz a casa com terra nos postes...”. O levantamento dos dados apurou oito denominações para este referente, sendo *joão-de-barro*, *joanico-de-barro* e *Joaninha-de-barro* as mais produtivas. Além dos casos de ocorrência única *joãozim-de-barro*, *Mariazinha*, *zé-do-barro*, *joão-de-Deus* e *pedreiro da floresta*, o que resultou num total de 155 registros. No conjunto dos dados, determinadas formas apresentaram variações no nível fonético e morfológico, sendo agrupadas da seguinte forma:

³⁸ Imagem do *João-de-barro*, fonte Wikiaves, disponível em: <https://www.wikiaves.com.br/1047808>. Acesso em: 20 jan. 2020.

Quadro 28: Agrupamento de unidades lexicais que nomeiam “a ave que faz a casa com terra, nos postes, nas árvores e até nos cantos da casa” – QSL/ALiB/66

Item lexical	Variantes agrupadas
Joanico-de-barro	Joanica-de-barro
João-de-barro	Joãozim-de-barro
João-de-barro	Joaninha-de-barro

Fonte: Elaborado pela autora. Banco de dados do ALiB.

O agrupamento de *Joanica-de-barro*, *Joaninha-de-barro* e *Joãozim-de-barro* se deu pelo acréscimo dos sufixos -ica, e pela flexão de gênero -inha. Igualmente em Joãozim-de-barro, onde houve o uso da forma com flexão de grau (diminutivo) e de gênero. A produtividade desses dados está registrada na tabela 19, na sequência:

Tabela 19: Denominações para “a ave que faz a casa com terra, nos postes, nas árvores e até nos cantos da casa” (QSL/ALiB/66) em localidades da região Sudeste do Brasil – Minas Gerais

Denominação	Número de ocorrências	Porcentagens
João-de-barro	78	88,6%
Joanico-de-barro	2	2,3%
Joaninha-de-barro	3	3,4%
Mariazinha	1	1,1%
João de Deus	1	1,1%
Zé do barro	1	1,1%
Pedreiro da floresta	1	1,1%
NR	1	1,1%
Total	88	100,0%

Fonte: Elaborada pela autora. Banco de dados do ALiB.

Tabela 20: Denominações para “a ave que faz a casa com terra, nos postes, nas árvores e até nos cantos da casa” (QSL/ALiB/66) em localidades da região Sudeste do Brasil – Espírito Santo

Denominação	Número de ocorrências	Porcentagens
João-de-barro	15	100,0%
NR	-	-
Total	15	100,0%

Fonte: Elaborada pela autora. Banco de dados do ALiB.

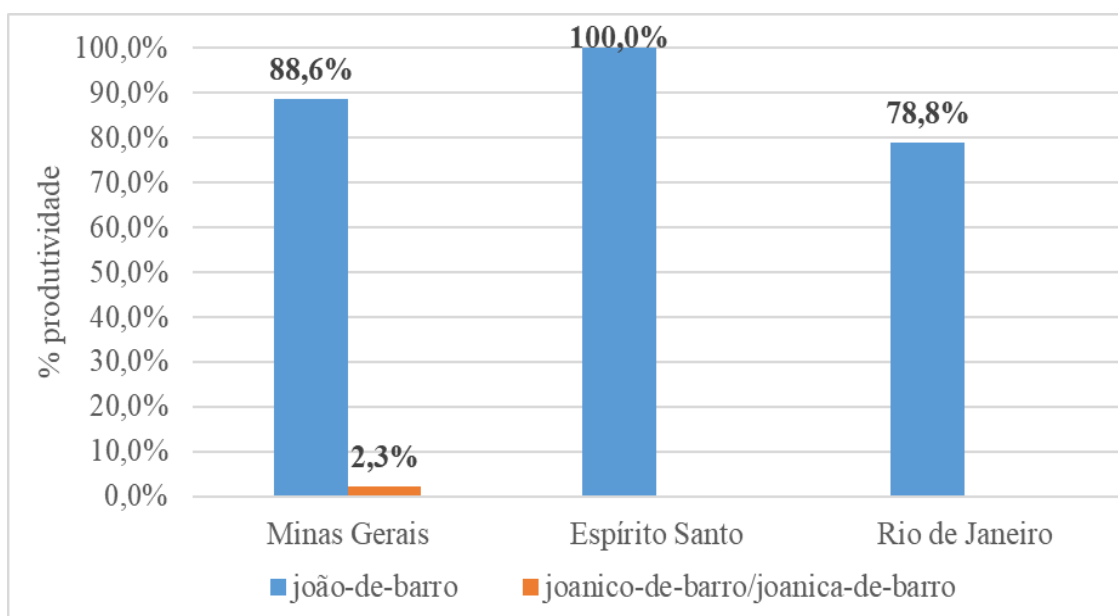
Tabela 21: Denominações para “a ave que faz a casa com terra, nos postes, nas árvores e até nos cantos da casa” (QSL/ALiB/66) em localidades da região Sudeste do Brasil – Rio de Janeiro

Denominação	Número de ocorrências	Porcentagens
João-de-barro	41	78,8%
NR	11	21,2%
Total	52	100,0%

Fonte: Elaborada pela autora. Banco de dados do ALiB.

Os dados apresentados nas tabelas apontam para a predominância do item lexical *João-de-barro*, como designativo da “ave que faz a casa com terra, nos postes...”, configurando-se como a unidade lexical padrão na fala dos mineiros, capixabas e fluminenses. Em Minas Gerais, foram registrados também *Joanico-de-barro* e *Joanica-de-barro*, embora com uma produtividade bastante reduzida, apenas duas ocorrências que podem ser visualizadas no gráfico 17, a seguir

Gráfico 17: Distribuição das denominações para “a ave que faz a casa com terra, nos postes, nas árvores e até nos cantos da casa” (QSL/ALiB/66) em localidades do interior de Minas Gerais, do Espírito Santo e do Rio de Janeiro



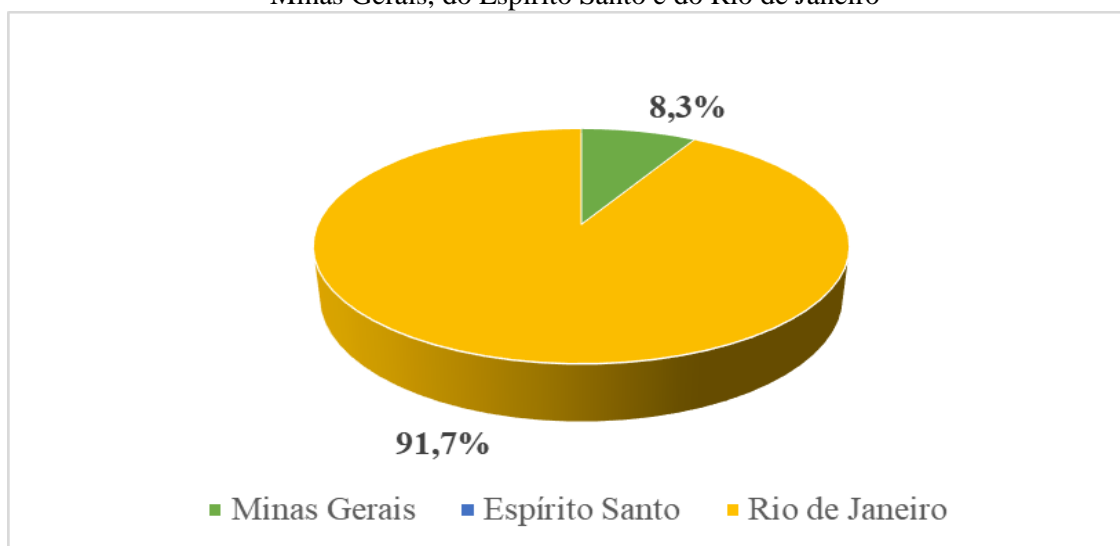
Fonte: Elaborado pela autora. Banco de dados do ALiB.

O percentual de ocorrência ilustrado no gráfico 17 ratificara a predominância do item lexical *João-de-barro* nas regiões em análises, correspondendo, portanto, à forma genérica, padrão indicada pelos falantes dessas áreas. Já a unidade *joanico-de-barro/joanica-de-barro* foi a segunda mais produtiva, embora com um índice baixo de

ocorrência (2,3%), o que pode indicar o desconhecimento dessa forma por parte dos informantes, ou ainda, a preferência pelo uso da forma padrão, mais comumente utilizada.

Os itens léxicos com registro único que tiveram correspondência com o referente em estudo, serão tratados na perspectiva diatópica e léxico-semântica. Quanto aos casos de não resposta, chama atenção o Estado do Rio de Janeiro, onde apresentou um expressivo índice, como mostra o gráfico a seguir

Gráfico 18: Índice de ocorrências de não resposta para a pergunta QSL/ALiB/66 “a ave que faz a casa com terra, nos postes, nas árvores e até nos cantos da casa” em localidades do interior de Minas Gerais, do Espírito Santo e do Rio de Janeiro



Fonte: Elaborado pela autora. Banco de dados do ALiB.

O percentual de não resposta foi inexpressivo no Estado de Minas Gerais obteve apenas (8,3%) de ocorrência, no Espírito Santo não houve registro. Já no Rio de Janeiro, foi identificado um alto índice 91,7%, demonstrando que alguns fluminenses tiveram dificuldades em nomear o pássaro *João-de-barro*, seja pelo desconhecimento do referente ou pelo esquecimento da sua denominação. Essa última hipótese é a mais provável, tendo em vista que nesse Estado foi registrado o percentual de 78,8% de ocorrências da unidade *João-de-barro*.

5.7.2 - Abordagem qualitativa: dimensão diatópica

As denominações para o pássaro “João-de-barro” podem estar associadas à sua popularidade, em particular no Brasil, onde pode ser encontrado em diversas regiões do

País. Conforme documentado pela *Enciclopédia das aves do Brasil – WikiAves*³⁹, o Estado de Minas Gerais é a região onde se obteve o segundo maior número de ocorrências da ave registradas pelos observadores e ornitólogos desta Enciclopédia, computando um total de 3.190 ocorrências, enquanto o Estado de São Paulo alcançou o maior número de registro – 5.301. No Espírito Santo houve um registro de 442 ocorrências e o Rio de Janeiro, 1.176 registros. A seguir, a figura 8 traz as regiões brasileiras onde observadores e ornitólogos registraram ocorrências do “João-de-barro”:

Figura 8: Distribuição da presença de “João-de-barro” segundo os Estados da Federação do Brasil



Fonte: Wikiaves⁴⁰

A figura 8 demonstra a grande concentração do pássaro, nas regiões Sudeste e Sul, cobrindo, assim, os Estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro, aqui investigados, o que ratifica o alto percentual de ocorrência da unidade lexical *João-de-barro*, apurada para este referente. Como se pode observar, a seguir, nos quadros 29, 30 e 31.

³⁹ Fonte: Cf. https://www.wikiaves.com.br/mapaRegistros_joao-de-barro. Nesse link é possível verificar o número de ocorrências do pássaro, observados por Ornitólogos, distribuídos pelos Estados brasileiros. Acesso em: 20 jul. 2021.

⁴⁰ Fonte: https://www.wikiaves.com.br/mapaRegistros_joao-de-barro.

Quadro 29: Distribuição diatópica das unidades lexicais mais produtivas documentadas no interior do estado de Minas Gerais como denominação para “a ave que faz a casa com terra, nos postes, nas árvores e até nos cantos da casa” – QSL/ALiB/66

Item lexical Localidades	João-de-barro	Joanico-de-barro/ Joanica-de-barro
Januária	•	•
Janaúba	•	
Pedra Azul	•	
Unaí	•	
Montes Claros	•	
Pirapora	•	
Teófilo Otoni	•	
Diamantina	•	
Uberlândia	•	
Patos de Minas	•	
Campina Verde	•	
Ipatinga	•	
Passos	•	
Formiga	•	
Ouro Preto	•	
Viçosa	•	
Lavras	•	
São João Del Rei	•	
Muriaé	•	
Poços de Caldas	•	
Juiz de Fora	•	
Itajubá	•	

Fonte: Elaborado pela autora. Banco de dados do ALiB.

Quadro 30: Distribuição diatópica das unidades lexicais mais produtivas documentadas no interior do estado de Espírito Santo como denominação para “a ave que faz a casa com terra, nos postes, nas árvores e até nos cantos da casa” – QSL/ALiB/66

Item lexical Localidades	João-de-barro	Joanico-de-barro/ Joanica-de-barro
Barra de São Francisco	•	
São Mateus	•	
Santa Teresa	•	
Alegre	•	

Fonte: Elaborado pela autora. Banco de dados do ALiB.

Quadro 31: Distribuição diatópica das unidades lexicais mais produtivas documentadas no interior do estado do Rio de Janeiro como denominação para “a ave que faz a casa com terra, nos postes, nas árvores e até nos cantos da casa” – QSL/ALiB/66

Item lexical Localidades	João-de-barro	Joanico-de-barro/ Joanica-de-barro
Itaperuna	•	
São João da Barra	•	
Campos dos Goytacazes	•	
Três Rios	•	
Nova Friburgo	•	
Macaé	•	
Valença	•	
Petrópolis	•	
Nova Iguaçu	•	
Niterói	•	
Arraial do Cabo	•	
Barra Mansa	•	
Parati	•	

Fonte: Elaborado pela autora. Banco de dados do ALiB.

Pelos dados apresentados nos quadros, nota-se que o item lexical *João-de-barro* foi mencionado em todas as regiões analisadas, assim como na questão anterior 65/QSL/ALiB que apurou as denominações para *beija-flor*, a unidade lexical em análise corresponde à forma padrão indicada pelos informantes mineiros, capixabas e fluminenses. Enquanto as unidades *Joanico-de-barro/Joanica-de-barro* foram documentadas apenas na cidade de Januária, região norte de Minas Gerais.

Cabe aqui também considerar a distribuição areal dos itens lexicais de ocorrência única – *Joazim-de-barro*, *Joaninha-de-barro*, *Mariazinha* e *pedreiro da floresta* – que do mesmo modo foram registrados somente em localidades do Estado de Minas Gerais, como demonstra o quadro 32, a seguir:

Quadro 32: Itens lexicais que nomeiam “a ave que faz a casa com terra, nos postes, nas árvores e até nos cantos da casa” (QSL/ALiB/66), com ocorrência única distribuídos segundo as localidades em que foram documentados

Estado de Minas Gerais/MG		
Itens lexicais	Localidade	Mesorregião
Joãozim-de-barro	Janaúba	Norte de Minas
Joaninha-de-barro	Januária	Norte de Minas
Mariazinha	Campina Verde	Triângulo Mineiro
pedreiro da floresta	Campina Verde	Triângulo Mineiro

Fonte: Elaborado pela autora. Banco de dados do ALiB.

Pela análise do quadro 32 nota-se que, assim como o registro das formas *Joanico-de-barro/Joanica-de-barro* que tiveram registros pontuais, *joaninha-de-barro* foi apurada somente em Januária/MG e *joãozim-de-barro* apenas em Janaúba/MG, ambas as localidades pertencentes à Mesorregião Norte de Minas. Já *Mariazinha* e *pedreiro da floresta* foram mencionadas em Campina Verde/MG, mesorregião do Triângulo Mineiro, fato que sinaliza um possível caso de conservação e fixação dessas formas léxicas nas regiões onde foram catalogadas.

Outro fator significativo refere-se às unidades *Joãozim-de-barro*, *Joaninha-de-barro* somadas a *Joanico-de-barro/Joanica-de-barro* registradas apenas na mesorregião do Norte de Minas Gerais, indica a conservação dessas unidades nas referidas áreas. Importante destacar também que essas denominações igualmente foram catalogadas no Estado da Bahia, precisamente nas localidades: Barreiras, Carinhanha e Santana, conforme documentado no *Vocabulário Dialectal Baiano*, produzido por Santana (2017) como tese de doutoramento.

Na sequência, apresenta-se no quadro 33 os itens *Joanico-de-barro*, *Joaninha-de-barro* e *Joãozim-de-barro* apurados para este trabalho no Estado de Minas Gerais e também com os registrados no Estado da Bahia, documentado por Santana (2017, p. 124). Distribuídos segundo as localidades e as respectivas mesorregiões desses Estados.

Quadro 33: Itens lexicais que nomeiam “ a ave que faz a casa com terra, nos postes, nas árvores e até nos cantos da casa” (QSL/ALiB/66) distribuídos segundo as localidades dos Estados de Minas Gerais/MG e Bahia/BA

Item lexical	Minas Gerais/MG		Bahia/BA	
	Localidade	Mesorregião	Localidade	Mesorregião
<i>Joanico-de-barro</i>	Januária	Norte de Minas	Carinhanha	Sul baiano
<i>Joaninha-de-barro</i>	Januária	Norte de Minas	Carinhanha	Sul baiano
			Santana e Barreiras	Extremo Oeste baiano
<i>Joãozim-de-barro</i>	Janaúba	Norte de Minas	Barreiras	Extremo Oeste baiano

Fonte: Elaborado pela autora. Banco de dados do ALiB e Santana (2017).

Nota-se pelo quadro 33 a abrangência de registros dessas unidades no Norte de Minas ao Sul e Extremo Oeste baiano, dado esse que confirma a posição de Zágari (2013)

que, ao classificar as regiões linguísticas de Minas Gerais, considera o falar baiano como uma área linguística característica do Norte de Minas. O dialetólogo ressalta marcas da história da formação e povoamento dessas regiões que remontam à época da colonização, quando muitos vaqueiros, tropeiros conduzindo as comitivas de gado, saíam de terras nordestinas e adentravam o sertão mineiro, com campos e pastos férteis para a criação de gado.

Assim, ao transitar de um espaço ao outro, esses elementos humanos levaram consigo o seu acervo vocabular, favorecendo a expansão lexical nessas áreas resultando em uma norma lexical característica. Em vista disso,

É preciso considerar fatores sócio históricos que podem influenciar a disseminação e a consequente fixação de itens lexicais em certas regiões, em detrimento de outras, haja vista que a presença e a manutenção de determinadas variantes lexicais em alguns espaços geográficos encontram explicação no sistema de povoamento e de colonização ali operados (ISQUERDO, 2009, p. 44).

O fator sócio-histórico pode ter sido o condicionante que motivou a manutenção das formas *Mariazinha* e *pedreiro da floresta*, ocorrências únicas registradas em Campina Verde/MG mesorregião do Triângulo Mineiro. Foi documentada no *Vocabulário Dialetal Baiano* de Santana (2017, p. 127), a unidade *maria de barro*, sendo apurada nas seguintes localidades: Jeremoabo, Alagoinhas e Euclides da Cunha, ambas localizadas na mesorregião do Nordeste baiano. O registro de *Mariazinha* em Minas Gerais e de *Maria de barro* na Bahia revela indícios da mobilidade lexical nessas regiões.

Igualmente ocorreu com o item lexical *pedreiro da floresta* que também foi documentado com ocorrência única em Campo Grande/MS, conforme se verifica em estudo realizado por Isquerdo (2009, p. 49), que analisou as denominações para “João-de-barro” nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Esses casos de ocorrência única denotam, ora a fixação, ora o transitar do acervo vocabular dos falantes, o que implica a manutenção de alguns e o dinamismo de outros itens léxicos, como pontua a autora:

[...] Nessa perspectiva, as migrações do homem se traduzem também em migrações de palavras, que ora se fixam na fala de determinados grupos sociais, ora são substituídas por outras que melhor traduzam a realidade sociocultural desses grupos (ISQUERDO, 2009, p. 43).

Pelas análises aqui empreendidas é notável a expansão geográfica que as unidades lexicais, particularmente as de ocorrência única apresentaram, evidenciando a relação com fatores sócio-históricos. Na sequência, os dados são analisados pelo enfoque léxico-semântico.

5.7.3 - Abordagem léxico-semântica

Nesta seção, os dados são discutidos na dimensão léxico-semântica, e para subsidiar essa perspectiva levou-se em conta a questão da dicionarização das unidades lexicais catalogadas, assim como literaturas referentes à Ornitologia brasileira.

O *Furnarius rufus*, ou popularmente denominado de *João-de-barro*, é um pássaro exclusivo da América do Sul e no Brasil é muito conhecido por sua carga mágico-religiosa. Sempre presente no imaginário popular da população brasileira, carrega consigo muitas lendas, histórias e mitos, ora associado ao sagrado, ora relacionado ao negativo, onde é visto como uma ave de maus presságios.

Pássaro bastante popular, que tem como característica singular a capacidade de produzir a própria moradia que corresponde ao seu ninho, construído no formato de um forno apresentando três partes: a base, construída pelo piso e suas projeções; as paredes; o teto ou abóbada e o septo, este último divide o espaço interno em dois: o vestíbulo mais estreito que funciona como um corredor de entrada e a câmara de incubação.

O material utilizado para a construção dessa moradia consiste numa mistura de fibras vegetais, capim, galhos e esterco animal. E são construídos geralmente em árvores isoladas, ou em postes de iluminação, locais altos que servem de pontos de observação e como uma forma de proteção dos predadores (FIGUEIREDO, 1995, p. 4-6). A fabricação do ninho com barro e o formato de sua construção, refletiram na motivação das diversas formas léxicas para nomear o pássaro:

Os nomes vulgares sempre se referem à relação da ave com o barro ou com o aspecto do ninho semelhante a um forno primitivo: *joão-de-barro*; *barreiro* (RS); *amassa-barro* (MT); no Ceará: *maria-de-barro*, *forneiro*, *oleiro* e *pedreiro*. Na Argentina e Uruguai: *hornero*, copiado para o inglês: “ovenbird” ou o francês: “fournier” (Buffon) ou “fournillier”. Estes últimos deram motivo ao nome do gênero *Furnarius* e da Família *Furnariidae*. [...] (FIGUEIREDO, 1995, p. 2).

A extensa área geográfica que recobre o território brasileiro e a riqueza sociocultural que abrange as regiões do país, podem explicar a diversidade de nomes utilizados para nomear o referido pássaro, assim como as demais aves da fauna brasileira. Como pontua Höfling (1987, p. 26),

Estes nomes têm seu significado próprio e refletem, a partir da observação do leigo, diversas imagens que fazem parte da cultura brasileira, mostrando muitas vezes o seu regionalismo. Tal riqueza de linguagem deve ser preservada pois representa as diferentes contribuições que a linguagem popular oferece ao vernáculo nas diferentes regiões do país.

Nesse contexto, Aulete (2014) ratifica a diversidade de formas lexicais para denominar o pássaro, o lexicógrafo classifica o verbete *João-de-barro* como um brasileirismo na acepção de “Pássaro da fam. dos furnariídeos (*Furnarius rufus*), comum em regiões campestres e áreas urbanas da América do Sul [...] constrói ninho de barro em forma de forno; BARREIRO; FORNEIRO” e, no seu verbete original traz “[...] também lhe chamam *amassa-barro, barreiro, forneiro, João-barreiro, João-de-barros, maria-de-barro, oleiro e pedreiro*”.

Em Houaiss (2001), *João-de-barro* está classificado como brasileirismo, na acepção de “comum às aves passeriformes, campestres [...], de plumagem ferrugínea; amassa-barro, maria-de-barro, pedreiro [Algumas spp. do gén constroem ninho de barro em forma de forno, o que origina vários nomes populares]”. E acerca das características e das diversas formas de nomear o pássaro, o lexicógrafo complementa “ave passeriforme (*Furnarius rufus*), [...] com cerca de 19 cm de comprimento, dorso e asas marrom-ferrugíneos, cauda ferrugínea, sobrelhas claras, lado inferior esbranquiçado e peito pardo-claro; barreiro, forneiro, João-barreiro, oleiro”.

Quanto às unidades de baixa produtividade ou de ocorrência única, vale considerá-las neste domínio das análises, uma vez que apresentaram dados relevantes indicativo de conservadorismo linguístico nas localidades em que foram documentadas e ainda “representam o retrato do conhecimento regional, por fazerem parte do que caracteriza o Estado ou do conhecimento popular, quando ultrapassam suas fronteiras e não se justificam por interferências sociais” (SÁ, 2020, p. 165).

Nesse contexto, a forma *Joanico-de-barro/Joanica-de-barro*, registrada somente em Januária/MG, não está dicionarizada nas obras consultadas para este estudo, no entanto, figura no *Vocabulário Dialectal Baiano* de Santana (2017) a unidade lexical *Janica-de-barro*, demonstrando que a área de abrangência dessa unidade se expande além do território mineiro, como já abordado no tópico da análise diatópica.

Quanto à unidade *Joaninha-de-barro*, a definição constante em Aulete (2014) não contempla o referente expresso pela questão em análise. Mas foi encontrada no léxico baiano no trabalho de Santana (2017, p. 123). Em Nascentes (1955), encontra-se a forma *Joaninha* definida como “Dim. de Joana”.

Embora não dicionarizada, segundo o estudo de Sá (2020, p. 160), foi documentada a forma *Joana-de-barro* como denominação para “João-de-barro” no Atlas de Pernambuco – ALiPE (SÁ, 2013); no Atlas Linguístico da Pedra – ALIPED (SILVA, 2018) e no Atlas Linguístico Quilombola do Moxotó e Ipanema Pernambucano – ALQUIMPE (SÁ, 2018). Igualmente foi registrada com ocorrência única em Coxim, no Estado de Mato Grosso do Sul, de acordo com o estudo de Isquierdo (2009, p. 49).

A forma lexical *mariazinha* também foi documentada no *Vocabulário Dialectal Baiano* (SANTANA, 2017), como já discutido no tópico relacionado à dimensão diatópica. Do mesmo modo foi apurada a unidade *Maria-de-barro* nos Atlas de Pernambuco - ALiPE segundo o estudo de Sá (2020, p. 160). O item *Mariazinha* não está dicionarizado, no entanto, em Aulete (2014) encontra-se o verbete “Maria-de-barro” com a definição “Bras., Ceará, nome dado ao João-de-barro (ave)”.

Na Ornitologia brasileira também está registrado o uso dessas unidades flexionadas no gênero feminino e no diminutivo “a fêmea é conhecida como joaninha-de-barro, maria-de-barro ou sabiazinho em certas regiões”⁴¹. O registro dessas formas nos trabalhos geolinguísticos, em Aulete (2014) e na Ornitologia ratifica e valida o uso dessas denominações para nomear o pássaro “João-de-barro”.

O item *pedreiro*, por sua vez, das obras lexicográficas consultadas consta apenas em Aulete (2014), sendo classificado como um brasileirismo: “o mesmo que João-de-

⁴¹ Sobre o pássaro “João-de-barro” e demais aves encontradas na fauna brasileira consultar a Enciclopédia das Aves do Brasil: <https://www.wikiaves.com.br/wiki/joao-de-barro>.

barro”. Importa reiterar que este item também foi documentado em Campo Grande/MS, como registra Isquierdo (2009; 2016). Possivelmente o informante associou o nome do pássaro ao sema “construtor”, considerando o fato de ser o próprio pássaro quem constrói o seu ninho.

Em caráter de síntese, reitera-se que as denominações do pássaro “joão-de-barro” examinadas anteriormente apontam indícios de um vocabulário ainda conservador, que se mantém por força das crenças e da tradição popular, particularmente nas localidades de Minas Gerais, fato que referenda a interface entre o léxico e fatores de natureza sociocultural que refletem a visão linguístico-antropológica dos informantes oriunda do conhecimento popular, das tradições e das crenças em relação ao pássaro “joão-de-barro” que se expressa nas formas de nomeá-lo.

As unidades lexicais *Joanica-de-barro/Joanico-de-barro*, *Joãozim-de-barro*, *Mariazinha* e *Joaninha*, flexionadas no diminutivo, denotam o caráter afetivo em relação ao pássaro “joão-de-barro”, aspecto visível também nas formas *Joanica-de-barro*, *Joaninha-de-barro* e *Mariazinha*, flexionadas no gênero feminino, que apontam para o instinto maternal que a ave evoca e, por sua vez, se estende às suas denominações. Esses dados deixam transparecer traços culturais revelados pelo cuidado, a afetividade e o respeito à figura materna que a ave revela.

Outro indício que demonstra o caráter cultural expresso nas formas lexicais em análises é a presença de casos de antropomorfismo, manifestado pela junção de nomes próprios ao elemento base “barro”, como se verifica com os antropônimos *João*, sua forma no diminutivo *Joãozim* e *Zé*, hipocorístico *de José*; e *Joana*, acrescida dos sufixos “ico/ica” e “inha” e *Mariazinha*.

Essas formas atestam, além da presença de antropomorfismo, a dimensão religiosa externada pelo uso de figuras bíblicas como “João”, “Maria”, “Joana” e, ainda, o item *João-de-Deus* indicado pelos falantes para nomear o “João-de-barro” que pode ser classificado como caso de antropomorfismo cristão, à medida que revelam caráter de religiosidade e valores como o respeito em relação ao pássaro associado à figura do sagrado que se reflete no modo de nomeá-lo.

Existem muitas lendas e crenças relacionadas ao “João-de-barro” que retratam o valor mágico religioso que esse animal simboliza – umas enaltecem o pássaro devido a sua habilidade de construir o próprio ninho o que remete à característica de uma ave trabalhadora, esforçada. Enquanto outras, ressaltam o aspecto da religiosidade, do sagrado, associado ao caráter bondoso que o aproxima da figura divina. Segundo a *Enciclopédia das aves do Brasil* (WikiAves), os habitantes da região Sul do Brasil acreditam que quando o “João-de-barro” canta é sinal de bom tempo. Nesta crença, o falante vê a ave com poder sobrenatural capaz de interferir na meteorologia e melhorar o tempo.

Ainda de acordo com esta Enciclopédia, conta-se que havia um homem chamado João, muito bondoso que fazia casas com barro e capim, procurando construí-las em posição voltadas para o nascer do sol, não cobrava nada pela construção das casas, depois de tanto trabalhar, Deus o levou para descansar ao seu lado, os moradores ficaram chorosos pela morte de João, e para consolá-los, Deus criou o “João-de-barro”. Associada à dimensão religiosa, ao sagrado, essa lenda pode ter motivado a ocorrência da unidade lexical *João de Deus*, documentada no município de Formiga/MG.

No Pantanal, o “João-de-barro” é tido pelo imaginário popular como uma ave abençoada. O relato de um peão documentado por Banducci Júnior (2007, p. 126) conta-se que:

Quando Cristo foi perseguido pelos romanos, ele chamou o amassa-barro para fazer uma casa em que pudesse se esconder. “A casa do ‘amassa-barro’”, diz um informante, “é ‘vorteada’ assim, por dentro, ninguém sabe o que tem lá dentro”. Protegido, Cristo foi no entanto denunciado aos romanos pelo bem-te-vi que, à passagem dos soldados diante da casa, dizia: bem-te-vi, bem-te-vi. “Daí”, continua o peão, “os romanos perceberam que ele tava lá dentro e pegaram ele prá judiá. Até hoje o bem-te-vi, quando caga, solta a erva de passarinho nas plantas que acaba matando elas” (C.B.55M).

Os conteúdos dessas lendas centram-se no aspecto da religiosidade, do sagrado que envolve a figura do “João-de-barro” e o coloca na categoria de animais abençoados, enquanto o bem-te-vi é tido como um pássaro de mau agouro, como esclarece Banducci Júnior (2007, p. 125):

Trata-se de categorias com conotações marcadamente religiosas, por meios das quais, com base em histórias difundidas pelo catolicismo

rural, separam-se os animais em “sagrados” e “profanos”, conforme a relação que estabelecem com o domínio do divino e o seu papel no mundo dos homens.

Além dessas lendas, que enaltecem o caráter religioso e sagrado do “João-de-barro”, outras enfocam a relação do pássaro com valores como a fidelidade, o respeito e também com o ciúme. Como é possível verificar no *Dicionário do Brasil Central: subsídios à Filologia*, de Bariani Ortêncio (1983) que registra muitas histórias acerca dessa ave. O autor conta em uma delas, que o “João-de-barro”, por ser muito ciumento, quando desconfia que sua companheira não está lhe sendo fiel, tranca-a no quarto de sua casinha, tapando a abertura com barro. Presa, a “Joana” morre de fome, emparedada viva que foi. Muita gente conta ter visto ossinhos da fêmea dentro de casa abandonada de “João-de-barro” (BARIANI ORTÊNCIO, 1983, p. 236). Essa lenda é bastante difundida pela sabedoria popular, como atesta o excerto a seguir, do informante masculino jovem de Unai/MG/130:

INQ. – e aquele outro passarinho

INF. - 1/130 – esse aqui é o João-de-barro

INQ. – isso

INF. - 1/130 – esse bichim aqui é engraçado, esses bichim quando é, es toma, ês costuma toma a casa du oto, né?

INQ. – uhum

INF. - 1/130 – ah não, é que eu ia conta pra senhora professora

INQ. – uhum

INF. - 1/130 – o macho quando, quando ele sente ciúme da fêmea, que ele sente que a fêmea ta traino ele, ele coloca ela dentro da casinha, tampa a portinha deixa ela morre, sabia?

INQ. – ah, não

INF. - 1/130 – eu já achei muitas veis, nós saía pa pega casinha, sabe? Pa pinta, pá coloca dentro de istante, aí nós achava a feminha lá dentro morta

INQ. – uhum

INF. 1/130 – ele mata, tipo assim, se a feminha traiu o marido, o marido vai e fecha, e tampa as portinha e deixa ela morre dentro da casinha

INQ. – vixi, tá louco hein? (Risos)

INF. 1/130 – (risos) é, eles são

INQ. – não brincam não (risos)

INF. 1/130 – (risos) eles não respeita, não perdoa não.

Nota-se, pois, a partir da fala do informante, o aspecto linguístico-antropológico impresso no nome do pássaro que, por conseguinte, se estende às suas denominações. As lendas e as crenças relacionadas ao “João-de-barro”, em grande parte delas, enaltecem a sua habilidade de construir o próprio ninho, o que remete à característica de um pássaro

trabalhador, esforçado, outras vezes, todavia, ressaltam o aspecto da religiosidade, do divino, associado ao seu caráter bondoso que o aproxima do ser sagrado, enquanto outras enfocam a relação da ave com fenômenos naturais, aspectos do tempo, das chuvas, como se pode observar, no trecho da entrevista com o informante mineiro, idoso de Patos de Minas/136:

- INQ. – E essa ave bonita aqui, esse passarinho bonitinho que faz a casa com terra?
INF. 3/136 – é o cumpadi João-de-barro
INQ. – unhum
INF. 3/136 – cumpadi João-de-barro
INQ. – unhum, isso, já ouviu
INF. 3/136 – esse, esse é o pedreiro inteligente né?
INQ. – é (risos)
INF. 3/136 – constrói sua casa, e não tem nenhuma despesa por nada né?
INQ. – é (risos)
INF. 3/136 – e cê sabia que o João-de-barro não faz a...a casa dele po lado da chuva?
INQ. – não
INF. 3/136 – a porta?
INQ. – não
INF. 3/136 – cê pode observa, quando o João-de-barro vai construir sua casinha, ele sempre faiz pelas costa, se a chuva vim pra cá, as costa da casinha pra cá, é a única casa que não tem goteira nem teia
INQ. – ah
INF. 3/136 – é a casa do João-de-barro, né?
INQ. – nossa, e é verdade que ele separa os cômodos?
INF. 3/136 – separa, e... tem mais uma também, não sei se podi fala essa história pro cê
INQ. – pode sim, pode falar
INF. 3/136 – o João-de-barro se ela trai
INQ. – anh
INF. 3/136 – se ela trai, ela é punida... a fêmea, ele fecha ela dentro, e constrói a portinha e tapa
INQ. – ele mata ela?
INF. 3/136 – ela não pode ser traída pelo macho
INQ. – humm
INF. 3/136 – eis usava muito, que a...a... ela protegeu né, o diabo por nossa senhora né? Quando é, quando é... Maria tava grávida né? Então, aí eis falava né? Ouvia muito a história do bem-te-vi com o João-de-barro né? Ele fazia bem-te-vi né? e o João-de-barro, João-de-barro: mentira, mentira, mentira (risos)
INQ. – (risos) ah essa eu não tinha ouvido falar
INF. 3/136 – (risos) ah, duas (ininteligível) que eu não gosto na terra, vou ti fala, mesmo que eu não posso fala aí, mais vô fala
INQ. – pode sim

INF. 3/136 – duas coisas que eu não possuiria, e nem pissói
 INQ. – hum
 INF. 3/136 – é o cabrito
 INQ. – uhum
 INF. 3/136 – e o bem-te-vi, eu não gosto desses dois bicho
 INQ. – hum, porquê?
 INF. 3/136 – que o cabrito tem forma do diabo, né?
 INQ. – ahmm
 INF. 3/136 – né? apesar que eu fui criado com o leite da cabra né? Que é a mulher do cabrito, né?
 INQ. – ahm
 INF. 3/136 – ela que me sustentou, único leite que me deu sustento na vida foi a cabra, mas o cabrito macho, esse bicho eu não gosto dele
 INQ. – uhum
 INF. 3/136 – é o cabrito e o bem-te-vi por ter traído nossa senhora, né? Sempre eu... isso é coisas antiga né? Tradição dos antigo, né?

Essas lendas e crenças demonstram a cultura e o conhecimento popular que muitas vezes explicam e ratificam a maneira de nomear seres, objetos e coisas mais frequentemente encontrados no meio rural e difundidos pela sabedoria popular, o que contribui para enriquecer e preservar a cultura, incluindo o acervo vocabular dos falantes.

Diante do exposto foi possível identificar traços de conservadorismos lexicais no vocabulário dos falantes investigados, em particular no Estado de Minas Gerais, haja vista a diversidade de itens lexicais de ocorrência única registrado nesse Estado, sendo *Joãzim-de-barro*, *Mariazinha*, *João-de-Deus*, *Zé-do-barro* e *pedreiro da floresta*. No entanto, ao par da manutenção, verificou-se a presença dessas formas em outras regiões brasileiras, como *Joazim-de-barro*, na Bahia (SANTANA, 2017), *Mariazinha* e *pedreiro da floresta* em Campo Grande/MS (ISQUERDO, 2009). Os dados revelaram a vitalidade desses itens e a presença de possíveis áreas linguísticas.

Enfim, pela análise dos dados pode-se verificar a influência que fatores espaciais, históricos e socioculturais exercem sobre o léxico de uma comunidade linguística. Esses fatores contribuíram para a formação de grupos sociais diversificados, que, por conseguinte resultou em um falar característico, ora tradicional, próprio do meio rural e ao mesmo tempo inovador, devido ao contato com o ambiente urbano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa que resultou neste trabalho foi fundamentada em pressupostos teórico-metodológicos da Lexicologia, da Dialectologia, da Sociolinguística e da Etnolinguística. Fundamentos da Antropologia Linguística e da Sociologia Rural também forneceram parâmetros teóricas para o estudo realizado, tendo em vista que a pesquisa contemplou a questão da relação de rural e de urbano no nível lexical, com ênfase no aspecto do conservadorismo linguístico, o que justifica a perspectiva interdisciplinar aqui adotada.

A análise dos dados ratificou que o estudo do léxico está diretamente relacionado a questões de natureza social, histórica, geográfica, sociológica e cultural, uma vez que a língua é concebida como um fator social e, conseqüentemente, está associada à cultura. Desta forma, informações referentes à história, ao processo de formação e povoamento e à cultura das localidades da rede de pontos do Projeto ALiB dos três estados tomados como amostra para esta pesquisa – Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro – forneceram pistas para a análise do *corpus*.

Nesse sentido, à luz da história social das localidades pesquisadas, a análise das unidades lexicais fornecidas pelos informantes como resposta para as questões 44; 54; 61; 62; 63; 65 e 66 do QSL/ALiB, relacionadas às áreas semânticas *atividades agropastoris e fauna* (COMITÊ NACIONAL, 2001) apontou para a presença de aspectos de ruralidade na seleção lexical dos informantes inquiridos, como demonstra, por exemplo, a produtividade significativa de unidades léxicas como *canga* e *trilho*, que remetem ao universo rural. A análise demonstrou também aspectos de urbanização observados, por exemplo, no uso de denominações genéricas como *diarista*, *caminho* e *beija-flor*. Esses dados corroboram a existência de um *continuum de urbanização* o que foi sinalizado em alguns pontos da análise que demonstraram a presença de denominações tipicamente rurais a par de outras de uso mais comuns no meio urbano.

No conjunto dos dados analisados, observou-se, ainda, traços de conservadorismo linguístico no vocabulário dos habitantes das áreas investigadas. É o caso das unidades lexicais como *carreiro* com ocorrência apenas em Minas Gerais; *rastro* documentado somente no Rio de Janeiro; *forquilha*, unidade registrada apenas em Minas Gerais e no Rio de Janeiro; *trabalha jornal*, unidade léxica de ocorrência única registrada tão somente

na cidade de São Mateus, uma das cidades mais antigas do Estado do Espírito Santo, mencionada pela informante idosa como resposta para a pergunta 61 (“diarista”) – o relato da informante atesta o caráter conservador dessa forma lexical: Inf. 4 (ponto 189): “*trabalha jornal*, antigamente era assim”. Unidades lexicais dessa natureza reforçam traços do caráter conservador do vocabulário veiculado pelos habitantes das localidades em exame.

O registro de unidades lexicais dessa natureza forneceu indícios de um acervo vocabular ainda conservador, à medida que formas lexicais empregadas em tempos pretéritos ainda se mantêm, mesmo que com menor grau de frequência, denotando a familiaridade que alguns falantes demonstram com referentes mais comuns em épocas pretéritas, quando o homem vivia em áreas rurais e campesinas e exercia atividades agropastoris como uma economia de subsistência, práticas que se refletiram no léxico da população. Dado que sinaliza a natureza conservadora do léxico e deixam transparecer marcas da cultura e da história dos grupos investigados.

Nesse sentido, é preciso considerar que o caráter conservador observado no vocabulário dos falantes entrevistados pelos pesquisadores do Projeto ALiB relaciona-se diretamente ao processo de formação das regiões de origem desses indivíduos, ou seja, áreas que à época de sua formação e desenvolvimento foram de base essencialmente rurais, o que, por extensão, se manifesta no acervo vocabular dos grupos sociais ainda fixados nesse espaço, resultando num vocabulário que reflete referentes e práticas próprias do universo rural, como por exemplo, denominações que remetem ao trabalho com o gado, o cavalo, ou seja, a lida e criação desses animais que ainda se mantêm.

Nota-se, pois, que fatores históricos como o processo de formação e ocupação, os fluxos migratórios/imigratórios que se irradiaram pelas regiões investigadas em decorrência, por exemplo, do bandeirantismo, movimento que levou, em particular às localidades de Minas Gerais, grandes ondas de brasileiros que desbravaram essas terras em busca de ouro e pedras preciosas e que, após a decadência do ouro, dedicaram-se à alta produtividade cafeeira, são alguns dos fatores que muito contribuíram para a configuração da norma lexical, ao mesmo tempo conservadora e dinâmica, dos mineiros, capixabas e fluminenses. Como destaca Romano (2021, p. 98),

Vale destacar a importância em explorar a sócio história das localidades, pois alguns fenômenos linguísticos sofrem influências externas, podendo encontrar explicação nos percursos feitos pelos homens, a partir dos ciclos econômicos, por exemplo [...].

Nesse contexto, é notável que o estudo de dados lexicais de cunho dialetológico requer a consideração de questões sociais, históricas e culturais relacionadas ao grupo envolvido, fato que corresponde a um dos objetivos propostos para esta pesquisa e que atende ao proposto por Brandão (1991, 25), que vale aqui reiterar:

Para que se chegue a uma descrição fidedigna da realidade linguística de um país, região ou localidade [...], é fundamental não só que se recolham e analisem os dados segundo rigorosa metodologia específica, mas também que se proceda a um estudo preliminar que possibilite conhecer as especificidades da região em que se desenvolverá a pesquisa e dos segmentos sociais que a constituem.

Ainda pela abordagem diatópica, a análise do *corpus*, por meio da comparabilidade dos dados entre as localidades pertencentes aos Estados aqui examinados evidenciou a manutenção de itens lexicais como *rastro*, registrado somente no Estado do Rio de Janeiro como resposta para a questão 63/QSL/ALiB “o caminho, no pasto, onde não cresce mais grama, de tanto o animal ou o homem passarem por ali?” e *pedreiro da floresta*, item documentado em Minas Gerais indicado para nomear o pássaro “João-de-barro”, questão 66/QSL/ALiB.

No âmbito da diatopia buscando identificar a distribuição areal dos itens léxicos analisados, realizou-se também um cotejo das formas lexicais examinadas neste trabalho com os catalogados no Estado de São Paulo estudados por Santos (2019). Os dados demonstraram a fixação de unidades léxicas como *trieiro*, documentada para a questão 63/QSL/ALiB, no Estado de Minas Gerais, e *atalho*, também indicada para a questão 63/QSL/ALiB, catalogada em Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro; e os itens *birolo* e *pau-de-arara*, que foram particulares somente ao Estado de São Paulo.

Pelo cotejo, foi possível, ainda, verificar a disseminação de itens lexicais como *camarada*, registrado para a questão 61/QSL/ALiB, que, na região Sudeste, foi apurada apenas em Minas Gerais e em São Paulo. Além de *carreiro*, indicado somente por falantes mineiros e paulistas para as questões 62/QSL/ALiB e 63/QSL/ALiB. Esses exemplos dão mostras da expansão e da vitalidade da norma lexical na Região Sudeste do Brasil.

Na abordagem qualitativa, pela perspectiva léxico-semântica e linguístico-antropológica a norma lexical dos mineiros, capixabas e fluminenses evidenciou a interface entre léxico, cultura e sociedade, apontando para aspectos da realidade cultural desses falantes, suas crenças, valores e tradições por meio do léxico.

Particularmente, as unidades lexicais documentadas como denominações dos pássaros “beija-flor” (65/QSL/ALiB) e (66/QSL/ALiB) “João-de-barro”, vinculadas ao campo semântico da *fauna*, refletiram notadamente a visão cultural dos falantes expressa não somente nas formas de nomear esses pássaros, atestados, por exemplo, pelos comentários tecidos e nas histórias contadas pelos informantes, que demonstram suas memórias preservadas pela tradição. É o caso das unidades lexicais indicadas para nomear o “João-de-barro” e as lendas e crenças referentes a esse pássaro que denotam a familiaridade dos falantes com o pássaro, o que se aplica igualmente às denominações apuradas para o “beija-flor”,

Outro item lexical que também aponta para elementos culturais na norma lexical das regiões em exame, em particular Minas Gerais, é *carreiro*, que foi registrado para nomear “picada” e “trilho/trilha”, relativos, respectivamente, às questões 62 e 63/QSL/ALiB. Essa unidade léxica, segundo os dicionários aqui consultados, nomeia o caminho estreito entre as plantações feito pelo homem e/ou por animais, o que remete à cultura da lavoura, especialmente do café, e à prática da agricultura de subsistência, e ainda à prática da pecuária e à estreita relação com animais campestres, como o cavalo e o boi, elementos de fundamental importância no processo de formação e desenvolvimento das áreas geográficas investigadas. Em especial o cavalo, que nas regiões estudadas, tornou-se um elemento representativo da cultura dos agentes humanos que ali fixaram morada.

Não é demais lembrar que essas atividades contribuíram para a formação de tipos humanos que caracterizam a cultura mineira, particularmente após a decadência do ouro. Roceiros, vaqueiros, sertanejos e boiadeiros foram os novos agentes que constituíram um novo cenário sociocultural em Minas Gerais. “São tipos característicos que marcam a paisagem cultural das Minas Gerais” (DIÉGUES JÚNIOR, 1960, p. 260).

Observou-se, pela análise dos dados, que as práticas e atividades econômicas desenvolvidas nas regiões aqui investigadas, bem como seus agentes sociais são fatores

que contribuíram para a formação cultural dos mineiros, capixabas e fluminenses, o que refletiu diretamente na norma lexical desses grupos sociais, revelando nuances das características e especificidades de um falar onde convivem formas ainda conservadoras com unidades léxicas mais atuais, o que pode confirmar o caráter dinâmico da língua em uso, sobretudo no nível lexical.

Em suma, no conjunto do *corpus* analisado, referente a denominações para “a inflorescência do cacho da bananeira”, “cangalha”, “diarista”, “picada”, “trilho/trilha”, “beija-flor” e “João-de-barro” verificou-se expressivo registro de unidades léxicas que remetem ao universo rural, a práticas e atividades mais comumente realizadas nesse meio e que ainda se mantêm, se preservam, particularmente no vocabulário dos mais idosos, atestando a noção de *continuum* de rural no léxico dos falantes das áreas investigadas.

Observou-se ainda, pela perspectiva linguístico-antropológica, a presença de formas lexicais que revelam o aspecto cultural, demonstrado pela dimensão mágico-religiosa da palavra já referenciado por Biderman (1998).

Face ao exposto, espera-se que esta pesquisa possa somar aos conhecimentos já produzidos na mesma área de investigação e contribuir para ampliar os estudos sobre o léxico veiculado nos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro, trabalho que se iniciou com Nascentes (1953) ao tratar do linguajar carioca, com Ribeiro et al (1977) com a elaboração do Atlas Linguístico de Minas Gerais – EALMG, e que segue com estudos (teses, dissertações, Atlas Linguísticos), concluídos e em curso como, por exemplo, o Atlas Prévio do Espírito Santo – APES, coordenado pela Profa. Catarina Vaz Rodrigues.

Acredita-se que os objetivos propostos para este estudo foram alcançados à medida que os dados revelaram um vocabulário que ainda mantém formas linguísticas conservadoras, típicas do meio rural, preservadas no ambiente citadino, atestando, dessa forma, a presença de traços de ruralidade e do urbanidae no falar dos mineiros, capixabas e fluminenses.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Fabiana da Silva Campos de. **Micro Atlas fonético do Estado do Rio de Janeiro (MicroAFERJ):** uma contribuição para o conhecimento dos falares fluminenses. 2008. 2. v. 457 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- ALMEIDA BARONAS, Joyce Elaine de. Falar rural: é possível alterar uma tradição (?). **Revista da ABRALIN**, v. 6, p. 95-110, 2007.
- ALKMIM, Tânia. Sociolinguística - parte I. In: MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Org.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006. v. 1. p. 21-47.
- AMARAL, Amadeu. **O dialeto Caipira**. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1976.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. **A rosa do povo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil, por suas drogas e minas**. Rio de Janeiro, 1837.
- ASSUMPÇÃO JR, Antônio Pio de. **Dinâmica léxica portuguesa**. Rio de Janeiro: Presença, 1986.
- AURÉLIO, Renato Pereira. **Os falares da Bahia e do Espírito Santo: implicações sob os aspectos dialetológicos**. 2012. 128 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.
- BANDUCCI JÚNIOR, Álvaro. **A natureza do pantaneiro: relações sociais e representação de mundo no “Pantanal da Nhecolândia”**. Campo Grande: Editora da UFMS, 2007.
- BARIANI ORTÊNCIO, Waldomiro. **Dicionário do Brasil Central: subsídios à Filologia**. São Paulo: Ática, 1983.
- BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário da Terra e da Gente de Minas**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1985. (Série Publicações do Arquivo Público Mineiro, n. 5).
- BERNANDES, Lysia Maria Cavalcanti; SOARES, Maria Therezinha de Segadas. **Rio de Janeiro: cidade e região**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal Cultura, 1990.
- BÍBLIA SAGRADA. Trad. João Ferreira de Almeida. 2ª ed. Santo André – SP: Geográfica, 2012.
- BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. **Teoria linguística: linguística quantitativa e computacional**. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos. Editora S.A., 1978.
- BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. A estruturação do léxico e a organização do conhecimento. **Letras de Hoje**. Porto Alegre, PUCRS, v. 22, n. 4, p. 81-96, 1987.
- BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. O léxico, testemunha de uma cultura. In: VÁZQUEZ, Ramón Lorenzo (coord.). **Actas do XIX Congresso Internacional de Linguística e Filologia Românicas**. Sessão II: Lexicologia e Metalexigrafia. Vol. 2, 1992, p. 397-405.

- BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. Dimensões da palavra. **Filologia e linguística portuguesa**. Araraquara, n. 2, p. 81-118, 1998.
- BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. Conceito lingüístico de palavra. **Palavra**. n. 1, Rio de Janeiro: Grypho, 1999, p. 81-97.
- BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. **Teoria linguística, teoria lexical e linguística computacional**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 13-41.
- BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. O Português Brasileiro e o Português Europeu: identidade e contrastes. **Revue Belge de Philologie et d'histoire, Langues et littératures modernes - Moderne taal- en letterkunde**, Tome 79, fasc. 3. p. 963-975, 2001b.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Nós chegemos na escola, e agora?** Sociolinguística & educação. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: T.A. Queiroz, Editor, Ltda, 1979.
- BRANDÃO, Sílvia Figueiredo. **A Geografia Linguística no Brasil**. São Paulo: Ática, 1991.
- BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário Portuguez & Latino**. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. (Acervos on-line). Disponível em: <https://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios>.
- CALLOU, Dinah. Quando Dialectologia e Sociolinguística se encontram. **Estudos Linguísticos e Literários**, UFBA. Vol. 41, p. 30-48, 2010.
- CALDAS, AULETE. **Dicionário Caldas Aulete**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2014. Versão online.
- CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. Tradução: Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.
- CARDOSO, Suzana Alice. A Dialetologia no Brasil: Perspectivas. **DELTA**, v. 15, n. Especial, p. 233-255, 1999.
- CARDOSO, Suzana Alice. **Geolinguística: tradição e modernidade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- CARDOSO, Suzana Alice. Dialetologia: trilhas seguidas, caminhos a perseguir. **DELTA**, v. 17, n. Especial, p. 25-44, 2001.
- CARDOSO, Suzana Alice. A Geolinguística no Terceiro Milênio: Monodimensional ou pluridimensional? **Revista do GELNE**. v. 4, n. 2, p. 1-16, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/9088/6442> . Acesso em 19 fev. 2020.
- CARDOSO, Suzana Alice Marcelino; ROLLEMBERG, Vera Lúcia. A vitalidade de sarolha nos falares baianos. **Universitas**. n. 12/13, p. 241-249, 1972.
- CARDOSO, Suzana Alice Marcelino; ROLLEMBERG, Vera Lúcia. E a (nossa) terra continua sarolha? In: RIBEIRO, Silvana Soares Costa; COSTA, Sônia Bastos Borba;

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino (Orgs.) **Dos sons às palavras:** nas trilhas da Língua Portuguesa. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 264-281. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6578/1/Dos%20sons%20as%20palavras.pdf>.

Acesso em: 27. dez. 2020.

CARDOSO, Suzana Alice; MOTA, Jacyra Andrade. Projeto Atlas Linguístico do Brasil: Antecedentes e estágio atual. **Alfa**, São Paulo, 56,3 p. 855-870, 2012.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino da Silva *et al.* **Documentos 4:** Projeto Atlas Linguístico do Brasil. Salvador: Vento Leste, 2013, p. 13-54.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino da Silva *et al.* **Atlas Linguístico do Brasil.** vol. 1. Londrina: EDUEL, 2014.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do Folclore Brasileiro.** 10ª ed. Rio de Janeiro: Ediouro Publicações S.A, 1972.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. Variação dialetal e ensino institucionalizado da língua portuguesa. In: BAGNO, Marcos (Org.). **Linguística da Norma.** 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

CASTRO, Ivo de. **Curso de História da Língua Portuguesa.** Colaboração de Rita Marquilhas, J. Léon Acosta. Universidade Aberta, Lisboa, 1991.

CARVALHO, Carlos Delgado de. **História da Cidade do Rio de Janeiro.** Secretaria Municipal de Cultura. 2ª ed. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1990.

CHAMBERS, Jack; TRUDGILL, Peter. **La dialectología.** Tradução: Carmen Morán González. Madrid: Visor libros, 1994.

CEZARIO, Maria Maura; VOTRE, Sebastião. Sociolinguística. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo. (Org.). **Manual de Linguística.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 141-155.

COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB. **Atlas Linguístico do Brasil:** Questionários 2001. Londrina: EDUEL, 2001.

COSERIU, Eugenio. **Fundamentos e tarefas da sócio e da etnolinguística.** Conferência apresentada no I Congresso Nacional de Sócio e Etnolinguística. João Pessoa, 1978a, (Cópia mimeografada).

COSERIU, Eugenio. **Teoría del lenguaje y lingüística general.** Madrid: Editorial Gredos, 1978b.

COSERIU, Eugenio. **Lições de Linguística Geral.** Tradução: Evanildo Bechara. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1980.

COSERIU, Eugenio. **O Homem e sua linguagem.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 1982.

CUNHA, Celso. Conservação e inovação no Português do Brasil. **O eixo e a Roda**, Belo Horizonte, 5, p. 199-230, 1986.

- DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **Regiões culturais do Brasil**. Rio de Janeiro: MEC. INEP. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1960.
- DUBOIS, Jean. *et. al.* **Dicionário de linguística**, 19^a ed. São Paulo: Cultrix, 1993.
- DURANTI, Alessandro. **Antropologia linguística**. Tradução espanhola: Pedro Tena, Madrid: Cambridge University Presse, 2000.
- ELIA, Silvio. **A língua portuguesa no mundo**. São Paulo: Ática, 1989.
- FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- FAUSTO, Boris. **A História do Brasil**. 12^a ed., 1^a reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- FERREIRA, Carlota.; CARDOSO, Suzana. Alice. Marcelino. **A Dialectologia no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1994.
- FIGUEIREDO, Luiz Fernando de Andrade. A reprodução do João-de-barro, *Furnarius rufus* (Gmelin, 1788): uma revisão. In: **I Boletim CEO – Centro de Estudos Ornitológicos**, São Paulo, n. 11, janeiro de 1995, p. 2-6.
- GOMES-DIAS, Denise. Humboldt é nosso pai: ensaio sobre a cultura, a linguagem e a Etnolinguística. **Macabéa - Revista Eletrônica do Netlli**, CRATO, v. 8, n. 2., p. 323-337, 2019.
- GRAZIANO DA SILVA, José. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: Hucitec, 1981.
- GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural brasileiro**. 2 ed. rev. Campinas, SP: Unicamp, 2002.
- HÖFLING, Elizabeth. Ainda sobre os nomes populares das aves brasileiras. Reedição In: **Boletim CEO - Centro de Estudos Ornitológicos**, São Paulo, n. 3, janeiro de 1987, p. 26-28.
- HOUAISS, Antônio. **O português no Brasil: pequena enciclopédia da cultura brasileira**. Rio de Janeiro: UNIBRADE, 1985.
- HOUAISS, Antônio. **Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa**, Versão 1.0. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE**. Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 maio 2021.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE**. Estatísticas. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=downloads>. Acesso em: 20 maio 2021.
- ISQUERDO, Aparecida Negri. Léxico regional: análise de algumas marcas de conservadorismo linguístico. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 25, p. 568-574, 1996.
- ISQUERDO, Aparecida Negri. “Marcas” do popular rural no nível lexical. In: AGUILERA, Vanderci de Andrade. (Org.). **A Geolinguística no Brasil: caminhos seguidos e perspectivas**. Londrina: Ed. UEL, 1998, p. 225-233.

ISQUERDO, Aparecida Negri. Léxico em tempo e espaço: a questão dos regionalismos. In: MARIN, Jérri Roberto; VASCONCELOS, Cláudio Alves de. **História, região e identidades**. Campo Grande: Editora da UFMS, 2003, p. 165-181.

ISQUERDO, Aparecida Negri. Brasileirismos, regionalismos e americanismos: desafios e implicações para a lexicografia brasileira. In: GUEDES, Marymarcia; Berlinck, Rose de Andrade; Murakawa, Clotilde de Almeida Azevedo (orgs.). **Teoria e análise linguísticas: novas trilhas**. Araraquara: Laboratório Editorial FCL/UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2006a, p. 11-27.

ISQUERDO, Aparecida Negri. Achegas para a discussão do conceito de Regionalismos no Português do Brasil. **Alfa: Revista de Linguística**. São Paulo. v. 50, n. 2, p. 9-24, 2006b.

ISQUERDO, Aparecida Negri. O caminho do rio, o caminho do homem, o caminho das palavras... In: RIBEIRO, Silvana Soares Costa; COSTA, Sônia Bastos Borba; CARDOSO, Suzana Alice Marcelino (Orgs.). **Dos sons as palavras: nas trilhas da língua portuguesa**. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 42-59.

ISQUERDO, Aparecida Negri. Revisitando os conceitos de rural e urbano no português do Brasil: contribuição do Projeto ALiB. In: XXVe Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes, 2010, Innsbruck. **Actes du XXVe Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes**. Berlin/New York: Walter de Gruyter GmbH & Co. KG, 2010. v. IV. p. 137-145.

ISQUERDO, Aparecida Negri. A noção de rural e urbano no Brasil contemporâneo: possíveis implicações na rede de pontos do Projeto ALiB. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE LA ALFAL, 16. Alcalá de Henares, 2011. **Actas...Alcalá de Henares: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Alcalá**, 2012. p. 4255-4263.

ISQUERDO, Aparecida Negri. Nomes do *beija-flor* e do *joão-de-barro* nas Capitais do Brasil: O linguístico e o cultural no processo denominativo. In: AGUILERA, Vanderci de Andrade; DOIRON, Maranúbia Pereira Barbosa (Orgs.). **Estudos Geossociolinguísticos brasileiros e europeus: uma homenagem a Michel Contini**. Cascavel: Edunioeste, 2016, p. 173 -188.

LIMA, Luciana Gomes de. **Atlas Fonético do entorno da Baía de Guanabara-AFeBG**. 2006. 2 v. Dissertação (Mestrado em Língua portuguesa). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

LUCCHESI, Dante. Norma Linguística e realidade social. In: BAGNO, Marcos (Org.). **Linguística da Norma**. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012, p. 57-83.

MARINS, Luciene Gomes de Freitas. **O rural e o urbano: novos e velhos falares na região Centro-Oeste do Brasil**. 2012. 310 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2012.

MARTINS, Maria Sílvia Cintra. **Entre palavras e coisas**. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Para uma caracterização do português arcaico. **D.E.L.T.A.**, São Paulo, n. 10, p. 247-276, 1994.

- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. O conceito relativo de neologismo e arcaísmo: um estudo pancrônico. In: OLIVEIRA, Klebson; CUNHA E SOUZA, Hirão Fernandes.; SOLEDADE, Juliana (Org.). **Do português arcaico ao português brasileiro**: outras histórias. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 11-20.
- MELLO, Maria Conceição D'Incao e. **O "Boia-Fria": acumulação e miséria**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1976.
- MENDONÇA, Renato. **A influência africana no Português do Brasil**. Brasília: FUNAG, 2012.
- MONTAGU, Ashley. **Introdução à Antropologia**. Tradução: Octavio Mendes Cajado. São Paulo: Editora Cultrix, 1969.
- MORAIS SILVA, Maria Aparecida de.; MENEZES, Maria Aparecida. Migrações rurais no Brasil: velhas e novas questões. **Revista Eletrônica do NEAD**, Brasília. v. 1, p. 1-14, 2008. Disponível em: http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1416/migracoes_rurais_no_brasil_velhas_e_novas_questoes.pdf. Acesso em: 10 maio 2021.
- MOTA, Jacyra Andrade; CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. Para uma nova divisão dos estudos dialetais brasileiros. In: MOTA, Jacyra Andrade; CARDOSO, Suzana Alice Marcelino (Orgs.). **Documentos 2**: Projeto Atlas lingüístico do Brasil. Salvador: Quarteto, 2006, p. 15-26.
- MOUTON, Pilar García. Dialectología y Cultura Popular. Estado de la cuestión. In: **Revista de Dialectología Y Tradiciones Populares**. Torno XLII. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas. Instituto de Filología, 1987, p. 49-74.
- NASCENTES, Antenor. **O linguajar carioca**. 2.ed. Completamente refundida. Rio de Janeiro. Organização Simões, 1953.
- NASCENTES, Antenor. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, 1955.
- NOGUEIRA, Ismael David.; SILVA, Armando Honorio da. **Termos e expressões do coloquial do cotidiano da zona rural no Brasil Central no século XX**. Goiânia: Gráfica UFG, 2017.
- OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de.; ISQUERDO, Aparecida Negri. (Orgs.). **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia e terminologia. 2 ed. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2001, p. 13-22.
- OLIVEIRA, Fernão de. **Gramática da Linguagem Portuguesa**. Edição crítica, semidiplomática e anastática. Amadeu Torres e Carlos Assunção. (Orgs.). Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, ([1536], 2000).
- OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. 3ª ed., Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado da Cultura, 2008. Coleção Canaã, v. 8.

- PAULA, Maria Helena de. **Rastro de velhos falares. Léxico e cultura no vernáculo catalano**. 2007. 521 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, Araraquara. 2007.
- PRETI, Dino. **A linguagem dos idosos**. Um estudo de Análise da Conversação. São Paulo: Contexto, 1991.
- POMBO, Rocha. **Dicionário de Sinônimos da Língua Portuguesa**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2011. (Coleção Antônio de Moraes Silva; v. 10).
- REIS, Douglas Sathler dos. O rural e o urbano no Brasil. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 15, n.25, p. 77-92, 2005. Disponível em: http://www.pucminas.br/documentos/geografia_25_art05.pdf. Acesso em: 5 jan. 2021.
- REY-DEBOVE, Josette. Léxico e Dicionário. Trad. Clóvis Barleta de Moraes. **Alfa**, São Paulo, 28 supl., p. 45-69, 1984.
- RIBEIRO, José et. al. **Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais**. v. 1. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; Universidade Federal de Juiz de Fora, 1977.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: evolução e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- RODRIGUES, Catarina Vaz. Atlas prévio do Espírito Santo (APES): primeiras notícias. In: Vanderci de Andrade Aguilera. (Org.). **A Geolingüística no Brasil - trilhas seguidas, caminhos a percorrer**. Londrina: EDUEL, 2013, p. 319-332.
- ROMANO, Valter Pereira. Balanço crítico da Geolingüística Brasileira e a proposição de uma divisão. **Entretextos**, Londrina, v. 13, n. 02, p. 203-242, 2013.
- ROMANO, Valter Pereira; SANTOS, Leandro Almeida dos. Os falares sulista e fluminense de Antenor Nascentes e sua realidade nos dados do Projeto ALiB. **Matraga**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 52, p. 82-101, jan./abr. 2021.
- ROSSI, Nelson. A Dialetoлогия. **ALFA**, São Paulo, v. 11, p. 89-115, 1967.
- SÁ, Edmilson José de. Variantes lexicais para João-de-barro em Atlas Linguísticos do Estado de Pernambuco. **Afluente**, UFMA/CCEL, v.5, n. 16, p. 156-171, jul./dez. 2020.
- SANTANA, Isamar Neiva. **Vocabulário dialetal baiano**. 2017. 230 f. Tese (Doutorado em Língua e Cultura), Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.
- SANTOS, Eurico. **Da ema ao beija-flor: vida e costumes das aves do Brasil**. Rio de Janeiro: F. Briguiet & CIA Editores, 1938.
- SANTOS, Mércia Cristina dos. **Norma lexical no português falado em São Paulo: reflexões acerca do Rural e Urbano**. 2019. 172 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande - MS, 2019.
- SAPIR, Edward. **Linguística como ciência**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1969.
- SAPIR, Edward. **A Linguagem: introdução ao estudo da fala**. Vol. 1 e 3. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1971, p. 205 – 216.
- SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. 27 ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

- SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. Língua, Cultura, Léxico. In: SOBRAL, Gilberto Nazareno Telles; Lopes, Norma da Silva; Ramos, Jânia Martins. **Linguagem, Sociedade e Discurso**. São Paulo: Blucher, 2015, p. 65-84.
- SILVA, Antônio de Moraes. **Diccionario da língua portugueza**. Lisboa, 1813. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/diccionario/edicao/2>.
- SILVA, José Graziano da. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: Hucitec, 1981.
- SIQUEIRA, Deis; OSÓRIO, Rafael. O conceito de rural. In: GIARRACCA, Norma. (Org.). **Una nueva realidad en America Latina?** Buenos Aires: Clacso – Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2001. (Coleção Grupos de Trabalhos), p. 67-79. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20100929012130/5osorio.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2021.
- SOROKIN, Pitirim Alexandrovich. **Sociedade, cultura e personalidade: sua estrutura e sua dinâmica**. Pôrto alegre: Editôra Globo, 1968.
- SOROKIN, Pitirim Alexandrovich; ZIMMERMAN, Carle Clark; GALPIN, Charles Josiah. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e urbano. In: MARTINS, José de Souza. **Introdução crítica à Sociologia Rural**. São Paulo: Hucitec, 1981, p. 198-224.
- SOUZA, Bernardino José de. **Dicionário da Terra e da gente do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.
- TARALLO, Fernando. **A pesquisa sociolinguística**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1986.
- VILELA, Mário. **Estruturas léxicas do Português**. Coimbra: Livraria Almedina, 1979.
- TARALLO, Fernando. O léxico do Português: perspectivação geral. **Filologia e Linguística Portuguesa**. n. 1, p. 31-50, 1997.
- VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de. **Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal se usaram e que hoje regularmente se ignoram**. 2 ed. Lisboa, 1865.
- WIKI AVES. **A Enciclopédia das Aves do Brasil**. “Beija-flor” Disponível em: <https://www.wikiaves.com.br/wiki/trochilidae>. Acesso em: 19 jul. 2021.
- WIKI AVES. **A Enciclopédia das Aves do Brasil**. “João-de-barro”. Disponível em: <https://www.wikiaves.com.br/wiki/joao-de-barro>. Acesso em: 20 jul. 2021.
- WIKI AVES. **Mapa de registros**. Disponível em: https://www.wikiaves.com.br/mapaRegistros_joao-de-barro. Acesso em 20 jul. 2021.
- ZÁGARI, Mário Roberto Lobo. Os Falares Mineiros: Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais. In: Vanderci de Andrade Aguilera. (Org.). **A Geolinguística no Brasil - trilhas seguidas, caminhos a percorrer**. Londrina: EDUEL, 2013, p. 45-63.

DECLARAÇÃO

Ao utilizar dados do *corpus* do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (Projeto ALiB), como referencial empírico do trabalho de Mestrado, intitulado “**Da trilha ao caminho: um estudo do rural e urbano no léxico de falantes da região Sudoeste do Brasil**”, que desenvolvo sob a orientação de Aparecida Negri Isquerdo, membro da equipe Regional Mato Grosso do Sul e do Comitê Nacional do Projeto ALiB,

DECLARO:

1. Estar ciente de que os materiais do Banco de Dados do **Projeto ALiB** a mim facultados não podem ser repassados, enquanto conjunto de dados, a outro(s) pesquisador(es) e/ou interessado(s) na matéria.
2. Ter pleno conhecimento de que a divulgação parcial ou final do trabalho deve ser sempre acompanhada da indicação da fonte (Banco de Dados do Projeto ALiB) e da citação do nome do orientador.
3. Autorizar que os resultados da análise por mim efetuada sejam utilizados nas publicações do Atlas Linguístico do Brasil, em quaisquer dos volumes que venham a integrar a coleção, mediante a indicação da fonte e a citação do meu nome.
4. Oferecer a minha contrapartida ao Atlas Linguístico do Brasil colaborando, quando solicitado, na transcrição de dados, catalogação e cópia de materiais e em outras atividades que não impliquem a pesquisa de campo.
5. Disponibilizar os dados transcritos (em Word ou em Excel), codificados e/ou tabulados (no programa de análise utilizado) ao Comitê Nacional do ALiB.

E por estar de acordo, firmo a presente DECLARAÇÃO que tem, também, o CIENTE do Orientador e de um membro do Comitê Nacional do Projeto ALiB, que será enviada ao Arquivo Nacional, na UFBA.

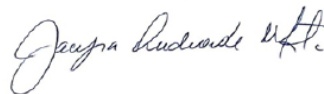
Salvador, 21 de fevereiro de 2021.



Sânia Fontoura Fernandes
Orientando



Aparecida Negri Isquerdo
Orientador



P/ Comitê Nacional do Projeto ALiB

REGISTRADO no Projeto ALiB sob nº **120**